CAMINHOS PARA A PAZ

TEORIA E PRÁTICA

HENRIQUETA CAMAROTTI

MÁRIO LIMA BRASIL

MELISSA ANDRADE COSTA

[ORGANIZAÇÃO]

CEAM
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares | UnB

CAFE

UnB

HENRIQUETA CAMAROTTI
MÁRIO LIMA BRASIL
MELISSA ANDRADE COSTA
[ORGANIZAÇÃO]

CAMINHOS PARA A PAZ:
TEORIA E PRÁTICA

1ª ed.

UnB/CEAM/CAFE

Brasília/DF, 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caminhos para a paz: teoria e prática / organizadores: Henriqueta Camarotti, Mário Brasil e Melissa Andrade Costa. – Brasília : Print-DF, Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, 2026.
308 p. : il.

Inclui bibliografia. ISBN 978-65-989229-2-4.

1. Paz. 2. Construção da paz. I. Camarotti, Henriqueta (org.). II. Brasil, Mário (org.). III. Costa, Melissa Andrade (org.).

CDU 327.36

Índices para catálogo sistemático:

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Licença creative commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. Link: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

1ª edição
Elaboração e informações

Universidade de Brasília
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)
Núcleo de Estudos da Interconexão de Ciência, Arte, Filosofia e Espiritualidade (CAFE)
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Pavilhão Multiuso 1 (PMU I), Bloco A, 1º andar, Asa Norte - Brasília/DF, CEP: 70910-900
Contato: 61 3107-5802 Site: https://ceam.unb.br/
E-mail: direcaoceam@unb.br

Revisores: Eduardo Figueira Marques e Regina Vitória Ruzzante
Tradução: Claúdia Fiuza
Diagramação: Lívia Silva Brandão
Conselho Editorial: Abner Luis Calixter, Thiago Montenegro Goes, Pedro Praia Fiuza Dias Pinto.



CAMINHOS PARA A PAZ

TEORIA E PRÁTICA

Este livro é dedicado à promoção da Paz; Que ela possa ser um estado de espírito interno e dinâmico possibilitando a geração de sociedades harmônicas, capazes de promover a unidade e o diálogo entre os Povos.

´.. uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras;

Que a grande e terrível guerra que acaba de chegar ao fim foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças;

Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas;

Que uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que, portanto, a paz, para não falhar, precisa ser fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade.`

Preâmbulo da Constituição da UNESCO, adotada em 1945 após a II Guerra Mundial.

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que, na qualidade de Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB) e dirigente do Núcleo de Estudos da Interconexão de Ciência, Arte, Filosofia e Espiritualidade (CAFE/CEAM/UnB), apresentamos o livro "Caminhos Para a Paz – Teoria e Prática". Esta obra representa o resultado de um esforço coletivo e interdisciplinar, reunindo contribuições de diferentes áreas do conhecimento, todas voltadas para o tema central da paz.

Reconhecemos o desafio inerente à apresentação de um livro de tamanha profundidade e diversidade. Apesar de abordar uma única temática — a Paz —, o livro se destaca pela riqueza de perspectivas e pela abordagem abrangente, que contempla múltiplos olhares e práticas. Essa diversidade reforça a complexidade do fenômeno da paz, seja no âmbito individual ou coletivo, e evidencia a necessidade de uma reflexão transdisciplinar sobre o assunto.

O livro "Caminhos Para a Paz – Teoria e Prática" surge como um marco na investigação transdisciplinar sobre os processos de construção da paz. Reúne artigos que vão da epistemologia da paz e hermenêutica filosófica até estudos empíricos em comunidades, passando por abordagens artísticas, cosmológicas e neurocientíficas.

A diversidade de perspectivas reflete a complexidade dos fenômenos da paz interior e coletiva, oferecendo um panorama robusto para pesquisadores, educadores e facilitadores de processos socioculturais. A necessidade de um guia que articule teoria, metodologia e prática se tornou premente diante dos desafios contemporâneos de polarização social, crises ambientais e esgotamento subjetivo.

Esta obra justifica-se por: propor uma estrutura integrada para a educação de valores universais e habilidades sócio emocionais; apresentar metodologias participativas e híbridas (presenciais e digitais) para fomentar a empatia, o diálogo e a resiliência comunitária e discutir métricas qualitativas e quantitativas para a avaliação de intervenções voltadas à promoção da paz. O objetivo central é oferecer subsídios conceituais e operacionais que empoderem indivíduos e instituições na construção de ambientes mais inclusivos, solidários e sustentáveis.

A produção deste compêndio contou com a colaboração de diversas instituições comprometidas com a cultura de paz e a inovação no campo do conhecimento:

- CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares: coordenou a curadoria dos artigos e assegurou rigor metodológico nas abordagens interdisciplinares.
- CAFE – Núcleo de Interconexão de Ciência, Arte, Filosofia e Espiritualidade: fomentou a integração criativa entre lógica

científica, expressão artística, reflexão filosófica e práticas espirituais contemplativas.

- Nova Acrópole: contribuiu com análises históricas e hermenêuticas dos clássicos do pensamento humanista, ressignificando-os para a contemporaneidade.
- União Planetária: ampliou o alcance midiático e colaborou com estudos de casos internacionais sobre diplomacia cultural e comunicação não violenta.
- UNIPAZ – Universidade da Paz : forneceu o arcabouço teórico-educacional de referência em educação transdisciplinar, articulando ciência, arte, espiritualidade e responsabilidade socioambiental .

A obra, organizada em cinco seções, tem uma sólida fundamentação teórica, apresentando artigos de revisão e propostas conceituais sobre a história das ideias de paz, epistemologias emergentes e modelos sistêmicos. Também apresenta investigação empírica, pois reúne estudos de campo, pesquisa-ação e análises estatístico-qualitativas aplicadas em contextos escolares, organizações civis e bairros urbanos. Aponta uma série de práticas contemplativas e criativas descrevendo protocolos de meditação, oficinas de arteterapia, exercícios de música comunitária e metodologias de design participativo. Preocupa-se também na avaliação e indicadores de paz, propondo ferramentas de mensuração e indicadores-chave de desempenho para iniciativas de paz, com diretrizes de implementação e validação. Finalmente aponta para perspectivas futuras, fomentando o debate de inovações tecnológicas, plataformas colaborativas em rede e cenários prospectivos para a escalabilidade de projetos de cultura de paz.

Os artigos que compõem o livro estão divididos em duas partes: a primeira parte trata da fundamentação teórica do tema aqui abordado – a paz -; a segunda parte envolve experiências práticas para a promoção da paz.

PARTE I: TEORIA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

Esta seção dedica-se à fundação filosófica, psicológica e sistêmica necessária para a compreensão da paz como um fenômeno ativo e profundo. Segue um breve resumo sobre os capítulos desta Parte I:

EDUCAÇÃO PARA A PAZ: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

(Nair Heloisa Bicalho de Sousa e José Geraldo de Souza).

O artigo "Educação para a paz: um caminho a construir", é uma profunda reflexão sobre o papel transformador da educação na promoção da paz. A autora articula saberes filosóficos, políticos e pedagógicos para propor uma cultura de paz baseada em valores como solidariedade, justiça social e diálogo. Com base em pensadores como Krishnamurti, Weil, Galtung e Krenak, ela defende uma abordagem holística

e transdisciplinar. A intenção é mostrar como a universidade pode ser protagonista na construção de um novo modelo civilizatório. O texto também documenta ações concretas da UnB, como o projeto Estudar em Paz e a disciplina Ciência da Paz. É um chamado à responsabilidade ética e à formação cidadã.

UMA REFLEXÃO SOBRE A PAZ NA ÓTICA DA DIALÉTICA DE HEGEL

(Roberto Guelfi).

Guelfi interpreta a paz pela lente da dialética de Hegel (tese, antítese, síntese), onde a paz permanente é um estado de evolução contínua, não de estagnação. A antítese é vista como a fase dominante, gerando tensões que, quando harmoniosamente dominadas, levam ao aprendizado. Alcançar a paz coletiva exige um elevado grau de consciência coletiva e manifestações de amor, compaixão e empatia.

AUTOTRANSFORMAÇÃO COMO CAMINHO PARA A PAZ: UMA PROPOSTA DA TERAPIA TRANSESSENCIAL

(Henriqueta Camarotti).

A autora propõe a elevação da consciência como via para a paz autêntica, argumentando que a repressão não elimina a violência latente. A Terapia Transessencial (TTE), uma abordagem bio psíquico-consciencial-espiritual, busca a autotransformação através da harmonização dos seis níveis dimensionais da essência humana. A paz é a prevenção e resolução não violenta de conflitos, exigindo diálogo, tolerância e comunicação não violenta (CNV).

O PARADIGMA DA CONSCIÊNCIA: O CAMINHO PARA A PAZ

(Enrique R. Arganaraz).

O artigo critica o paradigma materialista por negligenciar a consciência ("o problema difícil") e argumenta que descobertas da física quântica (como o entrelaçamento e a teoria dos campos quânticos) sugerem uma realidade interconectada. O autoconhecimento é postulado como a condição sine qua non para a paz, que se manifesta quando o indivíduo reconhece sua interconexão com o todo.

CULTIVANDO A PAZ POSITIVA POR MEIO DA RECONCILIAÇÃO INTERIOR: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA

(Eva Patricia Rodriguez Bellegarrigue).

Bellegarrigue amplia a paz positiva (Galtung) ao focar na "justiça na alma" (Platão), onde a desordem interior (trauma, ruptura narrativa) é a raiz da violência. A terapia narrativa é apresentada como uma prática eficaz, especialmente em contextos de encarceramento, pois ajuda a restaurar a coerência interior, a dignidade e a agência moral, transformando a autopercepção em engajamento ético.

EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ: REFLEXÕES E FAZIMENTOS

(Jaqueline Moll).

A autora diferencia paz positiva (construção de justiça e equidade) da paz negativa (ausência de guerra). O artigo destaca a relevância histórica do Manifesto de 1932 (escola universal e integral) e a experiência do Programa Mais Educação (PME) (2007-2016). O PME é descrito como um exercício de paz positiva ao articular educação integral, diálogo e a cultura de direitos humanos em territórios vulneráveis.

PODEM OS SERVIÇOS DE SAÚDE CONTRIBUIR PARA A PAZ EM SUAS COMUNIDADES?

(Flavio Goulart).

Goulart aborda a violência nos serviços de saúde e a conexão das diretrizes do SUS (Promoção da Saúde, Humanização e Atenção Primária) com a Cultura de Paz. O conceito de acolhimento (escuta qualificada, vínculo, confiança) é central para pacificar as relações. A compaixão (agir para amenizar o sofrimento alheio) é uma postura fundamental para a atenção à saúde e a evolução civilizatória.

DA VIOLÊNCIA À PAZ: CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS PARA A TRANSFORMAÇÃO POSITIVA DO CONTEXTO DE TRABALHO

(Leandro Queiroz Soares).

O autor identifica a violência organizacional como reflexo de uma "cultura da violência" enraizada em "vícios comportamentais" inconscientes. A Gestão de Pessoas deve usar a educação corporativa para focar em "formar para ser" (desenvolvimento de virtudes) em vez de apenas "informar para fazer". Propõe estruturar processos de seleção e sucessão que priorizem gestores psiquicamente equilibrados e moralmente instrumentalizados.

ECOLOGIA PROFUNDA: UM PORTAL PARA A CULTURA DE PAZ

(Regina Fittipaldi).

Fittipaldi apresenta a Ecologia Profunda como um paradigma que transcende o antropocentrismo e reconhece a interdependência com a teia da vida. A paz, na perspectiva do olhar transdisciplinar que estrutura essa fundamentação , é o caminho para a experiência do Ser em sua multidimensionalidade quaterna: física (corpo-território), mental (subjetiva), emocional (sensibilidade) e espiritual do Ser. Como metodologia, traz o reconhecimento das Quatro Ecologias (Individual - a paz consigo), Social (a paz com o outro) , Ambiental (a paz com a Terra) , e a Cósmica (o pertencimento dos diferentes níveis de realidade que se traduzem nas Cosmologias) . Aborda ainda que caminhar para a construção de uma cultura de paz requer a superação da "fantasia da separatividade". A integração

da ciência, filosofia, artes e tradições (os quatro pilares da abordagem transdisciplinar) é vital para o resgate da consciência ecológica e a construção de um novo pacto ético civilizatório.

CULTURA DE PAZ: O BEM VIVER ANCESTRAL NA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL

(Marta Santos da Silva Holanda Lobo).

O artigo defende que a paz global exige a valorização da diversidade cultural e linguística, sendo o conceito de "Bem Viver" (Sumak Kawsay) dos povos originários um contraponto ao desenvolvimento egocêntrico. A autora destaca o desafio de implementar leis que protegem a cultura e a diversidade linguística no Brasil. O respeito à oralidade e a oficialização das línguas minoritárias são marcos civilizatórios essenciais.

O BRASIL E A PAZ MUNDIAL

(Ulisses Riedel).

Riedel argumenta que a paz se baseia na superação do egoísmo, guiada por ensinamentos éticos universais de amor e fraternidade. O conhecimento sem humanismo é prejudicial. O Brasil possui uma condição especial para a paz devido ao caráter acolhedor e resiliente de seu povo. A paz mundial exige a substituição da mentalidade materialista e competitiva por uma ética, virtuosa e solidária.

DOS PRIMEIROS CONFLITOS ATÉ A CIVILIZAÇÃO DA PAZ

(Hoeck Miranda).

O autor propõe que a futura civilização planetária da paz deve se fundar em valores elevados e na união de todos os povos ("A terra é apenas um país"). Ele critica a governança global atual devido ao poder de veto e defende a necessidade de instituições planetárias (Assembleia Mundial, Executivo Mundial), bem como a adoção de um Idioma Mundial Auxiliar e um Sistema Econômico Mundial Justo.

MÚSICA E MUSICOTERAPIA: CAMINHOS SONOROS PARA A PAZ

(Maria Clotilde Henriques Tavares).

O artigo reconhece a música como linguagem universal e ferramenta de coesão social. A musicoterapia utiliza a dimensão sonora para promover saúde e bem-estar, facilitando o desenvolvimento da empatia. A prática musical coletiva e a improvisação são descritas como aprendizados práticos de convivência pacífica, onde a escuta mútua é essencial.

REFLORESTANDO CAMINHOS PARA A PAZ: POR UMA CRIATIVIDADE SIMBÓLICA INTEGRATIVA

(Raquel Mendes).

Mendes aborda o paradoxo ontológico da autoconsciência humana, que busca significado em justificações simbólicas. Ela propõe uma criativi-

dade simbólica integrativa que refuta a "monocultura do pensamento" e promove um equilíbrio dinâmico. Esse processo envolve a receptividade ao mundo externo, permitindo o "reflorestamento de novos caminhos" simbólicos.

Parte II: PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

Esta seção apresenta a materialização dos conceitos teóricos em metodologias e programas concretos, aplicados em comunidades, escolas e instituições. Segue um breve resumo sobre os capítulos da Parte II.

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA APLICADA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

(Melissa Andrade Costa, Raquel de Carvalho Brostel).

O artigo avalia a Filosofia Aplicada (Nova Acrópole) como agente de paz. Os pilares da Fraternidade, Conhecimento e Desenvolvimento Humano se alinham aos princípios da Cultura de Paz da UNESCO. A prática filosófica e o voluntariado demonstram alto impacto no desenvolvimento de virtudes como solidariedade e a capacidade de "ouvir para compreender", reforçando que a paz nasce da transformação individual.

TUDO PODE SER PARTILHADO: A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA COMO CAMINHO PARA A PAZ

(Regina Melo, Henriqueta Camarotti).

A Terapia Comunitária Integrativa (TCI) é uma metodologia humanista e pacificadora, ancorada em cinco pilares, incluindo a pedagogia de Paulo Freire e a teoria da resiliência. As Rodas de TCI promovem diálogo, escuta e ressignificação de desafios, transformando a dor partilhada em aprendizado coletivo ("pérolas"). A TCI, reconhecida no SUS, demonstra que a paz se inicia ao ouvir e ser ouvido, fomentando vínculos solidários.

PROGRAMA NAMORAL COMO UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NA EDUCAÇÃO BÁSICA

(Suliane Beatriz Rauber et al.).

O Programa NaMoral (MPDFT) atua na educação básica para promover a integridade (individual, coletiva e altruísta) e a cidadania, como resposta ao aumento da violência escolar. Utiliza Rodas de Conversa e Missões (como o "Pegue e Pague") para que os alunos pratiquem virtudes e desenvolvam o raciocínio sócio moral, consolidando um "ecossistema de integridade" na escola.

EDUCAÇÃO PARA COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO MUNDO DOS SMARTPHONES: A EXPERIÊNCIA DO CRIANÇA PARA O BEM NA PROMOÇÃO DE VALORES PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

(Paulo Passos, Raquel Brostel).

O artigo analisa o Programa Criança para o Bem (PCPB) (Nova Acrópole), focado em crianças em vulnerabilidade, como resposta à crise de saúde mental exacerbada pelo uso de smartphones. O PCPB foca na formação integral em quatro potencialidades (prática, socio afetiva, racional e espiritual). Os resultados indicam alto desenvolvimento de competências sócio afetivas e espirituais, valorizadas pelas famílias.

EDUCAÇÃO ESPIRITUAL COMO CAMINHO PARA A PAZ: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DAS NAÇÕES

(Anis Sami Silva).

Silva descreve a Escola das Nações (inspiração Bahá'í), que integra a educação espiritual e moral em seu currículo. O foco é cultivar qualidades espirituais e preparar os alunos para o "duplo propósito moral": crescimento intelectual e serviço à sociedade. O currículo progressivo, orientado pelo Perfil Nations (ex: Benfeitores da Humanidade, Promotores da Justiça), enfatiza o serviço comunitário como princípio norteador para a paz.

MÚSICA PARA O BEM E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O SENTIMENTO DE PAZ NAS CRIANÇAS E JOVENS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA

(Mário Lima Brasil).

O projeto Música para o Bem combina a música coletiva (coros e orquestras) com a Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, visando crianças e jovens em vulnerabilidade. A prática musical, baseada no "aprender fazendo", exige e promove virtudes como cooperação, disciplina e respeito. O programa é um modelo inovador de educação para a paz, refletido na melhora do equilíbrio emocional e no desenvolvimento de um propósito sólido de vida.

PROGRAMA GENTE QUE FAZ A PAZ: HUMANIZANDO A HUMANIDADE

(Maria Virginia de Salles Garcez).

Garcez apresenta o programa que visa resgatar valores, fundado nos seis "D's" (Democracia, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Desarmamento, Diálogos, Diversidade). O programa articula seis ONGs proeminentes e foca na capacitação de Agentes da Paz. O Kit da Paz (com manuais de CNV e resolução de conflitos) provou-se eficaz em aumentar a consciência de cidadania, a autoestima e o empoderamento dos participantes para atuação pacificadora.

"Caminhos Para a Paz – Teoria e Prática" é uma obra pioneira ao articular de forma criteriosa e inovadora múltiplos campos do saber em prol de uma cultura de paz dinâmica. Seu alcance vai além da teoria: disponibiliza bancos de dados abertos, propostas de oficinas colaborativas e modelos de pesquisa replicáveis. Esta coletânea convida universidades, organizações não governamentais, líderes comunitários e gestores públicos a dialogar, experimentar e cocriar, fortalecendo redes locais e globais em torno do ideal da Paz.

LABORATÓRIO PERIFÉRICO, ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA: COMPROMISSO SOLIDÁRIO COM AS COMUNIDADES, DIREITOS HUMANOS, BEM VIVER E PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA PAZ.

(Liza Maria Souza de Andrade, Angélica Azevedo e Silva, Danusa Benedita Lisboa, Vânia Raquel Teles Loureiro e Valmor Cerqueira Pazos) Como culminância desta trajetória teórica e prática, o capítulo final do livro reforça, de maneira aplicada, o papel da assessoria sociotécnica e da pesquisa-ação na construção concreta da cultura de paz em territórios vulnerabilizados. Ao apresentar a experiência do Laboratório Periférico da FAU/UnB, evidencia-se que a promoção da paz se materializa por meio do compromisso solidário com comunidades tradicionais, ocupações urbanas e rurais e territórios em conflito, articulando arquitetura, urbanismo, direitos humanos e bem viver. A partir de metodologias participativas, da adequação sociotécnica e da valorização dos saberes locais, o capítulo demonstra que a paz não se restringe a um conceito abstrato, mas se constrói na prática cotidiana, no diálogo, na mediação de conflitos e na luta por justiça socioambiental e territorial. As experiências relatadas consolidam a importância da universidade como agente ativo de transformação social, integrando ensino, pesquisa e extensão, e reafirmam que a cultura de paz se fortalece quando ancorada em processos coletivos, inclusivos e territorialmente comprometidos

Mário Lima Brasil

PREFÁCIO

UNESCO E A CULTURA DE PAZ: A CONSTRUÇÃO DE PONTES EM TEMPOS DE DESAFIOS

Marlova Jovchelovitch Noleto[1]

Desde a sua fundação, em 1945, em resposta direta aos horrores da Segunda Guerra Mundial, a Unesco assumiu uma missão que na atualidade segue tão urgente quanto naquele momento: construir a paz na mente dos homens e das mulheres. Diferentemente de outras agências da ONU, cujo mandato se concentra em ações operacionais imediatas, a Unesco nasceu com o compromisso de agir sobre as causas profundas dos conflitos, promovendo a educação, a ciência, a cultura, a comunicação e a informação como fundamentos de um mundo mais justo e pacífico.

Foi nesse espírito que a Unesco cunhou e consolidou o conceito de "cultura de paz", que é compreendida como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida fundamentados na promoção da paz por meios pacíficos. Isso inclui o respeito pleno aos direitos humanos, bem como a democracia, a justiça social, a igualdade de gênero, a solidariedade e a rejeição da violência em todas as suas formas — física, estrutural, simbólica ou cultural.

Essa trajetória ganhou ainda mais força a partir dos anos 2000. O período de 2001 a 2010 foi proclamado pelas Nações Unidas como a Década Internacional para a Promoção de uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo, um fruto direto da mobilização de atores da sociedade civil e da liderança da Unesco no tema. Nessa década, a Organização desempenhou um papel central na promoção de políticas públicas e iniciativas educacionais, apoiando governos, escolas e comunidades na implementação de práticas voltadas à convivência pacífica e à superação da violência.

Um marco simbólico e inspirador dessa mobilização foi o chamado "Manifesto 2000", elaborado por um grupo de laureados com Prêmios Nobel da Paz sob a coordenação da Unesco. Assinado por mais de 75 milhões de pessoas em todo o mundo, o Manifesto propõe seis compromissos individuais e coletivos em favor da paz: respeitar todas as vidas; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; e redescobrir a solidariedade. Mais do que um documento, o Manifesto 2000 foi e continua sendo um convite para o engajamento concreto de cada cidadã e cidadão na construção de uma cultura global de paz, com base em ações cotidianas e transformadoras. Seu legado

1 Diretora e Representante da UNESCO no Brasil.

permanece vivo e inspira redes, movimentos sociais, escolas e comunidades que seguem acreditando que a paz se inicia no interior de cada pessoa.

No Brasil, um país de profundas contradições sociais, a cultura de paz é um imperativo ético e uma necessidade concreta. Em um cenário marcado por desigualdades históricas, racismo estrutural, violências cotidianas e intolerância crescente, promover a cultura de paz não é apenas um ideal, mas também uma estratégia real para transformar vidas e fortalecer a democracia. A cultura de paz oferece caminhos para prevenir a violência escolar, promover a mediação de conflitos comunitários, garantir os direitos de grupos vulneráveis e fomentar uma convivência plural e inclusiva.

Com isso, a Unesco no Brasil tem atuado fortemente nesse campo, com diversos projetos e publicações voltados à compreensão e à superação da violência. Destacam-se obras como "Juventude e violência no Brasil: vulnerabilidade, violência letal e políticas públicas", que oferece um panorama crítico sobre os fatores que levam jovens, sobretudo negros e periféricos, a situações de risco; e "Educação para a paz: experiências brasileiras", que reúne práticas pedagógicas que dialogam com os princípios do respeito, da empatia e da justiça restaurativa. Em parceria com universidades, governos e organizações da sociedade civil (OSCs), a Unesco também tem contribuído para a formação de educadores, agentes públicos e lideranças sociais, com foco na prevenção da violência e na promoção da cultura de paz em territórios vulnerabilizados.

Atualmente, entre os exemplos inspiradores de atuação local apoiados pela Unesco, destaca-se o trabalho do Comitê Paulista para a Cultura de Paz, um polo agregador de esforços em prol da paz, que reúne representantes de diferentes religiões, culturas, setores públicos e privados, em uma convergência que espelha o espírito da Constituição da Unesco. Liderado pela profa. Lia Diskin, cofundadora da Associação Palas Athena e com uma trajetória reconhecida nacional e internacionalmente, a Associação tem promovido reflexões e práticas fundamentadas na não violência, no diálogo intercultural e na educação para a paz. A Unesco tem tido a honra de apoiar suas iniciativas e algumas publicações, tais como "Paz, como se faz? Semeando a cultura de paz nas Escolas", um guia que oferece ferramentas práticas para educadores, escolas e líderes da sociedade civil construírem um ambiente mais harmonioso e colaborativo; "Vamos Ubuntar? Um convite para Cultivar a Paz", com sugestões para cultivar os princípios, as diretrizes e os valores da cultura de paz, sintonizadas com a grande sabedoria do conceito africano de Ubuntu: "somos o que somos por tudo aquilo que todos somos"; e "Educar para a paz: valores e limites", que propõe caminhos para se cultivar a paz interior e social a partir de princípios universais e experiências educacionais transformadoras.

Mais do que a ausência de guerras ou conflitos armados, a paz que

buscamos — e que a cultura de paz propõe — é ativa, positiva e transformadora. Trata-se de criar condições para que todas as pessoas, em toda a sua diversidade, possam viver com dignidade, liberdade e segurança. Nesse sentido, a Unesco reafirma seu compromisso com a construção cotidiana da paz, por meio de ações concretas que tocam mentes, corações e estruturas sociais.

Que esta coletânea contribua para inspirar reflexões e, sobretudo, para fortalecer ações que visam tornar a cultura de paz uma realidade compartilhada por todas e todos, no Brasil e no mundo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Marlova Jovchelovitch Noleto ____ 15

PARTE I:TEORIA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

EDUCAÇÃO PARA A PAZ: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO
Nair Heloisa Bicalho de Sousa e José Geraldo de Sousa Jr. ____ 23

UMA REFLEXÃO SOBRE A PAZ NA ÓTICA DA DIALÉTICA DE HEGEL
Roberto Guelfi ____ 36

AUTOTRANSFORMAÇÃO COMO CAMINHO PARA A PAZ: UMA PROPOSTA DA TERAPIA TRANSESSENCIAL.
Henriqueta Camarotti ____ 46

O PARADIGMA DA CONSCIÊNCIA: O CAMINHO PARA A PAZ
Enrique R. Arganaraz ____ 61

CULTIVANDO A PAZ POSITIVA POR MEIO DA RECONCILIAÇÃO INTERIOR: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA
Eva Patricia Rodriguez Bellegarrigue ____ 77

EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ: REFLEXÕES E FAZIMENTOS
Jaqueline Moll ____ 90

PODEM OS SERVIÇOS DE SAÚDE CONTRIBUIR PARA A PAZ EM SUAS COMUNIDADES?
Flavio Goulart ____ 103

DA VIOLÊNCIA À PAZ: CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS PARA A TRANSFORMAÇÃO POSITIVA DO CONTEXTO DE TRABALHO
Leandro Queiroz Soares ____ 110

ECOLOGIA PROFUNDA: UM PORTAL PARA A CULTURA DE PAZ
Regina Fittipaldi ____ 126

CULTURA DE PAZ: O BEM VIVER ANCESTRAL NA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL
Marta Santos da Silva Holanda Lobo ____ 151
O BRASIL E A PAZ MUNDIAL
Ulisses Riedel ____ 168

DOS PRIMEIROS CONFLITOS ATÉ A CIVILIZAÇÃO DA PAZ
Hoeck Miranda ____ 178

MÚSICA E MUSICOTERAPIA: CAMINHOS SONOROS PARA A PAZ
Maria Clotilde Henriques Tavares ____ 188

REFLORESTANDO CAMINHOS PARA A PAZ: POR UMA CRIATIVIDADE SIMBÓLICA INTEGRATIVA
Raquel Mendes ____ 193

PEDAGOGIA PARA A PAZ DE DULCE MARÍA BORRERO PIERRA (1883-1945)
Elizabeth Ruano-Ibarra ____ 200

PARTE II: PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA APLICADA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ
Melissa Andrade Costa, Raquel de Carvalho Brostel ____ 211

TUDO PODE SER PARTILHADO: A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA COMO CAMINHO PARA A PAZ
Regina Melo , Henriqueta Camarotti ____ 224

PROGRAMA NAMORAL COMO UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Suliane Beatriz Rauber, Aimeê Eduarda Vieira Borges, Luciana Asper y Valdes e Marcos Paulo Teixeira de Almeida ____ 234

EDUCAÇÃO PARA COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO MUNDO DOS ***SMARTPHONES***: A EXPERIÊNCIA DA CRIANÇA PARA O BEM NA PROMOÇÃO DE VALORES PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ
Paulo Passos e Raquel Brostel ____ 247

EDUCAÇÃO ESPIRITUAL COMO CAMINHO PARA A PAZ: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DAS NAÇÕES
Anis Sami Silva _____ **261**

MÚSICA PARA O BEM E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O SENTIMENTO DE PAZ NAS CRIANÇAS E JOVENS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA
Mário Lima Brasil _____ **272**

PROGRAMA GENTE QUE FAZ A PAZ: HUMANIZANDO A HUMANIDADE
Maria Virginia de Salles Garcez _____ **285**

LABORATÓRIO PERIFÉRICO, ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA: COMPROMISSO SOLIDÁRIO COM AS COMUNIDADES, DIREITOS HUMANOS, BEM VIVER E PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA PAZ.
Liza Maria Souza de Andrade, Angélica Azevedo e Silva, Danusa Benedita Lisboa, Vânia Raquel Teles Loureiro e Valmor Cerqueira Pazos _____ **299**

PARTE I:
TEORIA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

EDUCAÇÃO PARA A PAZ: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Nair Heloisa Bicalho de Sousa[2] e José Geraldo de Sousa Jr.[3]

No programa Diálogos Sobre a Vida (TV SUPREN, 2023), Marcos Resende e Eduardo Weaver refletem sobre "A paz em nós e a paz do mundo", com base na obra de Jiddu Krishnamurti , na perspectiva de que para que a paz seja alcançada no mundo, cada pessoa deve fazer as pazes consigo mesma para atingir um estado de harmonia ou tranquilidade, sem conflitos ou violência, experienciando em diferentes níveis,

2 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) do CEAM da UnB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos do CEAM/UnB. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Direitos Humanos, Educação, Mediação e Movimentos Sociais. Membro da coordenação nacional da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos . Membro da Red Latinoamericana y Caribeña de Educación en Derechos Humanos. Consultora da UNESCO /SECADI /MEC na área de educação superior. Diversas publicações na área de Direitos Humanos, Cidadania, Educação em Direitos Humanos e Movimentos Sociais.

3 Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais (1973) é mestre (1981) e doutor em Direito pela Faculdade de Direito da UnB (2008). Atualmente é Professor Emérito, docente titular, jubilado (aposentado), da Universidade de Brasília, com vínculo de Pesquisador Colaborador Pleno Voluntário, atuando na Faculdade de Direito (graduação e pós-graduação) e no CEAM - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Pós-Graduação - mestrado e doutorado - em Direitos Humanos e Cidadania). É membro benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília. É membro também da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi Diretor da Faculdade de Direito da UnB (1999-2003); Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior, da SESU/MEC (2003); Reitor da UnB (2008-2012). Ensina, faz extensão e pesquisa na área de Direito, com ênfase em Teoria do Direito, principalmente nos seguintes temas: direito, cidadania, direitos humanos e justiça. É co-líder do Grupo de Pesquisa O Direito Achado na Rua (Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq). Coordena a Série O Direito Achado na Rua, com 10 volumes publicados (Editora UnB), e co-dirige a Coleção Direito Vivo (Editora Lumen Juris), com a Série O Direito Achado na Rua, com 9 volumes publicados. Além das obras publicadas (conforme o currículo cadastrado na Plataforma Lattes), é colunista permanente com relevo para as Colunas que publica nos jornais Expresso61 (https://expresso61.com.br/); jornal Brasil Popular (https://www.brasilpopular.com/); com destaque para a Coluna Lido para Você, publicada semanalmente no Jornal Estado de Direito (http://estadodedireito.com.br/).

na vida pessoal, profissional, em família, com amigos, ou mesmo globalmente, o respeito à vida, a rejeição à violência, a generosidade, o ouvir para compreender, a preservação do planeta e a redescoberta da solidariedade.

Esta proposta de Krishnamurti é o ponto de partida para encontrar a paz individual (consigo mesmo), a paz social (com os outros) e a paz ambiental (com a natureza), conforme as reflexões de Weil (1997, p.46). Essas sábias orientações do mestre indiano, dialogam também com a *Declaração Universal dos Direitos à Paz*, elaborada no Encontro de Governos de Paz no I Festival Mundial da Paz, coordenado por Pierre Weil em Florianópolis (SC) no ano de 2006. As mensagens "que a paz possa fazer morada no coração dos homens", "que cada cidadão cuide de despertar a paz dentro de si" (WEIL, 1997, p.116), "que cada consciência desperta seja um exemplo da paz que se deseja ver florescer no mundo" (Weil, 1997, p.117), se tornam um chamado para um encontro interior que pode originar uma fonte de energia individual que se difunde para a humanidade.

Em seu livro *A Arte de Viver em Paz* ele concebe a paz como "felicidade interior, harmonia social e relação equilibrada com o meio ambiente" (1997, p.36). Para ele, é preciso adotar uma visão holística, ou seja, "uma consciência cósmica de natureza transpessoal, transocial e transplanetária", integradas em uma perspectiva mais abrangente, por meio de uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar. Ao integrar os vários saberes desenvolvidos pela humanidade ao longo de sua história, adota uma perspectiva holística da educação voltada para o desenvolvimento da razão, da intuição, do sentimento e da sensação.

A declaração anterior é um desdobramento da *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz* da UNESCO (1999), cujo artigo 1º. define a cultura de paz como "um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida" que tem seu fundamento, entre outros, "no respeito à vida, no fim da violência e na promoção da prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação", "no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais" e na "adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre nações".

Como a universidade pode se tornar comprometida com a construção de uma cultura de paz? Uma reflexão recente do ex-reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque (2025, p. 12) aponta para a "encruzilhada civilizatória" que estamos vivenciando na sociedade contemporânea: "ameaçada pelos limites ecológicos, pela desigualdade social crescente, pela fragilidade da democracia, pela negação do humanismo e pelo risco ou potencial da inteligência artificial". Para ele, a liberdade de pensar e ensinar, conquistada nas universidades brasileiras, remete para

um compromisso que deve englobar toda a humanidade, inclusive garantindo a ética do fazer científico. Este compromisso ético foi abordado por Edgar Morin, especialmente em seu livro *Ciência com consciência* (2005), onde faz uma severa crítica à hiperespecialização do conhecimento, devido ao desenvolvimento disciplinar e fragmentado da ciência, e a partir da sua teoria da complexidade que incorpora os conceitos de aleatoriedade, incerteza e probabilidade, propõe a responsabilidade ética e o controle político dos cientistas por suas descobertas.

Nesta trajetória, Cristovam Buarque avança para apontar que a saída da atual crise da democracia seria articulá-la com o humanismo, a qual denomina de "humanocracia", no sentido de busca de soluções para os problemas planetários. A universidade teria então que assumir um compromisso em prol de valores morais universais capazes de estabelecer uma harmonia entre os seres humanos e a natureza.

Com esta perspectiva, define sua preocupação de propor alternativas para o futuro, a partir da ideia de uma "universidade tridimensional" composta por departamentos disciplinares, núcleos temáticos para debater questões abrangentes como a fome e a pobreza, e núcleos culturais que reunissem poetas e artistas plásticos para trocar ideias sobre suas criações artísticas. Esta ideia inovadora levou à criação na UnB do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) que hoje conta com 37 núcleos temáticos voltados para pesquisa, ensino e extensão.

Nesses tempos de incerteza, medo e de rápidas mudanças, a questão da paz se torna ainda mais prioritária. Desde seu estatuto, a UnB insere em seu projeto (*universidade necessária*), a atualização de suas finalidades, nelas inscrita a condição de inclusão, de completude, de lealdade com o social (universidade emancipatória) assumindo o compromisso, conforme as finalidades essenciais inscritas no seu *Estatuto Art. 3º, item XII com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.*

Em *Educando para os Direitos Humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade* (2004), é possível verificar que a inserção dos temas da paz e direitos humanos para conduzir as reflexões temáticas neste novo modelo, derivou de duas motivações complementares. No primeiro termo, a eleição naquele ano do Reitor Cristovam Buarque para a Presidência do Conselho da Universidade para a Paz, das Nações Unidas, com sede em San José, Costa Rica, criando condições para a celebração de um protocolo de intenções entre aquela Universidade e a UnB, para o desenvolvimento de um programa comum.

O protocolo, assinado na cidade de Yxtapa (México), pelo escritor colombiano Gabriel Garcia Marques, Prêmio Nobel de Literatura, na qualidade de testemunha, pedia um ambiente universitário adequado ao desenvolvimento dos seus termos. Este ambiente, na UnB, foi o NEP, criado em 1º de janeiro de 1986, como Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos. Para alcançar os seus objetivos, o NEP se propôs,

conforme os seus documentos constitutivos, a: (1) desenvolver pesquisa capaz de produzir conhecimento novo sobre a paz e os direitos humanos, reunindo investigadores de diferentes campos científicos num esforço interdisciplinar; (2) manter programa permanente de ensino e pesquisa no âmbito da universidade e da comunidade; (3) divulgar os conhecimentos sobre a paz e os direitos humanos, mediante publicações de resultados de pesquisas, do próprio NEP e de centros congêneres. Organizar seminários, cursos e atualizações, e promover conferências, colóquios, exposições e eventos; (4) efetuar intercâmbios com centros similares; e (5) oferecer à comunidade acesso às suas atividades.

A atuação consolidada do NEP levou à especificação de três linhas principais de estudos e pesquisas: O Direito Achado na Rua, Os Direitos Humanos e Cidadania e a Pesquisa para a Paz, instituída e coordenada pelo professor Nielsen de Paula Pires e centrada nos estudos de graduação (disciplina Pesquisa para a Paz) e de pós-graduação. O professor Nielsen, aliás, foi diretor do CEAM e, originado do Instituto de Ciências Políticas, acabou institucionalizando nessa unidade, como vocação fomentadora do CEAM, o campo de estudos e pesquisas sobre a paz.

Ainda no CEAM, os esforços para institucionalizar epistemologicamente os estudos e as pesquisas para a paz, se deram pela interlocução internacional com os setores avançados nessa área, relevo para a cooperação com a IPRA – *International Peace Research Association*. Nessa interlocução, a fonte principal de referência foi Johan Galtung, "Ele deixou um legado intelectual importante, que abrange contribuições seminais sobre tópicos tão diversos como os conceitos de violência direta, estrutural e cultural, o conceito de paz negativa e paz positiva, o imperialismo e suas implicações para a paz, as noções de *peacekeeping*[4] , *peacemaking*[5] e *peacebuilding*[6] , a resistência não violenta, bem como o conceito de transformação de conflitos" (Oliveira, 2024, p.1).

Para uma referência mais direta remeto a https://diplomatique.org.br/johan-galtung-paz/, de modo a reter de Galtung, a sua indicação de que:

> A equação da paz que daí emerge é complexa e levanta desafios imensos no campo da resolução de conflitos e construção da paz, apontando para a necessidade de um conjunto abrangen-

4 Contenção da violência direta em situações de conflito armado.

5 Processo de mediação, negociação e diplomacia entre as partes em conflito, tendo em vista acordos políticos ou soluções institucionais capazes de colocar fim às hostilidades.

6 Agir sobre as causas estruturais e culturais da violência, de modo a obter condições duradouras para a paz.

> te de medidas que engloba não só os tradicionais mecanismos diplomáticos de cessação da violência direta (negociação, mediação, acordos de paz), mas também ações mais ambiciosas, voltadas para a transformação das raízes estruturais da violência (desenvolvimento social e econômico, redução da pobreza e das desigualdades, paridade de gêneros, ampliação das oportunidades de acesso à saúde, educação, habitação e à terra, aumento da participação política, combate aos mecanismos de opressão e exploração, justiça de transição, etc.) e para a transformação das raízes culturais da violência (educação e comunicação para a paz, revisão de mitos e narrativas históricas, atividades culturais e artísticas que desconstruam estereótipos e promovam a reconciliação e a tolerância etc.) (Oliveira, 2024, p.2).

No campo da tríplice violência apontada por Galtung (direta, estrutural e cultural), emergem questões abrangentes em relação às desigualdades sociais presentes em sociedades com fortes marcadores de gênero, classe, raça e etnia, submetidas a estruturas de poder de caráter patriarcal, colonial e racista. Além disso, os grupos excluídos e marginalizados ficam sujeitos às condições de pobreza e desigualdades sociais, alheios à participação das decisões de políticas públicas de seu interesse. Essas raízes estruturais da violência que se acentuam com as políticas neoliberais, são reveladoras da urgência da prática da justiça social, de modo a eliminar os mecanismos de exploração e opressão que vigoram sobre as classes subalternas e criar instrumentos de participação social efetivos.

Forte nessas referências, voltamos a atenção para a edição temática Guerra e Paz da Revista Humanidades, editora UnB, nº 18, ano V, 1988. A edição contou com a colaboração de Clóvis Brigagão, Secretário-Geral da IPRA no Brasil. Na abertura, o texto-editorial do Reitor Cristovam Buarque, contextualiza a proposta editorial:

A luta pela paz exige o entendimento, o esclarecimento, a denúncia e a reformulação do próprio conceito de guerra – ampliando-o a todas as formas de destruição do patrimônio humano, provocadas, contraditoriamente, pelo poder e esforço criativo do homem. Nesta luta de ideias, pela paz singular contra todas as guerras, a educação é o principal fator, a escola o principal exército. Mas um fator que não cumprirá o seu papel se for apenas um agente propagandístico. É preciso que a escola que busque a paz seja uma escola que busque desvendar o véu que encoberta todas as formas de relações injustas entre os homens.

E, certamente, a dimensão educadora e política da abordagem do tema, leal aos paradigmas acadêmicos de racionalidade epistemológica, estão em concordância com os pressupostos do que a UNESCO já fixou como *Cultura de Paz*. Uma perspectiva presente no texto de Cristovam,

mas, igualmente, no texto contextualizador de Vicenç Fisas é o pressuposto de que:

> O conceito de paz não se refere somente à ausência de guerra, mas relaciona-se com a ausência de qualquer tipo de violência que impeça a satisfação de necessidades humanas básicas. Assim, a paz se caracteriza 'por um elevado grau de justiça e uma expressão mínima de violência'. Trata-se da possibilidade de reencontro do ser humano com seu ambiente social, político, econômico, tecnológico e ecológico, em termos de equilíbrio e isento de opressão".

Dito de forma sintetizadora, com o escritor e poeta Tetê Catalão, um dos editores: "*Se é de paz, faz…*"

Com este direcionamento, o NEP iniciou em 2007 uma parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, cujo ministro Luis Soares Dulci era membro do Conselho da Universidade para a Paz (UPAZ), com sede em Costa Rica. Esta parceria se propunha a constituir uma Rede de Universidades Brasileiras pela Paz, sob coordenação de Nair Heloisa Bicalho de Sousa, representante do NEP/CEAM/UnB. Esta experiência resultou na proposta tripartite do Seminário Internacional Educação para a Paz e Direitos Humanos, realizado com a participação da UPAZ e seus representantes do sistema ONU, além de renomados especialistas das diferentes regiões do Brasil.

Neste seminário, diversos temas foram amplamente debatidos em torno da educação para a paz e as estratégias para divulgar a cultura de paz, com destaque para as unidades de pesquisa das universidades brasileiras sobre violência, direitos humanos e paz, a ação do poder público contra a violência e os desafios presentes no âmbito dos direitos humanos ao nível nacional e internacional. O fruto desses debates foi divulgado por meio da publicação do livro *Educação para a paz e direitos humanos* (2008), no qual foram impressas as principais análises, perspectivas e proposições de pesquisadores nacionais e internacionais.

Desde 2010 o NEP vem implementando o projeto de extensão denominado Estudar em paz: mediação social transformadora em contextos educativos. Durante muitos anos ele fez parte dos PEACs[7] do Decanato de Extensão da UnB, ao se propor a realizar a formação de docentes e estudantes em mediadores/as individuais e coletivos nas escolas da rede pública do DF, nos Institutos Federais do DF e em 2025, também na

7 PEACs (Projetos ou Programas de Ação Contínua) da UnB, vinculados ao Departamento de Extensão (DEX), são ações extensionistas que promovem a interação entre a universidade e a sociedade para integrar o conhecimento acadêmico com os saberes das comunidades externas.

Universidade de Brasília. A mediação social transformadora, como práxis de educação para a paz e direitos humanos está voltada para a mudança de práticas, valores, comportamentos e atitudes dos educandos, no sentido de desconstruir a cultura de violência e traduzi-la em uma cultura de paz por meio de metodologia dialógica e participativa.

A mediação social transformadora é também uma prática social capaz de criar laços sociais capazes de transformar conflitos e enfrentar as violências, por meio de reflexões, diálogos e ações voltados para propiciar a paz, a cidadania, a justiça social e a democracia. Este projeto teve início no Centro Educacional São Francisco, em São Sebastião/DF em 2009, e a partir daí se difundiu para o Centro de Ensino Fundamental 2 (Paranoá/DF), o Centro de Ensino Fundamental 602 (Recanto das Emas/DF) e a Regional de Ensino do Gama/DF em 2011. Em 2012, foi expandido para a Regional de Ensino de Samambaia, e em ambas as Regionais realizou a formação de orientadores educacionais, enquanto nas Regiões Administrativas anteriores foi responsável pela formação de professores e estudantes. O projeto continua em vigor até hoje nas escolas da rede pública do DF, nos Institutos Federais e na Universidade de Brasília.

Na Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), o projeto já realizou também seminários, oficinas, fóruns de mediação social e cursos de formação na Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (EAPE), e em escolas de diversas regionais de ensino. Tendo como referência as propostas para a educação básica do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e do Programa Nacional de Direitos Humanos III (2009), o projeto trabalha para a transformação positiva dos conflitos e o enfrentamento da exclusão, da desigualdade, da precariedade do transporte e do espaço físico escolar, assim como lida com o *bullying*[8] e o *cyberbulling*[9] entre outros.

Esta proposta pedagógica de caráter holístico e transdisciplinar se conecta com as orientações de Pierre Weil (1997), no sentido de integrar não apenas os vários saberes dos estudantes e educadores , mas também contribuir para o amadurecimento de suas emoções e da intuição , de modo a transformar seus valores , atitudes e comportamentos em direção a um estilo de vida voltado para o respeito ao outro por meio de práticas

8 Bullying é uma forma de violência intencional, repetitiva e com desequilíbrio de poder, que ocorre geralmente em ambientes de convivência (como escolas, locais de trabalho ou comunidades). Envolve agressões físicas, verbais, psicológicas ou sociais contra uma pessoa ou grupo, que se tornam alvos por características reais ou atribuídas.

9 Cyberbullying é o bullying praticado no ambiente digital, por meio de redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos online ou outras plataformas virtuais. As agressões são diversas: espalhar boatos, expor fotos ou vídeos íntimos sem consentimento, criar perfis falsos para atacar alguém, enviar mensagens ofensivas ou ameaçadoras

não-violentas e tolerantes, de cooperação e solidariedade, de justiça social e diálogo.

Em 2023, por uma iniciativa de três Núcleos Temáticos do CEAM, Núcleo de Estudos do Futuro (n-Futuros); Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP) e o Núcleo de Estudos de Ciência, Arte, Filosofia e Espiritualidade (CAFE) do CEAM, teve início o projeto "Educação para a paz: a conquista da essencial paz mundial" que foi chancelado pelo querido colega Isaac Roitman na seguinte afirmação:

> As guerras produzem mortalidade, ódio, desamor e promovem gastos incalculáveis em um mundo onde milhões de seres humanos vivem na miséria. A humanidade não pode ficar à mercê de personalidades, de guerras comerciais, guerras de domínios geopolíticos, de interesse do comércio de armas. São a expressão da barbárie e da insanidade, em oposição à civilização, ao amor. É importante frisar que a paz não é apenas a ausência de guerra entre os países. Paz é garantir que todas as pessoas tenham moradia, alimentos, roupas, educação, saúde, amor e compreensão. Paz é cuidar do ambiente em que vivemos, garantir a qualidade da água, o saneamento básico, a despoluição do ar, o bom aproveitamento da terra. Paz é buscar serenidade dentro da gente para viver com alegria. Paz é a capacidade de se criar clima de harmonia entre todos, lembrando-se sempre de que onde existe amor, existe paz.

Esta sensível compreensão da paz combinada com a conquista das necessidades humanas, que se traduzem na dignidade do viver e o clima de harmonia, amor e alegria oriundos da serenidade do mundo interior, são os alicerces de uma nova civilização que se anuncia nas ações de compromisso com a solidariedade, o respeito ao outro e a justiça social. Esta proposta tripartite do CEAM teve como parceiro a União Planetária (UP), organização não-governamental representada por Ulisses Riedel de Resende, 92 anos, um defensor inabalável da paz mundial, cujo propósito é "a edificação de um novo modelo civilizatório virtuoso" (2023, p. 146).

Desta parceria surgiu o projeto Tribuna Livre pela Paz, uma atividade semanal realizada desde agosto de 2024 no Memorial Darcy Ribeiro, onde são convidados a se apresentar os membros deste evento e pessoas que tem uma trajetória que combina a perspectiva profissional e seu comprometimento com a paz mundial. Palestrantes de diversas áreas do conhecimento tem se revezado nesta tribuna, para indicar os caminhos que se pode abrir para garantir uma vida digna de amor e paz.

Em 2024, a Universidade de Brasília deu início ao processo que levou à parceria com o Fórum de Universidades pela Paz (FOUP), ratifi-

cado em 2025, cujo objetivo é "promover diálogos, pesquisas e ações pela paz, desprovidos de interesses político-partidários, religiosos e/ou ideológicos. Sendo o Fórum de Universidades pela Paz (FOUP) um espaço e ambiente capaz de fomentar, a partir das competências e experiências das instituições de ensino superior, em parceria com os governos e outras instituições, discussões sistêmicas das realidades sociais relevantes para a paz e a produção de conhecimentos sobre a temática envolvendo as suas múltiplas variáveis".

Nesse cenário complexo e importante, as instituições de ensino, outras instituições e os governos vêm sendo exigidos por ações e posicionamentos sociais. Um mecanismo capaz de organizar e mobilizar esses agentes é o Fórum de Universidades pela Paz (FOUP), que surge com objetivos amplos e fundamentais para definir e organizar lideranças integradas pelas Instituições de Ensino Superior, para o planejamento, estruturação e execução de programas e de projetos com objetivos de ação pela paz, com destaque para os seguintes eixos: Justiça e segurança da vida; Educação de qualidade; Meio ambiente, clima e energia; Inclusão social e equidade racial; Tecnologia e Infraestrutura; Saúde e Bem-estar; Desenvolvimento Socioeconômico e Trabalho; e, Sustentabilidade urbana e rural. Todos os eixos escolhidos para a atuação do FOUP estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Com este compromisso, a UnB se coloca em um patamar de protagonismo no cenário da promoção da paz, tanto ao nível interno, como no evento da "Marcha Mundial pela Paz" em abril de 2025 junto à Reitoria da UnB e na realização do seminário "Paz: a esperança do presente para o direito ao futuro", realizado pelo projeto tripartite do CEAM em parceria com a ADUnB, o SINTFUB e o DCE em julho de 2025.

Para culminar as ações internas sobre a paz, foi lançada pelo NEP no primeiro semestre de 2025, a disciplina "Ciência da Paz: possibilidades e desafios", em parceria do CEAM com a União Planetária, cujo objetivo é proporcionar uma compreensão holística dos conceitos e práticas necessárias para a construção da paz, promovendo uma nova mentalidade global baseada em virtudes, humanismo e cooperação. Neste sentido, pretende contribuir para formar cidadãos/dãs comprometidos/das com valores éticos e democráticos e com os direitos humanos.

Ainda em 2025, em parceria com a União Planetária, foi formada uma Rede de Entidades Educativas para uma Ciência da Paz e por Fazimentos pela Paz, com a proposta de realizar uma articulação e organização de uma rede de instituições educativas, por meio de seus professores e/ou gestores, para organização de estudos e atividades relacionadas ao compromisso com a construção efetiva da paz, tanto no sentido de ausência, prevenção e enfrentamento das guerras, quanto na perspectiva da paz positiva (Johan Galtung) como afirmação da cultura de direitos humanos, inclusão, capacidade de diálogo e acolhimento, justiça social,

felicidade e bem-estar pessoal e coletivo, resolução pacífica de conflitos, a partir do conteúdo proposto na disciplina 'Ciência da Paz', ofertada pela Universidade de Brasília no primeiro e segundo semestre de 2025.

Com este conjunto de iniciativas, a UnB tem cumprido seu propósito de garantir um compromisso acadêmico e social com o tema da paz, de modo a difundir sua importância para a comunidade acadêmica e a sociedade. Neste caminho, a Universidade se soma às dezenas de outras instituições de ensino superior brasileiras, latino-americanas e europeias.

Nesta direção, o respeito às tradições ancestrais, também se faz muito presente na UnB, a quem o Conselho Universitário em 2023 outorgou o título de *Doutor Honoris Causa*, a um dos mais recentes intelectuais admitidos na Academia Brasileira de Letras, Ailton Krenak, cujo discurso em prol da coletividade, da tolerância, da ciência e da paz, foi proferido em abertura de semestre na UnB. Aliás, foi também na UnB que ele cunhou a expressão que dá título a um de seus livros – *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, Krenak toca a sensibilidade dos estudantes quanto à expectativa que têm das universidades. Ele vislumbra como horizonte"*produzir ciência e conhecimento que auxilie o mundo a viver em paz*", ciente de que a *paz é resultado de lutas*. "*Ciência. Ciência. Ciência. Paz. Paz. Paz, ciência*". "Paz não é um orvalho da manhã, mas resultado de resistência e luta", "*O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal*" (Krenak, 2020).

Num Brasil de quebradas, num Brasil com s, sufocado por *um Brazil com z* (Aldir Blanc, Querelas do Brasil), qual a paz que queremos, qual a paz a construir. Essa é a função da atitude científica para conhecer a paz; a disposição sensível já exibe a paz que não queremos, como em *Minha alma (A paz que eu não quero)*, canção de O Rappa (https://www.youtube.com/watch?v=vF1Ad3hrdzY): *"A minha alma tá armada / E apontada para a cara do sossego / Pois paz sem voz, paz sem voz / Não é paz, é medo"*.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, Cristovam. **Universidade tridimensional**. Brasília: UnB, 1985.

BUARQUE, Cristovam et al. Oito compromissos da autonomia universitária. In: 1º Seminário da Autonomia Universitária. Região Sul – Florianópolis: UDESC, 2025.

CEAM/ NEP. Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos. Projeto Estudar em Paz: mediação social transformadora em contextos educativos. UnB/DEX, 2021.

CEAM / NEP. Disciplina Ciência da Paz: possibilidades e desafios. Programa da disciplina. 2025.

CEAM / União Planetária. Projeto Tribuna Livre pela Paz, UnB, 2024.

CEAM. Núcleo de Estudos do Futuro (n-Futuros), Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP) e Núcleo de Estudos de Ciência, Arte, Filosofia e Espiritualidade (CAFÉ). Projeto Educação para a Paz: a conquista da essencial paz mundial. UnB, 2024.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver.** São Paulo, Cultura do Bem Viver, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, José Renato V.; SOUSA, Nair H. Bicalho de; MARTON-LEFÈVRE, Júlia. **Educação para a Paz e Direitos Humanos.** Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, 2008.

MOLL, Jaqueline. **Projeto Rede de Entidades Educativas para uma Ciência da Paz e por Fazimentos pela Paz.** UnB / CEAM / União Planetária. 2025.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Gilberto C. **Johan Galtung e a paz por meios pacíficos**. Le Monde Diplomatique – Brasil, Edição 218, 21/2/2024.

ONU. Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz (Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13 de setembro de 1999, por meio da Resolução A/RES/53/243.

RESENDE, Marcos L. B. **Consciência individual e coletiva direcionada à paz.** TV SUPREN, canal 2 da NET. Tribuna Pela Paz. 20/8/2024.

RESENDE, Ulisses Riedel. **O mundo ideal:** realizável, imprescindível e urgente. Brasília: União Planetária, 2023.

SOUSA JR., José Geraldo (et al.). **Da universidade necessária à universidade emancipatória.** Brasília: UnB, 2012.

SOUSA JR., José Geraldo (et al.). **Educando para os Direitos Humanos:** pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.

SOUSA, Nair H. Bicalho e BELEZA, Flávia T. Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP): 30 anos. In: SOUSA JR, José Geraldo et al. **O Direito Achado na Rua. Introdução crítica ao direito como liberdade.** Volume 10. Brasília: UnB / OAB DF, 2021.

TV SUPREN, Programa Diálogos Sobre a Vida (2023), Marcos Resende e Eduardo Weaver. **A paz em nós e a paz do mundo** (obra de Jiddu Krishnamurti).

UNIÃO PLANETÁRIA. **Reflexões. A essencial conquista da paz mundial:** a superação da barbárie pela civilização. Brasília: União Planetária, 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Portaria nº 0553, de 1º de dezembro de 1986. Cria o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da UnB. Reitoria da UnB, Brasília, 1986.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Estatuto e Regimento Geral.** 2025. Edição com emendas e alterações inseridas no Estatuto e no Regimento Geral, aprovadas pelo Conselho Universitário da UnB, por meio da Resolução n. 29/2010, de 7/12/2010;

da Resolução n. 7/2011, de 24/5/2011; da Resolução n. 2/2014, de 19 de fevereiro de 2014; da Resolução n. 1/2017, de 20/1/2017; da Resolução n. 16/2017, de 13/4/2017; da Resolução n. 17/2017, de 13/4/2017; da Resolução n. 18/2017, de 13/4/2017; da Resolução n. 11/2018, de 26/3/2018; da Resolução n. 16/2019, de 16/8/2019; da Resolução n. 32/2019, de 13/12/2019; da Resolução n. 12/2020, de 14/4/2020; da Resolução n. 61/2021, de 23/9/2021; da Resolução n. 67/2021, de 25/10/2021; da Resolução n. 22/2022, de 19/4/2022; da Resolução n. 14/2023, de 31/3/2023; e da Resolução n. 24/2023, de 6/6/2023.

WEIL, Pièrre. **A arte de viver em paz:** por uma nova consciência e educação. São Paulo, Ed. Gente, 1997, 1ª edição.

UMA REFLEXÃO SOBRE A PAZ NA ÓTICA DA DIALÉTICA DE HEGEL

Roberto Guelfi[10]

A dialética de Hegel

A dinâmica do universo existe para que se cumpra o propósito fundamental da criação: sua evolução. As convulsões sociais, políticas, climáticas, econômicas, familiares e de qualquer outra natureza devem ser entendidas como trilhas da evolução universal como parte do processo evolutivo dialético. A dialética de Hegel (1807) é um dos conceitos mais influentes da filosofia ocidental. Ele desvendou um princípio dialético através do qual é possível compreender a realidade por meio da contradição e do movimento. Esse método é descrito como um processo de três etapas:

1. **Tese** – Uma ideia, posição ou afirmação inicial.
2. **Antítese** – A negação ou oposição à tese.
3. **Síntese** – A resolução do contraste ou conflito, integrando sinergicamente *tese* e *antítese*, formando um novo conceito mais elevado: *a nova tese!*

Hegel acreditava que esse processo dialético impulsiona o desenvolvimento da história, da sociedade e do pensamento humano. Para ele, a realidade não é estática, mas sim um fluxo contínuo de mudanças e contradições que levam ao progresso, através de ciclos dialéticos consecutivos.

A dialética de Hegel influenciou modelos filosóficos, políticos e econômicos, alguns de aplicação amplamente questionável como o marxismo, por exemplo, cujo fracasso se dá pela negação da liberdade humana e pela imposição à sociedade de processos políticos e econômicos derivados de interpretações ideológicas de conceitos relacionados à dialética de Hegel. Mas, em sua essência, a dialética é uma lei universal que preside a todos os fenômenos humanos individuais ou sociais, como meio de garantir sua evolução. Como toda lei universal, seu cumprimento respeita o livre arbítrio humano, flexionando sua abrangência e modulando sua atuação sobre os fenômenos, sem, contudo, deixar de ser integral e conclusiva. Toda ação é dialética, seja na materialidade, no intelecto ou na psique.

A dialética mostra que todo movimento ou ação tem sempre três estágios: a origem *(tese)*, o percurso *(antítese)* e o destino *(síntese)*. Na

10 Airton Roberto Guelfi é delegado de polícia, professor universitário e pesquisador em Direito Penal Ambiental. É autor de Direito Penal Ecocêntrico, obra que propõe a proteção jurídica da vida não humana. Também escreve sobre espiritualidade e autoconhecimento no portal Eu Sem Fronteiras.

maioria dos fenômenos, a origem e o destino são efêmeros. No caminhar, por exemplo, o que se consegue facilmente observar é o percurso. A origem e o destino de cada passo dado são momentos estáticos tão efêmeros que passam sem ser percebidos. Em uma ínfima fração de segundo, as duas pernas permanecem paralelas após o passo anterior e antes do passo seguinte. Uma fotografia bem calibrada pode evidenciar esse fato. A dialética, portanto, é mais percebida em ações cíclicas que contenham bem definidas suas três etapas. As mudanças mais pronunciadas que ocorrem na sociedade, na ciência, na economia e na política, bem como na consciência humana, são mais óbvias quanto ao seu aspecto dialético.

A lei da dualidade do universo que sempre apresenta dois aspectos opostos em sua manifestação – o quente e o frio, o bonito e o feio, o alto e o baixo, o bem e o mal etc. - é uma oportunidade de reconciliação que nos é oferecida em favor do crescimento da consciência do indivíduo e da sociedade. Se um lado da dualidade é a *tese* e o seu oposto é a *antítese*, a intenção da lei universal da evolução é que resolvamos essa dualidade, através da *síntese* entre os dois. Conciliar opostos não é adotar o meio termo, ou assumir a equidistância ou a neutralidade entre os opostos. Conciliar os opostos é despertar a compreensão de que os dois lados são parte de uma única realidade, onde os opostos apenas vibram em frequências diferentes. O quente e o frio vibram em frequências diferentes na realidade da temperatura. O bem e o mal vibram em diferentes frequências na realidade da consciência e assim por diante. Quando temos esse entendimento, superamos a dualidade e integramos seus dois elementos num terceiro de maior valor: a *síntese*. A *síntese*, portanto, é um momento de paz, de realização, de satisfação com a culminância de um nível mais elevado de consciência.

A entropia e a dialética de Hegel

No entanto, a paz da *síntese* é efêmera, pois as leis universais se impõem como propulsoras de um contínuo crescimento do ser humano. Assim, a *síntese* alcançada se transmuta na *tese* de um novo ciclo evolutivo, que já integrou a experiência do ciclo anterior. Mas, no processo dialético, o que promove a evolução é o percurso, a *antítese*. Uma realidade sem movimento não evolui. Aqui se aplica o conceito de "entropia", emprestado da segunda lei da termodinâmica: "Todo sistema isolado tende à desorganização". Entende-se como um sistema isolado aquele que não troca energia com outros sistemas. O grau de integração, portanto, define, inversamente, o grau da entropia. Quanto maior a integração, menor a entropia.

Trazendo a dialética para o terreno da Física, a tese, em qualquer ciclo da espiral evolutiva, é um sistema isolado que tende à desorganização, à deterioração. Se a *tese* já incorporou a experiência do ciclo anterior, então o ciclo atual carece de novas experiências, sem o que não pode

haver evolução. A *antítese* é um sistema oposto ao sistema original – *tese* - que promove a troca de energia entre ambos - confronto, contraste, rebeldia, inovação, criatividade, arroubo - visando evitar o colapso do sistema original, a *tese*. Essa mistura de sentimentos é o caldo emocional, o desassossego, a inquietação que propiciará a emergência da *síntese* - agora no novo ciclo - resgatando a tese original e a promovendo a um estado de consciência mais elevado: a tese do ciclo dialético seguinte. Neste ponto, a nova tese, o novo sistema, se reorganiza em uma nova frequência, mais elevada, mais consciente, mas que, no entanto, já contém em seu "DNA" o germe da entropia que o induzirá a um novo ciclo dialético, num processo evolucional permanente e inexorável.

A parábola do filho pródigo de Jesus, uma das mais conhecidas, representa bem este processo. Nela, a *tese* é representada pelo filho na convivência pacífica com a família. Na *antítese*, o filho, aborrecido em seu tédio (sintoma entrópico), abandona o lar e vai viver novas aventuras que consomem por inteiro a herança que carregou consigo. Na *síntese*, ele retorna ao lar, amadurecido pelas privações e pela dor das experiências vividas, agora consciente dos valores que abandonou ao sair de casa. Evidentemente, a parábola se refere ao ser humano e seu périplo errante pelos caminhos da matéria, que um dia retornará ao lar sagrado através da evolução de sua consciência.

A paz no processo dialético

O propósito deste artigo é interpretar o tema da paz, individual ou coletiva, no âmbito da dialética de Hegel. Nesse contexto, a paz é aqui entendida como um estado de quietude emocional, onde prevalece a não contestação dos valores vigentes, graças a uma espécie de consenso na concordância acerca desses valores. Não se trata de uma paz imposta ou assumida por conveniência social. Trata-se da paz da "lua de mel", de um estado autêntico de conformidade individual ou social. Intuitivamente, percebe-se que a paz, assim entendida, se insere na tese - síntese do ciclo anterior - do processo dialético. Ela é a própria essência de um momento sem contestações, negações ou rebeldia. Na paz não há discordâncias significativas que não sejam superadas pela compreensão e aceitação natural das diferenças.

A paz começa a deixar a arena pessoal, familiar ou social, quando as barreiras do *status quo* passam a ser tensionadas pela pressão da necessidade de mudanças – seja ela inspirada no seio do ser em evolução ou por pressões ou ameaças externas. (utilizo o termo "ser em evolução" para significar qualquer protagonista do processo dialético: o indivíduo, a família, a sociedade ou as nações). Neste ponto, as dissonâncias não são casuais e de fácil aceitação. Elas desafiam a cultura vigente e transgridem a velha ordem estabelecida.

Se o processo dialético é uma lei universal, que preside a evolução de tudo e de todos, então, em princípio, a "não paz" é um estado natural

do processo evolutivo. Ele corresponde ao estágio da *antítese* na dialética de Hegel. O grande desafio está em conciliar a manutenção da paz com a inexorabilidade do processo dialético evolutivo.

Para que se vença este desafio, é necessário que se entenda que a "não paz" não significa obrigatoriamente "violência". A cada novo ciclo dialético, tanto a paz quanto a não paz adquirem novos significados, emanados dos novos estados de consciência atingidos pelos *seres em evolução* a cada novo ciclo.

Os novos estados de consciência, assim adquiridos, trazem consigo o autoconhecimento cada vez mais profundo e, portanto, a compreensão de que somos os agentes de nossa própria evolução, induzida pela lei universal da dialética. Se a evolução é decorrência de uma vivência em oposição ao *status quo* - na *antítese* - é exatamente para este estágio dialético que os seres mais conscientes serão atraídos.

Quanto mais longa for a permanência na fase *tese* do processo – em que a paz herdada da síntese do ciclo anterior começa a sofrer ameaças - maior será a explosão na *antítese* e mais difícil será a integração na *síntese*. As tensões, lentamente acumuladas e muitas vezes despercebidas, vão criando as condições para uma eclosão violenta na *antítese*. Integrar *tese* e *antítese* em *síntese*, quando a energia que as permeia é de potência extrema, é um desafio de grandes proporções.

Por outro lado, *teses* – momentos estáticos, sem mudanças - de curta duração geram *antíteses* menos agressivas, de baixo nível de tensão, mesmo que tragam conteúdos marcantes. Ao longo do processo de evolução da consciência, os momentos estáticos (*teses*) vão se tornando mais curtos, já que *entidades* de maior consciência entendem a necessidade permanente de mudanças, pois sabem que os momentos estáticos não contribuem para o crescimento. E, assim, o processo como um todo vai se tornando ameno, fazendo da jornada da existência um processo de movimento contínuo, como o caminhar...

No contexto da dialética de Hegel, o desafio não é o de eliminar a violência ou compelir uma sociedade para a paz, como se a paz fosse uma questão de aculturamento, educação ou doutrinação. A indução à paz não espontânea infringe a lei universal da evolução dialética, traduzindo-se em um ato violento em si mesmo, já que trata de evitar as contradições das mudanças, responsáveis pelo processo de evolução das consciências. O desafio é tornar os ciclos dialéticos pessoais ou sociais mais céleres, esvaziando deles as tensões exacerbadas pela inércia entrópica. Paradoxalmente, o incentivo a mudanças pode orientar um povo para a paz, muito mais que o incentivo a um estado de paz inerte. A estagnação pessoal ou social gera tensões que culminam em uma insurgência contra *o status quo*. Por outro lado, habituar-se a mudanças significa aprender a lidar, em paz, com as contradições inerentes a elas. Uma sociedade que entende, aceita e sabe lidar com essas contradições como parte de sua experiência cotidiana é, ao mesmo tempo, evolucionária e pacífica.

Não se descarta aqui a violência patológica e patogênica que assola muitos indivíduos e sociedades à margem da cooperação responsável no processo dialético. Este é um estado em que a *antítese* se prolonga em conflitos intra ou inter *seres em evolução*, retardando ou negando sua integração na *síntese*. É um delírio que afronta o princípio dialético, criando em torno de si ciclos distorcidos e tolhidos de seu curso natural, que acabam por se adaptar às escolhas insanas dos *seres* envolvidos e que engloba a rebeldia persistente. Neste cenário, a síntese se dá - inevitável que é – com perdas e sofrimentos em níveis proporcionais à rebeldia "antidialética" dos oponentes. Um exemplo é o fim de uma guerra prolongada, onde todos os envolvidos são perdedores por conta dos danos extremos e grandes perdas humanas causadas entre eles.

No entanto, mesmo assim, ainda resta o aprendizado adquirido que permeia a *tese* do novo ciclo.

A paz e o grau de consciência coletiva

Como exposto acima, sob o entendimento da dialética de Hegel, a paz permanente é característica típica das relações intra ou inter *seres em evolução*, em permanente mudanças, em que a *antítese* é a fase dominante na sequência de ciclos dialéticos que se sucedem aceleradamente. Neste contexto, as tensões resultantes das experiências de aprendizado são harmoniosamente dominadas pelos protagonistas de tais ciclos evolutivos. Para atingir esse estágio, no entanto, é preciso que as entidades envolvidas tenham alcançado estados de consciência suficientemente elevados para preferir o aprendizado à estagnação, para honrar as divergências, para usufruir sua liberdade até onde não interfiram no direito à liberdade e na integridade de seus semelhantes.

Um ensinamento, transformado em um jargão religioso, que nunca integrou efetivamente o pragmatismo da vida cotidiana, é a meu ver, a chave para que qualquer *ser em evolução* usufrua o privilégio da paz permanente: "ame o próximo como a si mesmo". Embora já desgastada e pouco valorizada, vejo esta frase, atribuída a Jesus, como um código para que se desvende características fundamentais do universo, quais sejam:

1. O universo é integral – Ele é inteiro, inclui tudo o que existe.
2. O universo é integrado – Suas partes são interdependentes, não podem existir umas sem as outras.
3. O universo é interativo – Suas partes interagem numa dinâmica transformista evolutiva.
4. O universo é coeso – Não há possibilidade de ruptura, de degradação ("na natureza nada se cria, nada perde: tudo se transforma" - Lavoisier)

5. O universo é harmônico – Há sintonia, coerência e sinergia entre suas partes, mesmo que não pareça aos olhos humanos. ("Deus escreve direito por linhas tortas" – provérbio popular)

O que tem a ver o ensinamento de Jesus - sobre amar o próximo como a si mesmo - com as características universais de que supostamente é a chave? Essas características definem o universo, em poucas palavras, como um sistema orgânico único. Neste sistema, cada um de nós, assim como todos os seres vivos, e toda matéria orgânica e inorgânica, tem uma posição única e uma função a cumprir na orquestra do universo. Assim como na orquestra, cada ser deve ver o outro como uma extensão de si mesmo, para que seja garantida a harmonia, a sincronia e a afinação coletiva da grande orquestra universal. Como num holograma, cada um, embora com seu papel específico, contém em si toda a orquestra. Se todos querem o perfeito desempenho da orquestra que contêm em si, cada um espera que todos, incluindo a si mesmo, atuem em sintonia, harmonia e coerência. Cada um deseja ao outro a mesma proficiência de que é dotado – embora em funções diferentes - para que o resultado coletivo seja um sucesso. Cada um "ama o outro como a si mesmo" para a consecução do grande plano da harmonia universal.

Pode-se dizer que uma orquestra, em que seus músicos estão em perfeita sintonia, possui um elevado grau de consciência coletiva.

A paz coletiva é um estado de perfeita sintonia (amor, em suas várias manifestações – compaixão, empatia etc.) em permanente mudança evolutiva, que requer um elevado grau de consciência coletiva.

Paz e resiliência

Resiliência é a capacidade de se adaptar e se recuperar diante de desafios, adversidades ou mudanças. É a força interna que permite seguir em frente, aprender com as dificuldades e crescer emocionalmente, mentalmente e mesmo fisicamente. Um ser resiliente atribui a si mesmo a responsabilidade pelo próprio crescimento; sabe que não é vítima das ações alheias e faz dos problemas oportunidades de aprendizado. Um indivíduo ou sociedade somente manterá essa postura de autonomia pessoal, seja física, emocional e até mesmo espiritual, quando estiver em paz consigo mesmo e com os demais no seu entorno.

Resiliência, portanto, é um conceito que envolve paz e crescimento de consciência. A "não paz" implica uma condição de dependência, de expectativa acerca das ações ou intenções de outros, o que não condiz com o conceito de resiliência. A pessoa ou sociedade resiliente vê a paz como o sucesso na superação dos sucessivos desafios que lhes são apresentados, como resultado das próprias escolhas. A resiliência pressupõe a permanente escalada na espiral da evolução da consciência, através da integração das adversidades - obstáculos, dificuldades, barreiras, provas e

confrontos – num novo patamar de compreensão da vida, do universo e, principalmente, de si mesmo. Um ser ou uma sociedade resiliente só está em paz quando posicionada no fluxo inevitável da evolução universal.

Paz e empatia

A empatia pressupõe a compreensão de que a humanidade é um ser vivo, pulsante, onde todos os seus integrantes estão conectados pela manifestação da Inteligência Primordial, da Fonte, em cada indivíduo. Dessa compreensão, emerge a consciência da unidade da coletividade humana, do Ser Humanidade. Essa conexão profunda entre os seres humanos - embora raramente se manifeste no campo das personalidades humanas – induz as pessoas - que a percebem nos campos mais sutis de sua essência - a sentirem-se um com os demais. A definição corrente de empatia, como a capacidade de se colocar no lugar do outro, tem o significado mais profundo de que a pessoa empata sabe que é também o outro, que o que afeta o outro afeta a si mesmo e a todo o Ser Humanidade. Ser empata não é apenas ser generoso e sentir compaixão pela dor do outro. Ser empata é saber-se parte de um organismo vivo, a Humanidade, cujo equilíbrio depende do equilíbrio de cada relação e de todas as relações humanas. Aqui também, a argamassa que consolida a empatia é o amor em suas várias expressões. Na empatia, a conquista da paz individual implica a conquista da paz do outro, da comunidade, da humanidade.

Paz e liberdade

A paz duradoura, então, não é um estado de sintonia e alinhamento permanentes, em contextos em que não há discórdia. A paz nasce de uma postura interna de busca do autoconhecimento, da transcendência e da responsabilidade empática espontânea. A paz duradoura requer o dinamismo dos contrastes, os ajustes entre valores, paradigmas e culturas dos vários protagonistas do cenário social, cada um exercendo seu livre-arbítrio para contribuir como catalisadores do crescimento da consciência coletiva. Este é o mecanismo que afasta a entropia e privilegia o crescimento e a paz. Quanto mais imbuídos deste mecanismo cósmico de evolução, mais autêntica será a paz entre seus agentes.

Em uma sociedade, os verdadeiros líderes buscam esta paz autêntica, pelo exemplo e pela implantação de instrumentos sociais que permitam o exercício da troca de experiências e de valores, numa espiral dialética social ascendente, onde a evolução social é uma consequência da evolução individual, e não o contrário. O enfoque, para a conquista da verdadeira paz, é atribuir a indivíduos a conformação da sociedade e não à sociedade a conformação de indivíduos. Afinal, a sociedade nasce do indivíduo, sua *célula mater*. É a sociedade que deve pressupor a existência do indivíduo e não o indivíduo pressupor a existência da sociedade, assim como é o corpo que pressupõe a existência do átomo e não o átomo que pressupõe a existência do corpo.

Nesse cenário, a liberdade é condição inerente à paz individual e coletiva. Expressar-se, em todos os níveis, com espontaneidade natural, incluindo nessa expressão a resiliência e a empatia, é colocar-se como um colaborador autêntico no fluxo das interações dialéticas, como um vetor corresponsável pela indução à paz individual e social. É certo que tal nível de harmonia só pode emergir a partir da consciência desperta de pessoas e coletividades. No entanto, qualquer que seja o nível de consciência, seu despertar somente ocorrerá em ambiente de liberdade, o único capaz de disponibilizar as oportunidades de aprendizado inerentes aos ciclos dialéticos evolutivos.

É fundamental que se compreenda que o princípio dialético não pressupõe qualquer tipo de indução externa porque sua característica essencial é a espontaneidade. O pai diz à criança que a chapa do fogão é quente, mas a criança só saberá realmente o que isso significa depois que puser sua mão na chapa; e é assim porque as experiências são pessoais e intransferíveis, porque sem liberdade as experiências são tolhidas, sem experiências não há aprendizado e sem aprendizado não há evolução.

Paz e educação – *"Spes messis in semine"*

A educação voltada para a autonomia do ser é o principal catalisador da emergência de uma sociedade autotransformadora e pacífica. No entanto, como ainda é vista por uma parte inconsciente da sociedade atual, a educação é voltada à formação de produtores-consumidores de bens e serviços, em benefício da riqueza econômica, bem como dirigida ao condicionamento do ser humano para uma função "androidizada" na sociedade, que observe padrões uniformes de comportamento, desenvolvidos e impostos pelos pais, escolas, religiões e ideologias.

Fosse consciente, a educação seria formatada para incluir o despertar do potencial humano de se tornar um ser integral, capaz de harmonizar todos os seus corpos, do mais denso ao mais sutil, que lhe permitisse usufruir das dádivas do universo e delas compartilhar com seus semelhantes.

"*Spes messis in semine*" - Provérbio latino que significa "A esperança da colheita reside na semente!" A excelência do fruto do amanhã - a "integralidade do Ser" e a sociedade humanizada decorrente - resultará da qualidade do plantio de hoje: do solo mais fértil, da melhor semente e da semeadura consciente.

Qual o solo mais fértil, no seio da humanidade, senão a alma virgem de uma criança, cujo potencial é infinito, as possibilidades sem limitações, a criatividade sem barreiras, o julgamento sem preconceitos e a vocação sem restrições? Esse ambiente de pureza e sacralidade expressa a perfeição do ser ao nascer, a pedra mais preciosa que se pode encontrar entre os humanos, em seu estado essencial.

Pais e educadores, que responsabilidade! Se o DNA e as experiências herdadas, por si só indicam o pré-roteiro de uma vida, cabe a vocês,

pais e educadores, inseminar nela o potencial de desenvolvimento e sustentabilidade dos atributos cosmicamente por ela herdados: a liberdade, a responsabilidade, a criatividade, o discernimento e a vocação. Só assim estará assegurado o ambiente ideal em que o ser cumprirá com efetividade suas missões neste plano: a do serviço e a do aprendizado, recursos e produtos das interações sistêmicas dos ciclos dialéticos evolutivos.

O cumprimento efetivo do papel dos pais requer amor e sabedoria. Mas o amor instintivo, egóico, superprotetor e adestrador, condicionado pela cultura civilizatória vigente, pede, em contrapartida, a submissão e a obediência aos padrões de comportamento impostos pelas convenções familiares sociais e religiosas que, por serem convenções, são também rígidas e não negociáveis.

No contexto deste amor instintivo condicionado, o filho é preparado para adquirir os valores sociais de elite, no nível dos padrões econômicos e culturais dos pais: comportamento precocemente disciplinado, amigos com valores e classe social semelhantes, escolas tradicionais, comportamento social irretocável, e respeito incondicional a qualquer hierarquia socialmente reconhecida, cuja organização garanta, mediante vinculação, a aquisição dos valores religiosos, sociais ou econômicos almejados.

Assim, o filho é preparado para atender à expectativa geral da sociedade, e para competir, com determinação, por conforto, riqueza e poder, de cuja conquista o amor egoísta dos pais reclama para si o reconhecimento - dos filhos, dos familiares e da sociedade. Quanto à rebeldia dos filhos, "ela é típica da idade: são apenas crianças, não têm compreensão do que é a vida".

E, assim, a criança cresce e torna-se um adulto, tendo assimilado todos os padrões que lhe foram impostos, renegando sua criatividade, suas diferenças, suas tipicidades, seus julgamentos e sua própria missão natural. Afinal, no contexto da educação para a sociedade, "ser diferente é um fator de exclusão social, problema este que deve ser corrigido por uma terapia de adequação, visando o reenquadramento aos padrões aceitos e praticados pela sociedade".

Ora, a sociedade é um meio, é o cadinho onde se fundem as experiências de vida para o despertar das consciências de seus integrantes; mas não é um fim em si mesma. Pelo contrário, é preciso que o caldo cultural da sociedade se aprimore com a imersão de valores renovados, assegurando a evolução individual e coletiva.

Assim é a sociedade reconhecida pelo amor "intuitivo", ou amor-sabedoria, que não renega, mas conscientiza e direciona o amor instintivo nascido do ego inferior. O "fim", na educação de uma criança, não é a sociedade, mas o ser em si mesmo, como indivíduo e como Humanidade. Os valores sociais que não sustentem valores humanos autênticos devem ser descartados.

Educar, não somente para a sociedade, mas principalmente para o autoconhecimento e para a Humanidade, assegura que se instalem as mudanças sociais necessárias; desperta o potencial de contribuição para o aprimoramento dos valores e, portanto, para a formação de uma sociedade consciente, humanizada e pacífica, *a colheita cuja esperança reside na semente*.

Considerações finais

Não conheço melhor representação do sentimento de "felicidade" que aquela trazida pela palavra "paz", cujo verdadeiro sentido, longe de expressar resignação, inação ou passividade, refere-se ao êxtase de um permanente estado de realização, de crescimento e de transcendência. Neste artigo, abordamos alguns fundamentos de sustentação deste estado: o princípio dialético, a resiliência, a empatia, a educação e a liberdade, todos eles elos da mesma corrente do amor universal.

Na dinâmica da espiral ascendente da dialética evolutiva - mantenedora da paz do ser e da sociedade - são seus principais protagonistas:

- A autonomia e a autoconfiança - produto da resiliência.
- O servir e o saber-se parte do grande concerto da experiência humana - produto da empatia.
- O empenho em facilitar o desabrochar das bençãos cósmicas das quais todos os seres são dotados – produto da educação.
- A capacidade de fluir pelos campos da interação, da criatividade, do discernimento e da missão autoidentificada, pelo uso responsável do livre arbítrio – produto da liberdade.

Isso tudo, visto sob a ótica do caos planetário que se desenrola sob nossos olhos, parece uma visão utópica. No entanto, não será esse mesmo caos a efervescência dos ingredientes que já se fundem no grande cadinho da Sociedade Humana em anúncio à grande síntese para um novo ciclo dialético evolutivo?

REFERÊNCIAS

HOULGATE, Stephen. **An Introduction to Hegel**: Freedom, Truth and History. Blackwell Publishing, 2005.

CAMAROTTI, Maria Henriqueta. **Resiliência**: O Poder da Autotransformação. Ed. Flor da Manhã, 2022.

GUELFI, Roberto. **Autoconstruir-se:** A Jornada Transcendente da Existência. Amazon, 2023.

AUTOTRANSFORMAÇÃO COMO CAMINHO PARA A PAZ: UMA PROPOSTA DA TERAPIA TRANSESSENCIAL

Henriqueta Camarotti[11]

Introdução

Como alcançaremos a paz entre as criaturas humanas? Alguns podem defender que aconteceria pelos mecanismos sociais; outros pela transformação dos indivíduos; outros afirmariam, categoricamente, que é um dilema a ser compreendido, quem sabe, de forma conjunta, pela filosofia, pela antropologia, pela ciência, pela espiritualidade ou pelas religiões.

Desde os primórdios da história, o sofrimento, a violência e as guerras derivam de contextos ao mesmo tempo individuais, familiares, políticos e geopolíticos. A paz tem se mostrado como um intervalo, um momento fugaz, um repouso para o retorno à contenda - do individual (consigo mesmo) até o geopolítico (jogo do poder entre as nações). Nenhuma teoria no âmbito psíquico e familiar, nenhum modelo social e econômico e nenhuma ideologia política tem sido capaz de explicar e preservar a paz autêntica como o estado natural e permanente dos indivíduos, das sociedades e das nações.

A violência é um fenômeno social complexo com origem muito diversificada, entre elas as subjetividades nas reações exacerbadas à própria insegurança, seja de indivíduos ou de governos. A competição desenfreada por riqueza e poder tem assim, suas raízes na insegurança, na suposta ameaça, no medo e na intolerância às diferenças. Qualquer teoria ou modelo seja, econômico, político, religioso ou social, que não coloque em seu bojo o propósito intrínseco e fundamental da elevação da consciência do ser humano a patamares superiores de percepção da realidade, tenderá ao fracasso!

Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou a Declaração sobre uma Cultura da Paz, que estabeleceu princípios fundamentais para promover a paz e a não violência em nível global. Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) lançou o Manifesto 2000, que incentivava indivíduos a adotarem valores como respeito à vida, à não violência ativa e à solidariedade. O ano 2000 seria lembrado como o "ano internacional da cultura de paz". Na sequência, a década conseguinte (2001 a 2010) seria atribuído

11 Neuropsiquiatra; mestre em psicologia; gestalterapeuta; terapeuta comunitária integrativa e formadora dessa metodologia. Professora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UNB (CEAM/UNB). Criadora da Abordagem Terapia Transessencial; autora dos livros: Resiliência: o poder da autotransformação; Consciência Autocurativa; Sete Passos para a Autocura; e Autotransformação e Cura, além de várias publicações e capítulos de livros.

o título de "*década internacional para uma cultura de paz e não violência para as crianças do mundo*". No entanto, passadas quase três décadas de tais eventos, ainda não ocorreu no mundo, ou mesmo em países ou regiões isoladas, um movimento expressivo pela paz.

Como uma pequena contribuição à reflexão sobre possíveis caminhos para atingir um mundo pacífico, apresentam-se alguns conceitos e abordagens como exemplos e trilhas nessa direção, abordando primeiramente a paz como um conceito individual e coletivo, a paz como um conceito social, atitudes possíveis de promoção da paz, a comunicação não violenta, a Gestalt Terapia e a Terapia Transessencial.

Sobre a paz

A paz é, possivelmente, o estado de ser individual ou coletivo mais almejado e perseguido por qualquer ser ou grupo humano. Usufruir da paz não presume, necessariamente, a ausência de conflitos, e, sim, a prevenção e a resolução não violenta deles. Para uma convivência pacífica as relações humanas deveriam estar permeadas de tolerância e solidariedade, tendo ainda como pilares fundamentais o diálogo, a negociação, a mediação e uma comunicação não violenta. A paz não é um lugar ao qual se chega e se acomoda, mas, sim, um processo constante e cotidiano, que demanda da humanidade esforço de promoção e de manutenção.

A paz é a condição para a verdadeira felicidade. Embora esta afirmação possa parecer contraditória quando confrontada com as manifestações de "não paz" que assolam os indivíduos e as sociedades, desde os primórdios da civilização, há que se considerar que a paz pode ter significados diferentes para pessoas e grupos em diferentes estágios de percepção da vida e de si próprio.

Para um animal carnívoro faminto, a "paz" é a sensação de saciedade de sua fome. E ele matará e comerá sua presa para saciá-la. Fazendo um paralelo: "uma nação guerreira estará em paz quando tiver vencido a nação oponente". Por outro lado, um ser consciente da sua condição fraterna e solidária estará em paz quando vislumbrar a paz em seu semelhante e no grupo social; e uma sociedade consciente estará em paz quando a paz autêntica reinar entre seu povo e nas relações com os demais.

Do ponto de vista do que foi descrito acima, a paz é um estado de espírito, seja individual ou coletivo, e sua percepção depende do nível de consciência de quem a define. Em uma versão mais ampla, a paz é uma condição que permeia as relações entre indivíduos e coletividades. Neste aspecto, a paz é sinônimo de convivência harmônica, de um contexto em que flui o amor, generosidade, empatia, gratidão, compaixão e o perdão nas relações entre pessoas e sociedades. Neste sentido, a "não paz" é um contexto de agonia ou inquietação – rancor, mágoa, ciúme, competição, cobiça, medo, angústia – que leva à violência física, emocional ou moral.

Embora se apliquem a situações diferentes, ambos os conceitos de

paz discutidos acima estão relacionados. Ou seja, para que haja paz nas relações é necessário que haja paz interna – nos indivíduos e nas sociedades. Quando não se está em paz consigo mesmo, é impossível manter a paz em uma relação, a não ser por dissimulação. Assim é que, a paz nas relações pressupõe a paz como estado de espírito. Portanto, assegurar a paz autêntica em uma sociedade, passa por assegurar a paz interior de seus indivíduos.

Paz social

Do ponto de vista social, a paz individual há que se manifestar de forma a não violentar a paz e o bem-estar alheio – de outros ou da sociedade como um todo. O criminoso que alcança sua "paz individual" praticando a criminalidade está insuflando a violência social. Em contrapartida, a repressão truculenta a essa violência representa, por si só, uma violência também. Este ciclo de violência / contra violência se retroalimenta e eclode nas guerras urbanas e entre nações que fazem escala desde sempre. Portanto, o caminho para a paz definitivamente não está na repressão. A repressão pode até impedir ou interromper a violência manifestada, mas não elimina e, na realidade, retroalimenta a violência latente.

Cabe lembrar também que a paz pode ser disseminada, e mesmo imposta, como instrumento de controle social por instituições, elites e governos. Para os gestores é mais fácil controlar uma sociedade submissa que uma sociedade rebelde. Dificilmente serão encontradas pessoas que se posicionam em sociedades repressoras, a não ser quando a tensão interna colapsar esta sociedade. A paz *imposta* artificialmente a uma sociedade é sinal da fraqueza de seus líderes que não representam verdadeiramente as necessidades de seu povo e nem conseguem angariar sua simpatia. Um povo mantido em paz imposta – pela força ou pelas ideologias restritivas – passa a ser submisso e alienado, ou acaba por se rebelar quando nada mais tem a perder. Em nenhum dos casos, no entanto, esse povo vive a paz verdadeira.

Assim, não há como *impor* uma cultura de paz – ou qualquer cultura – a uma sociedade, visto que, em princípio, a cultura *emerge* do povo de forma espontânea. Portanto, qualquer comportamento social imposto – por força ou dissuasão – não pode ser autenticamente cultural. A emergência de uma cultura de paz na humanidade depende da evolução de sua consciência, de sua autotransformação, da abertura para valores e virtudes universais sustentáveis. Afinal, como disse Gandhi, "não existe caminho para a Paz; a Paz é o caminho".

Interseções a favor da paz

O caminho para a paz social emergirá da massa crítica, da força do coletivo de pessoas que vivenciam a paz autêntica consigo mesmas e com os demais. Mas como promover esta transformação? Seguem algumas hipóteses:

1 – *Pelo exemplo* – Neste caso, os promotores da paz social devem, antes de tudo, despertar e viver neles mesmos a paz interior. Através de suas ações, comportamentos e reações ao meio em que vivem e no qual desempenham seus papéis, devem emanar a paz que contagia. O amor, como substância de seus derivados: harmonia, compreensão, generosidade, humildade, compaixão... deve permear sua relação com os demais indivíduos. Os pensamentos e emoções contagiam o ambiente em que são emanados, impregnando aqueles que o frequentam. "Seja a mudança que você quer ver acontecer" (Arleen Lorrance).

2 – *Pela educação* – Aqui, também, é preciso que o educador tenha feito, ele mesmo, a lição de casa. Somente um educador consciente e em busca da própria paz interior pode educar aqueles que se beneficiam do processo. Portanto, não se trata de adestramento ou doutrinação. Trata-se, sim, de induzir o aprendiz a abrir-se e, assim, desvelar o valor universal da paz, como um atributo conquistado pela transformação interior. A paz é inerente ao ser humano consciente e equilibrado em todos os seus níveis: do mais denso – o corpo - ao mais sutil, o espírito. Assim é que educar para a paz é auxiliar o aprendiz a desenvolver a consciência de que ele pode descobrir-se como um ser em paz consigo mesmo, com os demais e com o Planeta.

Um educador ciente de sua missão saberá respeitar o livre-arbítrio do aprendiz - princípio universal primordial – e saberá também distinguir entre o ser pacífico e o ser submisso, entre o ser humilde e o ser humilhado. Ele respeitará a dignidade, a criatividade, o pensamento, os ideais, a vocação e o nível de consciência do aprendiz, respeito este que é a própria argamassa da não violência.

3 – *Mediante processos terapêuticos* – aqui nos referimos àqueles empenhados em ajudar os demais nos processos transformativos – superação dos traumas, das dificuldades e disfunções físicas e psíquicas, no desenvolvimento do autoconhecimento, da resiliência e da percepção de novas possibilidades e caminhos. Isso compete aos profissionais do cuidado, terapeutas de toda natureza, voluntários, pessoas dedicadas a entender a natureza e a alma humana, para assim descobrir novas formas de funcionamento, comportamentos e, assim, aprimorar as relações humanas, superando dores e sofrimentos físicos e emocionais.

A seguir, refletiremos sobre abordagens relevantes, elaboradas por estudiosos do comportamento, que visam desabrochar e potencializar a paz autêntica no indivíduo e na sociedade. Nesta reflexão são colocados exemplos de três abordagens terapêuticas e psicossociais que centram seu objetivo no crescimento humano, na transformação pessoal e grupal e na potencialização da pacificação das relações, são elas:

a) Comunicação Não Violenta de Marshall Rosenberg (ROSENBERG, 2016, 2021),
b)Gestalt Terapia de Fritz Perls (PERLS, 1977)

c) Terapia Transessencial desenvolvida, nas últimas duas décadas, pela autora do presente texto (CAMAROTTI, 2023)

Comunicação Não Violenta

> A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos.
> Albert Einstein

A Comunicação Não Violenta (CNV), metodologia criada pelo psicólogo Marshall Rosenberg, nos anos de 1960, é uma abordagem individual ou grupal que vem sendo largamente utilizada em organizações e grupos no mundo inteiro. Rosenberg desenvolveu essa metodologia a partir de sua própria experiência de resiliência e superação de situações traumáticas e violentas sofridas na infância. Como uma forma de pacificação entre pessoas e grupos, essa abordagem está baseada em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a potencialização da natureza pacífica inata em cada indivíduo, mesmo em condições adversas.

A aplicação prática de tal metodologia ajuda-nos a reformular a maneira pela qual nos expressamos e ouvimos os outros, desenvolvendo um vínculo autêntico que faz florescer naturalmente a empatia, a postura de nos colocarmos no lugar daquele que se expressa.

Rosenberg (2016) elucida como, em sua aplicação prática, a Comunicação Não Violenta reformula a maneira de se expressar e escutar os demais, promovendo maior profundidade na escuta e fomentando o respeito que gera relacionamentos harmônicos e eficazes. São preceitos constitutivos da CNV:

1. *Observar nossos próprios pensamentos e sentimentos no processo de comunicação*. Tal observação traz à consciência um estado equilibrado ou caótico vivenciado naquele momento. Essa constatação age como um reconhecimento de que a forma como vamos nos comunicar é fruto de uma condição interna que afeta a nós mesmos. A partir daí, passa a haver a modulação de nosso comportamento na interlocução de forma a levar em conta a maneira como iremos impactar o outro, por conta de uma questão que nos é particular.
2. *Expressar claramente nossa intenção*, de forma a evitar interpretações falhas ou enviesadas por preconceitos ou paradigmas do outro.
3. *Aplicar os princípios anteriores* na escuta do outro, agora de um ponto de vista inverso: devemos ouvir o outro com a atenção necessária para que possamos observar os pensamentos e sentimentos despertados em nós, e como tais pensamentos e sentimentos podem estar impregnados de preconceitos e paradigmas que, de alguma forma, afetam nosso julgamento. A

ênfase na observação de nós mesmos modula nossas reações induzindo, pelo exemplo, o outro a fazer o mesmo.

A Comunicação Não Violenta enfatiza o trabalho verdadeiro de transformação pessoal nas comunicações, através de um processo que acontece de dentro para fora. Antes de nos conectarmos e nos comunicarmos de forma eficaz com os demais, precisamos nos conhecer profundamente, e isso envolve um compromisso contínuo de crescimento pessoal, desenvolvimento emocional e autoeducação. Devemos olhar para nós mesmos com honestidade e estar dispostos a questionar e reprogramar nossas crenças limitantes. Cabe lembrar aqui que o cientista David Bohm (2005), filósofo da ciência, e referência na pesquisa da física quântica e da neuropsicologia, já nas décadas de 1960 e 70, afirmava que a comunicação verdadeira exige paciência, abertura e disposição para questionar nossas próprias certezas. Quando praticamos o diálogo genuíno, podemos criar soluções mais eficazes para os desafios sociais, organizacionais e interpessoais. Ele acreditava que o diálogo pode transformar sociedades, pois possibilita um entendimento mais profundo entre grupos e indivíduos. A CNV contribui para a Cultura de Paz promovendo empatia, redução de conflitos, fortalecendo as conexões e favorecendo soluções pacíficas.

Nesses aspectos, a CNV se aproxima da Gestalt Terapia e da Terapia Transessencial, abordagens que buscam ampliar o autoconhecimento e a consciência, e que serão apresentadas a seguir.

Gestalt-Terapia

Conhece-te a ti mesmo!
(aforismo grego inscrito no Templo de Apolo em Delfos)

A Gestalt Terapia representa uma abordagem psicoterapêutica que traz em seu bojo a pacificação das relações intra e interpsíquicas. Essa metodologia, desenvolvida entre as décadas de 1940 e 1950, por Fritz Perls, Laura Perls e Paul Goodman, aprofunda a compreensão da consciência humana a partir do diálogo e da integração de conceitos filosóficos, humanistas e existencialistas. Essa terapêutica é baseada na *presentificação* da experiência emocional no *aqui e agora*, e no *contato* consciente da pessoa consigo mesma, com o outro e com o mundo, facilitando assim a autoconsciência e autoexpressão (YONTEF, 1998).

Na Gestalt Terapia, o *contato* é um conceito fundamental que se refere à interação entre o indivíduo, o outro e seu ambiente. Ele ocorre por meio dos sentidos (visão, audição, tato etc.), das sensações e emoções, permitindo que a pessoa se conecte com o mundo ao seu redor de maneira autêntica e consciente. O contato saudável envolve um equilíbrio entre aproximação e afastamento, permitindo que o indivíduo se envolva

com experiências e pessoas sem perder a identidade dos dois lados. Quando há dificuldades no contato, podem surgir bloqueios emocionais e padrões disfuncionais de comportamento. Esse conceito enfatiza a importância de viver plenamente o momento presente.

Para compreender a Gestalt Terapia é necessário aprofundar o conceito de *contato* no processo das relações humanas. Esse fenômeno é essencial, pois somos necessariamente seres em relação, entre nós mesmos, com o outro e com o mundo. O contato ocorre no espaço denominado de "*between us*", conceito que, quando entendido no contexto do processo terapêutico da Gestalt Terapia, assenta-se na qualidade da relação entre terapeuta e cliente. Ele enfatiza a experiência compartilhada no momento presente, destacando o quanto a interação entre os dois influencia o processo terapêutico. Em vez de focar apenas no indivíduo, a Gestalt Terapia valoriza o espaço relacional onde ocorre a troca genuína e autêntica. Representa um conceito ligado à relação dialógica, na qual ambos — terapeuta e cliente — são afetados bilateralmente, promovendo transformação e crescimento. A ideia é que a cura e o desenvolvimento pessoal não acontecem isoladamente, mas, sim, na conexão entre as pessoas.

De acordo com Ribeiro (1991), o contato é a base do relacionamento terapêutico no processo da Gestalt Terapia, onde terapeuta e cliente interagem de forma autêntica e acolhedora: "O valor primordial desse vivo encontro existencial é que duas pessoas estão se arriscando em um diálogo, em um processo de cura. Sua finalidade é um cheio, completo e autêntico momento entre duas pessoas". Nessa troca verdadeira entre terapeuta e paciente, ficam ambos engajados na mudança e assim será possível a transformação pessoal almejada.

Ainda segundo Ribeiro (1991), o *encontro* não ocorre necessariamente entre idênticos: "é a diferença que permite o encontro. É a diferença que permite o reconhecimento da identidade do outro e a minha". E assim, esse pensador da Gestalt Terapia sugere que é na beleza do *contato* e na sintonia entre os diferentes que caminharemos aprendendo, crescendo e nos respeitando mutuamente. Todo investimento da prática gestáltica está centrado na restauração do *contato saudável* e espontâneo. Segundo Ribeiro (1991), "o contato me permite olhar para o outro, percebê-lo diferente de mim, maior ou menor que eu, e me motiva a crescer, a procurar minhas possibilidades sozinho e com o outro".

A gestalt-terapeuta Fittipaldi (2007) considera que a relação terapêutica na abordagem gestáltica pode ser interpretada como uma pedagogia para relacionar-se em paz. Segundo a mesma autora "a partir da abordagem gestáltica, apontou-se que a manifestação saudável das insatisfações e a resolução de conflitos favorecem a construção de uma cultura de paz". Fittipaldi entende que através dos princípios da Gestalt-Terapia ocorre a percepção das emoções como aspectos naturais e necessários para o fluxo da vida, e não como geradores de violência.

Yontef (1998) ressalta a essência da Gestalt-Terapia como uma abordagem baseada no diálogo (contato), na consciência (*awareness*) e na experiência do *aqui e agora*. Ele enfatiza que a verdadeira mudança ocorre quando as pessoas tomam consciência de si mesmas e de seus padrões de comportamento, permitindo que surjam novas possibilidades existenciais e se entreguem às transformações em direção ao crescimento pessoal.

Como base para uma Cultura de Paz, essa metodologia busca ampliar a consciência da pessoa sobre suas emoções, pensamentos e comportamentos e assim lidar melhor com os conflitos surgidos nas relações. Significa a imersão profunda na proposta da autotransformação, condição essencial para a harmonia interna e, portanto, para influenciar positivamente as pessoas no entorno.

Terapia Transessencial

O amor não é restrito ao espaço: é onipresente, atua em todos os lugares no mundo físico, extra físico, espiritual. Não é restrito ao tempo: é eterno. Atua no passado, no presente e no futuro.
Não é bloqueável por barreiras físicas, emocionais ou mentais.
O amor, como energia espiritual, vence qualquer outra energia negativa.
O amor é a força curativa mais poderosa que temos.
(Carlos Eduardo Tosta)

A Terapia Transessencial (TTE), abordagem bio-psico-consciencial-espiritual, centrada no fomento do autoconhecimento e *autotransformação* e, assim, visa potencializar a paz individual, das relações e a pacificação do coletivo.

Entendemos profundamente que para a existência de uma sociedade pacífica seja necessário investir na transformação pessoal dos seus cidadãos. Por isso, incluímos aqui a contribuição da Terapia Transessencial, uma abordagem terapêutica, desenvolvida pela autora deste artigo (CAMAROTTI, 2018, 2024), que integra aspectos físicos, emocionais, mentais e espirituais do ser humano, visando à autotransformação e ao bem-estar integral.

A TTE é uma metodologia terapêutica integrativa que combina técnicas de autoconhecimento, espiritualidade e psicologia transpessoal. Seu objetivo é ajudar a pessoa a acessar sua essência verdadeira, indo além das crenças limitantes e padrões condicionados. Trata-se de uma abordagem *biopsíquico-consciencial-espiritual* que compreende a essência humana organizada didaticamente em uma espiral, denominada Espiral Transessencial (Vide Figura 1), com seis níveis ou campos: físico-biológico, etérico-vibracional, emocional, mental, consciencial e *sélfico*-espiritual. Essa abordagem apresenta como pilares fundamentais o autoconhecimento, a transformação pessoal e o empenho na transformação

dos grupos humanos.

Na proposta da Terapia Transessencial (TTE), a essência humana é integrada em seis níveis ou campos dimensionais - simbolizados em uma espiral (vide Figura 1) - cada campo interconectando-se com os demais, funcionando em uma unidade indissociável e potencialmente harmônica. Os princípios fundamentais sobre os quais se constrói a prática da TTE, como indutora da paz interna, compartilham o mesmo significado de outras terapêuticas voltadas ao autoconhecimento e autotransformação: a) a pessoa é o agente da sua cura; b) não existe cura sem autotransformação; c) a relação terapeuta-paciente deve ser calcada na empatia, compaixão, acolhimento, dedicação e confiança mútua.

Figura 1- Imagem esquemática da Espiral Transessencial



A aplicação prática da TTE como fomento à paz individual e grupal pode ser aplicada nas relações terapêuticas individuais ou no desenvolvimento de grupos, realizados nos serviços de saúde, nas escolas, bem como entre pessoas e grupos vivendo situações de conflitos e crises. Um dos pilares dessa abordagem é o desenvolvimento da empatia e da compaixão, essenciais para a Cultura de Paz. Na perspectiva da TTE - assim como nas abordagens anteriores - as interrelações com o outro e nos grupos familiares e sociais devem partir da compreensão de si mesmo, promovendo um maior respeito e acolhimento da pessoa que está a nossa frente.

A Terapia Transessencial inclui e integra o campo da espiritualidade universal, independentemente de qualquer religião, promovendo valores como amor, solidariedade, fraternidade, respeito e harmonia. Entende que a Paz não é necessariamente ausência de conflitos e, sim, a superação pacífica deles, e o entendimento de que as dificuldades podem significar oportunidades de crescimento humano.

Na TTE o processo de transformação pessoal acontece a partir da avaliação e da harmonização dos campos dimensionais da *essência humana* que compõem a *espiral transessencial*. Quando desarmonizados - um ou vários campos da *essência* - a superação das disfunções pode ser iniciada através de intervenções em qualquer um dos níveis que compõem o conjunto: físico-biológico, etérico-vibracional, emocional, mental, consciencial e *sélfico*-espiritual. Pode-se acessar a espiral por um ou mais desses seis portais, de forma a equilibrar o conjunto, restabelecendo o processo natural no caminho do *autoconhecimento* e da *autotransformação*, cerne para ampliação da consciência e consequente superação do sofrimento físico ou emocional.

É importante compreender que, assim como a essência humana tem várias dimensões, a humanidade como *Ser* também precisa ser percebida nos seus vários níveis dimensionais. Por isso é necessário que se desenvolvam, em ambientes e instituições diversas, instrumentos práticos para o trabalho pessoal e grupal onde os indivíduos possam ouvir e ser ouvidos, fomentando o diálogo e criando vínculos solidários como caminhos para soluções coletivas. A TTE entende - em sua aplicação nas relações pessoais e sociais - que onde existem os problemas ali mesmo se encontram potencialmente suas soluções. A harmonização dos níveis da *espiral transessencial* promove a pacificação interna e as relações interpessoais saudáveis, uma vez que, reequilibrando as disfunções que exacerbam as tensões, a ansiedade e o estresse, a pessoa estará mais aberta para um diálogo respeitoso e acolhedor.

Levando em conta que a doença acontece a partir de múltiplas causas e afeta vários níveis da integridade do ser humano, desde o físico até o espiritual, a TTE foca sua abordagem em cada um desses níveis da Espiral para avaliar quais dessas dimensões estão envolvidas no processo de adoecimento e, assim, construir uma proposta terapêutica em direção à saúde.

A seguir, vamos aprofundar cada um dos níveis da *espiral transessencial*, tendo sempre em mente a interrelação entre eles e a integridade do conjunto *biopsíquico-consciencial-espiritual*. Essa interrelação e integridade se expandem para além do indivíduo, pois, uma vez que a pessoa esteja pacificada consigo mesma – física, emocional e espiritualmente - ela se tornará uma multiplicadora dessa paz para todos a sua volta.

Campo físico-biológico, primeiro nível da *espiral transessencial*, está relacionado à saúde corporal. Para que a pessoa se mantenha saudável e se harmonize nas suas relações, este campo possui uma função de equilíbrio autônomo, denominada *homeostase*. O equilíbrio entre órgãos e sistemas orgânicos é garantido por diversos mecanismos que trabalham juntos enfrentando as adversidades e variações do ambiente. A sustentação desses sistemas inclui o sistema neurovegetativo – simpático e vagal – e o sistema neuroendócrino-imunológico. A saúde orgânica depende de inúmeros fatores entre eles: estilo saudável de vida, gerenciamento do estresse, prática de exercícios físicos e/ou aeróbicos, ali-

mentação equilibrada, hidratação adequada, bom sono e contato com a natureza.

Além disso, existem algumas funções corporais que, quando equilibradas, contribuem para a pacificação das emoções e da mente. Vamos deixar aqui alguns exemplos:

Inteligência celular - capacidade das células de responder a estímulos, adaptar-se ao ambiente e coordenar funções essenciais para a sobrevivência do organismo. Importante entender esse sistema como um mecanismo consciente composto por 37 trilhões de unidades celulares que, de forma absolutamente integrada, oferece todas as funções orgânicas, inclusive a conexão intrínseca com os demais campos da essência da *espiral transessencial*.

Conexões psicossomáticas representam relação intrínseca entre mente e corpo, onde fatores emocionais e psicológicos podem influenciar diretamente a saúde na sua totalidade. Os estudos da medicina e da psicologia têm demonstrado claramente a necessidade de incluir nos tratamentos a compreensão da história de vida, as emoções e os sentimentos como parte importante como diagnóstico e tratamento.

Sistema neuroendócrino-imunológico, incluindo a glândula pineal, que controla as glândulas sistêmicas, regula a liberação de hormônios, participa da resposta às inflamações e da homeostase do conjunto orgânico. Nas últimas décadas, os inúmeros estudos têm evidenciado o papel da pineal na conexão do sistema orgânico, com as emoções e os campos sutis da *espiral transessencial*. Liberado pela hipófise, o hormônio *oxitocina* desempenha um papel fundamental em processos do parto, da amamentação, na regulação das emoções e nos vínculos sociais e da amorosidade.

Função do timo, antes pouco conhecida, hoje sabe-se da sua intrínseca relação com o sistema imunológico e com a produção de neurotransmissores que afetam o bem-estar e a regulação do humor.

Funções da flora intestinal, importância para a saúde sistêmica que, quando equilibrada, promove a integridade do tubo digestivo, evitando a inflamação oculta e suas consequências. Manter uma microbiota intestinal saudável envolve uma alimentação equilibrada, rica em fibras e probióticos e a redução de alimentos ultraprocessados.

Uma boa saúde física não beneficia somente o corpo físico, mas induz à saúde mental e emocional e nos disponibiliza para relações mais leves e amorosas.

Campo etérico vibracional, segundo nível da *espiral transessencial*. Este campo representa a assinatura energética de cada ser vivente. Nas civilizações antigas, como a hindu e a chinesa, esse campo é citado como campo *prânico* e *energia Chi*, respectivamente. Na atualidade, esse nível da essência tem sido estudado por equipamentos sofisticados, proporcionando o desenvolvimento de tecnologias diagnósticas e abordagens de reequilíbrio da relação corpo-mente e na superação dos problemas

psicossomáticos, a partir de intervenções no campo etérico-vibracional, tendo como exemplo, a homeopatia e a acupuntura.

Campo emocional, terceiro nível da *espiral transessencial*, é a sede das emoções, sentimentos e dos pensamentos gerados pelas memórias emocionais. São inúmeros os estudos que demonstram a conexão entre o corpo e as emoções, mantendo-se em interação permanente. Um desses estudos, conduzido pela cientista Candace Pert (1999), identificou o que ela chamou de *moléculas da emoção* que, quando liberadas pelo hipotálamo (região do sistema nervoso central) diante de uma emoção, conecta-se à membrana celular de órgãos e sistemas fisiológicos. O estudo sugere que as manifestações emocionais de raiva, alegria, tristeza e tantas outras, refletem-se em todos os órgãos - rins, coração, fígado etc.-, provocando neles reações da mesma frequência que as emoções despertadas, induzindo à saúde ou à doença dependendo da emoção experimentada.

A TTE atua no campo das emoções afetado negativamente pelas relações pessoais, familiares e sociais, desenvolvendo ações terapêuticas para a superação do estresse, das doenças psicossomáticas, dos traumas psicológicos individuais e coletivos.

Campo mental. A mente humana e todos os seus atributos, como o intelecto, a racionalidade e o conhecimento, estão ligados ao campo mental ou quarto nível da *espiral transessencial*. A fragmentação da percepção e a dualidade – bem-mal, bom-mau, amigo-inimigo, certo-errado etc. – são atributos do campo mental. Os confrontos geralmente nascem desta dicotomia, onde pessoas ou grupos se apegam a um lado ou outro, muitas vezes em seus extremos, e rejeitam o lado oposto, em atitudes confrontativas e irreconciliáveis.

Em verdade, a reconciliação não significa necessariamente encontrar o caminho do meio e sim a síntese. Mas a compreensão do contexto é necessária, qualquer que seja o lado nesta dicotomia, ambos fazem parte do mesmo espectro. Quente e frio são apenas opostos no espectro das temperaturas. Branco e preto são apenas opostos no espectro das cores. Amor e ódio são opostos no espectro dos sentimentos. E assim por diante. Quando conseguimos entender isso, deixamos de ser jogadores, ou torcedores, para sermos apenas observadores buscando o autoconhecimento, incluindo todas as possibilidades. Este é o ponto de equilíbrio! Este é o nível de consciência necessário para que a paz seja conquistada.

Aqui também o foco da atenção deve ser retirado das avaliações e julgamentos sobre este ou aquele "lado", para serem dirigidos para nossos sentimentos e emoções. As técnicas de relaxamento e de meditação, que normalmente integram funções emocionais e da mente, podem facilitar a auto-observação, evitando a dicotomia e ampliando a consciência da realidade em direção à paz interior e na sociedade.

Campo consciencial, o quinto campo da *espiral transessencial* é a sede do *awareness* – termo que define o "saber-se consciente da própria consciência".

Entre as várias funções e atributos desse campo, está a visão da totalidade, o desenvolvimento da resiliência, que implica aprender com a experiência e se transformar numa pessoa melhor. Integram ainda esse quinto campo outras faculdades como a busca do sentido da vida e da missão, a compreensão de que a consciência humana está além do limite da caixa craniana, o entendimento do cérebro como um sistema holográfico e o desenvolvimento da intuição como percepção da realidade sutil e da totalidade.

Como parte do Ser humanidade, o propósito e sentido da vida são um sustentáculo para as relações pacíficas e para a compreensão de que nosso sonho primordial é nos desenvolvermos como seres conscientes e ajudar a humanidade a expandir a amorosidade e a fraternidade.

Campo sélfico-espiritual, sexto nível da *espiral transessencial*. A espiritualidade e o contato com o sagrado são cruciais para a culminância de uma consciência conectada às dimensões espirituais e aos fatores de sustentação da Fé. No campo em apreço, alguns aspectos relevantes devem ser compreendidos na busca de uma conexão mais consciente:

- Tudo está integrado inclusive nos seis campos da essência. A existência do "ponto divino[12]" no cérebro, como demonstra a neurociência representa na *espiral transessencial*, a presença da centelha divina como parte da essência humana.
- O desenvolvimento da inteligência espiritual[13] como instrumento de abertura para realidades mais transcendentes é o potencial inerente a cada ser humano de buscar, mesmo que por caminhos tortuosos, a escalada da espiral rumo ao seu ponto mais alto.
- A diferenciação entre religiosidade e espiritualidade. Seguir uma religião é o exercício do livre arbítrio de cada pessoa para alcançar o divino. A espiritualidade, no entanto, envolve valores sublimes como o amor, a solidariedade, a compaixão e a generosidade que são universais e decorrentes de já se ter atingido um patamar significativo nesta escalada.
- A importância da glândula pineal como interconexão com a transcendência;

12 Pesquisadores como Ramachandran, estudando cérebros de pessoas com epilepsia do lobo temporal, levantou a hipótese que haveria áreas cerebrais mais sensíveis ao campo da espiritualidade e experiências místicas. Os estudos atuais da neurociência através da neuroimagem mostram que não seria um único ponto e sim uma rede neural que estaria ligada à essa sensibilidade.

13 Os autores Danah Zohar e Ian Marshal em seu livro Inteligência Espiritual conceituaram a Inteligência Espiritual (QS) como a capacidade de sintonizar os valores espirituais, integrando, portanto, valores éticos, crenças, emoções sutis e sentido de vida.

- A compreensão de que somos parte de uma Consciência Criadora e dessa forma tudo e todos estão conectados.

Na perspectiva do campo *selfico*-espiritual, a espiritualidade se insere na *espiral transessencial* como qualidade intrínseca do ser humano. Quando pensamos em alcançar sentimentos como a Paz e a Harmonia, a transcendência seria o canal para vivenciarmos as virtudes sublimes, tais como empatia, compaixão, justiça, sentimento de unidade como humanidade. As pessoas espiritualizadas, com sentimentos nobres anseiam viver um estado de paz interior e de bem-estar, promovendo a paz entre todos a sua volta.

Considerações finais

Finalmente, como complemento aos preceitos e aplicação da TTE, apresentamos sete fatores essenciais como facilitadores na busca da autotransformação e busca interior pela paz: cultivar mecanismos e hábitos saudáveis; desenvolver a resiliência e o perdão; nutrir a autoestima saudável e a permissão para o contato consciente consigo mesmo e com o outro; abrir-se para o novo, para a mudança, para novas possibilidades, para o diferente; aceitar as diferenças entre as pessoas, libertar-se dos julgamentos, preconceitos, interpretações de situações e pessoas; desenvolver atitudes de alegria e leveza na vida; e, finalmente, alimentar as virtudes e os valores sublimes.

Investindo na autotransformação, através da conexão e harmonização entre os campos da nossa essência, estamos simultaneamente disseminando a consciência ampliada para acolher todos como partes de nós mesmos. Isto é promover paz.

Em síntese, para assegurar uma convivência pacífica - pessoal ou grupal - devemos entender a pessoa humana em todos os seus níveis dimensionais e como um conjunto integrado, dinâmico e sintonizado com os demais seres vivos e com o próprio Planeta. Com esta compreensão, saberemos que harmonizar pessoas e grupos significa contribuir não só para a paz de indivíduos ou grupos, mas, por ressonância, do Ser Humanidade.

Para transformarmos e pacificarmos a humanidade precisamos harmonizar a pessoa e a família e, por extensão, o coletivo. Na tarefa de transformar o mundo num lugar pacífico, somos corresponsáveis em motivar a transformação pessoal, familiar, dos grupos, comunidades e Povos. Somos, antes de tudo o exemplo: *Sejamos a Paz que queremos para o mundo*.

REFERÊNCIAS

BOHM, D. **Sobre o Diálogo**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

CAMAROTTI, H. **Autotransformação e Cura**. Brasília: Flor da Manhã Publicações e CEAM/UNB. 2023.

CAMAROTTI, H. **Superando a Depressão à Luz da Terapia Transessencial.** Curitiba: Editora Appris. 2018.

FITTIPALDI, A. Q. **Construindo uma cultura de paz**: a abordagem gestáltica como um instrumento. Ver. Abordagem Gestalt v.13 n.1 Jun. 2007. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000100015

PERLS, F. **Gestalt-Terapia explicada**. São Paulo: Summus Editorial. 1977.

PERT, C. **Moléculas da Emoção**. Editora Simon & Schuster. 1999.

RIBEIRO, J. P. **Gestal Terapia** – o processo grupal. São Paulo: Editora Summus. 1993.

ROSENBERG, M.B. **Comunicação não violenta**. São Paulo: Editora Ágora. 2021.

ROSENBERG, M.B. **Vivendo a Comunicação Não Violenta**: Ferramentas para Promover a Conexão e a Compaixão. São Paulo: Ágora, 2016.

UNESCO. **Manifesto por uma Cultura de Paz e Não Violência.** 2000.

YONTEF, G. **Processo, Diálogo e Consciência**: Ensaios em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1998.

O PARADIGMA DA CONSCIÊNCIA: O CAMINHO PARA A PAZ

Enrique R. Arganaraz [14]

> Se você quer buscar a verdade, pelo menos uma vez na vida,
> você deve duvidar de tudo o máximo possível.
> René Descartes

Introdução

Estamos em um momento especial na história da humanidade, marcado por um acelerado avanço tecnológico, no qual já não conseguimos mais diferenciar entre ciência-tecnologia e fantasia. Conseguimos modificar os genes e nos tornamos "criadores", manipulando células e organismos (GONÇALVES et al, 2017). Conseguimos fazer engenharia reversa de quase tudo, até da própria inteligência humana, com o surgimento da inteligência artificial (BLAIZOT et al, 2022, STAHL et al, 2023). Entretanto, ainda não conseguimos atingir o mesmo nível de desenvolvimento humano. De fato, as desigualdades marcadas pela pobreza de grande parte da população mundial e por conflitos étnicos, territoriais, de poder e crenças religiosas, continuam colocando a humanidade em perigo iminente de autodestruição. As razões para essa dicotomia se encontram numa visão distorcida da realidade baseada na primazia da matéria acompanhada por um profundo senso de separação. Dessa forma, a humanidade atingiu uma encruzilhada marcada pela necessidade de uma urgente mudança de paradigma existencial.

O paradigma Materialista

O paradigma seguido pela humanidade até aqui se caracterizou por uma visão materialista e reducionista da realidade baseada no axioma de que existem estruturas ou "blocos básicos" de matéria (átomos, moléculas, células, tecidos, órgãos... etc) com consciência ou, alternativamente, com a capacidade de gerar consciência após atingir um determinado número. De acordo com este paradigma, a embriogênese seria um processo mediante o qual uma célula, aparentemente "inconsciente", o óvulo fecundado, se torna um organismo "consciente" de aproximadamente 50 trilhões de células, após nove meses de desenvolvimento no útero materno. Isso nos conduz a uma pergunta óbvia e inevitável: em que momento, e principalmente, o que determina que uma célula ou aglomerado de células, aparentemente inconscientes, se torne consciente?

Outro exemplo da visão materialista é a ideia de que a consciência é um epifenômeno da atividade cerebral. Esta visão predominante na neurociência atual encontrou sustentação em recentes avanços na

14 Prof. Dr. Enrique R Arganaraz é do Laboratório de NeuroVirologia Molecular, Departamento de Farmácia, Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

tecnologia de imagem e neurofisiologia funcional, que permitiram uma certa compreensão do aspecto funcional-operacional–físico do cérebro, conhecido como "problema fácil da consciência" (CHALMERS, 1995 & 1996, LAHAY & NEEMEH, 2021). Esta denominação foi baseada no achado de certas correlações entre funções e mecanismos neurais de determinadas áreas cerebrais com certas capacidades ou habilidades, tais como aprendizado, processamento de estímulos sensoriais e memória (METZINGER, 2000, KOCH et al, 2016), e foram denominadas de "fáceis" porque podiam ser abordadas por meio da ciência cognitiva e da neurociência (CHALMERS, 1995 & 1996, LAHAY & NEEMEH, 2021). Entretanto, apesar de ser rotulado como "fácil" ainda há muito por descobrir sobre como o sistema nervoso dá suporte às inúmeras faculdades mentais (ARU et al, 2012, TSUCHIYA et al, 2015, SIGAWI, 2024). Por exemplo, a extraordinária capacidade de armazenar e a velocidade de salvar, decodificar e recuperar informação são incompatíveis com a velocidade e eficiência observadas nos processos biológicos clássicos (ROSEN, 1991, PENROSE, 1994, PRIDEAUZ, 2000). De fato, até o momento, não há resposta sobre a relação causal entre quaisquer dados neurofisiológicos e funções psicológicas superiores (GULICK, 2014). Portanto, o problema "fácil" é apenas relativamente fácil.

Por outro lado, existe uma lacuna ainda maior em relação ao aspecto "fenomênico-privado" da consciência, conhecido como o "problema difícil da consciência" que consiste em entender por que e como as experiências subjetivas (*qualia*) surgem da atividade neural e como elas se manifestam na primeira pessoa, como, por exemplo, o senso da própria existência (NAGEL, 1974). De acordo com Thomas Nagel (1974), o problema difícil da consciência consiste em explicar por que a experiência consciente tem uma qualidade subjetiva específica para cada indivíduo, que resiste à análise de uma terceira pessoa.

Certamente, explicar ou entender a consciência é um dilema desconfortável para os defensores do paradigma materialista-fisicalista, os quais negam a existência de um elemento primário, independente, irredutível e comum a toda experiência - a consciência - e afirmam apenas a existência de uma substância, chamada matéria, conceito que vem sendo questionado há mais de um século pela mecânica quântica, o que será abordado posteriormente.

Impactos do paradigma materialista

Embora a questão da consciência pareça ser algo abstrato e estar longe das preocupações e demandas da vida cotidiana, ela está intimamente ligada a cada ser humano, pois cada pensamento, emoção e sentimento é influenciado pela visão materialista e de separatividade, e, portanto, é determinante na qualidade dos relacionamentos. Assim, este paradigma levou o ser humano a se ver separado dos outros seres e da existência na totalidade, motivo pelo qual surgem sensações de incom-

pletude, vazio, infelicidade e conflito interno, o que finalmente conduz ao conflito externo, tanto entre indivíduos, como entre comunidades e nações. Sendo assim, a busca pela paz dentro da estrutura materialista existente está fadada ao insucesso, já que todas as chamadas "revoluções", nos mais diversos níveis, buscam modificar o estado de coisas existentes, deixando intacta a visão materialista sobre a qual elas se baseiam. De fato, a história da humanidade tem mostrado repetidamente que uma civilização que negligencia o conhecimento essencial à própria existência e seu relacionamento com ela, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, entrará em colapso.

Uma nova visão da matéria, do papel do observador, do espaço-tempo e da realidade

Eu considero a consciência como fundamental.
Eu considero a matéria como derivada da consciência.
Max Planck

O mundo que percebemos é feito de consciência; o que chamamos de matéria é apenas consciência
Nisargadatta Maharaj

O início do século XX foi marcado por uma mudança radical no caráter filosófico do conhecimento científico. Por um lado, a introdução da teoria da relatividade especial propondo a contração do espaço e a dilatação do tempo, seguida pela interpretação que o espaço e o tempo não existem como dimensões independentes, sendo apenas a combinação de ambas, transformou para sempre a visão do universo, fazendo cair por terra a ideia de que vivemos em um universo tridimensional com o tempo fluindo (EINSTEIN, 1905, MINSKOWSKI, 1908). Por outro lado, a mecânica quântica com seus quatro princípios: i) da descontinuidade (BOHR, 1913, PLANCK, 1900); ii) da dualidade onda/partícula (DAVISSON & GERMER, 1928, BOHR, 1928) iii) do tunelamento (GURNEY & CONDON, 1928) e iv) do entrelaçamento (ALAIN & ROGER, 1982, EINSTEIN ROSEN, 1935, ASPECT, 2007) aprofundou a mudança na visão da realidade, trazendo uma nova visão da matéria, da relação matéria-energia, do papel do experimentador-observador e do conceito de localidade-separatividade (GONÇALVES, 2017, BROWN, 2005). A visão ondulatória e probabilística da matéria associada a mudanças não totalmente previsíveis induzidas pela medição no mundo subatômico - segundo o princípio da incerteza de Heisenberg, a posição--velocidade de uma partícula pode apenas ser expressa em termos probabilísticos (KENNARD, 1927, HEISENBERG, 1927) - desafiou as

visões newtoniana e einsteiniana, que sustentavam, que o conhecimento do fenômeno é independente ou relativo ao observador, respectivamente (EINSTEIN, 1916 & 1905).

Dessa forma, estas descobertas tiveram profundas implicações filosóficas, considerando a realidade como uma perpétua oscilação entre potencialização e atualização, resgatando, assim, o conceito aristotélico de potencialidade[15] . Isto levou o físico John Weller a sugerir a substituição do termo "observador" pelo de "participante" (WHEELER, 1978). Esta nova visão da realidade, apoiada pela interpretação de Copenhague[16] , estabelece que qualquer partícula não possui um estado físico em particular antes da medição, e sim estados em potencial (BOHR, 1928, GURNEY & CONDON, 1928). Entretanto, estas constatações levantaram uma questão central: *em que momento acontece e o que determina o colapso da função de onda?* Em outras palavras, *onde a partícula se torna existente?* Esta é uma questão ainda em aberto e conhecida como o "Problema da Medição". Heisenberg sugeriu que o colapso da função de onda seria um processo contínuo entre o dispositivo de medição e a mente consciente do observador, o que explicaria a consistência dos mesmos resultados experimentais entre diferentes observadores. Entretanto, John von Neumann propõe que o colapso da função de onda deve ocorrer no momento da percepção do fenômeno pelo observador. Se esta última explicação for correta, todas as partículas e tudo o que percebemos tornar-se-ia existente após a experiência consciente da observação. Não obstante, esta nova visão da realidade, baseada na transição onda-partícula, levanta a necessidade da existência de um terceiro fator independente, imóvel, imutável, que propicie essa transição. Dessa forma, a realidade teria uma estrutura ternária, dada pela coexistência de três aspectos inseparáveis "sujeito-objeto e terceiro oculto", sendo este último não localizável no espaço-tempo e o fundamento da existência.

Neste contexto, a visão ontológica da consciência, visão pela qual a consciência seria fundamental à existência, proporciona uma solução ao problema do surgimento de uma dada realidade para vários observadores, através do colapso da função de onda por um único "observador", a consciência única e não local, considerando os observadores experimentais em um estado de superposição e, portanto, como "aparentemente reais". Assim, essa visão aborda o que poderíamos chamar de "mal-entendido da consciência", fornecendo uma explicação plausível para as

15 O conceito aristotélico de potencialidade é central à metafísica de Aristóteles. Ele faz parte de sua distinção fundamental entre potência (potencialidade) e ato (atualidade).

16 A interpretação de Copenhague da mecânica quântica foi formulada principalmente por Niels Bohr e Werner Heisenberg entre as décadas de 1920 e 1930, em Copenhague, Dinamarca, e afirma que a realidade quântica é indeterminada até ser observada, e que a física não descreve o "real" em si, mas apenas as probabilidades de observações.

interpretações de Heisenberg e Neumann, a respeito do momento e do local do colapso da função de onda.

De acordo com estas ideias não convencionais, o espaço e o tempo, como percebidos, fundamentalmente não existiriam. Em vez disso, eles emergiriam de uma maneira "quantizada" de uma estrutura não espaço – temporal, conforme o princípio da descontinuidade (BOHR, 1913, DAVISSON, 1928). Outro princípio da mecânica quântica, o do entrelaçamento quântico, estabelece que duas partículas "emaranhadas-entrelaçadas" pelo *spin* (movimento angular) compartilham um estado correlacionado independente da distância (BOHM, 1980, TALBOT, 1992). Recentes descobertas levaram o entrelaçamento quântico a um novo nível. A ocorrência de interações entre partículas entrelaçadas, na linha do tempo, levantando a possibilidade de que interações entre fenômenos quânticos não obedeceria à "flecha do tempo", isto é, não seriam unidirecionais e sim multidirecionais, ou melhor, multidimensionais (YOON-HO et al, 2000, MANNING et al, 2015). Por outro lado, o emaranhamento de três fótons e a alteração de estados energia de forma não local levaram a considerar a separação espaço - temporal como inexistente e a informação como um componente fundamental e não local da realidade, como uma possível explicação para fenômenos não locais.

Consoante a teoria de Broglie-Bohm, a energia ou estados não seria "transferida", mas sim modificada de maneira não local mediante uma "onda piloto" que envolveria todas as partículas existentes. Neste contexto, a informação pode ser considerada como uma propriedade essencial à existência e a experiência consciente como uma característica fundamental e irredutível do universo (CHALMERS, 2017). Esta nova visão do universo é apoiada pela física *Informacional*, desenvolvida pelo físico Wojciech Zurek (1990). Zurek e outros argumentam que, além da lei da conservação de energia, existiria uma lei mais fundamental: a lei da conservação da informação, o que poderia explicar o paradoxo quântico da não localidade (BOHM, 1987). Esta nova visão de universo leva a uma reavaliação da definição termodinâmica de entropia, interpretando-a como uma medida de complexidade, em vez de meramente um medidor da desordem de um sistema (ATLAN, 1972, 1979, BIASE, 200, 2009). Wheeler resumiu elegantemente essa nova visão na teoria do "universo participativo da informação" (WHEELER, 1990).

Mais recentemente, o surgimento de uma nova teoria, a teoria dos campos quânticos (TCQ), revolucionou mais uma vez a visão da realidade (FEYNMAN, 1949, SCHWINGER, 1948, TOMONAGA, 1946). Embora não tenha recebido tanta atenção como suas antecessoras, foi igualmente profunda e disruptiva. Segundo esta teoria existiria um campo quântico para cada partícula do modelo padrão, tanto as que compõem a matéria (quarks e léptons) quanto as que transportam as forças como excitações de campos fundamentais (gauge bósons e bósons) (PESKIN, 1995). Assim, a TCQ postula que todo o universo, tanto perceptível quanto imperceptível,

estaria unificado em um único domínio, o campo quântico, o qual estaria composto de partículas virtuais que seriam criadas e aniquiladas instantaneamente. O conceito de campos quânticos abre uma nova perspectiva na reformulação da mecânica quântica em relação à relatividade e espaço-tempo como inexistente, possibilidade já levantada pela teoria do emaranhamento quântico (HAWKING, 1998). Embora não esteja ainda completa, a teoria dos campos quânticos é, certamente, uma das teorias mais elegantes descritas até o momento, trazendo um significado físico real e profundo à ideia da interconexão de toda a existência.

Em resumo, um grande corpo de evidências suporta uma visão interconectada da realidade, contrapondo-se à visão de separatividade, propondo que, em um nível mais profundo, a separação seria meramente uma ilusão.

A interface Cérebro-Mente

Nas últimas décadas, evidências demonstraram que atos conscientes podem levar a mudanças sistêmicas e previsíveis na função cerebral (BEAUREGARD & BOUGOUIN, 2001). Estudos de neuroimagem apoiam a hipótese de que, por meio de treinamento, como, por exemplo, a meditação, é possível alterar os circuitos neurais e estimular o funcionamento de forma previsível e terapêutica, conhecido como "neuroplasticidade autodirigida" (NEWBERG et al, 2010). Essas linhas de pesquisa forneceram um novo embasamento no entendimento da interface cérebro-mente. Por outro lado, abordagens conexionistas da consciência propõem que este fenômeno surgiria como propriedade de grandes redes neurais. Esta visão sugere que uma rede altamente complexa é necessária para dar suporte a todas as experiências conscientes e ao estabelecimento de correlações temporais. No entanto, este modelo não aborda a impossibilidade de vincular a consciência, com seus dois componentes básicos, *integração* e *diferenciação*, a uma dada rede neural específica. Uma abordagem alternativa sustentada no trabalho pioneiro de Karl Lashley (1950) seguido pelos trabalhos de Karl Pribram e Hameroff, entre outros, levou à hipótese de que a mente funcionaria de maneira holográfica (PRIBRAM, 1969, 1985, 1993, 1997). De acordo com essa perspectiva cérebro-mente, neurônios, axônios e dendritos gerariam ondas eletromagnéticas nos microtúbulos[17] , nas sinapses e no fluido cerebrospinal. Posteriormente, estas ondas interagiriam e interfeririam entre si, gerando padrões de interferência que se espalhariam pela massa encefálica em sua totalidade, criando um campo informacional, o qual seria responsável pela memória e outras capacidades cognitivas. Assim, esta teoria da "Consciência de Múltiplas Escalas" proporcionou, a princípio, uma

17 **Microtúbulos** são componentes do citoesqueleto celular formados por dímeros das proteinas **alfa-tubulina** e **beta-tubulina**, que se organizam em um tubo oco dinâmicas, com capacidade de crescer e se encolher rapidamente.

abordagem mais plausível para explicar os diversos fenômenos relacionados à consciência, incorporando uma rede conexionista adicional no nível intraneuronal, como são os microtúbulos. O envolvimento de fenômenos quânticos em processos químicos, torna plausível a participação desses fenômenos em processos neuroquímicos e neurofisiológicos relacionados à cognição. Dessa forma, a coordenação espaço-temporal da informação no nível cerebral poderia ocorrer através dos mesmos fenômenos quânticos. Outros grupos de pesquisa propõem que a holografia de interferência[18] poderia ser responsável pela percepção e memória relacionadas à capacidade de criar imagens holográficas no cérebro (POLLEN & TRACHTENBERG, 1972, VAN HEERDEN, 1970). Dessa forma, de acordo com teoria holográfica do funcionamento cerebral, o cérebro proporcionaria a superfície onde o holograma neuro-espectral seria projetado e os neurônios seriam os grãos de prata da superfície holográfica.

Assim, da perspectiva holográfica da consciência, a intensidade da memória seria mais influenciada pela massa cerebral do que por qualquer região cerebral específica. De acordo com esta hipótese, quando o cérebro recebe uma nova entrada sensorial, esta não seria armazenada imediatamente; em vez disso, interagiria/interferiria com informações de memórias de experiências anteriores armazenadas, gerando um novo padrão de interferência. Posteriormente, essas novas informações passariam a integrar o fundo de referência, estabelecendo um novo "feixe de referência" (MASHOUR, 2020). Neste contexto, e conforme o fenômeno de conexão não local, a realidade e até mesmo o espaço-tempo seriam apenas construções da interface mente-cérebro (BASIL, 1987). No entanto, a teoria holográfica ainda não oferece uma compreensão suficientemente abrangente da verdadeira natureza da consciência. Permanecem questões fundamentais como: *se o que percebemos e interpretamos são apenas padrões de interferência, qual seria a natureza última da realidade?* E, *caso não seja o cérebro o agente da percepção, quem ou o que desempenha essa função?* Assim, a consciência permanece um enigma, ainda além dos limites do conhecimento atual da neurociência.

Além do cérebro-mente: a consciência

> Há um poder misterioso indefinível que permeia tudo; eu o sinto, embora não o veja.
> Gandhi

18 **Holografia de interferência** é um processo em que dois feixes de luz coerentes (geralmente provenientes de um laser) — um que **ilumina o objeto** (feixe objeto) e outro que serve como **referência** (feixe de referência) — **interferem entre si** em um meio sensível à luz (como uma placa fotográfica ou sensor digital).

A percepção se dá como um filme acontecendo em tempo real e em diferentes faixas, com visão, audição, cheiro e sabor, emoções, memórias, um narrador (a mente) e, no coração do filme, o sujeito – um Eu experimentando! Isto levanta questões tais como, *por qual mecanismo acontece a cognição, já que ela parece ser muito mais do que apenas processar informações? Quem ou o que percebe as experiências? Qual é o sujeito, o "eu" subjacente a todas as experiências?* Embora não possamos definir – atribuir características objetivas e materiais a esse "eu" que percebe - podemos afirmar, sem dúvida, que existe, que está sempre presente em cada experiência e permanece inalterado através das experiências, já que nenhuma mudança física, externa ou interna, consegue alterar esse "eu" consciente que percebe. O "eu" que percebe não pode ser o cérebro ou qualquer outra entidade biológica, já que estas são formadas pelos mesmos blocos de matéria de que está constituído todo objeto da experiência desse "eu". Por outro lado, ao analisarmos o mecanismo subjacente a todas as experiências, poderemos constatar que os objetos de nossas experiências (pensamentos, percepções, sentimentos) são detectados pelos órgãos dos sentidos na forma de impulsos e transmitidos para o cérebro, onde mais tarde são "interpretados"; portanto, todos os objetos de experiência são apenas interpretações mentais subjetivas e consequentemente sua localização não é "fora", mas na própria mente. Também é evidente que os pensamentos e imagens formadas na mente não têm a capacidade de ver, ouvir ou sentir, e, portanto, não podem ser autoconscientes ou auto experientes; desse modo, a experiência objetiva é inexistente. Sendo assim, os objetos não são verdadeiramente reais, pois a mente é apenas uma atividade e não tem uma existência objetiva independente de um "eu" consciente.

Dessa forma, a visão convencional do cérebro como gerador de consciência ou a partir do qual se explicaria o problema da mente humana carece de fundamentação científica. Por esse motivo, tanto as diversas teorias fisicalistas da consciência, destinadas a elucidar sua natureza, origem e relação com o cérebro e os processos cognitivos, não tiveram sucesso (SIGAWI et al, 2024, SETH, 2009, 2022, DENNETT, 2019, SEARLE, 1992). A maioria das teorias da consciência, sejam informacionais ou fisicalistas, focam na informação-cognição em vez da consciência em si, assumindo que a consciência é um fenômeno convencional detectável (LAHAV & NEEMEH, 2021, TONONI, 2016). No entanto, essa premissa não se aplica à consciência, pois a consciência não é um fenômeno, mas sim o percebedor e a fonte de todos os fenômenos experienciais; portanto, não pode ser definida por meio de dados empíricos, nem detectada por um observador. Em suma, a consciência em última análise é não dual, inalterada e imóvel, e, portanto, a única e estritamente "Real" (Parmênides, 530-460 a.C.).

O principal obstáculo para alcançar uma compreensão abrangente da consciência está na crença de que a percepção profunda de pen-

samentos, sentimentos e emoções e, em última análise, a consciência da própria existência, pode ser medida em termos neurobiológicos. Consequentemente, quaisquer medições fisiológicas, cerebrais ou não, sempre serão indiretas e servirão apenas como "marcadores" inadequados dessa percepção profunda e indescritível da própria existência – consciência (BLOCK, 1995). Embora algumas representações mentais possam se alinhar a essas "percepções diretas ou privadas", elas permanecem além do alcance da investigação científica atual (LEVINE, 1983). Sendo assim, o problema da consciência é mais uma questão existencial do que empírica.

Um enigma similar pode ser encontrado no conceito de "vida". Se nos perguntássemos onde reside a vida, poder-se-ia concluir que a vida é mais uma propriedade, um princípio independente, irredutível e indivisível, estando presente em cada componente básico, desde as escalas atômicas, moleculares, inorgânicas até as maiores, orgânicas e mais complexas, mais do que associada a alguma estrutura biológica determinada. Dentro dessa nova concepção não localizada de consciência e vida, pode-se inferir que ambas não são entidades distintas, mas sim expressões de uma mesma propriedade fundamental — independente, irredutível e onipresente. Nesse sentido, a consciência se revela como um princípio essencial e universal da existência, do qual toda matéria e energia seriam apenas manifestações ou expressões fenomenológicas.

O Novo Paradigma da Consciência: uma visão unificada da realidade

Embora os princípios da mecânica quântica tenham penetrado nas mais diversas camadas sociais e culturais, alterando radicalmente as condições de vida e desencadeando uma mudança global e irreversível, o pensamento contemporâneo continua atrelado à visão newtoniana-materialista. O racionalismo e o determinismo, vistos como os meios centrais e únicos para a aquisição de conhecimento, trouxeram um profundo impacto em cada ser humano, levando-o à identificação com a mente e ao axioma que criou um senso de separação. Dessa perspectiva, a experiência assumiu um papel proeminente e contribuiu para uma visão da realidade definida apenas pelo que pode ser quantificado, percebido ou detectado pelos sentidos. Essa desconexão com os valores essenciais da vida — aquela dimensão da realidade que transcende o mundo tangível — infelizmente ainda persiste. Como consequência, o comportamento humano deixou de ser contemplativo para tornar-se excessivamente pragmático, afastando-se da natureza e deixando pouco ou nenhum espaço para a reflexão sobre conceitos fundamentais e intangíveis como vida e consciência.

A história da humanidade tem mostrado repetidamente que crenças tomadas como certas, tais como a ideia de uma terra plana ou como centro do universo, podem prevalecer por séculos antes de serem desafiadas por outras e, finalmente, substituídas. Da mesma forma, o

paradigma fisicalista, mantido por séculos, está mostrando claros sinais de desintegração, mas ainda resiste à nova visão de mundo, do universo e da realidade.

Em resumo, esta nova visão de vida-consciência é sustentada por recentes descobertas científicas, como mencionado anteriormente, e por tradições e ensinamentos espirituais que, há milhares de anos, continuam reverberando como um apelo à humanidade para despertar para um novo entendimento da unidade de toda a existência.

Certamente, o destino da humanidade dependerá de qual dessas duas visões da realidade – materialista ou conscienciologista – será assumida como válidas por cada ser humano. Apenas um profundo entendimento sobre nossa verdadeira natureza e da realidade como consciência não dual permitirá desvendar o mistério da existência humana e, consequentemente, se manifestará por meio de ideias, atitudes e relacionamentos genuínos entre indivíduos, povos e nações. Portanto, cabe a cada indivíduo, independentemente das ideologias e crenças religiosas, descobrir, perceber e viver as implicações desse novo entendimento. Portanto, a revolução da consciência deve necessariamente começar no nível individual.

Considerações finais: você é a paz e felicidade que procura!

O conhecimento – entendimento da natureza da consciência - é dificultado pelas limitações do nosso único instrumento de aquisição de conhecimento: a mente racional, que impõe suas próprias restrições. Entretanto, considerando a natureza da consciência como a essência de toda a existência, inclusive da natureza humana, o entendimento de nossa própria essência pode ser acessado por meio da autoinvestigação e autoconhecimento. Uma abordagem de investigação sobre nossa verdadeira natureza é examinar nossas experiências diárias, uma vez que elas representam nossa fonte primordial confiável de conhecimento. Para isso, devemos confiar apenas em nossa própria observação, questionando crenças e afirmações mentais e fazendo apenas alegações que qualquer observador – indivíduo possa testar e verificar. Isto porque, para que algo seja considerado verdadeiro, deve ser válido para todos os observadores – indivíduos em todos os momentos e sob todas as circunstâncias. Sendo assim, devemos focar apenas no fator comum e essencial a toda e qualquer experiência, descartando elementos pessoais e exclusivos, como pensamentos, sensações, percepções, sentimentos e memórias. Nesse contexto, poderíamos formular a seguinte pergunta: *qual é o elemento comum a toda experiência e compartilhado por todos?* Uma investigação verdadeira e profunda a esta questão nos conduzirá a resposta que o fator comum à toda experiência e a todo individuo é "a consciência de estar consciente". Essa constatação nos conduzirá à descoberta de um ser infinito, impessoal e autoconsciente. Sob uma perspectiva humana, essa percepção será vivenciada como *paz* e *alegria* na experiência interior

e como *amor* e *beleza* em relação à existência. Por essa razão, a frase "Conhece-te a ti mesmo[19]" , introduzida há mais de dois mil anos, no alvorecer da civilização ocidental, como um convite à humanidade para mergulhar no âmago de sua essência, nunca foi tão relevante. Dessa maneira, o autoconhecimento é a condição sine qua non para alcançar a paz, a felicidade, a tolerância, a cooperação e a harmonia, tanto desejadas.

Você é a paz que procura!

REFERÊNCIAS

ALAIN, A; DALIBARD, J; ROGER, G. **Experimental Test of Bell's Inequalities Using Time-Varying Analyzers.** Physical Review Letters, 1982. 49: p. 1804-6.

ARU, J., et al. **Distilling the neural correlates of consciousness.** Neurosci Biobehav Rev, 2012. 36(2): p. 737-46.

ASPECT, A. **Quantum mechanics:** To be or not to be local. Nature, 2007: p. 866-867.

ATLAN, H. **L'Organization Biologique et La Théorie de L'Information**. Hermann, Paris, 1972.

ATLAN, **H. L'Organization Biologique et La Théorie de L'Information**. Hermann. Seuil, Paris, 1979.

BASIL Hiley, F.D.P. **Hidden Variables and the Implicate Order: David Bohm**. London: Routjedge and Kegan Paul, 1987.

BEAUREGARD, J.L.M., P Bourgouin. Neural Correlates of Conscious Self-Regulation of Emotion. J Neurosci, 2001.

BOHM, D. **Wholeness and the Implicate Order.** Routledge Classics, 1980.

BOHM, F.D.P. **Science Order, And Creativity:** A dramatic new look at the creative roots of science and life. New York: Bantam Books, 1987.

BIASE, M.S.F.R F. Di. **Information, Self- Organization and Consciousness:** Toward a Holoinformational Theory of Cons-

19 O aforismo "Conhece-te a ti mesmo" inscrito no Templo de Apolo em Delfos, na Grécia, é uma das máximas mais famosas da filosofia ocidental, atribuída ao filósofo Sócrates.

ciousness, In Amoroso R.L. Science and the Primacy of Consciousness: Intimation of a 21st Century Revolution Noetic. Press, Oakland, 2000.

BIASE, F.D. **Quantum-Holographic Informational Consciousness.** NeuroQuantology, 2009. 7.

BLAIZOT, A., et al. **Using artificial intelligence methods for systematic review in health sciences:** A systematic review. Res Synth Methods, 2022. 13(3): p. 353-362.

BLOCK, N. **On A Confusion About a Function of Consciousness.** Behavioral and Brain Sciences 1995. 18: p. 227-287.

BOHR, N. **On the Constitution of Atoms and Molecules.** Philosophical Magazine, 1913. 26(151): p. 1-26.

BOHR, N. **The Quantum Postulate and the Recent Development of Atomic Theory.** Nature, vol. 121, 1928, pp. 580–590.

BOHR, N. **Can Quantum-Mechanical Description of Physical Reality be Considered Complete?** Physical Review, 1935. 48: p. 696-702.

BROWN, L.M.E.d. **Feynman's Thesis—A New Approach to Quantum Theory.** 2005.
Nature, 1928. 121: p. 580-590.

CHALMERS, D. **Naturalistic dualism**, in The Blackwell Companion to Consciousness, eds S. Schneider and M. Velmans John Wiley & Sons, 2017: p. 363–373.

CHALMERS, D.J. T**he Puzzle of Conscious Experience**. Scientific American 1995. 273: p. 80-86.

CHALMERS, D.J. **The Conscious Mind:** In search of a Fundamental Theory. Oxford university press, 1996.

DAVISSON, C.J.; L.H. Germer. **Reflection of Electrons by a Crystal of Nickel.** Proc Natl Acad Sci U S A, 1928. 14(4): p. 317-22.

DENNETT, D.C. **Welcome to strong illusionism.** J. Conscious. Stud., 2019.

EINSTEIN, A. **Does the Inertia of a Body Depend on Its Energy Content.** Annalen Der Physik, 1905a. 18: p. 639–41.

EINSTEIN, A. **Zur Elektrodynamik Bewegter Körper.** Annalen Der Physik 1905c. 322: p. 891–921.

EINSTEIN, A. **The Foundation of the General Theory of Relativity.** Annalen Der Physik, 1916. 354 p. 769–822.

EINSTEIN, Albert B.P.; N. Rosen. **Can Quantum-Mechanical Description of Physical Reality Be Considered Complete.** Physical Review Letters, 1935. 47: p. 777–80.

FEYNMAN, R.P. **The Theory of Positrons.** Physical Review, 1949. 76: p. 749-759.

SCHWINGER, J. **On Quantum-Electrodynamics and the Magnetic Moment of the Electron.** Physical Review, 1948. 73: p. 416-417.

GONCALVES, G.A.R.; R.M.A. Paiva. **Gene therapy:** advances, challenges and perspectives. Einstein (Sao Paulo), 2017. 15(3): p. 369-375.

GULICK, R. **Consciousness.** in Stanford Encyclopedia of Philosophy, ed. E. N. Zalta, 2014.

NAGEL, T. **What Is It Like to Be a Bat?** Duke University Press on behalf of Philosophical Review, 1974.

GURNEY, R.W.; Condon, E. U. **Quantum Mechanics and Radioactive Disintegration.** Nature, 1928. 122: p. 439-440.

HAWKING, S. **Uma Breve História do Tempo:** Do Big-Bang aos Buracos Negros. Rocco, Rio de Janeiro, 1988.

HEISENBERG, W. **Über den anschaulichen Inhalt der quantentheoretischen Kinematik und Mechanik.** eitschrift für Physik, 1927. 43: p. 172-198.

KENNARD, E.H. **Zur Quantenmechanik einfacher Bewegungstypen.** Zeitschrift für Physik, 1927. 44: p. 326-352.

KOCH, C., et al. **Neural correlates of consciousness:** progress and problems. Nat Rev Neurosci, 2016. 17(5): p. 307-21.

LAHAV, N.; NEEMEH, Z.A. **A Relativistic Theory of Consciousness.** Front Psychol, 2021. 12: p. 704270.

LASHLEY, K.S. **In Search of the Engram- In Physiological Mechanism in Animal Behavior.** New York: Academic Press, 1950.

LEVINE, J. **Materialism and Qualia:** The Explanatory Gap. Pacific Philosophical Quarterly, vol. 64, no. 4, 1983, pp. 354–361.

MANNING, A.G.; KHAKIMOV, R. I.; DALL, R. G.; TRUSCOTT, A. G. **Wheeler's Delayed-Choice Gedanken Experiment with a Single Atom.** Nature Physics 2015. 11: p.

METZINGER, T. **Neural Correlates of Consciousness:** Empirical and Conceptual Questions. The MIT Press, 2000.

MINKOWSKI, H. **Raum und Zeit, in Jahresberichte der Deutschen Mathematiker-Vereinigung.** 1908. p. 75-88.

NEWBERG, A.B., et al. **Meditation effects on cognitive function and cerebral blood flow in subjects with memory loss:** a preliminary study. J Alzheimers Dis, 2010. 20(2): p. 517-26.

PENROSE, R. **Shadows of the Mind:** A Search for the Missing Science of Consciousness. Oxford University Press, 1994.

PESKIN, M.S., D. **Uma Introdução à Teoria Quântica de Campo.** Imprensa Westview, 1995.

PLANCK, M. **Über das Gesetz der Energieverteilung im Normalspektrum. Annalen der Physik,** 1900. 309: p. 553-563.

POLLEN, D.A.; TRACHTENBERG, M. C. **Alpha Rhythm and Eye Movements in Eidetic Imagery.** Nature, 1972. 237: p. 109–12.

PRIBRAM, K.H. **The Neurophysiology of Remembering.** Scientific American, 1969: p. 220–75.

PRIBRAM, K.H. **Holism Could Close the Cognition Era.** APA Monitor, 1985: p. 5-6.

PRIBRAM, K.H. **Rethinking Neural Networks**: Quantum Fields

and Biological Data. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.

PRIBRAM, K.H. **Holonomic Brain Theory and Motor Gestalts:** Recent Experimental Results. GTA International, 1997.

PRIDEAUZ, J. **Comparison between Karl Pribram's "Holographic Brain Theory" and. more conventional models of neuronal computation.** Copyright ACSA and The BCN Group., 2000.

ROSEN, R. **Life Itself:** A Comprehensive Inquiry into the Nature, Origin and Fabrication of Life. Columbia University Press, NY, 1991.

SEARLE, J. **The Rediscovery of the Mind.** MIT Press, 1992.

SETH, A. **Explanatory Correlates of Consciousness:** Theoretical and Computational Challenges. Cogn Comput, 2009.

SETH, A.K.; BAYNE, T. **Theories of consciousness.** Nat Rev Neurosci, 2022. 23(7): p. 439-452.

SIGAWI, T., et al. **The Constrained Disorder Principle May Account for Consciousness.** Brain Sci, 2024. 14(3).

STAHL, B.C., et al. **A systematic review of artificial intelligence impact assessments.** Artif Intell Rev, 2023: p. 1-33.

TALBOT, M., **The Holographic Universe.** HarperCollins, 1992.

TOMONAGA, S. **On a Relativistically Invariant Formulation of the Quantum Theory of Wave Fields. Progress of Theoretical Physics**, 1946. 1(2): p. 27–42.

TONONI, G., et al. **Integrated information theory:** from consciousness to its physical substrate. Nat Rev Neurosci, 2016. 17(7): p. 450-61.

TSUCHIYA, N., et al. **No-Report Paradigms:** Extracting the True Neural Correlates of Consciousness. Trends Cogn Sci, 2015. 19(12): p. 757-770.

VAN HEERDEN, P.J. **Models for the brain.** Nature, 1970. 227(5256): p. 410-1.

MASHOUR, G.A., et al. **Conscious Processing and the Global Neuronal Workspace Hypothesis.** Neuron, 2020. 105(5): p. 776-798.

WHEELER, J.A. **The "Past" and the "Delayed-Choice" Double-Slit Experiment.** Mathematical Foundations of Quantum Theory, 1978: p. 9-48.

WHEELER, J. **Information, Physics, Quantum:** The Search for Links. in Complexity, Entropy and the Physics of Information, 1990.

YOON-HO KIM, R.Y.; KULIK, S. P.; SHIH, Y. **Delayed 'Choice' Quantum Eraser.** Physical review letters 2000. 84.

ZUREK, W.H. **Complexity, Entropy and the Physics of Information,** Santa Fé Institute. Addison-Wesley, Redwood City CA: Studies in the Science of Complexity., 1990.

CULTIVANDO A PAZ POSITIVA POR MEIO DA RECONCILIAÇÃO INTERIOR: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA

Eva Patricia Rodriguez Bellegarrigue [20]

Introdução

A teoria da paz positiva de Johan Galtung (1996) transformou profundamente a forma como estudiosos e praticantes compreendem as condições necessárias para uma paz duradoura. Indo além do foco tradicional na paz negativa — que ele definiu como a ausência de violência direta — Galtung introduziu a paz positiva como a presença de estruturas e relações que promovem justiça, equidade e a realização do potencial humano. Em sua visão, a violência pode ser não apenas física, mas também estrutural e cultural, perpetuada por sistemas que negam às pessoas suas necessidades básicas, seus direitos ou sua dignidade.

Esse enfoque estrutural trouxe uma atenção vital às causas profundas dos conflitos e das desigualdades. No entanto, deixou em grande parte inexplorado um terreno crucial: o mundo interior dos seres humanos — seus pensamentos, emoções, senso moral e sensação de coerência. Hoje, diante de uma crescente consciência sobre as dimensões psicológicas da violência e o impacto do trauma em indivíduos e comunidades, torna-se cada vez mais evidente que a paz também precisa ser cultivada no interior. Ao expandirmos o legado de Galtung, devemos nos perguntar: como se manifesta a justiça não apenas na sociedade, mas também na alma?[21]

---

20 Advogada e filósofa salvadorenha com Mestrado em Estudos da Paz e Conflito pela Universidade de Uppsala, na Suécia. Seu caminho passou pelo desenvolvimento internacional, pelo trabalho comunitário e, mais recentemente, pelas dimensões internas da paz — onde a cura, o sentido e a agência são resgatados por meio da narrativa. Acredita que a verdadeira paz começa dentro de nós, e dedica seu trabalho a ajudar indivíduos e comunidades a navegarem na interseção entre a transformação interior e a mudança social. Atualmente, mora na República Dominicana, onde facilita espaços de diálogo, resiliência e reflexão ética. Contato: evarodriguezsv@gmail.com

21 Na tradição platônica, a alma (psychē) não se refere a uma essência religiosa ou mística, mas, sim, ao princípio integrador da vida humana — a fonte da razão, emoção, desejo e julgamento moral. Para Platão, a alma é a sede da consciência e da identidade, o centro dinâmico a partir do qual a pessoa pensa, age e aspira ao bem. Ela é tanto racional quanto afetiva, estruturada por três partes inter-relacionadas: logos (razão), thymos (impulso emocional) e epithymia (apetite ou desejo). Esse modelo tripartido, apresentado de forma mais completa em *A República* (Livro IV), enquadra a alma como um microcosmo da cidade-estado, exigindo harmonia interna para funcionar de maneira justa. A justiça na alma, portanto, consiste em cada parte cumprir seu papel adequado, governada pela razão e orientada para o bem do todo. É a partir dessa alma bem ordenada que a ação justa no mundo se torna possível. O conceito de alma de

Essa pergunta nos leva de volta a Platão, um dos primeiros e mais influentes pensadores a relacionar justiça e paz com a estrutura da vida interior. Em *A República*, Platão oferece uma profunda analogia entre a cidade justa e a alma justa. Ele propõe que a alma humana, assim como a sociedade, é composta por três partes distintas: a Razão (*logos*), que busca a verdade e orienta a tomada de decisões; o Impulso Emocional (*thymos*), que anima a coragem, a dignidade e o senso de valor próprio; e o Apetite (*epithymia*), que impulsiona os desejos e as necessidades corporais.

Uma alma é justa, argumenta Platão, quando essas três partes estão em relação adequada: a razão governa com sabedoria, as emoções apoiam a razão com convicção moral, e o apetite segue em equilíbrio. A injustiça, por outro lado, surge quando essa ordem interna é perturbada — quando o desejo sobrepuja a razão ou quando a psique se inflama com raiva, ressentimento ou humilhação. A justiça não é simplesmente uma disposição externa de leis e instituições; é, fundamentalmente, uma forma de harmonia interior.

Essa percepção antiga possui uma relevância significativa para a construção da paz nos dias de hoje. Em contextos marcados pela violência — seja ela interpessoal, estrutural ou histórica — o mundo interno do indivíduo frequentemente apresenta sinais de fragmentação, desorientação moral e dor não resolvida. Experiências de trauma, vergonha, abandono ou culpa podem desestruturar a arquitetura interior do eu, produzindo ciclos de conflito interno e externo. Se, como ensina Platão, a paz e a justiça dependem da harmonia interior, então a construção da paz moderna deve levar a sério o trabalho de restaurar a coerência dentro da pessoa — especialmente naqueles que foram afetados ou envolvidos pela violência.

A visão de Platão nos convida a repensar a noção de agência[22] não como uma virtude inata, mas como uma capacidade cultivada por meio da educação, do diálogo e da prática — uma visão que se alinha estreitamente com abordagens contemporâneas de cura psicológica e transformação narrativa. Sob essa perspectiva, a reconciliação interior pode ser compreendida como o processo pelo qual os indivíduos restauram a coerência, o equilíbrio e a clareza moral após experiências de trauma ou feridas morais. Assim como os diálogos socráticos de Platão buscam despertar a razão e reordenar a alma, as práticas informadas pelo trauma e pelas narrativas apoiam a integração dos aspectos fragmentados da

---

Platão tem sido interpretado por estudiosos como uma estrutura moral-psicológica, um modelo para compreender o conflito interno, o desenvolvimento ético e as condições para a paz interior. Ele oferece uma base filosófica para a ideia de que a justiça interior precede e sustenta a justiça social — uma noção central à tese deste artigo.

22 Na psicologia o termo agência é utilizado como a qualidade da mente humana que permite iniciativa, autodeterminação e senso de controle sobre a própria vida.

identidade, possibilitando a agência ética e a regulação emocional. Dessa forma, a reconciliação interior torna-se uma condição fundamental para a paz sustentável, permitindo que os indivíduos se relacionem de maneira mais construtiva consigo mesmos e com os outros.

Em resumo, Platão oferece mais do que uma metáfora — ele fornece um arcabouço para compreender como a justiça interior é fundamental para a paz duradoura. Sem essa dimensão interior, os esforços para construir estruturas externas de paz positiva podem permanecer vulneráveis aos conflitos não resolvidos e às feridas que os indivíduos carregam dentro de si. Nas seções seguintes, este artigo examinará como o trauma perturba a harmonia interior e como práticas narrativas — particularmente na vida de indivíduos encarcerados — podem ajudar a restabelecê-la, lançando as bases para formas mais profundas de paz.

Trauma, Fragmentação e a Ruptura da Justiça Interior

A visão de Platão da justiça como harmonia entre as faculdades da alma oferece uma poderosa lente para compreender como a violência afeta não apenas as sociedades, mas também os indivíduos. Quando expostas a experiências traumáticas — sejam como vítimas, perpetradores ou testemunhas — as pessoas frequentemente sofrem uma espécie de colapso interno: suas emoções tornam-se incontroláveis, seu senso de identidade se fragmenta, e sua capacidade de agir com clareza e propósito é comprometida. Aquilo que Platão descreveu como desordem da alma assume, na modernidade, a forma do que os especialistas em trauma chamam de desregulação, dissociação ou ruptura narrativa.

Sob essa perspectiva, a frase amplamente citada "pessoas feridas ferem pessoas" expressa uma verdade dura, porém essencial: aqueles que foram feridos — especialmente sem reconhecimento, cura ou apoio — podem se tornar agentes de dano para os outros. Esse ciclo de sofrimento e violência não é apenas comportamental ou social; é profundamente intrapessoal, enraizado em um desequilíbrio interno que obstrui a empatia, a confiança e a autorregulação. O trauma não deixa marcas apenas no corpo ou na mente — ele distorce a bússola moral, rompe o senso de uma narrativa pessoal contínua e inibe a capacidade de responder aos outros com dignidade.

Pesquisas contemporâneas confirmam que o trauma afeta os indivíduos em múltiplos níveis: neurológico, emocional, relacional e moral. Judith Herman (1992), em Trauma e Recuperação, descreve como eventos traumáticos podem "despedaçar os esquemas internos" que dão coerência à experiência e à identidade. Os sobreviventes frequentemente se sentem presos no tempo, incapazes de integrar o passado em uma narrativa significativa. Seu senso de agência é diminuído, e sua autoimagem moral pode ser distorcida por culpa, vergonha ou impotência. Essa condição — muitas vezes silenciosa, invisível e duradoura — pode ser

compreendida como uma forma de violência interior, em que a pessoa se torna estranha a si mesma.

Sob essa perspectiva, a construção da paz não pode permanecer apenas no plano estrutural ou social. Quando o "eu" está desorientado, e quando a fragmentação emocional ou moral predomina, a capacidade de agir de forma não violenta, de reconhecer o outro ou de tomar decisões éticas é comprometida. A paz sustentável, portanto, exige não apenas sistemas de justiça, mas também indivíduos capazes de habitar a justiça internamente. Sob essa luz, a cura do trauma torna-se um ato político: ela restaura as condições internas necessárias para a agência, a dignidade e a responsabilidade ética.

Uma abordagem promissora nesse campo é a terapia narrativa, que vê a identidade não como um traço fixo, mas como uma história em andamento. Desenvolvida por Michael White e David Epston (1990), a terapia narrativa parte do princípio de que os indivíduos dão sentido às suas vidas por meio das histórias que contam sobre si mesmos e suas experiências. Quando essas histórias estão saturadas de violência, fracasso ou estigma, podem se tornar "narrativas saturadas de problemas" que limitam a ação e reforçam ciclos de sofrimento. O objetivo terapêutico é externalizar o problema, desafiar as narrativas dominantes e criar histórias que reflitam agência, resiliência e valores alternativos.

Esse processo pode ser visto como ressonante com aspectos do projeto platônico: ele convida os indivíduos à reflexão, a examinar como as forças emocionais e instintivas moldaram suas ações, e a começar a restaurar um senso de ordem interna. Na terapia narrativa, os clientes não são simplesmente tratados — eles são envolvidos em um processo de diálogo, no qual exploram e potencialmente reformulam os marcos emocionais e morais de suas vidas. Embora distintos em propósito e método, esse processo reflexivo compartilha certa afinidade com o uso da dialética por Platão, que buscava trazer à tona pressupostos e promover maior alinhamento entre a vida interior e as ações.

Pesquisas com populações afetadas pelo encarceramento, pela guerra ou pela exclusão social mostraram que intervenções baseadas em narrativas podem levar a uma maior regulação emocional, a um renovado senso de propósito e até mesmo à desistência da violência. Estudos demonstraram que indivíduos que conseguiram se reintegrar com sucesso frequentemente construíram "narrativas redentoras" — histórias em que erros do passado se tornaram fontes de aprendizado em vez de vergonha, permitindo que suas identidades evoluíssem em direção à responsabilidade (MARUNA, 2001). Essa constatação está alinhada com os resultados de um ensaio clínico randomizado que demonstrou a eficácia da terapia narrativa na promoção da resiliência entre crianças órfãs e abandonadas em contextos pós-conflito (KARIBWENDE et al., 2022).

Outros autores também enfatizam o poder transformador das narrativas pessoais no contexto do encarceramento político, ilustrando como

o ato de contar histórias pode facilitar a reconciliação e a reconstrução da identidade entre indivíduos oriundos de contextos marcados por conflito (HUNT; WILLIS, 2022). Eles argumentam que práticas narrativas inclusivas permitem que os indivíduos processem traumas passados e vislumbrem futuros mais construtivos. Reforçando essa perspectiva, uma meta-análise de terapias baseadas em narrativas destacou sua eficácia na redução de sintomas de TEPT (Transtorno de Estresse Pós-Traumático) e depressão entre jovens sobreviventes de violência em massa, ressaltando sua ampla aplicabilidade em contextos pós-conflito (MORINA et al., 2017). A terapia narrativa, assim, emerge não apenas como um caminho para a cura individual, mas também como uma ponte para a reconstrução da identidade e da conexão social em comunidades marcadas por conflitos ou exclusão social.

Essas descobertas sustentam a afirmação de que restaurar a coerência interior é uma camada fundamental da construção da paz. Trata-se de uma forma de justiça realizada no interior do ser — uma reordenação moral que prepara o indivíduo para se relacionar com o mundo não a partir do medo, da confusão ou do desespero, mas a partir da integridade. Se a alma, segundo Platão, é um microcosmo da cidade, então a reordenação da alma por meio de práticas narrativas informadas pelo trauma é um passo necessário para a criação de cidades — e sociedades — pacíficas.

Na próxima seção, apresentarei os resultados da minha própria pesquisa qualitativa com homens encarcerados que participaram de uma prática narrativa informada pelo trauma. Suas histórias oferecem exemplos vivos de como indivíduos afetados pela violência podem começar a restabelecer a harmonia interior, recuperar sua agência e imaginar novos papéis para si mesmos como contribuidores para a paz.

Reescrevendo histórias violentas: um caso de reconciliação narrativa entre homens encarcerados

No contexto do encarceramento, onde os efeitos da violência estrutural e do trauma individual frequentemente convergem, a questão da paz interior torna-se não apenas filosófica, mas profundamente prática. As pessoas privadas de liberdade são, com frequência, aquelas que vivenciaram injustiças sistêmicas, exposição à violência ou experiências adversas na infância — todas elas deixando cicatrizes psicológicas e morais profundas. Dentro desses sistemas fechados, muitos lutam com sentimento de culpa, vergonha, raiva ou entorpecimento emocional — condições que Platão poderia descrever como uma ruptura da harmonia da alma. Restaurar a justiça interior nesses contextos não é uma simples questão de reforma pessoal; exige um processo deliberado de reordenamento do eu a partir do interior.

Minha própria pesquisa qualitativa, conduzida como parte de uma dissertação de mestrado em Estudos de Paz e Conflitos, explorou

como práticas narrativas baseadas em cuidados informados pelo trauma poderiam ajudar homens encarcerados a iniciar esse processo. Com base no arcabouço da terapia narrativa, o estudo convidou os participantes a refletirem sobre suas histórias de vida, identificarem as narrativas dominantes que moldaram suas identidades e explorarem a possibilidade de reescrever essas histórias com mais agência, significado e coerência.

O estudo, de pequena escala, foi conduzido em colaboração com uma organização sem fins lucrativos que atua dentro de uma grande prisão em Chicago[23]. Os participantes participaram de sessões estruturadas nas quais contaram e escreveram sobre suas experiências de vida, muitas vezes pela primeira vez. Ao revisitarem suas histórias pessoais — marcadas por pobreza, abandono, violência e sobrevivência —, foram incentivados a localizar narrativas alternativas: momentos de resiliência, cuidado ou potencial não realizado. Esse ato de narrar não foi simplesmente uma forma de expressão; tornou-se um diálogo moral e existencial — uma maneira de dar sentido ao sofrimento e reformular sua relação com o passado e com os outros.

Os achados, embora preliminares e limitados pelo pequeno número de participantes, ofereceram percepções significativas sobre como alguns indivíduos começaram a refletir sobre e reinterpretar suas histórias de vida. Vários homens descreveram uma mudança na forma como se viam — não apenas como infratores ou vítimas, mas como autores de uma história em continuidade, capazes de reflexão e transformação. Um participante falou sobre ter descoberto uma "voz diferente" dentro de si, uma que agora podia falar com responsabilidade, em vez de ressentimento. Outros identificaram como haviam internalizado julgamentos sociais ou traumas familiares, e começaram a separar essas narrativas de seus próprios valores emergentes.

Esses *insights* refletem a ideia de Platão de que a justiça na alma advém do autoexame e da ordenação interior, com a razão guiando a energia emocional e o desejo. Em termos narrativos, trata-se da transição de um eu fragmentado e reativo para um eu mais coerente e integrado —

23 A ConTextos Chicago é uma organização sem fins lucrativos, criada inicialmente em El Salvador, na América Central, há dez anos, e posteriormente em Chicago, EUA, há seis anos. Eles acreditam que "assim como em qualquer lugar com epidemias de violência, áreas geográficas não determinam comportamentos violentos, tampouco raça, gênero ou classe. Em vez disso, como um vírus, a vitimização gera vitimização. A maior parte da violência não é arbitrária, mas um reflexo do trauma: dor gera dor — aqueles que são feridos acabam ferindo outros. A teoria de mudança da ConTextos é baseada na cura, e não na punição. Eles acreditam em consequências, mas também em compaixão. Os indivíduos devem desenvolver habilidades socioemocionais para enfrentar seu passado e os traumas constantes ao seu redor, a fim de participar de comunidades eficazes, relacionamentos saudáveis e do mercado de trabalho." Para mais informações, visite o site: https://contextos.org/chicago/about-chicago/

o que o psicólogo Dan McAdams (1993) chama de "narrativa redentora", cada vez mais reconhecida nos campos da psicologia e da identidade narrativa como uma estrutura poderosa para compreender a reinvenção pessoal e a orientação moral. Esse estilo narrativo é particularmente relevante para indivíduos que enfrentaram grandes desafios na vida, como ex-presidiários, pois lhes permite transformar comportamentos passados em uma base para uma identidade pró-social. Maruna (2001) descobriu que a reintegração bem-sucedida entre ex-detentos estava intimamente ligada ao desenvolvimento de narrativas redentoras do eu, que lhes permitem reformular suas experiências de vida como etapas de crescimento pessoal e contribuições positivas para a sociedade (PATON & KOTZEE, 2019). Além disso, a expressão por meio da narrativa pode facilitar a reconstrução da identidade e do valor moral após transgressões anteriores, remodelando tanto a autopercepção quanto a percepção dos outros (WYNN, 2005). Ademais, programas de escrita expressiva em prisões demonstraram promover regulação emocional e empatia, além de possivelmente reduzir incidentes disciplinares, enfatizando assim o poder terapêutico da narrativa (ALTAMIRANO, 2022).

Essas descobertas ilustram que a autoria narrativa serve não apenas como um mecanismo de reconciliação interior, mas também respeita a complexidade das histórias individuais e as nuances da agência. A narrativa desempenha um papel crucial no autoconhecimento e na construção de sentido, sugerindo que contar histórias permite aos indivíduos reconstruírem passados moralmente comprometidos em identidades mais coerentes e com propósito (BUSEY, 2019). Essa interação dinâmica entre narrativa, identidade e desenvolvimento moral destaca o potencial da narrativa como veículo de agência pessoal e reintegração social.

Nesse sentido, o trabalho narrativo pode ser visto como uma aplicação prática da psicologia moral de Platão: por meio da reflexão guiada, os indivíduos começam a reorganizar as partes da alma, trazer clareza à confusão e mover-se da desordem interior rumo à autonomia moral. Em ambientes prisionais, onde a justiça externa muitas vezes é lenta ou incompleta, essa mudança interna pode ser a primeira e mais acessível forma de paz.

Na próxima seção, volto-me às implicações mais amplas desse trabalho interior: como a reconstituição do eu por meio da narrativa pode possibilitar um engajamento mais ético com o mundo — e porque a paz positiva deve ser concebida tanto como estrutural quanto pessoal.

Da coerência interior ao engajamento social: recuperando a agência para a paz positiva

A reconstituição da identidade por meio da narrativa não é apenas um ato terapêutico; é a base da agência moral e social. Indivíduos que recuperam seu senso de autoria e coerência estão em melhor posição para fazer escolhas éticas, resistir aos ciclos de violência e participar da

reparação dos relacionamentos sociais. Em termos de construção da paz, eles deixam de ser receptores passivos da justiça para se tornarem contribuintes ativos da paz.

Platão via isso com clareza. Em *A República*, ele argumentava que uma cidade justa requer indivíduos justos — pessoas que cultivaram a ordem interna e que agiram não a partir do caos ou do desejo irracional, mas da razão alinhada com a percepção ética. Na linguagem psicológica moderna, esse *insight* se traduz na ideia de que a autorregulação interna e a coerência narrativa são pré-requisitos para o comportamento pró-social. Uma pessoa emocionalmente desregulada, moralmente confusa ou consumida por uma vergonha não resolvida, pode ter dificuldade em se relacionar com os outros de forma não violenta, quanto mais participar de processos de paz.

Isso é particularmente verdadeiro em contextos pós-conflito ou prisionais, onde a linha entre vítima e agressor frequentemente se confunde, e onde os ciclos de trauma se perpetuam ao longo das gerações. Indivíduos que não tiveram acesso à cura podem permanecer presos em padrões reativos que alimentam mais violência. Por outro lado, aqueles que tiveram a oportunidade de refletir sobre suas vidas, reconhecer danos e imaginar um futuro diferente frequentemente expressam um renovado senso de responsabilidade social.

Os participantes da minha pesquisa — apesar das limitações do estudo — ofereceram percepções que ilustram essa transição da preocupação consigo mesmos para uma consciência relacional e ética. À medida que se engajaram na autoria narrativa, muitos começaram a expressar preocupação não apenas consigo mesmos, mas com suas famílias, comunidades e outros que poderiam seguir caminhos semelhantes. Essa transformação marca o surgimento do que pode ser chamado de imaginação ética — a capacidade de visualizar uma vida além do dano, enraizada na responsabilidade, empatia e desejo de restaurar relacionamentos. Por exemplo, um participante, Jorge, refletiu que seu desejo de compartilhar sua história vinha de um senso de obrigação para com "outros jovens que talvez ainda estejam livres" e que poderiam se inspirar a fazer escolhas diferentes. De forma semelhante, Moisés expressou esperança de que sua mudança pessoal pudesse "ajudar alguém, talvez até meus próprios filhos, a não passar pelo que eu passei." Para ilustrar ainda mais essa tendência, a tabela a seguir resume os temas mais comuns que emergiram nas reflexões dos participantes durante o processo narrativo. Embora a amostra tenha sido pequena e não estatisticamente representativa, as respostas apontam para padrões consistentes de arrependimento, preocupação relacional e um crescente senso de responsabilidade social — os quais sugerem – todos - que a transformação interior pode abrir caminho para formas restaurativas de cidadania. Essas narrativas em evolução sinalizam não apenas cura, mas também uma reorientação em direção ao outro, fundamentada na experiência vivida e em uma renovada agência ética.

Tabela 1 – Temas Emergentes nas Reflexões Narrativas

Entrevistados	Núm. de Participantes	Citação Ilustrativa
Arrependimento em relação aos entes queridos	5	"Eu causei muita dor à pessoa que eu mais amava. Isso dói muito."
Desejo ser visto de forma diferente pelas crianças	3	"Eu quero que minha filha me conheça de forma diferente."
Intenção de evitar que os jovens repitam o caminho	4	"Eu gostaria de falar com os jovens para que não cometam os mesmos erros."
Senso emergente de responsabilidade social	3	"Estamos aqui para consertar o que fizemos."
Reflexão sobre o passado e autorresponsabilização	6	"Acho que nunca fui realmente ouvido antes…, mas não queria repetir isso."

A incorporação da narrativa, da cura do trauma e da responsabilidade cívica em programas de construção da paz é cada vez mais reconhecida como uma estratégia fundamental para promover a coesão social, especialmente em contextos pós-conflito ou de reabilitação. Programas como o ConTextos e o Projeto Alternativas à Violência, implementados em ambientes prisionais, demonstraram a eficácia da integração de práticas narrativas para apoiar a transformação pessoal e o engajamento cívico. Essas iniciativas monitoram o comportamento dos participantes após a intervenção, oferecendo evidências empíricas do impacto positivo da contação de histórias na promoção da responsabilidade social e do envolvimento comunitário (BENNETT; HAYS, 2022; ALAMDARI, 2020).

Estruturas de justiça restaurativa também estão evoluindo para incluir a narrativa como ferramenta para fomentar empatia e responsabilidade entre ofensores e vítimas. Narrativas pessoais são utilizadas para cultivar o entendimento mútuo e facilitar o diálogo, contribuindo assim para o processo de cura de ambas as partes envolvidas (PHILBIN et al., 2018; BERGAN et al., 2021). A abordagem narrativa na justiça restau-

rativa ajuda a preencher lacunas de empatia que os sistemas punitivos tradicionais frequentemente ignoram. Além disso, estudiosos da justiça transicional defendem o conceito de "justiça narrativa", que destaca a importância de reconhecer as diversas histórias de indivíduos afetados por conflitos ou injustiça sistêmica. Esse arcabouço valoriza as histórias pessoais dentro do contexto mais amplo da memória coletiva, apoiando os processos de cura tanto de indivíduos quanto de comunidades (GARCÍA; CUELLAR, 2018).

Importante destacar que esse foco no indivíduo não implica um recuo à introspecção ou a um distanciamento espiritual. Pelo contrário, a paz interior, nesse modelo, é o que possibilita a ação exterior. Indivíduos em paz consigo mesmos são mais capazes de se engajar de forma contínua com a diferença, mais aptos a lidar com a complexidade sem colapsar em agressividade e mais propensos a agirem com clareza moral em vez de agirem por impulso.

Isso desafia uma dicotomia falsa comum nos estudos sobre a paz: a ideia de que o trabalho interior é "suave" ou "privado", enquanto a mudança estrutural é "dura" e política. A defesa de um modelo ampliado de paz positiva insiste que essas dimensões são interdependentes. Assim como sistemas injustos precisam ser desmontados e reconstruídos, o mesmo vale para os indivíduos em desordem interna. A paz estrutural exige reforma sistêmica, mas também requer pessoas que possam habitar e sustentar essas reformas — não apenas em público, mas também em sua vida privada.

Na seção final, retorno às implicações mais amplas desse arcabouço expandido para a pesquisa, a prática e a educação voltadas à paz.

Considerações finais: rumo a uma visão ampliada de paz positiva

A teoria da paz positiva de Galtung (1996) desafiou o campo dos estudos sobre a paz a ir além da mera ausência de violência e a buscar a criação de sociedades justas, equitativas e harmoniosas. No entanto, como este artigo argumentou, tal visão permanece incompleta sem considerar as condições internas dos indivíduos que habitam essas sociedades. Com base nos *insights* filosóficos de Platão e apoiados por pesquisas contemporâneas sobre trauma, identidade narrativa e agência moral, vimos que a reconciliação interior não é apenas um complemento da paz estrutural, mas também sua fundação.

O modelo platônico de justiça como harmonia da alma oferece uma lente atemporal para compreender as rupturas causadas pela violência e o potencial de cura por meio da reflexão, da razão e da regulação emocional. Sob essa luz, o trauma pode ser entendido como uma quebra da ordem interior — uma forma de injustiça interna que compromete a capacidade do indivíduo de agir eticamente ou de viver em paz. Curar-se desse estado exige mais do que apoio terapêutico; requer a

restauração da coerência moral, o realinhamento das faculdades internas e a retomada da agência narrativa.

O estudo de caso extraído da sua tese demonstra como práticas narrativas, mesmo em contextos difíceis como o sistema prisional, podem iniciar essa transformação interior. Através da narração de histórias, homens encarcerados começaram a ressignificar suas identidades, desenvolver maior consciência emocional e imaginar papéis para si mesmos além da violência. Seu processo ecoou a jornada platônica da confusão à clareza, do conflito interior à harmonia. Embora a escala do estudo tenha sido limitada, seus achados estão alinhados com a literatura mais ampla que sugere que o trabalho narrativo, o cuidado informado pelo trauma e a autorreflexão podem permitir que as pessoas não apenas se curem, mas também contribuam de forma significativa para a paz.

Em um mundo marcado por profundas desigualdades estruturais, conflitos persistentes e ciclos de trauma, essa compreensão ampliada de paz positiva é urgentemente necessária. Pacificadores, educadores, formuladores de políticas e pesquisadores devem reconhecer que a paz sustentável exige atenção não apenas aos sistemas, mas também às almas — não apenas à justiça externa, mas à justiça interior.

Isso não é um recuo ao individualismo. É um chamado à integração entre o pessoal e o político, entre o estrutural e o psicológico, entre o filosófico e o prático. Ao cultivar a reconciliação interior, preparamos os indivíduos para se engajar de maneira mais ética, compassiva e construtiva com suas comunidades. Dessa forma, a paz positiva torna-se não apenas uma meta social, mas uma prática pessoal — um estado interior que irradia para o mundo.

REFERÊNCIAS

ALAMDARI, K. (2020). **Restorative Narratives in Prison Settings:** The Role of Storytelling in Re-entry and Identity Reconstruction. Journal of Offender Rehabilitation, 59(2), 119–136.

ALTAMIRANO, M. (2022). **Writing for Change:** The Emotional and Behavioral Impact of Expressive Writing in Prison Education Programs. Prison Education Review, 10(1), 33–45.

BENNETT, L.; HAYS, K. (2022). **Narrative Interventions for Civic Engagement in Incarcerated Populations.** Restorative Practices Review, 14(1), 45–59.

BERGAN, L., PHILBIN, C.; SANTOS, M. (2021). **Empathy Through Story:** Narrative as Restorative Justice Practice. Peace and Conflict Studies, 28(3), 310–328.

EPSTON, D.; WHITE, M. (1990). **Narrative Means to Therapeutic Ends.** New York: W. W. Norton.

GALTUNG, J. (1996). **Peace by Peaceful Means:** Peace and Conflict, Development and Civilization. London: Sage Publications.

GARCÍA, M.; CUELLAR, J. (2018). **Narrative Justice in Transitional Contexts:** Memory, Truth, and Reconciliation. International Journal of Transitional Justice, 12(3), 276–294.

HERMAN, J. L. (1992). **Trauma and Recovery:** The Aftermath of Violence—from Domestic Abuse to Political Terror. New York: Basic Books.

HUNT, N., & WILLIS, R. (2022). **Telling the Past, Imagining the Future:** Narrative Identity after Political Imprisonment. Peacebuilding & Society, 9(2), 101–118.

KARIBWENDE, J., et al. (2022). **Narrative Therapy and Resilience in Post-Conflict Youth:** A Randomized Controlled Trial. Global Mental Health Journal, 6(1), 22–39.

MARUNA, S. (2001). **Making Good:** How Ex-Convicts Reform and Rebuild Their Lives. Washington, D.C.: American Psychological Association.

MCADAMS, D. P. (1993). **The Stories We Live By:** Personal Myths and the Making of the Self. New York: Guilford Press.

MORINA, N.; MALEK, M.; NICKERSON, A.; BRYANT, R. A. (2017). **Meta-analysis of Narrative Exposure Therapy for PTSD and Depression.** Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy, 9(4), 452–460.

PATON, D.; KOTZEE, B. (2019). **Narratives of Reform:** Identity Reconstruction After Incarceration. Ethics and Social Welfare, 13(2), 123–140.

PLATO. (1991). **The Republic.** Trans. Allan Bloom. New York: Basic Books.

PRESSER, L. (2008). **Narratives of Disengagement:** Respondent Accounts of Former Right-Wing Extremists. Theoretical Criminology, 12(3), 317–338.

RODRIGUEZ, E. (2023). **Re-authoring Violent Stories:** The Impact of Trauma in Building Self-Efficacy in Incarcerated Men. Master's thesis, Uppsala University, Department of Peace and Conflict Research.

SCOTT, K. L.; JENNEY, A. (2022). **Safe not soft:** Trauma- and violence-informed practice with perpetrators as a means of increasing safety. Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 32(7–8), 1088–1107. https://doi.org/10.1080/10926771.2022.2052389

SELTZER, L. (n.d.).

WYNN, L. (2005). **The Moral Work of Storytelling:** Narrative, Identity, and Redemption in Post-Carceral Life. Journal of Narrative Theory, 35(3), 245–267.

EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ: REFLEXÕES E FAZIMENTOS

Jaqueline Moll[24]

Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

(Bertolt Brecht, 1898-1956)

Introdução

Este texto nasce de reflexões construídas, a partir de uma pergunta, singela e profunda: "o que há de paz naquilo que a gente faz?", formulada no âmbito da Tribuna Livre pela Paz, atividade realizada semanalmente no Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília (UnB), proposta, conjuntamente, pela União Planetária, pelo Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da UnB e pela Fundação Darcy Ribeiro.

A singeleza e a profundidade da pergunta remetem a uma relação (não comparativa, mas reflexiva) com as perguntas formuladas por Jean-Jacques Rousseau, no seu famoso "Discurso sobre as Ciências e as Artes" (1750), escrito para responder à questão formulada para o concurso da Academia de Dijón, no mesmo ano: "O progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou para corromper os nossos costumes?", segundo Santos (1996, p. 7) "uma pergunta elementar, ao mesmo tempo profunda e fácil de entender".

A resposta de Rousseau, que lhe deu o primeiro prêmio e custou-lhe algumas inimizades, segundo Santos (op.cit.), constituiu-se de outras perguntas, não menos elementares:

> Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituirmos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científi-

24 Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da mesma Universidade. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus Frederico Westphalen. Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq): Educação Integral na Escola e na Sociedade: Sujeitos, Territórios, Dimensões e Interfaces. Propositora e articuladora da Cátedra UNESCO Cidade que Educa e Transforma. Colaboradora da União Planetária. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com.

> co produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? Perguntas simples a que Rousseau responde, de modo igualmente simples, com um redondo não (Santos, 1996, p.7).

Perguntas importantes, que certamente constituíram – com outras – as bases para a ciência moderna, abrindo portas para outro modo de ler e compreender o mundo, permitindo que a densa névoa constituída por superstições milenares, fosse 'desestabilizada':"enquanto tropeça dentro da névoa luminosa das superstições e afirmações antigas, a humanidade não será capaz de desenvolver as forças da natureza que se descobrem" (Bertolt Brecht, Vida de Galileu, escrita entre 1938-1939).

Buscando compreender a 'paz no que a gente faz', no contexto de 'Práticas para a promoção da paz', o presente texto traz elementos da história da educação brasileira, entretecidas as reflexões acerca da paz, pouco usuais nos debates especificamente pedagógicos ou de políticas educacionais, para apresentar aspectos do Programa Mais Educação, ação do governo federal (2007-2026), que desencadeia a retomada da chamada educação integral no Brasil, propondo a construção de territórios articulados a partir de diferentes políticas públicas, compreendendo que o acesso à educação é, em si, uma condição para a construção de uma sociedade pacífica, que só é realizável no processo mesmo de construção de um mundo onde toda gente caiba, com toda sua diversidade.

Na perspectiva da pergunta geradora deste texto e seus entrelaçamentos com as questões rousseaunianas é importante refletirmos: o que há de paz no que a escola faz? Há relação entre a paz e o acesso ao sistema educacional? Contribui o ambiente escolar para a superação da chamada paz negativa, representada pelos preconceitos, violências, exclusões que maltratam nossa população?

Abordaremos algumas questões, para delimitar aspectos do campo conceitual e algumas referências normativas, que permitam delinear a abrangência que estamos considerando na definição da expressão 'paz' para, em seguida, pensar na educação brasileira, tendo como referência o Manifesto de 1932 e aspectos da obra de Anísio Teixeira, marcos na afirmação da educação universal e pública, e o Programa Mais Educação, cuja elaboração e implementação esteve sob a coordenação desta pesquisadora, como gestora no Ministério da Educação, no período de 2005 a 2013.

Afinal o que é paz?

Em diferentes fontes, popularizadas pela internet, é possível encontrar referências em relação à origem etimológica da palavra paz. O site https://etimologia.com.br/paz, por seu autor Benjamin Veschi, aponta que a palavra paz, deriva do latim "pax" ou "pacis", que significa

ausência de guerra ou conflito. Aponta também que, em outras línguas, como o hebraico "shalom" e o árabe "salaam", tem significados mais amplos, abarcando as ideias de justiça, saúde, segurança e bem-estar. Além disso, menciona que sua **origem**:

> Está localizada no latim como pax, dado pelo genitivo pacis, em referência a um entendimento, pacto ou acordo, sobre origem indo-européia em *pak, por pacto. A forma do verbo é dada no latim pacificāre, conjugando pax, e o verbo facĕre, entendido como fazer, determinado pelo indo-europeu *dhe-, mantendo o dito senso de ação (https://etimologia.com.br/paz/).

Outro site, denominado https://conceito.de/paz aponta a origem latina da expressão pax, definindo paz em um sentido positivo e em um sentido negativo: no seu sentido positivo, a paz é um estado de tranquilidade e de quietude; já, em sentido negativo, a paz é a ausência de guerra ou violência.

Tais referências estão presentes nas buscas virtuais e, de modo geral, convergem, como referências gerais, para a compreensão do termo.

No âmbito da elaboração acadêmica, Silva (2002) apresenta paz em oposição à guerra, portanto como expressões antônimas ou situações extremas, podendo a paz ser definida como a ausência da guerra. Contudo, apresenta importante reflexão ao apontar que "entre uma e outra existem situações e estágios intermediários". Para definir essas situações ou estágios, gradações entre a paz e a guerra, Silva (2002) recorre aos estudos de Johan Galtung (1995) que apresenta os conceitos de uma paz negativa e de uma paz positiva:

> A paz negativa, segundo esse ilustre professor, é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social. (Silva, 2002, p.3)

Silva (op.cit.) alinha-se a esta concepção, propondo superar a "polarização guerra e paz" e abordar, no mínimo, três estágios distintos: a guerra, a paz negativa e a paz positiva, evidenciando que:

> Uma maior reflexão ainda se faz necessária sobre as situações que envolvem guerra e paz. No entanto, em um primeiro momento, pode-se identificar: a guerra declarada e em curso, a chamada guerra fria, a preparação para a

> guerra ou para a eventualidade da guerra, a guerrilha, o terrorismo, a violência estrutural, a não cooperação da paz negativa e, finalmente, a paz verdadeira ou, utilizando-se o termo de Galtung, a paz positiva. (Silva, 2002, p.3)

Aguiar (2008), em "Notas para um estudo", aponta que, assim como a ética, a moral e o direito, a paz não é um ente existente na concretude perceptível, não é palpável como objeto sensível, ela é um estágio de relações:

> Para se tratar de paz, há que se considerar, previamente, os que estão envolvidos nela, ou na guerra. Ela é um resultado dinâmico, perpetuamente "in fieri". (...)Do mesmo modo, precisamos lembrar que a paz traduz um conjunto de relações heterogêneas. O homogêneo e o unânime nunca levam à paz. No máximo, conduzem à paz dos cemitérios. É a diversidade que possibilita a paz. É o provável e o possível que a constroem. A paz, como equilíbrio dinâmico, não transita em universo determinista, e a diversidade, no lugar de ser um mundo de conflitos necessários, é possibilidade de bifurcações e novas formas de reconhecimento.

Afirma, ainda, o referido autor, que a paz *não pode ser unicamente tratada nos foros das estratégias e táticas*, por mais que sejam importantes, pois, *antes de tudo, a paz é ética.*

Portanto o conceito de paz, considerados os pressupostos dessas reflexões, aponta para uma dinâmica instituída nas relações entre as pessoas e as coletividades, para um horizonte a ser permanentemente buscado, implica ação, entendimento, pactos, acordos, relações, equilíbrio, na perspectiva da construção de uma sociedade melhor, na qual todas as pessoas comunguem dignamente do espaço social.

A partir de tais conceitos e da ideia da anterioridade ética, proposta por Aguiar (2008), trazemos algumas referências normativas que apontam para um horizonte de possibilidades e desejos, expressando uma potência e um devir.

A Constituição Brasileira de 1988, considerada nossa Constituição Cidadã e marco da retomada da Democracia, consagra, em seus princípios fundamentais, que nos constituímos como um Estado Democrático de Direito e aponta, entre os fundamentos de nossa organização como sociedade, a cidadania e a dignidade da pessoa humana; definindo como nossos objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Entre

os princípios que regem nossas relações internacionais estão: a prevalência dos direitos humanos; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, em seu artigo quarto, assevera que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, aponta como objetivo primeiro da educação brasileira o *pleno desenvolvimento da pessoa*, que implica o desenvolvimento moral, ético, estético, cognitivo, físico, espiritual, chamando a atenção para a globalidade da vida humana, seguido da formação para a cidadania e para o mundo do trabalho.

Tais normativas nacionais são enfáticas acerca do propósito de promover a paz positiva, que implica equilíbrio, diálogo, responsabilidades comuns e respeito a vida.

No âmbito dos tratados internacionais, menciono dois documentos, entre muitos outros, cujas bases corroboram a afirmação de uma paz positiva.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu terceiro artigo, define que "todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal", e em seu artigo vigésimo sexto, aponta que a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, além de favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Tais pressupostos corroboram contextos e propósitos em que prepondere a paz positiva.

No âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda prioritária, proposta pela ONU, no ano de 2015, com objetivos a serem alcançados até 2030, estabelece-se um conjunto de proposições que dialogam com a afirmação de sociedades pacíficas e pacificadas e que universalizam meios dignos para a vida: erradicação da pobreza , fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, infraestrutura resiliente e industrialização inclusiva e sustentável, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança global do clima, conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos, uso sustentável dos ecossistemas terrestres, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação e revitalização de parceria global para o desenvolvi-

mento sustentável. Em seu conjunto, portanto, reiteram a cultura da paz e afirmam perspectivas para a construção de uma paz positiva.

Recentemente, o governo brasileiro propôs o ODS 18, relativamente aos esforços para construção da igualdade racial. Tal iniciativa acompanhou outros países que, segundo informações do Ministério de Igualdade Racial (https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18), também propuserem seu próprio ODS: "na Índia, foi criado um ODS 18 sobre o empoderamento local e o desenvolvimento rural, na Costa Rica, ODS 18 sobre a felicidade e o bem-estar das pessoas".

Portanto, a materialização da paz positiva implica vontade coletiva e esforços conjuntos que reúnam, agreguem e estimulem meios que desencadeiem uma mudança de mentalidades que, por sua vez, possibilitarão transformações, ou mais vigorosamente uma metanoia, que nos leve à construção de sociedades equilibradas, nas quais a paz permeie as relações e as dinâmicas da vida pessoal, dos grupos, famílias, organizações, bairros, países. Passa, também, orgânica e inexoravelmente, pela construção da justiça social que inclua todos na festa e nas belezas da vida, enfrentando e superando a fome, as injustiças, os preconceitos e todos os tipos de violência simbólica e material.

A paz positiva e a educação brasileira: o marco representado pelo Manifesto de 1932

Os propósitos e objetivos mais elevados para a construção da paz, explicitados em legislações, acordos, tratados, convenções ou pactos, em âmbito nacional ou internacional, incluem, inexoravelmente, a universalização da educação, em seus diversos níveis e modalidades e ao longo da vida, como condição para níveis mais elevados de desenvolvimento e, portanto, para concretização das possibilidades de construção de patamares superiores em termos de igualdade, inclusão, resiliência, sustentabilidade e responsabilidades compartilhadas.

Nesta perspectiva, a escola (como instituição e como política pública) é, sem dúvida, um espaço e um direito que precisa incluir toda gente, nas diferentes etapas e ciclos da vida, seja pela escolarização nos seus diversos níveis, seja como território de formação continuada, convite permanente para a construção e a partilha de saberes de vida, das comunidades em que está inserida.

No Brasil o direito à educação percorreu, e ainda percorre, um lento e longo caminho pois a desejada universalização do acesso desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental até o ensino médio, que compõe a educação básica, tem sido uma construção de várias gerações, com avanços e recuos, determinados pelas conjunturas políticas e pela instabilidade de uma democracia de baixa intensidade e com intervalos históricos.

Portanto, a construção do acesso, da permanência e da efetividade do trabalho educacional, na escola, relaciona-se diretamente com a

possibilidade de desenvolvimento da população para sua participação nos amplos processos de reconstrução de uma sociedade que, por mais de quatro séculos, manteve a violência institucional da escravidão e a negação de tudo que fosse relacionado a seus povos originários.

Considerando este longo percurso, de gigantes desafios, tomo como referência o Manifesto de 1932 que apresentava, pela primeira vez, de modo mais organizado, um conjunto de ideias e ideais para que a educação no Brasil fosse universalizada, pública, laica e integral e pudesse incidir nos caminhos da sociedade, colaborando para modificar sua estrutura violenta e desigual.

Sob a coordenação de Fernando de Azevedo, educador paulista, em diálogo com outros grandes educadores como Anísio Teixeira, Hermes Lima, Paschoal Leme, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Cecília Meireles, esse Manifesto explicitava a desorganização, o atraso, o caráter excludente e seletivo, além do arcaísmo da educação escolar brasileira. Ao mesmo tempo, apresentava um plano geral para afirmação de uma escola universal, obrigatória, integral, gratuita e republicana que garantisse condições para que o povo pudesse participar dos processos para o desenvolvimento de um país livre e soberano.

Propondo "A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo", esse Manifesto, escrito há quase cem anos, sob o prisma das concepções e disputas da época (algumas muito atuais), associa, como inexoráveis, o desenvolvimento do país e a elevação da educação, ao primeiro dos problemas nacionais:

> Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (MEC, 2010, p.33).

Conclamando o poder público a *reconhecer e considerar a educação (...) como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais*, enunciou um amplo e generoso projeto educacional baseado nos princípios da laicidade, do respeito *à integridade da personalidade em formação*, da gratuidade como *princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível* para todas as pessoas, além de afirmar a *coeducação* para convivência entre meninos e meninas. (Manifesto, 2010, p.43)

Esses princípios foram fundamentais, ao longo do século XX, e nessas primeiras décadas do século XXI, para os embates e avanços em termos de direitos educativos firmados na Constituição de 1988, que nos permitem um cenário amplo de acesso às instituições escolares.

Importante registrar e sublinhar a perspectiva, trazida pelo Manifesto, de articulação entre escola e comunidade, além de todos os meios que possam potencializar os processos formativos:

> Pois, é impossível realizar-se em intensidade e extensão uma sólida obra educacional sem se rasgarem na escola aberturas no maior número possível de direções e sem se multiplicarem os pontos de apoio de que ela precisa, para se desenvolver, recorrendo à comunidade como a fonte que lhes há de proporcionar todos os elementos necessários para elevar as condições materiais e espirituais das escolas (MEC, 2010, p. 62/3).

Para além disso, anuncia o ocaso do que denomina como "escola antiga, presumida da importância do seu papel e fechada no seu exclusivismo acanhado e estéril, sem o indispensável complemento e concurso de todas as outras instituições sociais", apontando a aurora da escola moderna aparelhada de todos os recursos para estender e fecundar sua ação na solidariedade com o meio social, em que então, e só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas.

Anísio Teixeira, advogado e educador baiano, foi, entre os signatários do Manifesto, quem mais longe levou estas ideias, em uma obra que atravessou toda a sua vida e incidiu sobre as legislações e políticas educacionais, materializando-as nas cidades de Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF), as três capitais do Brasil.

Nos anos 30, Anísio constrói e reforma muitas escolas na cidade do Rio de Janeiro, ampliando o acesso da população, na gestão do então prefeito Pedro Ernesto e, em 1949, inaugura a Escola-Parque ou Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no Bairro da Liberdade, periferia da cidade de Salvador, em um projeto que seria expandido, uma década depois, em termos de instituições e conceitos, no contexto da construção da nova capital federal.

Todo este esforço para construção de escolas equipadas, preparadas, competentes para receber os filhos do povo, apontava para a construção da paz positiva, no seu sentido mais profundo, escolas de dia completo e currículo integral, escolas para aprender a ser, a acolher, a aprender, a pertencer e a conviver.

Anísio Teixeira pensava e propunha uma *escola comum* para a população brasileira, propiciando vivências e experiências do mundo da vida, relacionadas à convivência social, aos experimentos científicos, aos projetos culturais, às práticas esportivas, operando no seu conjunto o

objetivo do *pleno desenvolvimento humano* que seria, décadas depois, consagrado pela Constituição de 1988.

A amplitude da visão de Anísio e outros educadores e educadoras do seu tempo, representou, nos diferentes momentos históricos de interrupções democráticas, uma afronta e uma ameaça à visão estreita e antidemocrática das forças reacionárias, cultivadas por determinados grupos sociais, que sempre viram a população como meio de produção de riquezas, sem direito à cidadania e à dignidade, ratificando, portanto, o conceito de uma paz negativa.

A paz naquilo que a gente faz: a construção do Programa Mais Educação

Compreender o nexo entre proposições e construções políticas de diferentes momentos históricos pode, efetivamente, colaborar para que a sociedade avance no sentido trazido ao longo deste texto, que avance para patamares mais elevados de consciência da nossa responsabilidade coletiva para consolidar uma sociedade justa, que materialize possibilidades de paz, expressas no acesso a direitos que humanizam a vida, como é o caso do direito à educação.

O Programa Mais Educação (PME), concebido e desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil, no período de 2007 a 2016, pode ser considerado um marco histórico significativo, na perspectiva da retomada, da indução, da construção e da implementação de uma agenda sustentável para a efetivação do direito à educação básica de qualidade, na escola, definida por Anísio Teixeira, de dia letivo completo e currículo integral.

Em 2007, no conjunto das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi instituída a Portaria Interministerial n.17, que criou o PME, subscrita pelos Ministérios da Educação; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Cultura; e do Esporte, prevendo a integração de outros Ministérios ou Secretarias Federais, apontando para uma política educacional que abarcasse a organização de diferentes ações educativas, no âmbito de cada território, o que de fato aconteceu, atingindo 60 mil escolas brasileiras e mais de 7 milhões de estudantes.

Entre seus objetivos estava proposta a articulação de ações, projetos e programas, para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, apontando sua implementação, por meio do apoio à realização de ações socioeducativas, nas escolas e outros espaços socioculturais, incluindo os campos das artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, no contexto de seu desenvolvimento integral.

Além disso, propunha e estimulava o cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, prevendo e ratificando a garantia da proteção, a partir da assistência social e da formação para a cidadania, incluindo na organização curricular as áreas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consci-

ência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia.

Apostando em responsabilidades compartilhadas e sublinhando a *absoluta prioridade de crianças* e *adolescentes*, propôs ações conjuntas no território, apresentando entre suas finalidades a prevenção e o combate ao trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio assistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Constituiu-se, portanto, o PME, como agenda indutora de uma política de educação integral em tempo integral, qualificando a educação pública, em todos os estados da federação e em quase todos municípios do país, estabelecendo bases e condições para a escola pensar-se como espaço de convivência e de desenvolvimento pleno - intelectual, moral, ético, estético, físico, político, espiritual, social.

Consolidando a efetividade pedagógica e curricular de sua atuação, três anos depois, em 2010, o Decreto Presidencial n. 7.083 dá outro passo na sua formalização, definindo que a jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades organizadas, a partir dos seguintes macrocampos: acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, e educação em saúde, abrangendo práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável.

Atividades diversas, comumente afastadas da vida escolar, passaram a ser possíveis na organização curricular das escolas, constituindo-se elas próprias como sujeitos coletivos da política pública, escolhendo com suas comunidades, atividades a serem desenvolvidas para ampliar sua tarefa formativa. Entre dezenas de atividades possíveis, relacionadas aos macrocampos mencionados, apontamos: yoga e meditação, xadrez e outros jogos de tabuleiro, canto coral ou banda, instrumentos musicais diversos, teatro, dança, poesia, horta, entre muitas outras, estimuladoras do trabalho coletivo e do aperfeiçoamento pessoal.

Entre seus princípios, o PME apontava a constituição de territórios educativos, propondo a escola articulada ao seu território – como pensavam os autores do Manifesto de 1932, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas e a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com suas comunidades.

No contexto do trabalho escola-comunidade-território-políticas públicas, afirmava-se a cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e

de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos.

Em outras palavras, estimulava-se a perspectiva de que podemos viver juntos e em paz, conhecendo-nos e respeitando-nos, resolvendo conflitos por meio da palavra, do encontro, do trabalho coletivo, da convivência pacífica e pacificadora.

Portanto, o PME constituiu, em si mesmo, um exercício da paz positiva cujo foco era o desenvolvimento pleno que estimulava o aprender a ser, a acolher, a aprender, a conviver e a pertencer, potencializando o trabalho educativo da escola.

Entre seus objetivos delineava a convergência, logo a construção de interfaces entre políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, aproximando programas do esporte (Segundo Tempo), da cultura (Pontos de Cultura), do Meio Ambiente (Salas Verde), entre outros, originários das Secretarias da Mulher, dos Direitos Humanos, do Combate à Discriminação Racial.

Em sua estrutura, o PME priorizava as regiões de maior vulnerabilidade social, nas cidades e no campo, tendo como foco as escolas com maioria de estudantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, considerando a profunda desigualdade socioeconômica de nosso país e promovendo, prioritariamente, um diálogo, nos territórios, entre agentes da assistência social, da saúde e da educação.

Mapeou experiências que já vinham sendo construídas para a efetivação de uma educação integral – diferenciando-se de ações governamentais que ignoram a realidade brasileira – articulando políticas públicas, dialogando com as comunidades e construindo convergências desde o território. Entre essas experiências destacavam-se o Programa Escola Integrada de Belo Horizonte (MG), o Bairro-Escola de Nova Iguaçu (RJ), o Projeto Burareiro (RO), as escolas de Santarém (PA), de Apucarana (PR) e a articulação territorial construída pela Conexão Felipe Camarão na cidade de Natal (RN).

Experiências com a natureza pedagógica e curricular proposta pelo PME, inspiraram muitos municípios, aproximando escola e comunidade, saberes acadêmicos e saberes populares, destacando-se Contagem (MG), Diadema e Estância de Atibaia (SP), São Leopoldo (RS), Almirante Tamandaré (PR), Santa Inês, Urandi, Irecê, Mortugaba, Lajedo do Tabocal (BA), entre muitos outros, que tem construído arranjos pedagógicos e intersetoriais próprios para garantir o acesso e a permanência na escola, com aprendizagens e experiências significativas para suas crianças, adolescentes e jovens.

Respondendo a desafios que são imensos e partem da necessidade de ampliar o acesso e, ao mesmo tempo, desnaturalizar o fracasso, a exclusão e a violência simbólica, que sofre grande parte da população, nas

suas trajetórias escolares, o PME ressignificou a presença de centenas de milhares de crianças na escola e ajudou a construir um modo horizontal para a implementação de políticas públicas em educação, envolvendo as comunidades escolares, valorizando os saberes populares e democratizando o acesso a saberes significativos.

Efetivamente constituiu-se como um instrumento para a construção da paz positiva.

Considerações finais

Somos um país ricamente diverso em termos culturais, por nossas variadas matrizes raciais, étnicas, geográficas, mas, infelizmente, profundamente desigual no sentido do acesso aos recursos e meios necessários para a garantia da qualidade de vida, imprescindível para a concretização da *dignidade da pessoa humana*, definida como uma das bases da nossa República.

Essas desigualdades materializam-se nas más condições de vida, de moradia, de saneamento, de transporte, de saúde, de escolarização, que permeiam os dias e as noites da população pobre, que sofre violências, exclusões e, portanto, vivencia de modo quase permanente, a paz negativa, contrastando com um sistema de privilégios que permite, para poucos, trajetórias sociais, educacionais e laborais contínuas e bem-sucedidas.

O enfrentamento das profundas desigualdades sociais e econômicas, que incidem nas desigualdades educacionais, requer múltiplas e integradas ações nas diferentes áreas que têm interface com a educação e com a construção da paz positiva.

A compreensão da paz como entendimento, pacto ou acordo; justiça, saúde, segurança e bem-estar; senso de ação; construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social; implica ações conjuntas, colaborativas e cooperativas, ratificadas em normativas e declarações oficiais, construídas em processos educativos capazes de criar as condições para o diálogo entre pessoas, grupos sociais, instituições, bairros, cidades e países.

A paz, na ação desenvolvida desde a concepção do Programa Mais Educação, revelou, no processo de seu fazimento ou de sua materialização, essas características.

O modo dialógico de sua construção, com a participação de gestores/as educacionais, professores/as, estudantes e comunidades, permitiu tensionar o modus operandi naturalizado na cultura escolar, que homogeniza, seleciona e exclui – pela evasão ou pela reprovação – centenas de milhares de estudantes, todos os anos, nas escolas brasileiras. Fez isso, tensionando o foco absoluto do trabalho escolar, nas métricas relativas a determinados aprendizados.

Nessa direção expande-se o horizonte da ação escolar/educacional, compreendendo-se o aprender e o ensinar na perspectiva da globalidade do desenvolvimento humano.

Portanto aprender a ser, a acolher, a pertencer, a aprender e a conviver constituem-se como bases para uma ação educativa que promova a paz, construindo pessoas capazes de desenvolver empatia, compaixão, responsabilidade e a capacidade de dialogar, em linha com os ensinamentos e proposições de Paulo Freire.

Voltando às perguntas simples e profundas, mais uma vez recorremos a Brecht:

> Vocês trabalham para quê? Eu sustento que a única finalidade da Ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que por amor ao "poder" basta amontoar a ciência, ao fim, ela pode ser transformada em aleijão, e suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais. Com o tempo é possível que vocês descubram tudo o que haja por descobrir, e ainda assim o seu avanço estará longe da humanidade (Brecht, 1938/1939).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **Paz: Notas para um estudo**, Brasília a. 45 n. 178 abr./jun. 2008 p.63 a 79

BARCELOS, R. G. de; MOLL, J. (2022). O Programa Mais Educação e seu legado: possibilidades curriculares na perspectiva da formação humana integral. **Retratos Da Escola**, 15(33), 887–911. https://doi.org/10.22420/rde.v15i33.1354

BRECHT, Bertolt. **A vida de Galileu**. Tradução de Geir Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MEC. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Fernando de Azevedo... [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores)

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** Edições Afrontamento. Cidade do Porto, 1996, 8. Ed.

SILVA, Jorge Vieira da. A verdadeira paz: desafio do Estado democrático. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 3–9, jun. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000200005. Acesso em: 21 jul. 2025.

PODEM OS SERVIÇOS DE SAÚDE CONTRIBUIR PARA A PAZ EM SUAS COMUNIDADES?

Flavio Goulart [25]

Introdução

Que a violência está hoje entre as grandes preocupações da sociedade é fato de conhecimento geral, como se comprova, por exemplo, com as guerras e conflitos atuais em vários países; as perseguições a minorias; os atentados terroristas de fundo político, étnico, de gênero e até mesmo religioso; as agressões a professores e profissionais de saúde; a violência policial e também de gangues armadas; a fome e a miséria em muitas partes do globo, além da escalada de projetos políticos que negam conquistas sociais civilizatórias relevantes.

O sistema educacional certamente tem um papel preponderante na promoção de mudanças culturais nessa questão, considerando que as atividades escolares ocupam – ou deveriam ocupar – parte apreciável da vida dos jovens em todo o mundo, considerando que é na juventude que tais esforços teriam maiores chances de produzir resultados satisfatórios. Mas o que poderia ser dito da saúde? O sistema de saúde não escapa de tais problemas e ainda lhes acrescenta outros, como se denota não só pela piora geral de indicadores, pela ameaça de pandemias, pela oferta precária de serviços, além de carências de toda ordem, levando ao acirramento de tensões entre a população de usuários, equipes dos serviços e tomadores de decisão.

Uma boa definição para o problema aqui em foco é aquela da Unesco, órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, ou seja, uma *Cultura de Paz* ancorada em valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados, entre outros fundamentos, no respeito à vida, na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no respeito pleno e na promoção de direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; no respeito e na promoção das igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas; no respeito e fomento à liberdade de expressão, opinião e informação.

Para que isso aconteça concorrem, certamente, atributos das instituições típicas do processo civilizatório, entre elas as escolas, os serviços sociais e, particularmente, aqueles da saúde. Na área da saúde, particularmente no Brasil, vêm se tornando cada vez mais frequentes os comportamentos agressivos, seja contra os que ali trabalham e mesmo entre

25 Médico, doutor em Saúde Pública, ex-consultor da Organização Panamericana de Saúde; Professor Titular aposentado da Universidade de Brasília. Autor dos Blogs: https://saudenodf.com.br/2025/03/05/a-saude-ainda-esta-aqui/ e https://veredasaude.com/

os demandantes de serviços, com formas diversas de violência, representando um problema social a gerar danos e consequências ao exercício do trabalho profissional e à qualidade da atenção. Tais problemas parecem repercutir com mais intensidade na área de enfermagem, pela exposição mais direta da mesma ao público externo, sem deixar de afetar as demais áreas profissionais, especialmente o pessoal de portaria e vigilância, por exemplo. Os médicos e outros profissionais de nível superior também são afetados, embora possam estar aparentemente mais protegidos no recesso de seus consultórios e outros locais de trabalho. Não há como negar, ainda, que a violência nos serviços de saúde pode advir tanto do lado dos profissionais como dos usuários.

Uma parte de tais problemas pode resultar não só da falta de diálogo com os usuários, mas também de mantê-los mal informados sobre os procedimentos em curso, por intervenções equivocadas ou desnecessariamente agressivas, por longas esperas injustificadas, por descaso com o seu bem-estar, pela falta de medicamentos, além de muitos outros motivos. Deve ficar claro, todavia, que não se pode excluir de tais responsabilidades os gestores e os tomadores de decisão em geral, não só os servidores na ponta da linha. Os acima citados, aliás, podem ser os maiores perpetradores da violência com a população pelo descaso com a aplicação das políticas de saúde.

A violência verbal prevalece como a violência mais comum que acomete os profissionais de saúde, sendo praticadas por pacientes e seus acompanhantes, e, ainda, por outros membros das equipes de trabalho, geralmente de posição hierárquica superior, causando sofrimento psicológico, estresse, depressão, medo, ansiedade, cansaço e, entre outras consequências, prejuízos diretos para a saúde dos usuários e dos próprios trabalhadores. Sem dúvida, a agressão verbal representa uma forma de violência que afeta diretamente as relações dos indivíduos no ambiente de trabalho, bem como com pares e usuários, ao violar sua integridade física e psíquica. Mas não é só isso: não são raras as ocorrências em que altercações físicas ocorrem, levando muitas vezes até mesmo à intervenção policial. Isso sem falar em formas mais sutis de violência, por exemplo, aquelas que derivam de preconceitos e assédios, derivados das estruturas e relações desiguais de classe, cultura, etnia e religião.

O Sistema Único de Saúde e a promoção da Paz

O fato é que algumas das normas básicas do SUS têm respostas para isso. Se não são respeitadas, é outra questão. Com efeito, existem pelo menos três diretrizes políticas e operacionais de nosso sistema de saúde, todas elas perfeitamente compatíveis e potencializadoras dos princípios de uma Cultura da Paz. São elas as Políticas Nacionais de *Promoção da Saúde*, de *Humanização* e de *Atenção Primária*.

Em relação à *Promoção da Saúde*, seus fundamentos referem-se a um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, seja no âmbito

individual ou coletivo, norteadas pela articulação e cooperação entre atores e setores de tal campo, com participação da sociedade. Suas diretrizes visam equidade, qualidade de vida e redução de vulnerabilidades e riscos à saúde, representando uma estratégia de produção de saúde com especificidades relativas à construção de projetos de vida e terapêuticos, além da organização do trabalho em saúde, com vistas a deslocar a atenção da perspectiva estrita do adoecimento para a saúde e melhores condições de vida. Seu foco é a satisfação das necessidades das pessoas, dependendo não apenas da vontade ou da liberdade individual e comunitária, mas condicionadas ao contexto social, econômico, político e cultural em que elas vivem.

A *Humanização* na Saúde, como explicitada na política específica, busca alcançar trabalhadores, gestores e usuários do SUS mediante princípios e diretrizes relativos à tal tema, bem como fortalecer iniciativas existentes e desenvolver tecnologias relacionadas a tal campo; aprimorar e divulgar estratégias, processos de acompanhamento e avaliação de metodologias de apoio a mudanças respectivas. Na prática, os resultados que tal política busca são: a redução de filas e do tempo de espera, com ampliação do acesso; o atendimento acolhedor e resolutivo baseado em critérios de risco; a busca de modelos de atenção com responsabilização, vínculo, garantia dos direitos dos usuários e, além disso, a valorização do trabalho na saúde e a gestão participativa.

A Política Nacional de Atenção Básica como ferramenta para promover a Paz

A Política Nacional de Atenção Básica (ou primária) em Saúde (PNAB), cujo espírito central é o de *acolhimento*, possui grande potencial de contribuir para uma cultura promotora da paz. Esta política é traduzida por princípios operativos já perfeitamente materializados na realidade brasileira, cobrindo atualmente cerca de 60% da população do país, por meio da Estratégia de Saúde da Família. A atenção básica representa um conjunto de ações de saúde individuais, familiares ou coletivas, abrangendo a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. Seu maior objetivo é desenvolver uma atenção integral que impacte favoravelmente a situação de saúde e a autonomia das pessoas, com intervenções sobre os determinantes e condicionantes sociais de saúde das coletividades.

É possível delinear, sem dúvidas, alguns caminhos práticos. O termo *acolhimento*, enfatizado na PNAB, sem dúvida representa uma síntese adequada das diretrizes políticas referidas acima, que se coadunam com a instituição de uma *Cultura da Paz* nos serviços de saúde, implicando ações tão diversas como acolher, informar, guiar, monitorar, responsabilizar, trabalhar mediante noções de "valor". A aplicação de tal conceito na saúde possui pelo menos três dimensões genéricas: (a) como

componente de políticas específicas (Humanização e Atenção Básica); (b) disposições organizacionais e ambientais de estruturas e processos; (c) simbólica, envolvendo aspectos afetivos e de responsabilização individual e coletiva. Em suma, do ponto de vista físico, o princípio orientador para *acolhimento* é o de espaço saudável e confortável, onde se respeite a privacidade das pessoas e também ocorram processos de trabalho específicos de promoção e cuidado em saúde. Deve ser diferenciado de simples "triagem" para se transformar em ponto de encontro entre as pessoas, com ambiente de acordo com as necessidades de usuários e trabalhadores.

Nos termos das diretrizes específicas do SUS, *acolher* significa *reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde*, sendo ação que se dá entre as equipes e serviços de saúde, de um lado e usuários e populações, de outro. É, além disso, considerado um valor nas práticas de saúde, a ser construído de forma coletiva, partindo do conhecimento dos processos de trabalho e tendo como objetivo construir relações de confiança, compromisso e vínculo entre seus componentes, incluindo aí a rede socioafetiva. Aspecto central de tal ação é a escuta qualificada diante das necessidades do usuário, tendo como consequência a garantia de acesso oportuno dos usuários a tecnologias adequadas às suas necessidades, de forma a ampliar a efetividade das práticas de saúde, implicando avaliação de vulnerabilidade, gravidade e risco dos mesmos.

Nos serviços de saúde normalmente se costuma pensar no acolhimento na relação com pessoas portadoras de alguma doença ou disfunção, mas deve ser incluído aqui o *sofrimento humano* como um motivo fundamental da procura aos serviços, não importando se há ou não uma doença a ser tratada. Na prática, parte expressiva da demanda na atenção básica está motivada pelo sofrimento da vida, desemprego, miséria, emoções exaltadas ou mesmo dificuldades enfrentadas objetivamente no cotidiano, tais como falta de condições, recursos, dependência de álcool e drogas de filhos e maridos, violência doméstica ou urbanas, problemas escolares ou mesmo no trabalho etc.

O *acolhimento em saúde* deve considerar aspectos afetivos, emocionais ou simbólicos e mesmo filosóficos e políticos. É uma ação que envolve diretamente a postura de todos envolvidos na atenção à saúde, não só das equipes de profissionais da saúde, mas também dos gestores, formuladores de políticas, funcionários administrativos, pessoal de manutenção e apoio, além dos usuários e seus familiares. Compreende uma corrente de eventos dentro da qual se promove e se produz saúde, cabendo garantir que todos seus elos sejam robustos, pois a fragilidade de apenas um deles compromete toda a cadeia. Nada mais essencial, portanto, do que a própria postura acolhedora em qualquer ato de produzir ou promover saúde.

Em relação às pessoas dedicadas a acolher pessoas e promover a saúde das mesmas, de suas famílias e da comunidade, é importante destacar a necessidade de flexibilidade dos papéis. Normalmente, as funções estão bem definidas nos serviços de saúde, o que tem sua utilidade, mas é necessária, contudo, uma disponibilidade ampliada, de fundo solidário, para informar, buscar informações, servir de elo nos encaminhamentos, além de assegurar compromissos fora das unidades.

No campo simbólico, ainda, no que diz respeito aos profissionais e demais servidores é preciso promover a disponibilidade contínua de aprender novas abordagens, descobrir diferentes formas de melhor ajudar os pacientes, além de se desenvolver como pessoa e procurar o autoconhecimento. A saúde da comunidade de usuários se constrói, fundamentalmente, pelo aperfeiçoamento das equipes como pessoas e seres afetivos, dispostos a oferecer o melhor de si, o que representa uma gama de valores mais profundos, de amorosidade, de generosidade, de empatia e de compaixão.

Caberia, assim, destacar a atitude da compaixão, um aspecto frequentemente pouco valorizado na atenção à saúde, por ser considerado, equivocadamente, como alheio ao mesmo. Sem dúvida trata-se de postura imprescindível, além de ser aplicável a todo o conjunto das relações humanas. Na saúde, especificamente, é preciso compreender melhor sua expressão no contato e acolhimento daqueles que sofrem e procuram ajuda. Isso significa que é preciso desenvolver sentimento de agir em benefício de outros, tratando-se de condição inerente à espécie humana sapiens, qual seja a de sentir o sofrimento do outro e fazer algo para amenizá-lo. Aliás, segundo estudiosos da evolução, a espécie humana logrou sobreviver ontologicamente pela capacidade natural de cooperação e cuidado com os demais. Em síntese, o campo da compaixão compreenderia as ações permeadas por sentir a dor do outro e de ser interpelado a agir com interesse e proatividade. A compaixão deve ser ingrediente fundamental de todas as ações no campo da saúde, sendo notória a omissão de tal aspecto já na formação dos profissionais de saúde, independentemente da área.

A abordagem adequada da violência nos serviços de saúde representa, sem dúvida, um esforço para fortalecer um impulso civilizatório que tanta falta faz nos dias de hoje, seja dentro dos serviços de saúde e também nas comunidades e na sociedade humana em geral. Agir proativamente, com consciência, responsabilidade e compaixão, afinal, sempre é melhor que ignorar os problemas e não fazer nada.

Exemplificando, caberia às unidades do sistema de saúde promover interinamente reflexões sobre tal tema, tendo como possíveis questões: ocorrem habituais cancelamentos intempestivos de atividades que deveriam ser rotineiras? Existência de avisos com linguagem hostil ("maltratar funcionário público no exercício de suas funções é crime previsto no código penal")? Da mesma forma, avisos cancelando serviços

que deveriam ser ali prestados rotineiramente? A disposição das cadeiras nas salas de espera é tal que coloca as pessoas a olhar umas para a nuca das outras, sem maior possibilidade de interação e muito menos sem a presença de qualquer atividade de acolhida? Há informações claras e acessíveis sobre a oferta de serviços? Há disponibilidade de água potável em condições e quantidade adequadas? Os eventuais perpetradores de violência têm sido responsabilizados e punidos? Os sanitários existentes são dignos e separados por gênero? Os médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais chamam diretamente seus pacientes pelo nome nas portas dos consultórios, aparecendo perante os mesmos e não incumbindo alguém de fazê-lo? As interações entre membros da equipe e pacientes são feitas com a recomendação de que prevaleça uma atitude de olhos nos olhos? Atividades dialogais entre equipe e pacientes são comuns nas salas de espera? Exemplos não faltam.

Considerações Finais

Enfim, a tão almejada *Paz na Terra* certamente não surgiria apenas pelos serviços de saúde. Seria uma utopia acreditar nisso, mas alguma coisa pode ser feita em tal âmbito, pelo menos para minorar o estado de crispação ou indiferença que muitas vezes se apresenta em suas salas de espera e consultórios. Seria ingenuidade acreditar que existam soluções simples para tal problema, sem impedimento de que mesmo essas possam ser encaradas como caminho, entre outros, para alcançar um mínimo de paz e harmonia no âmbito de tais serviços. Não seria demais, também, acreditar e professar uma *pedagogia do exemplo*, que talvez seja capaz de iluminar uma parte das muitas pessoas que passam pelos serviços ao longo dos dias. Valeria, também, a inserção de tal tema na pauta dos treinamentos em serviço, ao lado de outros tópicos voltados para a ética no atendimento e a valorização simbólica dos usuários e dos trabalhadores.

Como disse Martin Luther King, o que deve nos preocupar não é a estridência dos maus, mas o silêncio e a omissão dos bons. De fato, as pessoas boas, ou pelo menos aquelas conscientes dos desafios e das injustiças perpetradas na sociedade desigual com a qual convivemos, não podem e não devem se calar ou se omitir diante da violência, em qualquer instância social. A situação presente, de conflitos sem fim, seja na Educação, na Saúde ou nos serviços sociais de modo geral, reflete diretamente e acima de tudo a miséria da injustiça social dominante em nosso país, que seriam atenuados com a promoção de uma saúde global, com humanização e acolhimento. Todavia, não deixam de representar aspectos em que ações diretas no âmbito individual ou grupal têm papel imprescindível.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cultura_paz_saude_prevencao_violencia.pdf

GOULART, F.; CAMAROTTI, H. **Acolhimento em Saúde: responsabilidade de quem?** – A Saúde no Distrito Federal tem jeito! Disponível em: https://saudenodf.com.br/?s=acolhimento+em+-saude

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) - **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz.** Disponível em: https://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%-C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Disponível em: https://pensesus.fiocruz.br/aten%-C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-pol%C3%ADtica-nacional-aten%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica

BRASIL, Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf

DA VIOLÊNCIA À PAZ: CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS PARA A TRANSFORMAÇÃO POSITIVA DO CONTEXTO DE TRABALHO

Leandro Queiroz Soares[26]

Introdução

Na atualidade, praticamente todo e qualquer indivíduo psiquicamente saudável, inserido em qualquer contexto sociocultural que seja, pode constatar, pela própria vivência pessoal e simples observação do que se processa ao redor, que a violência[27] está a imperar nas interações sociais de forma geral em nosso mundo. Seja nas instituições de ensino ou organizações (públicas e privadas), nas ruas e mesmo na intimidade dos lares, a "destituição do outro de algo a que ele tem direito", como o respeito à dignidade humana, tem sido predominante. Ora travestida de *bullying* ou *ciberbullying*, assédio moral ou assédio sexual, discriminação negativa ou de um "simples" desrespeito, a violência tem se manifestado tão recorrentemente que, conforme já vimos sustentando (SOARES, 2015), pode-se entender que vivenciamos, a nível mundial (com maior ou menor intensidade, a depender do local), a *cultura da violência.*

No tocante ao contexto organizacional, em particular, desde o último quartel do século[28] passado, começaram a ser reconhecidos, formal e mundialmente, os tão danosos fenômenos *assédio sexual*

26 Mestre em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB), foi, por muitos anos, Gerente Executivo de Gestão de Pessoas, Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio, Secretário do Comitê de Ética e Coordenador da Comissão de Enfrentamento e Prevenção aos Assédios Moral e Sexual e à Discriminação de um agente financeiro sediado no DF, além de palestrante, conferencista e professor. Contato: leandroqueirozsoares@gmail.com

27 O verbete violência, do latim violentia, está ligado à ideia de forçar ou coagir, tendo advindo do termo "violar" que, por sua vez, provém do latim violare, significando "transgredir", "profanar". Ainda em termos etimológicos, o verbete violência remete à ideia de "constrangimento físico ou moral" (LUFT, 1984). Odalia (1983) propõe que a consideremos sob a forma de privação, no sentido de tirar, destituir, despojar ou desapossar alguém de alguma coisa, tal como da própria vida ou dos direitos como pessoa e cidadão.

28 A primeira publicação a reconhecer o assédio moral no trabalho como um fenômeno real, por exemplo, foi a "The Harassed Worker" ["O trabalhador assediado", em tradução livre], de autoria da psicóloga americana Carroll M. Brodsky, da University of California-San Francisco. A primeira edição foi publicada em 1976 (vide BRODSKY, 1979).

no trabalho[29] e *assédio moral no trabalho*[30]. O primeiro, desvelado e nominado antes do segundo, logo foi criminalizado em alguns países, como no Brasil em 2001 [vide Lei 10.224 (BRASIL, 2001) e Art. 216-A do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940)]. Quanto ao segundo, muitas ações pertinentes passaram a ser implementadas em diversas organizações, públicas e privadas, em vistas de se combater essa modalidade de violência no trabalho. Porém, conforme demonstramos em outro trabalho (vide Addendum de SOARES, 2015), a incidência das manifestações da violência no trabalho, mesmo frente a tantas relevantes ações combativas, prosseguiu em escala crescente, a ponto de muitos pesquisadores continuarem a reconhecer como muito oportuna e acertada a adjetivação dada por Piñuel Y Zabala (2003) para o assédio moral no trabalho, em 2001: "a chaga trabalhista do século XXI".

Esse estado de coisas nada positivo pode suscitar questões como: (1) por quais razões, mesmo perante tantas ações combativas, inclusive no âmbito legal, a violência está tão manifesta nos contextos de trabalho? Considerando essa prevalência, (2) existe algo que possa ser implementado pela Gestão de Pessoas na tentativa de se promover mudanças que transformem positivamente os contextos de trabalho, assegurando que, um dia, venhamos a vivenciar, no seio das organizações, o predomínio da paz? (3) Caso afirmativo, que ações poderiam contribuir nesse sentido? O presente artigo representa uma tentativa de se responder a essas questões. E, para iniciarmos, com o propósito de se chegar a uma resposta para a primeira questão, procuraremos responder a uma pergunta que, de certa forma, a antecede e responde simultaneamente:

Por quais razões a violência está tão manifesta entre nós?

Invariavelmente, sempre que se busca decifrar as origens da violência, em seu sentido amplo, se constata que esse fenômeno é multicausal. Por exemplo, a violência pode se derivar da desigualdade social

29 Assédio sexual no trabalho pode ser definido como "[...] prática de ato, físico ou verbal, de alguém visando a molestar outrem, do mesmo sexo ou do sexo oposto, no trabalho ou em razão dele, aproveitando-se o assediador da condição de superior hierárquico ou de ascensão econômica sobre o assediado, que não deseja ou considera uma molestação tal iniciativa, com a promessa de melhorar, manter ou de não modificar o status funcional de vítima ou, mediante ameaça de algum prejuízo profissional, com a finalidade de obter satisfação sexual" (SANTOS, 2002, p. 43).

30 Definimos assédio moral no trabalho como um "conjunto de ações violentas (de natureza psicológica e/ou física) que se manifestam por encontrar elementos permissíveis na cultura sócio-organizacional e que são infligidas, de maneira frequente, por um(a) ou mais trabalhadore(a)s contra, principalmente, um(a) outro(a) trabalhador(a), com o objetivo de isolá-lo(a), desestabilizá-lo(a) e/ou difamá-lo(a) e, muitas vezes, excluí-lo(a) do contexto de trabalho, podendo lhe causar consideráveis danos de natureza física, afetiva, cognitiva e/ou social" (SOARES, 2015, p. 120).

(SIMÃO, 2023), da lógica socioeconômica (FREITAS, HELOANI; BARRETO, 2008; SOARES, 2015), do abuso do poder (ARENDT, 1972; BARRETO, 2005), do consumo de drogas (SIMÃO, 2023), da competitividade exacerbada (FREITAS, HELOANI; BARRETO, 2008; SOARES, 2015), da falta de investimentos na educação (SIMÃO, 2023), da discriminação negativa (DI-MARTINO, HOEL e COOPER, 2003; SOARES, 2015), entre várias outras possíveis causas.

Mas, se nos debruçarmos um pouco mais detidamente, visando encontrar efetivamente uma causa primeira que, como tal, antecede todas as demais, como as mencionadas no parágrafo anterior, haveremos de concordar com a lúcida assertiva de Jung (2012b) de que, em primeira instância, a violência sempre está a se originar da psique humana: "Atentem para a crueldade inaudita de nosso mundo dito civilizado; tudo provém do ser humano e de seu estado mental" (p. 67). E por qual razão a crueldade inerente ao ato violento se manifesta tão recorrentemente? A Psicologia Analítica já demonstrou suficientemente que "[…] existe em nossa natureza um lado escuro inevitável que recusa ser assimilado aos nossos elevados ideais de bondade, moralidade e comportamento ideal" (SANFORD, 2014, p. 35).

Por fugir do escopo do presente texto, nos restringiremos, sobre essa questão, apenas a declarar que, como nos ensinou Carl Gustav Jung, todos temos elementos psíquicos que nos são inconscientes, bem como que muitos deles não são "nada salutares" para aqueles que nos rodeiam (tampouco para nós mesmos). E, justamente por estarem "enterrados", por assim dizer, em camadas psíquicas inconscientes, enquanto não nos esforçarmos para reconhecê-los, "trazendo-os" para a consciência, estaremos submetidos a manifestações periódicas de tais elementos, não esperadas e não desejadas conscientemente, impactando diretamente nos nossos modos de pensar, sentir e agir. Essa é a razão pela qual Jung dedicou tanto espaço da sua extensa obra para advertir os seus leitores quanto à premente necessidade de se autoconhecer, lançando gradativamente luz sobre aspectos presentes no inconsciente e, dessa forma, colocando-os, somente então, sob algum grau de controle[31].

Mas se, como sustentado acima, a violência jaz na psique humana e, ainda, muitas vezes num nível totalmente inconsciente, não há esperança

31 Por uma questão didática, apresentamos essas ideias de Jung de forma sintética e o mais simplificadamente possível. Mas, aos interessados em se aprofundar, sugerimos que busquem, em algumas das obras originais desse pensador que listamos a seguir, os temas complexos, arquétipos (com ênfase na sombra), inconsciente pessoal e coletivo, processo de individuação e autoconhecimento (JUNG, 1986, 2007, 2011a, 2011b, 2011c, 2012a, 2012b, 2013a, 2014).

Ousamos, aqui, a partir da filiação à concepção socrática-platônica, fazer uma pequena alteração na frase aristotélica afirmando que 'a virtude é "consolidada" pelo hábito'.

de extirpá-la ou ao menos minimizá-la? A ciência psicológica, particularmente algumas contribuições da Psicologia Analítica, a Filosofia (especialmente a pioneira nessa questão: "socrática-platônica") e, mesmo, a observação cotidiana do que se processa ao nosso redor (e dentro de nós, por assim dizer), podem nos confortar ao nos conduzir à conclusão que não tenhamos, perante a realidade anteriormente citada, uma visão tão pessimista: também possuímos, em nossa psique (ou em nosso interior), elementos que podem ser qualificados como nobres que, quando cultivados pelo hábito, expressam-se como virtudes – no sentido platônico da palavra *aretê* (ver, por exemplo, JUNG, 2014 e PLATÃO, 2021).

Mas, se valores nobres também são inerentes ao ser humano, por quais razões tem sido tão recorrente, de nossa parte e da parte de basicamente todos que estão ao nosso redor, desconsiderar o outro enquanto alguém que, como nós, deve ser considerado como um ser humano que, como tal, merece todo o respeito, por exemplo, em relação à sua dignidade? Entre muitas respostas possíveis, nos arriscamos a afirmar que uma das principais razões decorre do fato de não estarmos imbuídos, regra geral, de valores humanos efetivamente desenvolvidos, tais como a *temperança*, a *justiça* e a *bondade* (PLATÃO, 2021). Carecemos, em nossos contextos familiares e educacionais (como os nossos parentes ascendentes também careceram), de uma formação efetiva em valores nobres que nos enseje trazer à tona o que, como nos ensina Platão (2021), intimamente já nos pertence em estado latente, e, assim, fazer, com base no cultivo [já que "a virtude moral (*ethikê*) é adquirida pelo hábito (*ethos*)" (ARISTÓTELES, 2021, p. 29) [32]], com que tais valores, ou virtudes, estejam sempre conscientemente presentes em nossos modos de pensar, sentir e agir. Concluamos o presente parágrafo com a seguinte advertência de um renomado pensador francês: "A ética para si pode ser definida [...] como resistência à nossa barbárie interior" (MORIN, 2007, p. 101).

E, neste ponto, cremos ter lançado ideias suficientes para subsidiar a resposta à primeira questão proposta:

Por quais razões, mesmo perante tantas ações combativas, inclusive no âmbito legal, a violência está tão manifesta nos contextos de trabalho?

Ora, é justamente com a supracitada carência formativa na esfera dos valores que chegamos à maturidade, em grande maioria, "moralmente desinstrumentalizados", por assim dizer, adentrando em contextos de trabalho, públicos ou privados, que já possuirão integrantes da mesma maneira "desinstrumentalizados" nessa esfera.

32 Ousamos, aqui, a partir da filiação à concepção socrática-platônica, fazer uma pequena alteração na frase aristotélica afirmando que 'a virtude é "consolidada" pelo hábito'.

Da sustentação acima, pode-se depreender que o problema definitivamente não é meramente individual. É muito mais grave: ainda que os "vícios comportamentais", expressão essa que adotamos para contrapor aos valores nobres, decorram originalmente de cada indivíduo isolado, quando estamos a falar de um contexto social ou organizacional, é a soma dos "vícios comportamentais" dos indivíduos que prevalecerá, constituindo a tônica cultural daquele momento. E, como refletimos em outro texto (SOARES, 2015),

> […] se a cultura se compõe [...] de um conjunto híbrido de conhecimentos, crenças, valores, normas, símbolos, costumes e quaisquer outros elementos que suscitam os modos de pensar, sentir e agir do conjunto de indivíduos de determinado contexto social, infere-se daí que ela se encontra como que "enraizada" na egrégora psíquica, por assim dizer, da coletividade em questão. Assim, a cultura se situa em posição mais ou menos inconsciente e, portanto, por mais que se atue nos efeitos decorrentes da conduta dos indivíduos que a ela estão intimamente vinculados, não se atinge a sua causa originária (p. 321).

Ainda no mesmo texto, sustentamos que, no caso do assédio moral no trabalho, por exemplo,

> a simples e exclusiva implementação de medidas combativas pontuais não sana o problema, pois não atua em sua origem. Cabe procurar atuar num nível mais profundo por meio de medidas que, de alguma forma, no conjunto, possam contribuir para estimular gradativamente a mudança cultural no que se refere aos elementos permissíveis à violência no trabalho. […]. Estamos [...] partindo da premissa de que se há, na cultura sócio-organizacional, elementos impulsionadores da violência, como, por exemplo, o emprego mais ou menos consciente de uma gestão extremamente autoritária e ditatorial, cabe seguir no caminho contrário, estimulando reiteradamente uma gestão efetivamente participativa, pautada no profundo respeito e valorização à diversidade e dignidade dos trabalhadores, em suma, alicerçada na *fraternidade*[33] . […] (p. 321-322)

Em suma, entendemos que nos falta, portanto, a educação moral,

33 Do latim *fraternitate*, implicando "Solidariedade (...), Relações harmoniosas entre pessoas da mesma profissão, ocupação, classe etc." (Michaelis, 1998).

no sentido etimológico mesmo do termo "educar": ex (para fora) + ducere (conduzir, guiar). Ou seja, conduzir para fora, ou "fazer emergir", na lógica maiêutica de Sócrates, valores nobres que jazem no interior de todo ser humano, como a empatia, a generosidade, o altruísmo, a honestidade, a humildade etc. E, uma vez que a indução da emersão de tais valores nobres tenha se processado, adotar medidas que assegurem a sua prática reiterada, até que o hábito esteja consolidado e as virtudes passem a prevalecer nas interações socioprofissionais[34].

Daqui, enfim, podemos seguir para o cerne do presente texto:

Existe algo que possa ser implementado pela Gestão de Pessoas na tentativa de se promover mudanças que transformem positivamente os contextos de trabalho, assegurando que, um dia, venhamos a vivenciar, no seio das organizações, o predomínio da paz?

A resposta a essa questão é afirmativa. Por mais desafiador que seja, pois isso implica modificarmos culturas sócio-organizacionais[35], na condição de gestores e consultores da área de gestão de pessoas, visualizamos contribuições práticas, alicerçadas na Filosofia, que as organizações podem oferecer, por meio dos subsistemas da Gestão de Pessoas, à tão carente, em nosso mundo, formação verdadeiramente humana, realmente ética, no sentido de contribuir para se fazer emergir no ser em formação[36] valores nobres, também inerentes à natureza humana, que, se prevalecessem, mudariam por completo o cenário mundial, já que em vez de uma cultura pautada na violência, teríamos estabelecida uma cultura alicerçada na fraternidade e, portanto, na paz.

---

34 Definimos interações socioprofissionais as "interações, ou ações recíprocas entre duas ou mais pessoas, que são 'produzidas' por e se desenrolam em situações de trabalho" (SOARES, 2015, p. 93).

35 Por cultura sócio-organizacional entendemos "um complexo processo, em contínuo desenvolvimento e transformação, composto por um conjunto híbrido de conhecimentos, crenças, valores, normas, símbolos, costumes e quaisquer outros elementos que suscitam os modos de pensar, sentir e agir vinculados a cada um dos integrantes da organização que, somados, acabam por definir a mutável tônica cultural vigente" (SOARES, 2013, p. 347).

36 Ao estudar, à luz da Psicologia Analítica de C. G. Jung, temas como "processo de individuação", "autoconhecimento" e "função transcendente" (vide, por exemplo, JUNG, 2007, 2011a, 2011c, 2013a, 2013b, 2014), que se interligam, podemos constatar que o ser humano, ainda que adulto e detentor de títulos acadêmicos e muita experiência profissional, permanece um "ser em formação" até que consiga atingir um estágio de tamanhos autoconhecimento e autorrealização que não se costuma ter notícia em nosso mundo... Tal constatação também se evidencia em outras abordagens da Psicologia, como na Psicossíntese de Roberto Assagioli (vide, por exemplo, ASSAGIOLI, 2013), e em outras áreas do conhecimento que antecedem a Psicologia, como na Filosofia.

Elucidemos que visualizamos a Gestão de Pessoas como um campo fértil para tanto pelo fato de, entre outras atribuições, ela ser responsável justamente pelo desenvolvimento dos profissionais, ou pela educação corporativa. A bem da verdade, de forma geral esse campo tem se restringido a desenvolver competências técnicas específicas para a execução de determinado trabalho. Talvez alguns gestores entendam que isso seja suficiente, que não há que se falar em educação em valores, mas, para enfrentarmos tal objeção, basta lembrarmos a famosa sustentação daquele que é considerado "o pai da Administração Moderna", Peter Drucker: "as pessoas são contratadas por suas habilidades técnicas, mas são demitidas pelos seus comportamentos[37]" . Ademais, cabe lembrar que o comportamento "moralmente desistrumentalizado" inevitavelmente impacta negativamente no clima organizacional, já que as interações socioprofissionais pautadas, por exemplo, no egoísmo, invariavelmente só trazem prejuízos para a coletividade do contexto de trabalho[38]. Afinal, um contexto onde cada indivíduo busque o seu próprio benefício em detrimento do que seria melhor para toda a equipe, e lembrando que a organização nada mais é, na acepção sociológica, do que um conjunto de indivíduos, está fadado à desarmonia e, portanto, cedo ou tarde, à desestruturação.

Em suma, sustentamos que a *educação corporativa* não tem se distinguido muito da educação escolar, já que, de forma geral, direciona todo o foco para o *informar para fazer*, abstraindo, por completo, o que deveria vir sempre em primeiro lugar: *formar para ser*. E com base nessa sustentação, concluímos o presente tópico corroborando com a seguinte afirmativa do filósofo e educador indiano Krishnamurti (2019):

> [...]. Você é o resultado de sua educação, e a educação está deteriorada. Ela apenas condiciona você a se tornar um engenheiro, um atendente, isto ou aquilo. Eles não o educam para compreender a beleza, a totalidade da vida. Eles apenas dão a você uma grande quantidade de conhecimento para que você possa agir no mundo, de forma hábil ou não. Isso não é educação, mas apenas uma parte, uma pequena parte da educação. Educação é o cultivo do ser humano total, o desenvolvimento, o floresci-

37 Há pesquisas que confirmam essa sustentação, como uma realizada pela Michael Page: "Mais de 91% das pessoas são contratadas pelo perfil técnico e demitidas pelo comportamental" (MUNDO RH, 2022).

38 Sobre essa afirmativa, vale recomendar ao leitor que se informe sobre a "heresia da separatividade" (BLAVATSKY, 2010), bem como que reflita sobre as seguintes sustentações de Rohden (1985): "[...] toda e qualquer violência é filha do egoísmo. Onde não há egoísmo não há violência. [...]" (p. 85) e "Pretender abolir a violência sem primeiro abolir o egoísmo é o mesmo que querer evitar o efeito sem extinguir a causa do mesmo" (p. 85).

mento da mente humana, e não sua limitação pela especialização" (p. 175-176).

Ações que podem ser implementadas pela Gestão de Pessoas na tentativa de se promover mudanças que contribuam para a pacificação dos contextos de trabalho

Antes de apresentar as práticas que propomos em vistas de contribuir para a pacificação dos contextos de trabalho, cabe esclarecer que algumas delas já foram por nós implementadas em contextos organizacionais, outras estão sendo iniciadas no momento em que o presente texto está sendo redigido e, por fim, algumas ainda permanecem na esfera do planejamento, já idealizadas e postas em projetos validados, mas ainda por serem implementadas. Ademais, cabe alertar que, dada a limitação espacial, as práticas em questão serão aqui apresentadas de maneira sucinta, com reflexões associadas, mas sem aprofundamento e detalhamento de seus elementos constituintes. Um artigo futuro haverá de cumprir esse papel, onde, entre outros cuidados, serão apresentados os instrumentos adotados e expostos os códigos elaborados.

Como ação primeira, propomos a realização de uma pesquisa, devidamente estruturada por meio de um instrumento adequado, que viabilize se "desvelar" verdadeiramente a cultura socio-organizacional.

Entre os elementos principais a serem identificados por meio da pesquisa proposta, se destacam os valores que realmente prevalecem na organização, já que, quando lemos os cadernos estratégicos produzidos a partir do tão adotado planejamento estratégico das organizações, o habitual é nos depararmos com valores estabelecidos de maneira arbitrária, por serem bem quistos no contexto social no qual a organização está inserida, tais como *ética, responsabilidade, excelência, trabalho em equipe, respeito, transparência*, entre tantos outros de natureza positiva similar. Porém, se com honestidade se apurassem os valores que prevalecem em determinado momento histórico, dificilmente encontraríamos, em qualquer organização do mundo atual, apenas valores nobres. Eis a razão pela qual, a partir da pesquisa proposta, o intuito é identificar os valores que realmente prevalecem no momento em que ela é aplicada, no sentido de se desvelar efetivamente o "tônus cultural" do período. Não será surpreendente se, em muitos casos, nos depararmos com elementos como *egoísmo, discriminação negativa e maledicência*, para listar apenas alguns possíveis e, certamente, bastante corriqueiros em incontáveis contextos de trabalho.

Neste momento, deve-se aproveitar para confrontar o apurado na pesquisa proposta com o, se for o caso, já diagnosticado pela **pesquisa de clima organizacional** (vale lembrar que muitas organizações, como aquela na qual aplicamos a pesquisa sobre a cultura socio-organizacional, já tem a prática de, anualmente, mensurar como está o clima interno – diferentemente da pesquisa sobre cultura, que ainda é bastante rara).

A partir de tal confronto, tende a se evidenciar que certas queixas, assim como alguns elogios, são realmente legítimos e se alicerçam na percepção real (e não numa distorção cognitiva) do que está realmente a se processar, especialmente no âmbito das interações socioprofissionais, naquele momento histórico da Instituição.

Esclareçamos que o objetivo de se desnudar aspectos "interacionalmente inadequados" ou "humanamente não favoráveis" da cultura sócio-organizacional não deve ser, naturalmente, o desencadear frustração e autocondenação, mas sim viabilizar que seja dado o primeiro passo para se chegar à conscientização acerca de quais valores necessitam ser substituídos por outros, muitas vezes opostos aos que até então imperavam nas interações. Além disso, esse desvelamento dos valores que realmente permeiam fortemente as formas de pensar, sentir e agir dos integrantes da organização, naturalmente também traz à tona quais são os valores nobres que já preponderam (esses, sim, merecedores de serem, com a devida coerência e autenticidade, publicizados e exarados nos cadernos estratégicos), permitindo ações que os reforcem justamente por serem desejáveis e bastante favoráveis às interações socioprofissionais salutares e pacíficas.

Mas, uma vez que tais aspectos da cultura sócio-organizacional passem a ser, no limite do possível, realmente conhecidos, uma pergunta decorre das recomendações acima: que ações poderiam ser implementadas para viabilizar uma mudança efetiva de valores inapropriados para as boas interações e reforço daqueles que já as favorecem? Uma das principais é a educação corporativa.

Aqui adentramos em outra importantíssima responsabilidade da gestão de pessoas, que é desenvolver as pessoas que trabalham no contexto. À luz do escopo do presente texto, podemos afirmar complementarmente que essa atribuição deve ser posicionada no centro dos esforços para se edificar um contexto de trabalho verdadeiramente pacificado e, como tal, psiquicamente saudável. E aqui cabe reiterar a crítica ao alcance limitado que boa parte das organizações buscam com os seus programas de treinamento e desenvolvimento, como também se dá no contexto escolar: parece haver pouca preocupação com a formação do ser humano enquanto ser verdadeiramente ético, conforme já discorrido anteriormente[39].

A partir da carência da manifestação concreta de valores nobres nas interações socioprofissionais, como bondade e justiça, expressos por vários outros valores que lhes são associados, como benevolência, indulgência, serenidade, respeito, gentileza etc., cabe a estruturação de trilhas de aprendizagem contemplando cursos de formação/reforço de tais valores, os quais podem ser oferecidos por meio de plataformas digitais de Ensino a Distância (EaD) e capacitações presenciais, mas sempre com

39 Vide o final do tópico anterior.

o cuidado de mantê-las permanentemente ativas e abarcando, como público-alvo, todos os integrantes de todos os níveis hierárquicos da organização. Em tais cursos, o primeiro passo é justamente sensibilizar os profissionais que se encontram na condição de educandos acerca da realidade da carência de certos valores para, somente então, adentrar nos caminhos que cada um pode e deve, individualmente, trilhar na tentativa de fazer emergir os referidos valores. Um registro se faz importante aqui: como pode se depreender, a principal área do conhecimento que pode contribuir para a estruturação de tais capacitações é a Filosofia.

Na esteira de tais trilhas de aprendizagem, cursos específicos para a formação de gestores alicerçados nos valores nobres imprescindíveis para a gestão de equipes se fazem condição *sine qua non* para o êxito nessa busca de pacificação, já que, como acentuado no tópico anterior, muitas vezes a violência decorre justamente do abuso de poder (ARENDT, 1972; BARRETO, 2005) ou, mais precisamente, da desigualdade de poder nos casos em que o mais empoderado hierarquicamente não esteja embebido verdadeiramente de valores nobres, como o respeito e a empatia. Não nos aprofundaremos nessa questão específica por não ser o objetivo do presente texto, somado ao fato de que mereceria um artigo à parte, mas vale ao menos o registro de que a inabilidade gerencial para gerir pessoas de muitos "ocupantes de cadeiras de gestão"[40] ao redor do mundo pode se qualificar como um dos mais graves problemas ocupacionais contemporâneos que, entre diversos perniciosos efeitos, tem gerado uma verdadeira epidemia de distúrbios psíquicos e vultosas condenações judiciais. Para registro estatístico, apresentemos apenas um alarmante dado a que uma pesquisa científica de abrangência nacional chegou acerca da incidência do assédio moral no trabalho no Brasil: "Em nosso país, 90% dos casos de assédio moral são executados por um superior hierárquico, sendo uma ação descendente e verticalizada. [...]" (BARRETO, 2005, p. 113).

A proposta acima nos leva a outra: a estruturação de processo sucessório alicerçado na premissa de que somente pessoas psiquicamente equilibradas, conscientes de si mesmas e moralmente instrumentalizadas (ou com valores nobres desenvolvidos) podem alçar certos degraus hierárquicos que as coloquem na condição de gestores de pessoas. Afinal, como podemos depreender de algumas reflexões expostas em mais de um dos diálogos platônicos, como na obra "A República" (PLATÃO, 2021), somente estão verdadeiramente aptos a governar (ou gerir) outras pessoas aqueles que já atingiram a condição de governar (ou gerir) efetivamente a si mesmas. Somente esses apresentam a qualificação legítima

40 Não por acaso estamos adotando essa expressão ("ocupantes de cadeiras de gestão") em vez de "líderes", já que a verdadeira liderança (de ponto de vista etimológico, inclusive) nada tem a ver com práticas tão corriqueiras na atualidade, como a "gestão pelo medo" e a "gestão por injúria" (vide, por exemplo, HIRIGOYEN, 2002).

de líderes justamente por terem conseguido (auto)desenvolver a condição moral a que se refere o filósofo Jorge Ángel Livraga (1989), proveniente, nas palavras do autor, de uma *natureza essencialmente pura*, assinalada por Platão na totalidade de suas obras, que os leva a condição de bons. Não por acaso Livraga (1989) sugere que

> o que necessitamos é de homens bons e que a esses homens bons, reconhecendo-os como tais, se os deixe ter as máximas responsabilidades em todos os campos. Se assim se fizesse, eles a aceitariam, não por ambição, mas por espírito de generosidade e de solidariedade (p. 27); e
>
> se conseguirmos apoiar os homens bons e lhes dermos os instrumentos culturais necessários, estes poderão integrar qualquer forma de governo, pois qualquer forma de governo em suas mãos será eficaz (p. 27).

Atrelado a essa mesma lógica devem ser estruturados os planos de carreira, cargos e salários (PCCS) e os instrumentos de avaliação de desempenho. Entre outras regras para viabilizar a ascensão, a promoção e a progressão (tanto a vertical como a horizontal) na carreira contidas em tais planos, deve-se mensurar de forma efetiva, por meio da aferição objetiva do *desempenho interacional* e da inteligência emocional (GOLEMAN, 1996), se os profissionais-candidatos a graus hierárquicos superiores já apresentam ou, ao menos, estão realmente se esforçando para fazer emergir valores nobres que viabilizem a colocação deles em posições que os muna de mais poder. Naturalmente, para que as avaliações sejam justas, os avaliadores que regra geral já estarão em posições hierárquicas de gestão devem ter passado, previamente, pelo mesmo "crivo moral", de forma que realmente já adotem a justiça no sentido platônico da palavra. Agreguemos a essa proposta, ainda, a possibilidade de, num futuro, até mesmo a remuneração variável ser prevista no PCCS e implementada de forma diretamente proporcional ao comportamento moralmente adequado dos integrantes da instituição.

Outra atribuição essencial da gestão de pessoas é o recrutamento e a seleção de pessoas. Aqui, como no caso dos planos e instrumentos de avaliação supracitados, cabe a estruturação de processos seletivos fundamentalmente alicerçados na avaliação da conduta moral dos candidato, seja para qual cargo ou função for. Para tanto, entre outros cuidados, deve-se realizar uma pesquisa prévia do histórico pessoal do candidato[41] e a habilitação prévia dos profissionais que avaliarão tais candidatos (profissionais esses que, naturalmente, precisam ter comprovado a sua habilitação moral para essa atribuição).

41 As redes sociais são um campo fértil para tanto na atualidade.

Não podemos esquecer aqui, no contexto da proposição de ações que contribuam para fazer prevalecer valores nobres nas interações socioprofissionais, que as organizações são, por força de lei (BRASIL, 2000), convidadas a contribuir com a inserção de jovens no mercado de trabalho, oferecendo oportunidades de aprendizagem prática e desenvolvimento profissional por meio do "Programa Aprendizagem Legal". Se propusemos que os adultos, na condição de empregados ou servidores, recebam a contribuição das organizações em suas formações morais, quanto mais para jovens aprendizes que tendem ser mais suscetíveis ao aprendizado (seja de valores nobres ou valores perniciosos). E aqui está, podemos afirmar, uma das grandes contribuições que as organizações podem oferecer para a sociedade que, como dissemos, ainda é muito carente de formação moral nas esferas dos ensinos infantil, fundamental, médio e superior, e, dessa forma, enriquecer de forma realmente substancial as suas ações em ESG (*Environmental, Social and Governance,* ou práticas ambientais, sociais e de governança), cada vez mais recorrentes e disseminadas como boa prática institucional, particularmente na esfera do "S" (social). Tal preocupação formativa pode e deve, naturalmente, se estender para os estagiários eventualmente contratados.

Em vistas de se despertar a fraternidade como virtude, entre outras, há que se estimular a prática da empatia e da consideração efetiva pelo outro. Uma das ações possíveis, no contexto organizacional, é o estímulo ao voluntariado, particularmente em contextos comunitários carentes. Para se estimular, entre outras medidas podem se estabelecer bonificações e assegurar que todo e qualquer integrante da Instituição que se prontifique a trabalhar por algumas horas nessa condição tenha essas horas compensadas. Para tal compensação, pode se garantir a dispensa de uma pequena fração do expediente semanal para a dedicação para esse fim ou a compensação, por meio da concessão de folgas posteriores (gerando crédito em banco de horas), para aqueles que efetivarem trabalhos voluntários em prol de outros em dias não úteis ou antes/após o expediente de trabalho. Naturalmente, para gerir, há que se cadastrar as Instituições e/ou comunidades beneficiadas.

Expostas todas essas ações que, no conjunto, visam promover a pacificação das interações socioprofissionais, há que se reconhecer a necessidade de não se dispensar instrumentos habituais nas organizações, quais sejam, códigos de conduta (também intitulados códigos de ética) e normas internas que estabeleçam penalizações disciplinares no caso do desvelamento de transgressões dos referidos códigos. Embora a essa altura do texto já deva ter ficado mais do que implícito, vale sublinhar que somos contrários a ideia de que tais instrumentos sejam suficientes, por si só, para assegurar a prevalência de condutas pautadas em valores efetivamente nobres, que ensejem interações pacificadas e salutares. Eis o equívoco de muitas das organizações que visam, por exemplo, promover a prevenção da violência no trabalho se bastando ao estabelecimento

interno e divulgação de tais instrumentos. Sustentamos que o ser humano precisa ser intimamente sensibilizado, e não meramente "ameaçado" a sofrer sanções, para fazer emergir valores nobres que se sobreponham a outros que promovem discórdia. Retomando a defesa pela manutenção de tais instrumentos, esclareçamos que não nos iludimos de que, por maiores que sejam os esforços no sentido de fazer prevalecer em seus interiores valores nobres, as organizações conseguirão ininterruptamente assegurar a manifestação de condutas, em suas interações socioprofissionais, que assegurem a paz. Continuarão a ocorrer, ainda que em menor grau, casos em que se processarão transgressões, bem como outros em que permanentemente alguns indivíduos prosseguirão violentando, por exemplo. Para alguns desses casos, os referidos instrumentos se aplicam, pois se não for possível promover a adequação para assegurar o ambiente pacificado almejado, medidas precisam ser adotadas e, em última instância, os indivíduos que definitivamente ainda não se apresentem aptos e desejosos de se modificar positivamente, precisam ser afastados do convívio com aqueles que estão se empenhando e modificando para promover essa autoeducação ética. Afinal, não podemos dispensar a advertência feita por Aristóteles, em seu tratado sobre ética, ao afirmar que "[...] a maioria obedece mais à necessidade do que aos argumentos, e mais às punições do que ao sentimento nobre". (ARISTÓTELES, 2021, p. 220)

Considerações Finais

À guisa da conclusão, nos cabe reconhecer a pequeníssima contribuição que essas reflexões e proposições comportam frente a contextos coletivos tão impregnados pela violência. Mas, se elas se conjugarem a outras de intuito similar, cremos que, de forma gradativa e crescente, a pacificação almejada poderá vir a se disseminar e processar amplamente. Ademais, rogamos para que possam contribuir para, assim como aconteceu com a Psicologia, a Filosofia começar a receber um espaço legítimo dentro dos contextos organizacionais, com o reconhecimento do quanto pode agregar à Gestão de Pessoas. Que possam, portanto, qualificar um ponto de partida para, quem sabe um dia, termos reconhecida como disciplina científica aplicada o que poderemos intitular *Filosofia Organizacional.*

REFERÊNCIAS

AREND T, H. **Crises da república**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Coleções Debates)

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Jandira: Principis, 2021.

E-book Kindle. (Clássicos da Literatura Mundial)

ASSAGIOLI, R. **Psicossíntese**: as bases da psicologia moderna e transpessoal. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

BARRETO, M. M. S. **Assédio moral**: a violência sutil. Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. 2005. 188. Tese (doutorado) - Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BLAVATSKY, H. P. **A Voz do Silêncio**: pequena grande enciclopédia da espiritualidade universal. São Paulo: Pensamento, 2010. (Clássicos Pensamento)

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, artigo 216-A. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 30 de dez. 2024.

_____. **Lei n. 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 2000.

_____. **Lei n. 10.224**, de 15 de maio de 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/
ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm>. Acesso em: 6 jan. 2024.
BRODSKY, C. M. **The harassed worker**. 2. print. California: Lexington Books, 1979.

DI-MARTINO, V., HOEL, H.; COOPER, C. L. **Preventing violence and harassment in the workplace**. Ireland: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2003.

FREITAS, M. E.; HELOANI, R.; BARRETO, M. **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração)

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

HIRIGOYEN, M. F. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JUNG, C. G. **A natureza da psique**, vol. 8/2. 2. ed. Petrópolis-RJ:

Vozes, 1986.

_____. A **Vida simbólica** (v. 1), vol. 18/1. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012a.

_____. **A Vida simbólica** (v. 2), vol. 18/2. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011a.

_____. **Aion**: estudo sobre o simbolismo do si-mesmo. vol. 9/2. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011b.

_____. **Arquétipos e o inconsciente coletivo**, vol. 9/1. 2. ed. 2. reimp. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

_____. **Aspectos do drama contemporâneo**, vol. 10/2. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012b.

_____. **Eu e o inconsciente**, vol. 7/2. 20. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

_____. **Presente e futuro**, vol. 10/1. 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013a.

_____. **Psicologia do inconsciente**, vol. 7/1. 19. ed. Petrópolis--RJ: Vozes, 2011c.
_____. **Tipos psicológicos**, vol. 6. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013b.

KRISHNAMURTI, J. **A mente imensurável**. Brasília: Editora Teosófica, 2019.

LIVRAGA, J. A. **A necessidade de homens bons.** Revista Nueva Acrópolis. n. 171. Madri, Espanha, p. 7-8, maio de 1989.
LUFT, C. P. **Pequeno dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1984.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MORIN, E. **O método 6**: ética. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
MUNDO RH. **Mais de 91% das pessoas são contratadas pelo perfil técnico e demitidas pelo comportamental.** 8 de dezembro de 2022. Disponível em: https://www.mundorh.

com.br/mais-de-91-das-pessoas-sao-contratadas-pelo-perfil-tecnico-e-demitidas-pelo-comportamental/. Acesso em 28 de janeiro de 2025.

ODALIA, N. **O que é violência?** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

PIÑUEL Y ZABALA, I. Mobbing: **Como sobreviver ao assédio psicológico no trabalho.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.
PLATÃO. **A República**. Jandira: Principis, 2021. E-book Kindle. (Clássicos da Literatura Mundial)

ROHDEN, H. **Mahatma Gandhi**: ideias e ideais de um político místico. 8ª ed. mod. e ilustr. Alvorada: 1985.

SANFORD, J. A. **Mal:** o lado sombrio da realidade. 5. reimp. São Paulo: Paulus, 2014. (Coleção Amor e Psique).

SANTOS, A. **Assédio sexual nas relações trabalhistas e estatutárias.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SIMÃO, B. L. **Violência escolar**: de onde vem e para onde vai? 27 de abril de 2023. Disponível em: https://www.uninter.com/noticias/violencia-escolar-de-onde-vem-e-para-onde-vai#:~:text=Por%20fim%2C%20a%20aus%C3%AAncia%20de,do%20Centro%20Universit%C3%A1rio%20Internacional%20Uninter. Acesso em 23 de janeiro de 2025.

SOARES, L. Q. **Interações socioprofissionais e assédio moral no trabalho**: "ou você interage do jeito deles ou vai ser humilhado até não aguentar mais". 2. ed. rev. Ampl. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

_____. **Violência psicológica no trabalho**: o que é? como intervir? In: FERREIRA, M. C.; PASCHOAL, T.; FERREIRA, R. R. (Orgs.). Qualidade de vida no trabalho: questões fundamentais e perspectivas de análise e intervenção. Brasília: Paralelo 15, 2013. p. 343-365.

XIMENES, S. **Minidicionário ediouro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ECOLOGIA PROFUNDA: UM PORTAL PARA A CULTURA DE PAZ

Regina Fittipaldi[42]

> O amor é a nossa condição natural e é a negação do amor que exige todos nossos esforços racionais, mas para que, quando a vida é muito melhor no amor do que na agressão?
> O amor não precisa ser aprendido, pode ser permitido ou pode ser negado, mas não precisa ser aprendido, porque é nosso fundamento biológico e a única base para a conservação do nosso bem ser como do nosso bem-estar.
> Humberto Maturana, Gerda Verden Zoller (1996)

Introdução

A sensível, tocante e provocativa citação acima de Maturana e Gerda prenuncia algo que percorreremos em muitos momentos ao longo deste encontro: que os aspectos objetivos da Natureza bem como os subjetivos, como o amor, o bem-ser, bem-viver, e bem- estar, serão entendidos como inerentes expressões da linguagem da Vida, como os dois lados de uma mesma folha de papel, como na respiração, o inspirar e o expirar, dia e noite, yin-yang. Uma conquista evolucionária experienciada na Terra, dom da Natureza, resultado de um processo evolutivo de há pelo menos quatro bilhões de anos.

E a Cultura de Paz é uma força que aflora a partir da consciência no amor, que pode emergir no equilíbrio entre aspectos complementares, inclusive aqueles que são aparentemente divergentes.

A Ecologia Profunda (EP) é uma abordagem que sem dúvida contradiz o pensamento cartesiano, e faz avançar o pensar e o agir contemporâneos. Somos – toda a manifestação que percebemos na Terra – a expressão de movimentos complexos que interagem.

Como uma das expressões dessa extraordinária rede, os seres humanos são uma espécie que percebe esses movimentos na perspectiva da sua condição, de seres de razão, sensação, sensibilidade e intuição. E toda essa fantástica comunidade – vida, filhos e filhas da Terra, desde há alguns milhões de anos, espirala em um ponto azul, a 108 mil quilômetros por minutos aproximadamente, em torno da nossa estrela: o Sol. Nesse exato instante vivenciamos essa extraordinária realidade que contém um aspecto fundamental - subjetivo e bem objetivo - que nos irmana a todos que habitamos este Planeta Azul: nosso DNA descende de um equilíbrio dinâmico, sistêmico e complexo.

42 Regina Fittipaldi é arquiteta, urbanista e escritora, com atuação marcante em projetos ambientais e educacionais em Brasília. É Pró-Reitora de Meio Ambiente da Unipaz e apresenta programas sobre sustentabilidade na TV Supren. Também é autora de obras infantis, tradutora de filósofos e praticante de Tai Chi Chuan.

Existimos numa esquina da Via Láctea, banhados em luz por uma estrela de quinta grandeza – o Sol, vivenciando a cada instante este equilíbrio com outros planetas que espiralam igualmente no que batizamos de sistema solar: Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno. Nas relações com o cosmo, as nossas águas dialogam no espaço-tempo com uma esfera branca que batizamos Lua, que insiste em nos lembrar que desenhamos fluxos em marés internas e externas. Integramo-nos através de realidades que nos chegam dos minerais e dos ares do mundo, sintetizando montanhas e atmosferas, oceanos, rios e lagos, nos corpos humanos que expressam e guardam todas essas memórias.

É neste espaço cósmico e azul que manifestamos as trajetórias de experiência na condição humana, pertencentes a uma teia de interdependências extraordinária, pulsante em movimentos de caos e ordem, outro aspecto do DNA terreno. É nele onde se realiza um casamento sagrado entre a objetividade do que percebemos com os cinco sentidos, resultado de um processo evolutivo, e a subjetividade, essa também resultado da evolução, da conspiração e do sagrado mistério que se desvela numa grande fraternidade: uma família diversa e múltipla que integra formas, cores e sons, em ipês, caliandras, sabiás, onças, beija-flores, estrelas-do-mar e humanos – húmus, filhos da Terra.

Diante dos desafios contemporâneos, estamos sendo convidados a profundas ressignificações das relações que estabelecemos com a condição básica para a manifestação da nossa existência. Convidados a resgatar o olhar reverente e respeitoso para com a teia da vida, na qual somos completamente interdependentes e ampliar a consciência para o fato de que precisamos essencial e fundamentalmente *ser* juntos e *estar*, em um espaço-tempo. Pertencemos a um território para expressar a vida – convergência de aspectos biológicos, físicos, químicos em permanente e complexa interconexão. É preciso não perder de vista que este pertencimento é a expressão de um processo histórico da Terra. Humberto Maturana (2001) traz como um fator estruturante do seu pensamento que "somos descendentes por reprodução não apenas de nossos antepassados humanos, mas também de ancestrais muito diferentes que retrocedem no tempo mais de três bilhões de anos." E adianta: "...para compreender os seres vivos em todas as suas dimensões – e com isso entender a nós mesmos –, torna-se necessário entender os mecanismos que fazem do ser vivo um ser histórico". (MATURANA, 2001, p.66)

Embora sejamos pertencentes e resultado de uma ontogenia, sintetizando na forma humana processos contínuos e interativos com todas as outras manifestações vivas, deparamo-nos com uma realidade na qual o ser humano se apresenta hoje como o dominador - apoiado em atitudes fundamentadas numa perspectiva antropocêntrica.

Esta é uma postura advinda dos primórdios do Renascimento, quando Descartes e Francis Bacon entre outros entendiam que era necessário dominar e subjugar a natureza e o meio ambiente e para

tanto criou-se uma fragmentação estruturante entre sujeito e objeto. A Natureza se transformou em uma coisa, para assim ser manipulada, perdendo qualquer traço possível de subjetividade. A objetividade foi exaltada, e a subjetividade passou a ser qualificada como algo arriscado que poria em risco o rigor científico e passou a determinar a maneira como atuamos no mundo como espécie.

Eduardo Gudynas (2019) reforça essa dicotomia, quando destaca: "a Natureza, ou outros conceitos análogos como o meio ambiente deixa de ser uma categoria plural, é desarticulada e se converte em um conjunto de objetos, vivos ou não vivos, em que alguns poderiam ter utilidade atual ou futura. Se as espécies ou ecossistemas são objetos, podem eventualmente estar sob a propriedade dos humanos."

Esta postura nos trouxe resultados dramáticos e questões ambientais que comprometem as atuais e as gerações futuras, com a crescente degradação ecológica que assistimos, nesse momento recrudescida com a emergência climática.

Vivemos, portanto, um momento histórico que acena com a necessidade de uma transição consciencial.

A Ecologia Profunda reconhece Pacha Mama - a Mãe Terra - como sujeito de direitos. Reconhece que há questões a serem aprofundadas e ampliadas como os Direitos da Natureza, bem como outros aspectos da visão de mundo contemporâneos que acenam com um convite urgente para mudanças nos padrões comportamentais humanos.

Sobre a Ecologia Profunda

A Ecologia Profunda (EP) é um portal de conexão com essa complexidade, pois através da abordagem holística e transdisciplinar, podemos integrar aspectos epistemológicos que vêm sendo focalizados analítica e fragmentadamente, nas diferentes disciplinas, numa outra perspectiva, ampliando a compreensão para um olhar sistêmico sobre a realidade, ou melhor dizendo, as realidades. E quando Edgar Morin afirma que "sistema é a palavra raiz para complexidade" (2010), ele nos convida justamente a uma abertura de consciência, um aprendizado para a reconexão com a teia da vida em sua vastidão.

Trata-se de perceber o mundo, a vida e suas relações, numa perspectiva que integre a objetividade dos aspectos físicos, químicos, biológicos e, ao mesmo tempo, a abertura para a compreensão profunda da subjetividade que subjaz em toda a manifestação de vida, considerando a objetividade e a subjetividade como aspectos essencialmente complementares, visando trazer para sociedade a pauta dos desafios que precisamos encarar, e convidar para o enraizamento das transformações necessárias para a reconexão ser humano e natureza.

O norueguês Arne Naess (1986), considerado o pai da Ecologia Profunda, iniciou esse conceito por meio de um movimento que gerou um documento apresentado em Bucareste em setembro de 1972 intitula-

do "O movimento ecológico superficial e o profundo de longo alcance: um resumo".

Nesse documento, Naess identifica duas abordagens para a Ecologia: a ecologia conforme a praticavam à época – rasa - e a profunda, de longo alcance. Destacou a importância da participação e envolvimento dos cientistas sobre as questões ecológicas que, segundo ele, marcariam um ponto de mudança no movimento ambientalista, em que a comunidade científica passava a assumir uma outra postura frente aos problemas ambientais, apontando os impactos do modelo de desenvolvimento adotado, e a denúncia quanto à tendência de um tipo de conhecimento científico que não considerava as implicações a médio e longo prazo quanto aos efeitos sobre o ambiente.

Abria-se um novo portal, ampliando a visão das relações da humanidade com a natureza numa perspectiva não antropocêntrica. O movimento da Ecologia Profunda expandiu-se internacionalmente, fortalecendo um novo olhar, como na seguinte afirmação de Naess: "Deveríamos ser educados para ser na natureza, da natureza e pela natureza desde a infância. A sociedade e as relações humanas são importantes, mas o nosso "Self" é mais vasto nas relações que estabelece. Essas relações não são apenas as que estabelecemos com outros seres humanos e com a humanidade. São relações que temos com nossa casa, nossa região, ou com as plantas e animais que coabitam em nosso espaço de viver." (NAESS, 1986)

A afirmativa acima traduz a força da mensagem que trazia a Ecologia Profunda como sendo uma fonte inspiradora, um novo paradigma para uma visão holística e transdisciplinar, na medida em que a Natureza passa a ser figura - um sujeito – elevando-a do patamar de objeto, que a civilização ocidental antropocêntrica a enquadrou, principalmente quanto à sua utilidade econômica.

Mais adiante trataremos de como a Ecologia Profunda percebe o Self Ecológico como uma abordagem central.

Cultura da Paz e as ecologias

A Ecologia Profunda, como já dissemos, é uma ampliação do conceito de Ecologia, um portal de expansão da consciência humana em relação a referenciais de tempo, espaço, rede de contatos e relacionamentos. Coloca a necessidade de uma nova ética, denuncia o esgotamento do paradigma vigente e abre portais para novas possibilidades de ser e estar no Planeta – a Terra – nossa morada cósmica, nosso espaço de ser e estar no universo, como seres de pertencimento.

Na etimologia da palavra Ecologia, temos – do grego – dois componentes: *OIKOS* – casa, morada e *LOGOS* – conhecimento, estudo. Ou seja, trata-se do conhecimento e estudo da nossa Casa. Mas... de que Casa estamos falando? Na visão mais antiga do conceito de ecologia, a Casa era a Terra, entendida em sua composição geofísica, química e

biológica, extraordinariamente complexa. Porém o aprofundamento do conceito desvelou entendimentos bem mais abrangentes, ampliados pela visão holística, a física quântica, a teoria da complexidade e biologia do conhecimento, tornando ser necessário e fundamental, pois, agregar outros valores e ampliar o significado de OIKOS para além de ser a morada planetária.

Ecologia Individual - a paz consigo

Nessa investigação ampliada, agregando novos pressupostos epistemológicos como a filosofia, a poética e uma abertura espiritualista, podemos questionar: qual seria a nossa primeira Casa, como seres humanos manifestados numa determinada realidade viva e humana, dotados de razão, de sensação, de sensibilidade e intuição? A resposta vem de pronto: nosso corpo! Um corpo humano-húmus. Nosso sacrário de carne e sangue, morada de emoções e sentimentos, mansão do espírito. Podemos avançar nessa reflexão, e considerar essa Casa - *Oikos* – Ser Humano – expressão de uma Ecologia Individual, de uma dimensão unitária extremamente complexa e distinta dentre os filhos e filhas da Terra, estruturada a partir de sua própria constituição evolutiva. *Ecologia Individual - a Paz consigo*. Integração de realidades bastante concretas e subjetivas. Uma síntese complexa, um laboratório essencial para a experiência da Paz: a Paz consigo, harmonia interior a ser lograda.

Ecologia Social - a paz com o outro

A Ecologia individual, por sua vez, transbordará em uma *Ecologia Social*. Somos seres de relação, de cultura. Podemos considerar que, numa perspectiva não antropo- centrada, o "outro" representa a diversidade das demais manifestações dos seres nos reinos vegetal, animal e mineral. Nessa perspectiva *Oikos* – casa-sociedade, consideramos os seres em seus biomas, em seus ecossistemas, em seus núcleos de relação em diferentes escalas: de sua casa-outro-sociedade ao cosmos.

Ecologia Ambiental e Cósmica

As sociedades e seus indivíduos, de quaisquer reinos da Natureza, pertencem e se integram à realidade Mãe: a Terra, traduzida aqui como *Oikos* – Casa - *Ecologia Ambiental – a Paz com o Meio Ambiente*. Esta, por sua vez, pertencente à Ecologia Cósmica e Universal.

As quatro Ecologias são portais para a Cultura da Paz, quatro caminhos que reconhecem as especificidades de cada uma das Casas – *Oikos*, e constituem o arcabouço, a matéria-prima da Ecologia Profunda.

Importante destacar que a UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz, cuja sede é em Brasília, fundada em 1987 pelo professor Doutor Pierre Weil, tem como missão desenvolver projetos e programas de educação para a paz. Seu fundador, por sua obra "A arte de Viver em Paz – por uma nova consciência, por uma nova educação" (1993), recebeu

no ano de 2000 a menção honrosa da Unesco. Pierre Weil enfatiza: "A arte de viver em paz com o meio ambiente consiste, então, em tornar o ser humano consciente de que ele é parte indissociável da natureza. O objetivo é restabelecer uma visão holística cósmica (transpessoal e universal). Trata-se do último estágio de uma escalada evolutiva que começou pela consciência individual egoísta, passou pelo plano social e atinge a dimensão planetária (WEIL, p.93).

A Teoria Fundamental da instituição, inspirada nesta obra, fundamenta sua pedagogia através de uma abordagem holística e transdisciplinar para a paz, nas três ecologias: a Ecologia Individual - a paz consigo. A Ecologia Social – a paz com o outro. E a Ecologia Ambiental – a paz com a Natureza, o meio ambiente. Veremos mais adiante, alguns exemplos da experiência vivencial da Ecologia Profunda realizados pela Unipaz - DF.

Alguns pressupostos desafiadores a considerar

Cabe aqui a questão: de que forma podemos reconectar os seres humanos com a teia da vida numa relação orgânica e integradora de valores e princípios pela preservação da vida, já que o modelo adotado leva a um comportamento generalizadamente predador?

Como adotar um caminho que ofereça uma oportunidade de ressignificação de visões de mundo a partir da ampliação dos referenciais fragmentados nos quais fomos estruturados?

Primeiramente talvez seja relevante enunciarmos alguns desafios que se colocam, ameaçam e são obstáculos para que a humanidade reencontre seu propósito como espécie entre espécies interdependentes, como pertencente a um sistema que evolucionariamente legou-lhe chegar ao *Homo-sapiens*.

Depois dos navios negreiros, de Aushwitz, das destruições das florestas e dos extermínios de espécimes, do genocídio que assistimos em Gaza, da ética de exclusão que tem norteado muitas das ações em relação à própria condição humana, já deu para sentirmos até onde pode ir a perversidade e a capacidade destrutiva dos seres humanos. A começarmos pela opressão e a desigualdade presentes na própria espécie. Quão forte hoje é a desconexão em um mundo em que o futuro é cheio de incertezas, sob um sistema global e que transformou mulheres e homens em instrumentos para consumo, como dramaticamente poetizou Carlos Drummond de Andrade, ao trazer os versos do poema "Eu, etiqueta" (1985):

> ... Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
> minha gravata e cinto e escova e pente,
> meu copo, minha xícara, ...
> Por me ostentar assim, tão orgulhoso
> de ser não eu, mas artigo industrial,

peço que meu nome retifique.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente.

A poética, cumprindo a vocação de arauto de realidades, denuncia o quanto o sistema econômico e a cultura do consumo imposta pelo capitalismo subtraem a potencialidade do que o ser humano pode expressar na vida e no viver na experiência de sua Ecologia pessoal com inteireza, e as relações decorrentes de pertencimento para a experiência das demais ecologias – social e ambiental. No seio da própria espécie, cresce a desigualdade entre os povos, polarizando humanos em seres de direito e seres absolutamente privados das mínimas condições de dignidade existencial.

No paradigma no qual estamos inseridos, a natureza e o meio ambiente são apenas "coisas", objetos. São algo como um cenário disponível para atender nossa compreensão do que seja felicidade e bem-estar. E o detalhe dramático é que o sistema econômico vigente nos leva a agirmos como serviçais e testemunhas do enriquecimento de grupos que usufruem do extraordinário tecido de pertencimentos, negando nossa própria condição de Natureza.

Perdemos a noção da totalidade complexa que historicamente possibilitou o surgimento da nossa espécie; fomos subtraídos da experiência do encantamento com a realidade da qual estamos completa e irremediavelmente integrados. Rompemos o pacto de lealdade para com a "história" que nos trouxe à manifestação como espécie.

Há uma urgência de resposta: mexemos em estruturas extremamente delicadas no processo da vida nas suas imbricadas relações de equilíbrio dinâmico e sistêmico e entre espécies. Violamos a teia de diálogos entre florestas e nascentes, rios e oceanos, milhares de expressões de vida, com a fina camada de atmosfera que nos assegura o ar para respirarmos; interferimos na dialógica no micro e no macro.

Há que haver o reconhecimento da dor que provocamos em nós mesmos e nos outros ecossistemas da Terra, que nos coloca numa perspectiva apocalíptica, remetendo-nos para a vivência de realidades que estão muito aquém das possibilidades de bem viver que generosamente nos oferece a identidade terrena.

Mas há que haver também a compaixão pela dureza do processo de aprendizagem que edificamos para nós mesmos: a humanidade não tem pegadas que possa seguir, nem setas que apontem direções. Nossos erros e acertos são nosso oráculo, que pode desvelar caminhos possíveis. Humildade e um sentimento verdadeiro de perdão são virtudes necessárias para essa travessia rumo a novos tempos.

O fato é: estamos sendo definitivamente convocados para mudanças de padrões.

Ecologia Profunda e a ecologia da presença: o aqui e agora

A ecologia da presença é a experiência vivenciada de ser e estar no aqui e agora. Um portal para a conexão com o para a escuta ampliada e o aguçamento da visão e demais sentidos para a consciência do instante: um convite à conexão profunda para um estado de despertar e olhar a realidade fenomenologicamente e de dentro, imersos nela e assim poder contemplá-la, vivenciando-a.

As consequências do comportamento antropocêntrico nos aportam questões desafiadoras que afetam o planeta Terra como um todo, como o aquecimento global, expressão que a ONU ressignificou para emergência climática. Poluição das águas, a contaminação dos solos pelo uso de veneno, a ausência de respeito aos animais, a dramática situação dos refugiados das guerras e do clima, a dolorosa realidade de que temos muitas humanidades dentro da humanidade determinada pela postura de exclusão, o consumismo desenfreado que nos consome a nós próprios, aos outros e ao planeta, são alguns dos aspectos que clamam por mudanças.

Onde se situa o direito inerente de ser e estar no mundo com qualidade e equanimidade para todos os seres?

Na ótica da Ecologia Profunda, a vida tem valor per si. Não por corresponder a uma visão utilitarista ou mercadológica. E, no processo do despertar e trazer a ecologia da presença, é fundamental reconhecer que é preciso encarar a realidade com olhos de águia: ver o que está aos seus pés e ter a habilidade de olhar lá na frente.

Isso significa dizer que o pensar e o agir nesse momento são demandas complementares: uma nutre a outra, retroalimentando-a, e, em seguida, gera novo movimento. **Sair do egocentrismo humano para o ecocentrismo planetário.**

Duas abordagens ecocêntricas emergem fortemente para esse movimento: a ecologia profunda e a ecopsicologia. Ambas preconizam que é necessário estabelecer novos compromissos nas relações entre os seres humanos e a natureza, diferenciados daqueles que vêm sendo traduzidos nos padrões dos comportamentos e atitudes que adotamos com o antropocentrismo. É preciso abrir a escuta para outras vozes: as vozes de uma irmandade terrena e cosmológica, e trazer novas posturas de convivialidade a ser enraizada . Teoria e prática, reflexão e atitude. Esse é um caminho para uma outra realidade não antropocêntrica, inclusiva e solidária, de onde pode emergir a cultura da paz.

Bilibio (2013, p.24) amplia a compreensão dessa dialogicidade: "Portanto, as conexões entre seres humanos e natureza não se restringem ao funcionamento orgânico, cujo princípio de existência é a sua total dependência das interações com o meio. Nossos corpos são estruturas de troca em ininterrupta relação com o meio, cujas contínuas interações oscilam entre o equilíbrio, o desequilíbrio e o reequilíbrio e cuja cessação é a morte. Todavia essas conexões são também psíquicas, na medida em

que desde os primeiros hominídeos fomos construindo relações emocionais e cognitivas com o mundo que nos cerca."

Edificar uma Paz ativa, inclusiva e não apenas entre os humanos: esse seria o fundamento de uma cultura de paz planetária.

Tudo é vivo.
E tudo fala ao nosso redor
Embora com vida e voz
Que não são humanas
Mas que podemos aprender a escutar
Porque muitas vezes essa linguagem secreta
Ajuda a esclarecer nosso próprio Mistério.
Cecília Meireles

Certamente esse movimento passa por uma abertura interna e necessária. O reconhecimento de que somos uma expressão da vida entre muitas expressões e assim parte de um todo, atravessando desafios sob a imperiosa convocação de que é preciso mudar.

O padrão da mudança está inserido na herança que recebemos da construção do Universo. Mais um DNA terreno, que compõe nossas estruturas: somos seres resultantes de transformações. Lembrando aqui as palavras de Jan Smuts (Holism and evolution, 1996), um dos pais da visão holística, quando traz que **Tudo muda, Tudo afeta tudo, Tudo é um todo**. Uma afirmativa sintética de algo que nesse momento pode ser um convite para que saiamos da perplexidade que paralisa diante dos fenômenos que desafiam nossa civilização, para colocarmo-nos em movimento e agirmos.

A Ecologia Profunda resgata esse e outros aspectos objetivos e subjetivos da estrutura humana e nos conclama para uma experiência de pertencimento. No contínuo experienciar-se da vida, há quatro e meio milhões de anos surgiu o esboço vivo de nós – humanos – seres resultados de processos. Primitivamente vivendo em árvores, e frugívoros. Nossa trajetória evolucionária na direção de chegarmos ao "homo-e-rectus-sapiens", sofreu profundos desafios, e um deles foi imposto pela queda de um meteoro sobre a Terra há mais ou menos 65 milhões de anos no Golfo do México.

Em decorrência das drásticas queimadas, uma grande noite se estendeu em volta do planeta por anos, e a ausência da luz solar em toda sua necessária intensidade fez com que as grandes árvores, onde moravam nossos ancestrais primatas, desaparecessem. Restaram arbustos e vegetação rasteira. Colocou-se àqueles primatas o seguinte desafio: extinguirem-se, como sucedeu com os dinossauros e outros grandes animais, ou encarar o desafio da mudança. Talvez esse tenha sido o nosso primeiro ponto de mutação. Uma mudança de paradigma foi ocorrendo: descemos das árvores. Era preciso ficar de pé, para poder olhar mais

longe e ter tempo de identificar a aproximação de alguma ameaça natural, carregar os filhotes por longas distâncias à procura de alimentos e abrigos. Assim, temos notícias de que esses primatas libertaram as mãos para outras funções, além daquelas de serem patas dianteiras de apoio. Ofereceram a si mesmos uma ferramenta criativa e revolucionária, com dez dedos capazes de reter e fazer gestos e toques mais delicados e sutis. Imaginando aqui um "instante de magia", no qual a consciência de si, do outro e dos desafios de então, invadiu o ser daqueles hominídeos...

Somos seres que sintetizam a própria experimentação da Natureza em sua criatividade e resiliência, e essa experiência está tatuada em nossos corpos e na nossa identidade, como na reflexão de Leonardo Boff quando em seu livro Ethos Mundial (2000) expressou o surgimento da humanidade... "*entendida como a própria Terra que alcançou o estado de sentimento, de pensamento reflexo, de responsabilidade e de amorização*". (p. 25). Assim Boff (2000) nos traz a consciência de que a Mãe Terra gerou a subjetividade humana em seu processo evolutivo, assim como nos engendrou na objetividade da forma humana, quando integramos sua composição na biologia, física e na química de nossos corpos.

Importante reconhecer que em nossa trajetória como espécie, realizamos saltos evolucionários que, em processos, trouxe-nos ao momento atual: aprendemos a lidar com o fogo, inventamos a roda, a escrita, decifamos as estrelas, compreendemos as marés, construímos pontes, estradas e cidades, colocamos as plantas ordenadas em agriculturas, domesticamos animais, espalhamo-nos pela Terra. Nossos ancestrais sabiam disso: partiram da ousadia de aceitar desafios, na ânsia da vida por si mesma, e deram um grande salto no processo de geração de conhecimento e suas consequentes conquistas. A esse propósito, nos lembra Fritjof Capra (*2002* - p .162).: "A autoconsciência, como vimos, surgiu, na evolução dos nossos antepassados, junto com a linguagem, o pensamento conceitual e o mundo social dos relacionamentos organizados e da cultura".

Reencantar-se: um convite

O reencantamento aflora a partir da experiência da ecologia individual, de uma harmonização com a inteireza do ser que sintetizamos como seres físicos, psicofísicos, psicoespirituais e espirituais.

Ocorre que, no ocidente, vivenciamos uma tradição que separou corpo, mente e espírito, o que nos leva a uma contínua desvalorização do corpo como expressão que sintetiza a própria identidade com a Mãe Terra, por estar "aquém de nossas almas idealizadas" (Maturana, 2004).

Podemos admitir que é possível ampliar nossa ótica sobre a realidade, reintegrarmos, em nossa visão mais primordial, o reconhecimento de que a vida manifestada na natureza, nos demais semelhantes – animais, plantas e minerais – são sacrários. Aspectos de manifestação do Sagrado, expressão de uma Cosmologia que se faz presente em

muitas linguagens em diferentes tradições espirituais. Mircea Eliade em seu livro "O Sagrado e o profano - a essência das religiões" (2001), nos lembra que a palavra profano, vem do latim *pro* – fora e *fanus* – templo. Ou seja: o profano é aquilo que está fora do templo. Sagrado poderia assim ser considerado aquilo que somos capazes de inserir no templo do nosso coração, da nossa mente, do nosso ser como algo essencial e imprescindível. Encantado. Misterioso e profundo. Espiritual. E não será a Vida, desde a origem que a conhecemos, em seu processo infindável de tessitura da biodiversidade, a tradução desses aspectos? Nesse sentido, é possível que possamos voltar a ter uma relação de respeito, reverência e irmandade para com as águas doces, as florestas, as montanhas, os oceanos, os animais, a Mãe Terra e a humanidade como um todo. Nossos ancestrais, e estamos falando de uma ancestralidade que inclui e ultrapassa a antropomorfia, guardavam essa sabedoria e a aplicavam no mundo, por isso estamos por aqui.

Nenhum projeto humano, nenhuma expressão da subjetividade humana, seja uma palavra, um gesto, um beijo, um sonho realizável será possível manifestar-se, na forma humana, se não estivermos na dança e ritmo da Terra, usufruindo do seu sábio movimento de manter um equilíbrio dinâmico e sistêmico.

Urge, pois, a criação de um pacto ético para a cura dessa patologia que criou a "fantasia da separatividade" (WEIL, p. 97). Construímos um modelo no qual arrogantemente nos colocamos acima da teia da vida. Embora tenhamos mais conhecimento técnico e científico do que jamais um ancestral nosso sonhou, somos testemunhas de um cenário de destruição da vida como jamais foi testemunhado.

O movimento pela cultura de paz passa necessariamente pelo resgate de uma consciência de inteireza e pertencimento, que deverá se apoiar sobre novos valores que denunciem e superem a crise de fragmentação que assola a civilização contemporânea, especialmente apoiada sobre um modelo socioeconômico predador.

Somos herdeiros de um dom estruturante: a liberdade

Sempre poderemos optar pela Vida, mudar padrões que subtraem a oportunidade de experienciarmos e nos deleitarmos com a Terra. Somos livres para adotar comportamentos individuais e sociais, com o reconhecimento de que é possível satisfazer as nossas necessidades de sobrevivência sem que tenhamos que estabelecer como padrão uma ética de exclusão para com as outras espécies e desconsideração para com nossos próprios descendentes e as gerações futuras.

Temos inteligência, recursos e conhecimentos para realizar o projeto do futuro que desejamos, fazer a escolha de um novo patamar de relacionamentos: harmonioso, solidário, ecológico, sustentável e profundamente espiritual.

Esses são pressupostos para a cultura de paz.

Temos, como povos latinos, a herança dos saberes dos povos originários dessas terras como seres de *Abya Yala - a terra do florescimento*. Herdamos a filosofia ancestral do Bem Viver – Sumak Kawsay em língua *Kíchua*. Uma sabedoria que nos foi subtraída com a colonização europeia. Nesse sentido, a Ecologia Profunda reconhece ser fundamental o resgate dos saberes dos povos ancestrais para avançarmos e convoca um pensar decolonial e fenomenológico.

O Bem Viver – *Sumak Kawsay* é uma filosofia que parte da visão cosmológica dos povos tradicionais das Américas, que na língua Tupi Guarani é *Teko Porã* ou *Nhandereko*. Seu profundo significado está em viver em aprendizado e convivência com a natureza, porque nós humanos somos natureza.

Alberto Acosta, economista e filósofo equatoriano em sua obra O Bem Viver (2016), traz a visão que para a Ecologia Profunda é o substrato para a cultura de paz: "Outro mundo será possível se for pensado e organizado, comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza" (p.26). Acosta foi o relator da Carta Constitucional do Equador, quando então Ministro de Minas e Energia, que inseriu Pacha Mama com Direitos Constitucionais. Da mesma forma, a Mãe Terra - "los derechos de la naturaleza" consta na Carta Constitucional da Bolívia: com direitos constitucionais.

Será a partir de uma ética inclusiva e solidária, uma experiência de ser na perspectiva de uma consciência de justiça e coletividade, que poderemos transformar realidades.

Sair do modelo contemporâneo adotado, em que na teia da vida somos os seres que subordinam, subjugam e oprimem, para uma convivialidade solidária. Esse é um fundamento para a cultura de paz.

Ecologia profunda e transformação

Da busca de compreender e decifrar as origens da vida, desde olhar as estrelas, veio-nos a revelação através das estrelas vermelhas nas lentes do telescópio Hubble, algo alentador: o universo ainda está em expansão! Revela-se que estamos em gênese: o universo está em processo, tecendo-se, experimentando-se, expandindo-se, desvelando realidades. Interna e externamente. Como seres cósmicos na experiência da Terra estamos nessa dança com o universo.

Humanos fazem parte dessa dança! Podemos redesenhar e ressignificar nossos movimentos no ritmo que estabelecemos até aqui e recomeçar, integrando valores e propósitos a partir da nossa sabedoria ancestral para uma outra realidade.

A postura humana, que está atrelada ao sistema econômico vigente consumista e desconectado da Natureza, está longe de traduzir atitudes e comportamentos como seres integrados em um sistema Vida. Ainda não internalizamos o fato de que, em nossas existências realizamos a

aliança entre as *energias do céu e da terra* que se manifestam em cada ser, como nos diz a sabedoria taoísta. Esta constatação busca trazer a reflexão de que uma tomada de consciência ecológica deverá, necessariamente, implicar uma ética de responsabilidade com diferentes níveis de expressão da vida, e a consciência do pertencimento a uma irmandade planetária e cósmica, a defesa da vida contra esquemas antropocêntricos e organizações produtivas causadoras da destruição do planeta Terra.

Importante pontuar que, como dissemos acima, existem muitas humanidades dentro da humanidade. Existe um percentual da humanidade que devemos, respeitar, honrar e escutar: são os povos originários, que vivendo de modo integrado com a natureza têm sido os verdadeiros guardiões do nosso patrimônio ambiental: verdadeiras ilhas humanas em harmonia com os seus territórios, cercados por um oceano de destruição, e ainda por cima vendo ameaçados os seus espaços de bem viver.

Cerca de 266 grupos indígenas no Brasil, de acordo com o IBGE, e comunidades quilombolas e centenas de povos tribais pelo mundo nos diferentes continentes, vivem ainda próximos à manifestação do ser – humano – húmus - nas florestas e savanas. Muito há a aprender com esses grupos ancestrais que guardam e honram essa memória. Reconhecer a sabedoria dos povos indígenas nas suas diferentes etnias, reverenciar e respeitar essas culturas, é manter um lastro de memória da história da nossa espécie, e do nosso país em múltiplas etnias e culturas. Por isso é tão importante a demarcação de suas terras já! Essa conquista representa um movimento concreto para a cultura de paz.

Assim como a poesia e o aprofundamento do conhecimento que acessamos a partir da nossa história de erros e acertos, precisamos de importantes ferramentas para o despertar e a sensibilização para as novas paisagens. Integrar os saberes das tradições com a ciência, a filosofia e as artes é trazer os quatro pilares da transdisciplinaridade para o movimento por uma cultura de paz.

Somos herdeiros históricos da interconectividade

A ecologia profunda e a ecopsicologia trazem os saberes de uma pedagogia e engajamento com a realidade desafiadora do momento convocando-nos para um movimento de reconexão com a natureza, a partir da consciência de que há um despertar a partir de uma experiência de ecologia individual.

Importante é abrir a escuta para o que Roszak chamou A Voz da Terra (1992), e que para Leonardo Boff (1995) assemelha-se a um grito de urgência e não apenas o grito da Terra, mas das pessoas massacradas junto com ela, e desvelar os sentimentos sufocados para que inspirem às profundas transformações. E Roszak, fazendo uma analogia entre a repressão e a liberação sexual contemporânea, considera que no momento há uma outra repressão a ser encarada: aquela do reconhecimento de nós mesmos como parte de um planeta onde tudo está interli-

gado. Segundo ele, esta repressão é tão grave quanto a primeira, e a crise de sustentabilidade é a sua expressão.

No vínculo primordial do humano com a vida há uma realidade essencial que resgata profundas conexões e a abertura para a percepção orgânica e visceral com os outros seres: é o fato de que, no ato de virmos ao mundo, estabelecemos, cada um de nós, nos primeiros instantes como seres humanos, uma aliança extremamente complexa na simples expressão primordial do ato de respirar. A conexão com o sopro que vem de algum lugar ou alguém, e que seguirá depois por dentro nossos corpos em cada célula. *Respirar*: um movimento que ondula nosso corpo em expansões e contrações, numa ininterrupta dança, verdadeira e essencial, que nos conecta à vida e à nossa condição de seres manifestados nos cinco elementos: terra, fogo, água, ar e som, e em constante processo de transformações.

O *sim* que dissemos à Vida ao nascer, na primeira experiência do sopro ao sairmos dos ventres de nossas mães, é um Mestre sutil, uma fada madrinha a nos ensinar os fluxos primordiais de SER. A partir daquele momento iniciático para a vida, como membros da grande família humana, em cada ato de inspirar e expirar, trazemos o universo, as águas e as memórias do mundo, e confirmamos a partir de então com nossos corpos alianças com a grande teia da interconectividade entre todas as coisas. No ato de inspirar, trazemos a interconectividade através das trocas do ar com outros seres, que passam por nosso interior físico, emocional e psíquico, para depois seguir, na expiração, em mais outros seres, num ininterrupto ciclo de inspirações e expirações, interconectando externa e internamente tudo aquilo que há neste... "*pálido ponto azul, o único lar que conhecemos*" ...como escreveu o físico Carl Sagan (*O pálido ponto azul, 1996*), expandindo-nos para além-fronteiras.

A consciência da lição de respirar precisa ser compreendida para além do simples ato mecânico que muitos parecem ter, para a consciência do *sopro*. Essa é uma cura que precisamos acessar. As práticas de meditação, de contemplação são portais para essa compreensão. Mergulhar no aprendizado dessa primeira aliança poderá trazer-nos a necessária abertura para o que seja uma verdadeira Consciência Ecológica, integradora, sistêmica e complexa. Portanto, não se trata aqui de supor que a mera racionalização do ato *"Estou respirando agora"* possa trazer a necessária interconexão para uma consciência de pertencimento.

A ecologia profunda e a ecopsicologia reconhecem que momentos de reconexão com toda a vida através da respiração e da meditação são portais que nos libertam de padrões que nos separam e fragmentam, para uma experiência de totalidade e de inclusividade, aspectos fundamentais para uma cura planetária e ecocêntrica.

"Pertencer a" traz a interconectividade com toda a diversidade, ao tempo em que evidencia as unidades que compõem essa diversidade. A consciência de "pertencer a" expande percepções, cria olhares, relativiza

o tempo e o espaço: na respiração, por exemplo, como abordamos acima, uma molécula de oxigênio vitaliza nossas células hoje, assim como vem fazendo às estrelas-do-mar, sucupiras, pequizeiros, onças, tatus, nossos ancestrais, a humanidade enfim, desde os tempos imemoriais. A mesma dança, traduzida em movimentos de inspirações e expirações, derrama sobre nossas finitas percepções o componente de infinitude que permeia o universo e toda a complexa rede de Vida que alcançamos perceber.

A consciência ecológica, através da Ecologia Profunda e da Ecopsicologia, traz, em suas raízes, a inclusão do terceiro, dos ciclos que contemplam os espaços e os vazios. A realidade objetiva e a *anima mundi*. A mensagem que reverbera de fazer parte, de ser um elo sistêmico e pulsante. Sistemas que contêm um ao outro, e que por sua vez, contém e está contido em outros sistemas. Pensar e compreender o significado dessa complexidade não significa um movimento exclusivo do intelecto humano, de nosso ser pensante e racional simplesmente. Seria reducionista. Na verdade, é um convite à plena inclusividade do Ser e da teia de interdependências dos seres da Terra, somados a toda amplitude de significados que o projeto humano sintetiza: histórico, racional, emocional, imaginal, sensorial, sexual, espiritual, cultural...

A realização da aventura do novo projeto humano é uma necessidade e uma aspiração, já que, historicamente, temos sido seres com ousadia, criatividade, força, capacidade de enternecer-se e de cuidar, considerando ainda que guardamos a memória do mundo em nossas células como um padrão da genética-vida, como memória viva, como seres que resultam de uma ética de solidariedade e da integração sistêmica e harmoniosa.

Lembro-me aqui do grande e saudoso ambientalista e ecologista pioneiro, José Lutzemberg a respeito da relação dos seres humanos com Gaya – a Terra – como sendo uma nave flutuando no espaço: "..., mas a imagem da nave espacial engana. Uma nave tem passageiros. Em Gaya não há passageiros, tudo é e todos somos. Usando outra imagem, não teria sentido dizer que meu coração ou meu cérebro são passageiros meus." (Revista Meta, 1999) Essa afirmação pode nos levar a divagar sobre a Terra como sendo a manifestação de uma "*das muitas Moradas do Pai*" a que se referiu Jesus Cristo.

Que dimensões e significados, na direção de uma intrínseca espiritualidade, poderão advir dessa aceitação?

No fluxo de honrar o dialético movimento da vida de teses, antíteses e sínteses, há um novo paradigma emergente, resultado e expressão da nossa busca, da nossa curiosidade investigativa. As últimas pesquisas científicas apontam para novas descobertas e reflexões sobre a Vida, diferentes movimentos vindos de diferentes direções: do resgate das tradições, da ciência, da filosofia, das artes, e que apontam novas ordens referenciais, novos rumos e a necessidade de uma mudança no sistema de valores. Ordem e desordem, *yin* e *yang*, inspirar e expirar, demolição e construção, são realidades que já atravessamos historicamen-

te. A Resiliência é um outro DNA cósmico, uma força imprescindível a convocar.

Podemos acreditar que está em curso a perspectiva imperiosa de mudanças de valores que contemplem novas bases nas relações dos seres humanos entre si e com a Natureza. Uma mudança necessária é fundamental para a sobrevivência humana, tendo a sustentabilidade e a integridade dos ecossistemas como um propósito. Estamos ligados à Lei da Vida em nosso planeta. O desafio não é apenas de tomarmos consciência desta profunda realidade, mas, fundamentalmente, refletirmos sobre de que forma expressaremos essa nova consciência em nossas vidas reais e cotidianas. Enraizando-as.

Um caminho possível: por novos pressupostos pedagógicos

Nossas mentes e nossos corações podem integrar, por meio da prática transdisciplinar, os aspectos que precisam convergir para novos níveis de conhecimento. Lembrando a imperiosa necessidade da autocrítica e da virtude da humildade no processo, como nos alerta Edgar Morin: "...nossos princípios de conhecimento ocultam o que é mais vital conhecer." (MORIN, 1977)

A biofilia, uma teoria cunhada por Edward O. Wilson (2018), sugere que os humanos têm uma tendência inata e estrutural a conectar-se com a natureza e outras formas de vida. Essa tendência é definida por Wilson como "amor pela vida" (*bios* do grego, e *philia*, amor). O resgate e estímulo a essa realidade essencial nos seres humanos, como uma readaptação evolutiva que beneficia o bem-estar e a sobrevivência, é um dos pilares para a cura da desconexão do ser humano para uma harmonia possível da humanidade com a Mãe Terra.

Na jornada rumo a novos tempos, a consciência no pensamento e na ação numa perspectiva ética e ecológica – como nos trazem a Ecologia Profunda e a Ecopsicologia – precisa ser incorporada e ampliada a todas as esferas de pensamento e conhecimento como uma temática essencial e universal para o novo patamar civilizatório, apoiado na razão e na sensação, na ciência e na filosofia, mas também na sensibilidade e na intuição para um futuro harmonioso, inclusivo e espiritual: precisamos de uma pedagogia iniciática.

A dimensão espiritual é aquela que, segundo Leonardo Boff (2000), emergirá do *pathos*, como um "fio condutor que liga e religa todas as coisas para formarem um cosmos" (BOFF, p. 129). E assim desvelar os seres dos bosques, que já fomos num outro ponto da nossa espiral evolucionária, tentar perceber a Consciência Cósmica ou em qualquer de seus inumeráveis nomes, nas sagradas geometrias de um girassol e respirar o Mistério nos perfumes das noites estreladas: uma conquista a realizar.

O desafio é de grande amplitude. Porém o padrão que está inscrito nas células, nas mentes e nos corações humanos guarda a sabedoria de um processo evolucionário que, há alguns muitos bilhões de anos,

encontrou DNAs Cósmicos, em realidades multidimensionais.

No Brasil, a cultura de paz passa pelo reconhecimento da ecologia humana e social numa perspectiva de inclusividade na escuta, no acolhimento, no respeito à realidade sociocultural que constitui a nação brasileira: multicultural, multiétnica, multirreligiosa, multirracial. É preciso reconhecer, numa perspectiva ecológica profunda, que é fundamental reescrever a nossa história, quase sempre escrita por mãos brancas. Reconhecer e assumir a nossa pluralidade essencial nas vozes que precisam ter seu espaço garantido: as populações originárias desse país, indígenas, negros, negras, afrodescendentes e quilombolas, em sua rica multiplicidade, abrir o espaço para uma grande ciranda.

A realidade, quase apocalíptica que estamos encarando, coloca-nos diante de desafios que afetam e ameaçam a todos, demandando um compromisso social de transformações estruturantes, que reforça a ética da inclusão. Segundo Naess "…se depois de uma honesta reflexão descobrimos que estamos ameaçados na parte mais íntima de nosso "self" estaremos mais convencidos a defender um interesse vital, e não apenas algo que está externo a nós. Estaremos engajados numa fundamental e vital defesa dos direitos humanos...". (NAEES, 1986).

No caminho para o resgate de uma consciência de pertencimento que nos leve a mudanças de atitudes há alguns aspectos que precisam ser profundamente reconhecidos e aprofundados. No âmbito da ecologia individual e socioambiental: uma estrutura de ego, definida por Weil, Leloup & Crema (2011) como ego *normótico*. Sendo a neurose um modo de funcionar apenas parcialmente funcional justifica-se o termo *normose* para descrever o atual estado de coisas: normal, porque seu modo de funcionar está dentro do consenso social, mas neurótico porque a normalidade pode ser "patológica e patologizante" (WEIL, LELOUP & CREMA, 2011, p. 16). Segundo a definição de Weil, Leloup & Crema (2011, p. 18), normose é: [...] o conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir aprovados por um consenso ou pela maioria das pessoas de uma determinada sociedade, que leva a sofrimentos, doenças e morte.

A *normose* leva o indivíduo e a sociedade a achar "normal", por exemplo, viver em cidades com níveis de poluição do ar altíssimos, numa desconexão absoluta com o sagrado "respirar" em seu significado de centralidade para a vida. A ruptura com a centralidade da água é outro aspecto escandaloso: contaminamos rios, lagos e oceanos, seguimos jogando lixo e plástico, consumindo alimentos cheios de veneno que acabam comprometendo nossas nascentes e mananciais hídricos. Sabemos que a água, desde a antiguidade é para os humanos fonte de profundos conflitos, e é fonte e origem de vida; no processo evolutivo, a sabedoria da Vida determinou , e assim todos fomos gerados dentro dos úteros maternos e imersos em água. A sociedade contemporânea nega esse inconsciente ecológico, como pontua a psicóloga Cristina Arruda

(2008): "A Ecopsicologia irá propor que no cerne mais profundo da psique está o inconsciente ecológico, o registro mesmo de todo processo evolutivo do qual emergimos. A repressão do inconsciente ecológico estaria na raiz da alienação de nossa cultura – gerando tanto os comportamentos destrutivos que devastam o meio ambiente e os seres vivos que dele dependem, como também grandes males psíquicos cada vez mais comuns em nossa sociedade, tais como a depressão..."

Há ainda um aspecto que a ecologia profunda e ecopsicologia reconhecem como basilares para a cultura de paz: o resgate do feminino.

Como pontua Bilibio (p.102):

> A opressão do feminino, tornada universal na sociedade patriarcal, resulta na hipertrofia do masculino que tem gerado muito sofrimento e uma história de desrespeito, humilhação e abuso da mulher. Essa opressão é, seguramente, levada a cabo por homens em descompasso com sua anima. A palavra latina anima significa alma. Portanto, a civilização contemporânea perdeu a sintonia com sua anima, no duplo sentido de feminino e de alma. A mulher, violada, espelha a violação da Grande Mãe, ou anima mundi, a alma do mundo. Na perspectiva dos antigos, a Grande Mãe, a natureza, tem alma (SABINI, 2008). Mas a hipertrofia destrutiva do masculino, da qual o racionalismo foi expressão, não via que essa alma que anima a biosfera, e fiel às características do masculino atrofiado, exerceu a mais completa e insensível objetividade na relação com a mulher e com o planeta.

A mudança da visão patriarcal para uma nova consciência de gênero, configura-se como sendo de extrema importância nessa nova pedagogia para uma sociedade inclusiva, e emerge na construção de uma cultura de paz ecológica como sendo fundamental para um novo olhar sobre nós, como humanidade, entendida em sua complexidade. Ainda mais quando ampliamos e expandimos a nossa percepção da força da diversidade e trazemos para a realidade uma convivialidade inclusiva e solidária para além do entendimento binário , e avançamos para o movimento LGBTQIA+.

Ecologia Profunda e Educação Transdisciplinar

Temos uma jornada evolucionária a percorrer rumo ao resgate de pertencer à nossa Casa Comum – a Mãe Terra - como filhos e filhas, numa perspectiva harmoniosa. Lembrando que a palavra harmonia vem do grego *harmos*, que significa *juntar*. Uma relação sinérgica na qual elementos diferentes e muitas vezes contrastantes complementam-se ao juntar-se.

Trata-se de a humanidade sair de uma patologia que a está levando e a outras espécies ao adoecimento para uma cura. Será que algum

aspecto se curaria sozinho numa teia de interdependências?

O caminho para uma noção de saúde integrada e ecologicamente orientada carrega as dificuldades do confronto com a visão antiga ainda dominante - categorias dicotomizadas de mente e corpo, sociedade/natureza – que estão, ainda, lentamente sendo superadas. A iluminação das relações significativas entre todas as dimensões ainda está em construção com a ajuda do avanço da ciência e de novas epistemologias (Carta da Transdisciplinaridade, 1994).

Será possível construirmos uma outra realidade, diante desta que aponta o quão distante estamos do deslumbrante e extraordinário processo cooperativo e evolucionário que engendrou a humanidade? Para Paul Shepard (1998) "O mundo é todo de pistas. Não há limites para a sutileza e delicadeza dessas pistas, e os sinais que as revelam estão sempre em todo lugar. É preciso aprender a arte de interpretá-los". (p.10)

Como comentamos acima, na UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz – DF, vimos desenvolvendo programas e projetos apoiados na abordagem holística e transdisciplinar, de acordo com sua Teoria Fundamental que se apoia nas Três ecologias: individual – a paz consigo, social – a paz com o outro, e ambiental – a paz com o meio ambiente, a natureza.

Ao longo desses mais de trinta anos, temos dito a nós, com humildade, que somos nosso próprio laboratório de experiência do significado de trabalhar pela cultura de paz. Uma dessas experiências enraizou-se através de um movimento socioambiental coletivo para a proteção de uma importante Unidade de Conservação na qual a UNIPAZ tem sua sede: a ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê. Um território dentro do DF que apresenta cerrado bem protegido e dois pequenos córregos: Capão Preto e Ipê Coqueiros, manancial importante para o sistema hídrico do Distrito Federal, pois guardam as únicas águas protegidas e preservadas do braço sul do lago Paranoá que emoldura a cidade de Brasília e que hoje a abastece parcialmente.

Para proteger esse santuário ambiental importante, a UNIPAZ DF mobilizou, juntamente com a comunidade, a criação do Coletivo Movimento Diálogos da ARIE Granja do Ipê. O propósito era proteger as águas e o bioma contra ocupações irregulares de grilagens de terra.

O propósito focal era inibir os desvirtuamentos e impactos à integridade da Unidade de Conservação, e o sucesso dos resultados obtidos deveu-se principalmente à convergência da comunidade inspirada na Ecologia Profunda. O Movimento desenvolveu uma consciência de pertencimento e cidadania que se ampliou, da inicial informalidade de um movimento social para a criação do Conselho Gestor da ARIE Granja do Ipê, que hoje integra em seus quadros a sociedade civil, a academia, instâncias do governo e do terceiro setor. Desenvolvemos os trabalhos de conscientização através do engajamento dos alunos e professores das duas escolas públicas rurais ali existentes, da comunidade escolar, da Secretaria de Agricultura do DF, da Associação dos Produtores Rurais do

Combinado Agrourbano de Brasília - CAUB (uma experiência realizada pelo governador José Aparecido em 1987 de assentamento rural, integrado à convivialidade urbana). Assim, asseguramos a integridade territorial da ARIE, apesar de momentos desafiadores, alguns bem violentos, pois contrariávamos interesses financeiros e fundiários da ilegalidade.

Desenvolvemos um projeto de educação com duas escolas rurais da região, inicialmente sensibilizando as crianças e adolescentes com contação de histórias à partir do livro "A menina valente" (1992). Como resultado realizamos oficinas de arte para pinturas de placas sinalizadoras da ARIE Granja do Ipê e produzimos com a rede escolar (alunos e suas famílias) em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e o Instituto Brasília Ambiental, a publicação das cartilhas "Manual do Biodetetive", "Um passarinho me contou" e "Virada Agroecológica" (2017), nas quais as crianças e jovens foram os protagonistas. Destaque-se que a apresentação desses trabalhos à comunidade do CAUB aconteceu numa "manhã de autógrafos", em que todos puderam autografar as cartilhas, para orgulho de toda a comunidade escolar.

Nessa experiência educativo-ambiental-cidadã-ecológica, realizada com as crianças e professores do CED Agrourbano de Brasília e a Escola Classe Ipê, vivenciamos o que preconiza o Relatório Delors (1994) que se apoia nos quatro pilares de educação para a Paz: *educar para conhecer, educar para fazer, educar para conviver, educar para ser.*

Colocamos, na prática, algo que para nós da Pró Reitoria de Meio Ambiente da UNIPAZ DF tem sido como uma espécie de "mantra": "cultura de paz em ação", agindo na perspectiva do que anunciou o Relatório Brudtland: "pensar globalmente, agir localmente".

A experiência da UNIPAZ fortaleceu-se ainda mais através das Formações que oferecemos em 2019 e 2022 em Ecopsicologia e Ecologia Profunda. Sentimos que por meio da integração entre um movimento de estudos e reflexões para uma práxis, tornávamos legítimo nosso próprio fundamento educacional: ecologia e transdisciplinaridade para a cultura de paz.

"Uma das considerações mais importantes do olhar transdisciplinar é a conexão entre o ser humano e o resto dos seres vivos" (TORRES e MORAES, p. 63). A Ecologia é um novo campo da ciência que envolve considerações científicas, socioculturais, políticas, econômicas, históricas, antropológicas, de saúde e de educação.

A Ecologia Profunda, assim como a Ecopsicologia, por conseguinte trazem aquilo que podemos entender como uma pedagogia da inteireza, e a abordagem holística e transdisciplinar para um aprendizado convergente: "um novo olhar que tem sua projeção na vida e no âmbito social, uma visão da realidade com repercussões no modo de conceber a cidadania, a identidade, a pertinência. Por isso, a reflexão e as atitudes transdisciplinares levam a planejar novo tipo de cidadania planetária, coerente com um saber relacionado." (MORAES, 2013, p. 65).

Assim sendo, os quatro pilares da abordagem transdisciplinar

– ciência, filosofia, artes e tradições – são fontes oraculares de inspiração e referência para a ecologia profunda, integrando a diversidade de culturas como espaço referencial para uma escuta inclusiva e respeitosa. Será através da religação e interconexão de saberes que poderemos "reconstruir, a partir do conhecimento, esta teia complexa da realidade, a realidade tanto pessoal, como grupal, social, natural e espiritual". (MORAES, 2013, p.83).

Importante destacar o papel da Carta da Terra como referencial para a educação para uma cidadania planetária que, em seus princípios e valores, expressa um enunciado fundamental para "somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, dos direitos humanos universais, da justiça econômica e numa cultura da paz" (2004).

Self ecológico e a Grande Virada: esperança ativa

O movimento da Ecologia profunda trouxe alguns conceitos que ampliaram a potencialidade do significado de ser humano. O sistema civilizacional ocidental contemporâneo sem dúvida - principalmente em função do modelo capitalista, imediatista e de resultados - achatou, nivelando por baixo desejos e projetos humanos, principalmente na medida em que a sociedade humana se viu mergulhada na *sociedade do espetáculo*, como destaca Debord, (1994): "a sociedade (do espetáculo) que modela tudo que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território. O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como *seu próprio cenário*." Hoje, no Brasil, mais de 85% da população se encontra em centros urbanos, cidades em sua maioria estratificadas, com grandes manchas de áreas impermeabilizadas e poucas áreas verdes confinadas entre bairros apinhados.

Como sensibilizar, educar e transformar paradigma de concreto, asfalto e vidro para outro em que a presença humana possa trazer no seu cotidiano o ser ecológico que somos, e que acabou por perder-se de si mesmo?

Vemos, ainda que muito timidamente, sinais de transformação, de ajustamentos criativos que prenunciam um despertar na apropriação da paisagem urbana, como as soluções criativas através das SBN – Soluções baseadas na Natureza – que acenam com perspectivas de um novo desenho de cidade, abrindo áreas antes pavimentadas para que se tornem permeáveis para a infiltração das águas das chuvas, a criação de bacias de contenção trazendo espelhos d'água para a paisagem, a humanização dos espaços das periferias das cidades, com a criação de praças e espaços para as práticas esportivas que são iniciativas fundamentais que visam romper o racismo territorial, a gestão colonizada dos espaços, especialmente nas

áreas onde se encontram as populações em maior estado de vulnerabilidade frente aos eventos da emergência climática. Os espaços humanizados, verdes, saudáveis, são vetores significativos para novas relações interpessoais e com o ambiente: cultura de paz.

Trata-se de ações que resgatam o *self* ecológico. Um conceito estruturante da abordagem da ecologia profunda, onde o resgate do *eu ecológico* não é considerado um aspecto tal qual uma força ou ideologia estática, mas como a busca por uma abertura para a natureza de forma autêntica, como o entendimento de que "esta Terra é parte do meu corpo". Alguém que diga sinceramente... "se este lugar for destruído, algo em mim será destruído" (DEVALL e SESSIONS, 1985) essa pessoa tem um intenso sentimento de pertencimento a este lugar.

A visão do self ecológico como algo inerente reconhece a dependência biológica e psicológica do meio ambiente. "Embora possamos nos sentir subjetivamente separados da natureza e uns dos outros, somos na verdade dependentes e interconectados com toda a estrutura da realidade. Somos condicionados pela sociedade e pelo meio ambiente em cada etapa de nossa evolutiva conceitual do "self". Ao mesmo tempo, formamos o meio ambiente e co-criamos a estrutura que nos dá suporte. Essa complexa rede de relacionamentos dentro da qual existimos envolve um contínuo e mútuo fluxo de interações sobre as quais podemos começar a ter mais responsabilidades na medida em que compreendermos nossa parte na cocriação da realidade" (VAUGHAN, 1986, p. 33).

Em sua obra "*Active hope – how to face the mess we're in without going crazy*" ou "Esperança ativa – como enfrentar a confusão em que nos encontramos sem enlouquecer" (2012), Joanna Macy e Chris Johnstone, assim como na obra Nossa Vida como Gaia (2004) – trazem práticas para reconectar nossas vidas e nosso mundo: as autoras apresentam uma série de exercícios, oficinas, integrando educação para reconexão através de sensibilização e vivências. Desse processo surgiu o TQR ou *Trabalho que Reconecta*. Joanna assim descreve seu trabalho: "O propósito central do Exercício de Reconexão é ajudar as pessoas a descobrirem e vivenciarem suas conexões inatas, umas com as outras e com os poderes sistêmicos e de autocura da rede da vida, para que possam se animar e se motivar a representar seu papel na criação de uma civilização sustentável" (MACY, p.82).

Um convite que a Ecologia Profunda traz: muito há a fazer, então o que estamos esperando?

Honrar que somos filhos e filhas de uma dança cósmica manifestada na Terra, em profunda relação com o Cosmos e que, embalada por idas e vindas, caos e ordem, inspirações e expirações, contrações e expansões, traduz delicadeza e força, harmonia e beleza, simplicidade e complexidade.

Considerações finais

É inegável que temos tido alguns avanços na compreensão das questões ecológicas, na promoção de legislações para encarar os muitos desafios contemporâneos. Porém é imperioso reconhecer que o que temos como resultado, expressão efetiva das mudanças que precisam fazer acontecer nos âmbitos econômicos e socioambientais são insuficientes, o que segundo a comunidade científica pode colocar em risco a sobrevivência da nossa espécie.

Torna-se necessária uma educação cidadã para a identidade terrena, como postula Edgard Morin (2012, p. 35) ao trazer o conceito de mundialização, "uma aspiração a uma mundiologia, que pode ser disciplinar ou transdisciplinar como hoje é a ecologia, porque a ecologia necessita da conexão de várias disciplinas".

Temos um desafio a encarar para mudar como acontece o relacionamento humano contemporâneo com Gaia, a deusa grega Terra, nossa Casa, Pacha Mama, Teia da Vida. Seremos capazes de contrapor a cultura do medo pela cultura de paz?

Dispomos das informações e conhecimento advindos da ciência, dos saberes dos povos originários e do coração humano que anseia por um mundo mais harmonioso e solidário. E de uma memória histórica que remonta a cerca de quinze bilhões de anos.

No fundamental, precisamos assumir, individual e coletivamente, que os desafios contemporâneos dizem respeito a cada um na experiência cotidiana de fazer seu melhor para a mudança, para a grande virada na direção de edificarmos uma cultura de paz.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos – Editora Elefante. 2016.

ALBUQUERQUE, Cristina Arruda – Tese de Mestrado **Uma Trilha gestáltica no campo da Ecologia Profunda**: do Xamanismo à Ecopsicologia" - IGTB – Instituto de Gestalt Terapia de Brasília – Brasília DF – 2008.

BILIBIO, Marco Aurélio. **De frente para o espelho**, Tese de Doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UNB, 2013.

DEVALL, B.; SESSIONS, G. **Deep ecology: living as if nature mattered**, Gibbs Smith – Salt Lake City – USA.

DRUMMOND, Carlos. **"Amar se aprende amando"**, Editora Record – Rio de Janeiro, 1985.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**: Um Consenso Mínimo Entre os Humanos, Editora Letra Viva – Brasília, 2000.

BOFF, Leonardo. **A Voz do Arco Íris, Um Consenso Mínimo Entre os Humanos**, Editora Letra Viva – Brasília, 2000.

CARTA DA TERRA. Publicação Editora Stamppa Ltda. Petrópolis – RJ, 2004 – https://cartadaterrainternacional.org

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** – Ed.Cultrix 2002.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza**: ética biocêntrica e políticas, Elefante – São Paulo.

FITTIPALDI, Regina. **A menina valente.** Ilustração Girafa, Brasília.DF : Horizonte, 1992. Disponível em: http://.ibram.df.gov.br/informacoes/educacao-ambiental/publicacoes.html

MACY, J.; BROWN, M. **Nossa vida como Gaia**. Editora Gaia – São Paulo, 2004.

MACY, J.; JOHNSTONE, C. **Active hope – how to face the mess we're in without going crazy** – New World Library. Novato – California USA, 2012

.

MATURANA, H.; ZOLLER, G. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano. Editora Palas Athena – São Paulo, 1993.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do Conhecimento**, As Bases Biológicas da Compreensão Humana, Editora Palas Athena – São Paulo, 2001.

Manual do Biodetetive. Organização Educação Ambiental do IBRAM; Coleção Comunidades de Conservação – Arie Granja do Ipê – Riacho Fundo II : IBRAM 2017.

Um passarinho me contou. Organização Educação Ambiental do IBRAM; Coleção Comunidades de Conservação – Arie Granja do Ipê – Riacho Fundo II : IBRAM 2017.

Virada Agroecológica. Organização Educação Ambiental do IBRAM; Coleção Comunidades de Conservação – Arie Granja do Ipê – Riacho Fundo II : IBRAM 2017.

MEIRELES, Cecília. **Antologia Poética**. Editora Nova Fronteira – Rio de Janeiro, 2001.

MORAES, Maria Cândida et al. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Presente**, Por Uma Educação Transformadora, WAK Editora – Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Maria Cândida et al. **Documentos para transformar a educação**: um olhar complexo e transdisciplinar, WAK Editora, 2013.

NAESS, Arnes. "**The Shallow and the Deep Ecologic Movement**", Paper "3rd World Future Research Conference" – Bucareste, 1972.

NAESS, Arnes. **Self-realization**: An Ecological Approach to Being in the World, Editora Murdock – University, 1986.

SHEPARD, Paul. **Nature and madness**, University of Georgia Press – USA, 1982.

SMUTS, Jan Christian. **Holism and Evolution**, Editora The Macmilliam Company – EUA, 1926.

VAUGHAN, Frances. **The Inward Arc**. Boston – Shambala, 1986.

WEIL, Pierre. **A arte de Viver em Paz**, por uma nova consciência, por uma nova educação, Editora Gente – São Paulo, 1993.

WEIL, Pierre; LELOUP, Jean Yves; CREMA, Roberto. **Normose**: a patologia da normalidade. São Paulo : Verus Editora, 2003.

CULTURA DE PAZ: O BEM VIVER ANCESTRAL NA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL

Marta Santos da Silva Holanda Lobo [43]

> Meu pensamento é tranquilo, meu pensamento é de paz. Minha fala é para o Bem Viver, não ofendo ninguém. Minha luta é em defesa dos povos indígenas pela sobrevivência dos meus netos e filhos, pelo território, pela nossa vida, pelo nosso meio ambiente.
>
> Cacique Raoni Metuktire, (indicado ao Prêmio Nobel 2025) em reunião do Fórum permanente em defesa da Amazônia no ano de 2020, apresentada pela Fundação Darcy Ribeiro, Brasil.

Introdução

O significado da palavra *paz* parece nunca estar tão distanciada da palavra *guerra* na história da humanidade. São palavras antagônicas, opostas no sentido da vida terrena, como na sua etimologia antônima que nos surpreende, pois ambas as palavras podem apresentar a história, o significado e a origem semântica sempre num paralelo temporal, isto é, não há paz sem guerra entre os povos no nosso planeta. E se há urgência pela paz é porque houve a guerra.

Há mais de 60 anos as Nações Unidas enfrentam este grande desafio de promover, incentivar e fomentar a Cultura de Paz juntamente aos países que se comprometem, mas não cumprem a tão almejada declaração e seus programas de ação disseminados pela cooperação internacional na construção efetiva de uma sociedade inclusiva que acabe com as diferentes formas de etnocentrismo, discriminação, violência, racismo, assassinatos por disputas de territórios, genocídio, etnocídio, feminicídio, memoricídio, epistemicídio, conflitos religiosos e extremistas espalhando dor e perseguições sanguinárias, negação da ciência, ausência de ética e empatia, falta de senso de humanidade, guerras digitais, desigualdade e injustiça social, fome, pobreza extrema, crise climática, destruição planetária e outros neologismos para a palavra *guerra.*

Intencionalmente, este artigo apresenta de forma dialética o anverso da palavra *paz*, para tentar instigar e entender o porquê de não conseguirmos atingir a *paz* verdadeira e plena perante a geopolítica contemporânea.

43 Pesquisadora e professora colaboradora CEAM/UNB, Brasil. Doutorado na UFRJ/COPPE. Mestrado na UFRJ/FE. Especialista em Educação pela PUC/RJ. Pós-graduação Lato Sensu em Neuropsicopedagogia e Psicomotricidade. Coordenadora pedagógica e pesquisa do curso SUMAK KAWSAY, BEM VIVER: (extensão e pesquisa -UNB).

Este artigo pode causar estranheza ao introduzir o cerne da problemática mundial: as *guerras*, pois se não há *paz* é porque só existem guerras. Exatamente aqui pretendo focar o desafio de estabelecer o nosso diálogo crítico e ousado que fala de como conseguir alcançar a bendita paz para além das evidências numéricas de fatos diários que provam que a nossa vida não é de paz, longe dos princípios humanitários.

Atualmente vivenciamos a contradição entre conviver com as guerras e os conflitos mundiais e a busca permanente pela paz global. Ainda permanece a indagação: e o sentido da palavra paz, qual seria perante tantas guerras e conflitos humanitários?

O relatório da Paz Global do IEP (Institute for Economics & Peace) registrou em 2024 a ocorrência de 56 conflitos mundiais envolvendo 92 países, o maior desde a II Guerra Mundial. São relatados no IEP os impactos econômicos mundialmente gerados por altos investimentos bélicos e a consequente perda de vidas humanas.

O mais surpreendente é o fato de haver mais conflitos armados em países da América do Sul, África Subsaariana, América Central e Caribe do que na Rússia, Oriente Médio e Norte da África e Eurásia. Os impactos econômicos são estrondosos em investimento bélico com enormes perdas humanas e inocentes, tal como nas guerras entre Rússia e Ucrânia, Israel e Palestina com seus desdobramentos nos ataques recentes entre Israel e Irã. O número de mortes de crianças e mulheres que foram bombardeadas é absurdamente maior nas Américas e África que sofrem com os conflitos internos diários causados pela disputa de poder entre as milícias organizadas e a indústria do narcotráfico com a outorga do estado local que não apresenta força suficiente para eliminar tais conflitos situados em suas cidades.

No Brasil contracenamos (contracenar sim, pois muitas das vezes somos apenas expectadores de cenas brutais) com as notícias dos jornais (maio de 2025) que relatam a presença de "Garimpeiros que atuam na extração ilegal no rio Madeira no Estado do Amazonas que reagiram com tiros de arma contra operação da PF e Ibama". Constatamos que a atuação do garimpo ilegal movimenta uma alta economia que destrói a mata, populações indígenas e ribeirinhas com muita violência, mesmo sob o papel do Estado (apoio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Organização dos Estados Americanos) no combate ao garimpo ilegal e, portanto, criminoso. Entende-se, portanto, que a desintrusão é a retirada de intrusos não indígenas que ocupam ilegalmente as terras indígenas. Ainda se considera a dicotomia entre a *guerra e a paz*, na citação da Unesco que parte da seguinte premissa: "a guerra nasce na mente dos homens e é lá que deve ser combatida"[44] .

44 Conceito apresentado no Programa das Escolas Associadas da UNESCO - PEA, criado para estender no campo da educação os seus objetivos no período pós-guerra (2014-2015).

Podemos perguntar se o outro lado da contradição em que se fala de paz, em oposição às guerras, poderia ser celebrado na atual conjuntura. Como entender um pedaço dessa história "gloriosa" se houvesse a tal *Paz* tão almejada por todos nós? Sobretudo a busca de um belo fim ainda permanece inatingível no presente, histórias de disputas, de dominação colonial, de uma geopolítica de exploração, de demarcação de poder desde que o mundo foi dividido por suas diferenças étnicas - e tantas outras conquistas coloniais, de tantos povos que sobreviveram ao massacre intitulado pelo pseudo-conceito de CIVILIZAÇÃO[45]. A verdadeira humanidade é constituída pela diversidade étnica, linguística, cultural e desafiadoramente plural nos aspectos de um bem viver, "*bien vivir*" complexo e, portanto, transformador, se assim for compreendido no contexto que se defende a Cultura de *PAZ*.

Muxima uoembu Muxima ua umbu - coração de brandura (de paz) em Bantu.
Muvu ua umbu, ou Muvu uoembu - ano de brandura, ano de paz.

Pela Cultura de Paz - Unesco

Então o que significa Cultura de Paz? A resposta é tão complexa quanto o conceito de *paz global* no atual contexto de guerras e conflitos espalhados por todo o planeta.

> A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. (Noleto, 2010).

Se a Unesco (2010) propõe a cultura de paz que procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis, então como enfrentar os conflitos armados e civis envolvendo mais de 40 países, em que se relata

45 São consideradas três fases da evolução da humanidade: a Selvageria, a Barbárie e a Civilização, cada uma das quais subdividida em três idades: a Inferior, a Média e a Superior. Teoria global explicativa do processo histórico quando usamos conceitos referentes a fases evolutivas - tais como escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo - ou conceitos concernentes a processos universais de mudança sociocultural - como revolução agrícola, revolução mercantil ou revolução industrial. Isto é o que faz a maioria dos cientistas sociais de perfil acadêmico, mesmo em contextos em que negam a possibilidade de estabelecer sequências evolutivas. Darcy Ribeiro, p.2.

nos noticiários diariamente que as tensões são provocadas pelo racismo ambiental, excesso de população, conflitos locais por disputa de água doce e comida, o que provoca altos níveis de desnutrição e, consequentemente, a desigualdade econômica e social motivadas pela pobreza? A alta distorção entre o poder concentrado nas mãos dos mais ricos do planeta em total desproporção de renda, e porque não dizer, altos níveis de desigualdades sociais em contraposição ao baixo nível de desenvolvimento, que ainda persiste, espalhado por todo o planeta, especialmente no Sul Global[46] .

Acabar com 'as guerras' não parece ser uma tarefa tão simples tendo em vista os esforços de grandes órgãos internacionais, como a Unesco e a Organização das Nações Unidas (ONU), que buscam a construção de um modelo ideal de desenvolvimento mais sustentável e global. O conceito atual de *paz* via desenvolvimento global precisa buscar outros fóruns de discussão que visem as diferenças étnicas e culturais de cada nação em sua dimensão humanista, com justiça social, liberdade, solidariedade e por meio do diálogo permanente. No entanto, tudo isso parece um sonho de uma coletividade mundial ainda seleta, restrita que defende a *paz.*

Mas a grande questão ainda perdura: como substituir a cultura de guerra pela cultura de paz? Mais uma vez cito os conflitos que permanecem em busca da realização das metas da Agenda 2030 e todos os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Faltam apenas 5 anos para alcançarmos metas ainda distantes de serem concretizadas, tal como a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na interseccionalidade, no caso do Brasil. O objetivo 10 das ODS's corresponde à redução das desigualdades dentro dos países e entre eles. Mas como aumentar a renda dos 40% da população mais pobre do planeta a uma taxa maior que a média nacional? Quais seriam as estratégias para empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos os seres excluídos da sociedade na condição básica de ser humano, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião e condição econômica ou outra? (Meta 10 ODS - ONU - Nações Unidas Brasil). São 17 metas que se constituem em grandes desafios para a sua execução, o

46 São três regiões distintas do ponto de vista econômico e político que fazem parte do Sul Global: América Latina, Ásia (China e Índia) e África. Em 2010 foi desenvolvida a noção de um Sul Global, com a metáfora do sofrimento sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo; projetou-se, ao final da década de 1990, como sinônimo da necessidade de os países da periferia traçarem novas alternativas a partir dessas experiências comuns. Embora sobreposto ao Sul geográfico, mas não coincidente a ele, a noção de Sul Global de um contraponto aos arranjos impostos pelos países do Norte Global, que evidenciaram as condições assimétricas e os objetivos de manutenção da dependência dos países do Sul.

que acarretará igualmente obstáculos em todas as metas[47]. Parece que "a humanidade não consegue gerar a Humanidade". Morin (2000-p.81).

> Nós nos acostumamos com essa ideia, que foi naturalizada, mas ninguém mais presta atenção no verdadeiro sentido do que é ser humano. É como se tivéssemos várias crianças brincando e, por imaginar essa fantasia da infância, continuassem a brincar por tempo indeterminado. Só que viramos adultos, estamos devastando o Planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e sociedades. De modo que há uma sub-humanidade que vive numa grande miséria, sem chance de sair dela — e isso também foi naturalizado.
> Ailton Krenak, "O amanhã não está à venda". Companhia das letras. Ano 2020, p.43. Do povo Krenak.

O Bem Viver

O escritor e ativista indígena Ailton Krenak descreve a cultura Andina como diversa, apesar das guerras durante a colonização do Brasil e das Américas, e além das constantes invasões que continuam acontecendo. Este autor descreve a nossa sobrevivência, dos povos originários como resposta a sua capacidade, digo, deste povo, de saber conviver com os diversos mundos.

A excessiva preocupação pelo tal do "desenvolvimento humano" nos leva à única visão de um mundo egocêntrico, etnocêntrico e até sociocêntrico, no entender de Morin (2000, p.92). Uma única visão de mundo impede o diálogo global; isto é, se não admitimos e se não convivemos com culturas diversas e excluídas historicamente, não conseguiremos consolidar a paz mundial. No entanto, a Terra grita, incendeia, degela, agita-se para dizer ao ser humano que não estamos sozinhos, mas fazemos parte de uma cosmologia ambiental, uma biodiversidade que nos envolve e da qual somos totalmente dependentes. Sem a água, sem a terra, sem a fauna, sem a flora... não sobrevivemos, e assim vamos buscar outros mundos para "explorar" e, depois, consumir até o fim dos recursos naturais oferecidos por este novo planeta. O que precisamos entender é o como "viver e conviver" com a diversidade cultural e plu-

47 Acordos e protocolos parecem não surtirem efeitos na tentativa de construção de uma Cultura de Paz. Desde a Convenção de Haia, de 1899 os tratados de paz foram malsucedidos nos acordos para se alcançar a paz mundial. Outros protocolos fracassados, tais como os Acordos de Paz de Oslo assinados para o estabelecimento do fim do conflito Israel-Palestina. (BBC,2023). Não podemos esquecer as guerras dos séculos XIX e XX, este último consolidando as duas grandes guerras mundiais pela dominação do ocidente europeu pelo sistema de escravidão brutal e mais o fortalecimento do totalitarismo que se opõe a qualquer concepção humanista.

riétnica. Para Krenak, estamos falando de uma cosmo-convivência, um bem-estar na diversidade humana.

O termo "Bem Viver" – *Buen Vivir* em espanhol ou *Sumak Kawsai* em quéchua - tem sido muito utilizado para fundamentar e apontar possíveis soluções para a crise socioambiental que sofremos em nosso planeta. Segundo Krenak (2020) a origem do "Bem Viver" tem uma importância tão grande, que chegou para a maior parte de nós, aqui no Brasil, mediada pelo espanhol, fazendo referência a uma prática ancestral dos povos que viviam na Cordilheira dos Andes. No livro Caminhos para a Cultura do Bem Viver (2020) desse mesmo autor, esses ancestrais são os parentes Quéchua, Aymara – uma constelação de povos que viveram séculos nessa cordilheira e que tinham em comum uma cosmovisão em que essa cordilheira viva, cheia de montanhas e vulcões, todos aparentados uns dos outros, tem um significativo nome de Pachamama, Mãe Terra, Coração da Terra.

A expressão *Sumak Kawsay*[48] significa o que "nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo". Esse modo de estar na Terra tem relação com a cosmovisão constituída pela "vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisaram nessa terra junto com a gente". Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão.

Existe uma ampla discussão sobre o termo *Bem Viver* que se confunde com o simples bem-estar social e até espiritual. No entanto, segundo Krenak (2020), o *Sumak Kawsay* ou *Buen Vivir*, expressão que vem do castelhano, "não é definitivamente ter uma vida folgada". Para este autor, o *Bem Viver* pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que acessamos por uma decisão pessoal.

Ainda em Krenak, a sustentabilidade é "muito pessoal" e, por isso, se torna uma mera vaidade individual para aqueles que podem viver bem, isto é, têm acesso aos bens de consumo, trabalho remunerado, alimentação, moradia e muito mais em termos de bens materiais, num cenário de desigualdades gritantes em todo o planeta.

Nessa lógica de pensamento, Krenak questiona o modo de se viver na sustentabilidade, que não é uma coisa pessoal, mas coletiva. A ecologia é um conceito mais amplo que fala sobre o lugar em que vivemos tal como os seis biomas: a Mata Atlântica, o Cerrado, a Amazônia, a Caatinga, o Pantanal e o Pampa e suas relações com o ser humano e toda a sua diversidade da flora e fauna vibrante, viva enquanto "pudermos sustentar".

Portanto, não se pretende aqui apontar soluções simplistas, reducionistas ou salvadora da nossa situação caótica de ameaça ao *habitat* pla-

48 Nas línguas dos povos originários: Sumak Kawsay (quíchua), Suma Qamaña (aimará), Teko Porã (guarani).

netário, no sentido de escamotear a nossa dura realidade perante a crise climática que nos afeta diariamente, seja no consumo de alimentos como na maneira de coexistir em sociedade, considerando a nossa existência como única e não excludente do ponto de vista societal, civilizatório e humanitário. São desafios que se mostram como problemas que reforçam o aumento das desigualdades no nosso planeta.

Enfim, entende-se como o conceito de *Bem Viver*, segundo Alberto Acosta (2015), fruto de esforços coletivos que envolvem experiências, visões e propostas de povos originários e tradicionais. Em contrapartida, a visão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) parece ir na contramão dos princípios do *Bem Viver* e do *Buen Vivir*.

Para falar do *Bem Viver*, é preciso recorrer às experiências, às visões e às propostas dos povos originários na sua interculturalidade e plurinacionalidade como foi o caso de Montecristi, nome de um município e cantão equatoriano localizado na província de Manabí, no litoral noroeste do país. Foi escolhido como sede da Assembleia Constituinte que, entre 30 de novembro de 2007 e 25 de outubro de 2008, quando se debateu, escreveu e aprovou a atual Constituição da República do Equador, reconhecendo, em seu capítulo 1º, o caráter "intercultural" e "plurinacional" do país e estabelecendo, em seu preâmbulo, a decisão de construir *"uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza para alcançar o Buen Vivir, o Sumak Kawsay"*[49].

Segundo Alberto Acosta (2015), não há como escrever sobre "esta questão a partir de um reduto acadêmico isolado dos processos sociais, sem nutrir-se das experiências e das lutas do mundo indígena – um mundo que, repito, não se encontra apenas nos Andes ou na Amazônia".

O debate é amplo e não se pretende encerrar nessas linhas, ou mesmo, solucionar um problema planetário. Todavia, espera-se que possamos inserir "novos conhecimentos" no âmbito educacional, considerando as políticas públicas de educação e das relações étnico-raciais conquistadas e garantidas em lei, como é o caso das Diretrizes Curriculares para a Educação Indígena (Lei 11.645/2008) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei 10.639/2003)[50].

---

49 Projeto de curso Sumak Kawsay, Bem Viver. Culturas Invisibilizadas e Insubordinadas da América Latina em suas vozes pela Cultura de Paz", aprovado pelo Conselho Universitário e o Decanato de Extensão. CEAM/FAU/UnB. Ano 2025-2026.

50 **História Geral da África** I. Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo -2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, art. 210, art. 206, I, § 1° do art. 242, art. 215 e art. 216, bem como nos art. 26, 26 A e 79. Dessa forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos

Alberto Acosta (2015) cita, na introdução do seu livro, que "os bons conviveres" – é uma oportunidade para construir um mundo diferente, que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza.

Hiáb Imamakã. Imamakã Hãhãw -
Vamos cuidar do nosso planeta, da Mãe Terra!. Língua Pataxôhã

Marco legal

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 explicita e legitima o dever do Estado, por meio de garantias legais, os direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (art. 215, caput e §1º), que se traduzem em suas "formas de expressão e em seus modos de criar, fazer e viver" (art. 216, I e II). No entanto, questiona-se o porquê de não acontecer de forma concreta tais regulamentos legais que se encontram na Constituição Federal no Brasil e igualmente em outros países?

Aqui eu cito a passagem do livro de Ailton Krenak (2020) que fala o que acontece com os aymaras que vivem e convivem com o mundo animal, com o mundo vegetal, com o mundo das divindades e com o mundo da terra. Assim, na visão colonialista global os conceitos de cosmovisão e o bem viver são distintos em sua essência filosófica e semântica linguística. Se esses mundos estiverem harmônicos, o mundo das pessoas também estará. Mas não ao contrário, que primeiro o mundo das pessoas esteja bem, independentemente de como os outros estejam. Assim descreve Krenak a diferença do conceito de cosmovisão e o bem viver como "vida boa e sustentável": "Eu acho que a lógica do sistema ocidental é tirar o maior proveito para o mundo das pessoas e não se preocupar com o bem-estar dos outros mundos. Pensar nos outros mundos tem a ver com a cultura da convivência, ou seja, a convivialidade, a cosmo-convivência, que é diferente do conceito ocidental de cosmovisão".

O Suma Qamaña, que é viver bem em harmonia integral ou viver e conviver para Krenak (2019), esta filosofia faz parte da cosmovisão que trata de uma harmonização entre os diversos mundos, suas energias e não se refere apenas a viver, mas também a viver e conviver com a morte. Não seria o "bem viver" melhor do que outros povos, mas uma vida plena entre a Terra e seus ancestrais e encantados, em que se encontre

seus art. 5º, I, art. 210, art. 206, I, § 1° do art. 242, art. 215 e art. 216, bem como nos art. 26, 26 A e 79.

a natureza, a mãe terra e os homens, todos como seres viventes em convívio numa única morada, a Terra.

Entretanto, a visão colonialista global e seus preceitos são antagônicos à cultura do '*bem viver*' dos povos originários e tradicionais da América Latina. Dessa maneira, o conceito do norte global se distancia da cosmovisão planetária, pois são países que se consideram no centro do mundo, em sua dominação global, e veem como secundário, insignificante ou hostil tudo o que é estranho ou distante. Segundo Morin:

> O etnocentrismo e o sociocentrismo nutrem xenofobias e racismos e podem até mesmo despojar o estrangeiro da qualidade de ser humano. Por isso, a verdadeira luta contra os racismos se operaria mais contra suas raízes ego-sócio-cêntricas do que contra seus sintomas. (MORIN, 2000, p.97)

Pode parecer radical, porém o etnocentrismo exige uma análise complexa no que diz respeito ao entendimento de uma cultura que difere dos padrões eurocêntricos, negligenciando e excluindo as culturas e histórias diversas, o que torna o marco referencial a partir da evolução da história do mundo. O feudalismo passa a ser um marco histórico, a filosofia mundial busca referências greco-romanas para a nossa única e incontestável visão de mundo.

Enfim, para haver um mundo de paz, surgem os marcos legais e regulatórios que definem regras que evitem os conflitos no cenário internacional. Para se concretizar a meta 10 dos Objetivos dos ODS, em diversos contextos, desde a economia sustentável até mesmo nas instituições de educação no combate ao racismo e toda forma de discriminação, será preciso garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

A questão legal parece consolidar-se com as determinações de "Ações Educativas de Combate ao Racismo e às Discriminações[51]" em que se indica a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura.

Oralidade e marco na legislação brasileira

O respeito à oralidade nos remete tanto à cultura indígena quanto

51 Proposições Declaração e Plano de Ação de Durban, 2001 na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, realizada em setembro de 2001, em Durban, África do Sul. 173 países participaram desta Conferência Mundial. Nações Unidas, Brasil. Setembro de 2001.

aos quilombolas brasileiros. Quando falamos da organização da Educação Escolar Indígena diferenciada nos seus princípios e objetivos de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, pretende-se alcançar as aspirações das comunidades indígenas.

> Os projetos político-pedagógicos deverão estar intrinsecamente relacionados com os modos de bem viver dos grupos étnicos em seus territórios, devendo estar alicerçados nos princípios da interculturalidade, bilinguismo e multilinguismo, especificidade, organização comunitária e territorialidade. (CF.§ 1º.)

Contudo, o projeto político-pedagógico da escola indígena deverá ser construído de forma autônoma e coletiva, valorizando os saberes, a oralidade e a história de cada povo em diálogo com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas. Deve-se articular aos projetos societários etnopolíticos das comunidades indígenas contemplando a gestão territorial e ambiental das terras indígenas e a sustentabilidade das comunidades indígenas segundo os marcos legais constituintes.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Linguísticos a qual foi promovida pela PEN Internacional[52] (Associação Mundial de Escritores - Poetas, Ensaístas e Romancistas - Poets, Essayists, Novelists) com o apoio da UNESCO, esses direitos ganharam força e ação em vários países do Sul Global.

Na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, que ocorreu em Barcelona em junho de 1996, foram consideradas premissas elementares dos diversos protocolos e declarações desde 1948 (Declaração dos Direitos Humanos), incluindo os direitos individuais à luz dos direitos coletivos explicitados na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas até a Declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos dos povos indígenas, aprovado na 1278ª sessão, de 18 de setembro de 1995. Assim as seguintes premissas são ressaltadas aqui:

> A fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres"; e que no seu art. 2.º estabelece que "todos têm todos os direitos e todas as liberdades", sem distinção "de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra condição". Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948, p.3).

52 Conhecida como PEN Internacional em 2010. Esta é uma associação mundial de escritores, fundada em Londres em 1921 para promover a amizade e a cooperação intelectual entre escritores de todo o mundo. A associação possui centros Internacionais autônomos em mais de 100 países.

Na declaração de 1995 está dito que a imposição das políticas locais no contexto da geopolítica que incentiva as invasões de territórios já demarcados, os processos de colonização e incentivo à ocupação, assim como outros casos de subordinação política, econômica ou social, implicam frequentemente a imposição direta de uma língua estrangeira ou a distorção da percepção do valor das línguas e o aparecimento de atitudes linguísticas hierarquizantes que afetam a lealdade linguística dos falantes. E considerando que, por esses motivos, mesmo as línguas de alguns povos que ascenderam à soberania se confrontam com um processo de substituição linguística decorrente de uma política que favorece a língua das antigas colônias e das antigas potências colonizadoras. (Declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 1995).

A diversidade linguística e cultural acaba por sofrer a dita homogeneização imposta pela exclusão e consequentemente o isolamento social, a marginalização, os quais são provocados pelos fatores de discriminação e perseguição étnico-racial na geopolítica colonialista que se opõe à pluralidade cultural e linguística, o que acaba por causar um grande distanciamento das premissas aqui declaradas por protocolos que não atingem à mundialização competitiva das economias dominantes dos principais países no norte global, dividindo as intenções de busca por igualdade e justiça social tão almejadas pelos países do sul global que ainda apresentam altos índices de desigualdade econômicas, sociais, culturais e linguísticas.

Cabe ressaltar que o art. 3.º desta declaração deveria garantir os seguintes princípios como direitos individuais inalienáveis:

> 1. Esta Declaração considera como direitos individuais inalienáveis que devem ser exercidos em todas as situações, os seguintes:
> o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística;
> o direito ao uso da língua em privado e em público;
> o direito ao uso do próprio nome;
> o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem;
> o direito a manter e desenvolver a própria cultura;
> e todos os outros direitos de caráter linguístico reconhecidos no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 16 de dezembro de 1966 e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da mesma data.
> 2. Esta Declaração considera que os direitos coletivos dos grupos linguísticos podem incluir ainda, em acréscimo aos estabelecidos no número anterior, e de acordo com as especificações do ponto 2 do artigo 2°:
> o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura;

> o direito a dispor de serviços culturais;
> o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação;
> o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas. (1995, p.5)

Paz na diversidade linguística com respeito à oralidade

Afinal o que é o progresso? Seria o desenvolvimento econômico com uma sustentabilidade excludente que insiste em extinguir a humanidade que perdura nas suas diferenças étnicas e culturalmente faladas desde o início deste artigo?

Mesmo que estejamos falando em um novo processo de decolonialidade, contra a dominação etnocêntrica com marcos legais que legitimam as culturas, línguas e lógicas diferentes dos povos originários e tradicionais, presenciamos a desvalorização da palavra e do pensamento em nome do lucro fácil e imediato e segundo Mia Couto:

> Num congresso que celebra o valor da palavra, o tema da minha intervenção é o modo como critérios hoje dominantes desvalorizam palavra e pensamento em nome do lucro fácil e imediato. Falo de razões comerciais que se fecham a outras culturas, outras línguas, outras lógicas. A palavra de hoje é cada vez mais aquela que se despiu da dimensão poética e que não carrega nenhuma utopia sobre um mundo diferente. Mia Couto (2011, p.11).

Os diferentes são aqueles povos que vendem menos, que têm menor número de pessoas em seus exércitos e baixa tecnologia ou aqueles países que não têm condições de financiar guerras, mas compra-las. E, tratando-se de línguas dominantes, essas são justamente aquelas com maior poder de dominação econômica, excluindo as outras milhares de línguas dos países do Sul Global[53], isto é, os países periféricos que existem e resistem aos conflitos internos de territórios diversos. Quase 3.000 línguas são faladas em países de África, e no mundo todo são identificadas aproximadamente 7.111 línguas segundo a *Ethnologue*. (https://www.ethnologue.com/). Cabe ressaltar que 75% das línguas faladas no

53 Somente em 54 países do continente africano, são faladas 2.092 línguas. Segundo Flora Pereira do AFREAKA, In "Diversidade linguística africana e suas heranças na formação do português no Brasil". Por Yeda Pessoa de Castro. http://www.afreaka.com.br/notas/diversidade-linguistica-africana-e-suas-herancas-na-formacao-portugues-brasil/

mundo são faladas por povos indígenas.

O período de colonização com o domínio europeu sobre os povos ameríndios e africanos que compõem o Sul Global foi legitimado pelas línguas do colonizador como oficial, em que as línguas locais, ditas como línguas maternas, foram desaparecendo, sendo quase completamente extintas, com a força dos interesses econômicos e políticos. Surpreendentemente, muitas línguas consideradas extintas ou "mortas" estão ressurgindo igualmente com as culturas que foram invisibilizadas por processos de dominação e exploração econômica no mundo.

Segundo Mia Couto (2011, p.20), "as línguas salvam-se se a cultura em que se inserem se mantiver dinâmica". Trata-se de *direitos humanos* o caso de se oficializar as diversas línguas faladas no país para além da língua prescrita pelo colonizador, o que representa a urgência pelo tratamento da memória dos saberes tradicionais inseridos na educação nacional e local. No caso brasileiro são 1,7 milhão de indígenas que se declararam no censo demográfico de 2022, a metade vive na Amazônia Legal. Dados estatísticos do Censo Demográfico de 2010 indicam 274 línguas indígenas faladas no Brasil e 305 etnias diferentes. Falar uma língua materna, no caso das inúmeras etnias, o reconhecimento do Patrimônio Cultural e Histórico, legitima a promoção das línguas em espaços de memória ou centros culturais e sobretudo nas artes literárias e midiáticas. Os acervos de memória e das histórias orais, por exemplo, se encaixam como estratégias possíveis para manterem-se vivos os bens materiais e imateriais dos povos indígenas, garantido perpetuar seus saberes. Por exemplo, nas escolas, nas redes de diálogos e parcerias internacionais e na produção de conhecimentos e saberes ancestrais em instituições públicas e privadas.

Torna-se urgente que as línguas "quase desaparecidas" possam ser reavivadas em projetos acadêmicos de construção de acervos (museus, galerias, plataformas digitais e midiáticas, bibliotecas, contações de histórias e outros meios físicos e digitais) que viabilizem a manutenção histórica e cultural das línguas dos povos originários indígenas brasileiros, e igualmente para tantas outras etnias, como Patrimônio Cultural Permanente, a fim de que haja de fato o cumprimento, a valorização e reconhecimento das línguas minoritárias na visão colonialista de mundo.

Segundo Gersem Baniwa[54], a linguagem é uma das capacidades criadoras mais impressionantes e impactantes da humanidade. É o meio pelo qual os seres humanos se humanizam entre si, ou seja, ao mesmo tempo em que os identifica entre si também os distingue dos outros animais. Contudo, as línguas minoritárias nos trazem aquele canal de comunicação com a natureza, outrora esquecido e sufocado pelo mundo

54 Gersem José dos Santos Luciano, nascido com os nomes indígenas Karama e Mapolero, é um líder indígena, ativista, educador, antropólogo, filósofo, escritor brasileiro da etnia indígena Baniwa. Professor doutor do DAN/UNB.

midiático e opressor dos direitos humanos de forma a trazer para a nossa humanidade o equilíbrio entre as diferentes cosmologias e cosmovisões idealizadas, num mundo de paz no presente, nessas relações entre homem e natureza, vida e ecologia de maneira transcendental.

O Bem Viver e a Cultura de Paz

Mas, afinal, conseguiremos viver em *paz*? São os valores ancestrais pela cultura de paz que nos remetem à vontade de eliminar conflitos, instituir os protocolos e convenções de *paz* para que de fato possamos reaver ou idealizar um mundo melhor e diverso, sem fome, sem guerras, sem discriminação ou racismo, enfim, um mundo mais humanizado de fato, talvez mais "civilizado" com toques da linguagem poética das antigas civilizações esquecidas na linha do tempo e consideradas "mortas".

Estamos vivendo em plena vigência da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032). Assim a língua significa um marco civilizatório no planeta que deveria ser compreendida como uma manifestação da condição humana e, portanto, de direito adquirido pelos povos indígenas na sua diversidade cultural e política, sobretudo consideradas no âmbito dos Direitos Humanos.

Urge entender que as línguas indígenas compõem o "bem viver" dos povos originários de maneira a preservá-las, repassando-as para as futuras gerações. Deverão ser tornadas dinâmicas, vivas por meio da transmissão oral que permanece ao longo dos tempos. Promover e revitalizar as línguas indígenas são caminhos possíveis concebidos pelo próprio povo que se comunica com outros mundos possíveis de serem concebidos num processo permanente de comunicação, com autonomia, mitologias, saberes, liberdade e indignação sobre o mundo adverso e desigual na concepção evolucionista e dominante por parte da geopolítica excludente e avessa ao real *bem viver* dos povos originários. Seria possível a coexistência entre os povos indígenas e os não indígenas num mesmo mundo em que se possa *aprender* ou reaprender a nos tornarmos mais humanos num processo contínuo de *descolonização*?

Vivitam Ariruma Kowii Maldonado May sumak sumak kausailla tukui kausai kanki rikuipi sumak muskui ahina shamunki.	"Que você venha como um lindo sonho aos olhos de toda a vida… Minha vida é uma bela vida de ver a alegria da vida.
De AririumaKowii	Ariruma Kowii (Poeta quechua, nascido em 1961, Otavalo, Imbabura, Equador) [55]

55 Algunos versos de su obra "TSAITSIK: poemas para construir el

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2011.

BANIWA, Gersem. **Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena.** Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística / organização, Marcus Vinícius Carvalho Garcia et al. – Brasília, DF: Iphan, 2016.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?**: e outras interinvenções — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DISKIN, Lia; NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Cultura de paz:** da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. UNESCO Office in Brasilia. Palas Athena Association (Brazil). Brazil. Ministry of Justice. 2010.

FIANKAN-BOKONGA, Catherine. **Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural.** In: Correio da UNESCO, Cultura: um pilar para a paz. UNESCO. Outubro-Dezembro, Nº3. Ano 2017.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA I. **Metodologia e pré-história da África**. Editado por Joseph Ki-Zerbo -2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

KOWII, Ariruma. **Tsaitsik**: poemas para construir el futuro. Centro de Ediciones Culturales de Imbabura, Ibarra [Ecuador], 1993.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. Companhia das Letras. Ano 2020.

— —, Ailton. **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. Organização do Bem Viver. Organização: Bruno Maia. Caminhos para a Cultura do Bem Viver. Ano, 2020. http://www.culturadobemviver.org.

METUKTIRE, Raoni. **Ancestralidade e Futuro**: a história do

futuro" (1993) Samai Kausai pode ser vivida (...)". A tradução livre foi adaptada pela autora deste artigo.

povo Kayapó pelo Cacique Raoni Metuktire. FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade). Ano, 2024.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. - 2. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** Disponível em: www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS/_pt.pdf. Acesso em: 13 nov. 2014. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais, e resolução referente à ação da OIT.** Brasília: OIT, 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948.

PEN International. Associação Mundial de Escritores - Poetas, Ensaístas e Romancistas. **Poets, Essayists, Novelists**. Disponível em: http://www.pen-international.org/who-we-are/translation-linguistic-rights/girona-manifesto/manifesto-de-girona-sobre-os-direitos-linguisticos/, acesso em 21.03.2025.

PEREIRA, Flora. **AFREAKA**. In Diversidade Linguística Africana e suas heranças na formação do português no Brasil. Por Yeda Pessoa de Castro. Disponível em: http://www.afreaka.com.br/notas/diversidade-linguistica-africana-e-suas-herancas-na-formacao-portugues-brasil/.

Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas. IDIL 2022-2032. UNESCO. BR 2022/PI/H/18. CI 2021/PI/1. Disponível em: https://idil2022-2032.org/

Sul Global, resistências e a geopolítica do capitalismo contemporâneo. Roberto Goulart Menezes, Elga Lessa de Almeida, organizadores. Salvador: EDUFBA, 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao/

cons/con1988/CON1988_15.12.1998/CON1988.pdf. Acesso em 14 nov. 2014. Brasília, DF., 2013.

SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf. Acesso em: 15 nov. 2014. Brasília, DF., 2005.

UNESCO. **Cultura de paz: da reflexão à ação**; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo.

UNICEF. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco, EUA. Em 26 de junho de 1945. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **Desafios do desenvolvimento.** Ipea, 2006. Edição 19 - 7/2/2006.

O BRASIL E A PAZ MUNDIAL

Ulisses Riedel [56]

> Uma vez que as guerras começam nas mentes dos homens,
> é nas mentes dos homens que as defesas da paz devem ser erguidas.
> Carta da UNESCO

A humanidade tem evoluído entre duas energias conflitantes: a do amor e a do egoísmo. A natureza humana é, por si só, doce, fraterna, amiga, especialmente porque desde o nascimento dependemos uns dos outros. Paralelamente, em razão de não ter a humanidade alcançado uma evolução ética significativa, prevalecem lutas e discórdias. Acreditamos que a maioria das pessoas está voltada para o bem-estar geral. Contudo o peso negativo das pessoas não comprometidas com uma correta postura faz grande diferença e estabelece a existência de uma sociedade violenta. Especialmente dois setores se destacaram na busca de uma convivência pacífica entre os homens - os estadistas e os religiosos.

O ideal de cidadania, simultaneamente ao aspecto religioso, se desenvolveu em todo o planeta desde as épocas mais remotas. Pitágoras, filósofo pré-socrático da Grécia antiga, defendeu "o ideal de cidadão perfeito para a construção do Estado perfeito". Platão, em sua obra "A República" (2000), apresenta sugestões para a construção de uma organização social correta, baseada na ética, em valores humanos. Confúcio (2006) dedicou sua existência a uma correta relação humana e das relações do Estado com a vida humana. Os mais destacados iluministas seguiram essa trilha da construção de um Estado ético, através da simples percepção de que a ética é a base de um saudável relacionamento humano.

Nesse percurso, surgiram seres como Jesus, Moisés, Maomé, Krishna, Buda, Confúcio, Zoroastro, Lao-Tsé e muitos outros, que expressaram uma visão diferenciada das relações humanas. Todos eles disseram que as relações humanas devem ser amorosas e que quanto mais embrutecido estiver o indivíduo, maior deve ser o cuidado que devemos

56 Ulisses Riedel de Resende é advogado trabalhista, fundador do DIAP e ex-senador pelo Distrito Federal. Destaca-se por sua atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores e por promover causas humanitárias e ambientais. É também fundador da União Planetária, entidade voltada à educação transdisciplinar e à paz mundial.

ter para com ele. Com a força do ensinamento dessas expressivas figuras, a humanidade criou religiões, muitas das vezes em profunda contradição com os ensinamentos de seus mensageiros. Os seres humanos, em sua média, estão longe do ideal de cidadania perfeita e, também, longe dos ensinamentos apresentados por seus líderes espirituais. Estão mais centrados em seus interesses pessoais; criaram religiões em conflito umas com as outras, perdendo a condição de estabelecer o entendimento mundial – que lhes caberia - entre todos os seres humanos.

No campo da cidadania ainda estamos longe da construção de uma organização social ética e no âmbito da espiritualidade - que poderia e deveria unir os seres humanos; criou-se o antagonismo, o ódio, que resultou em violências, perseguições e até em guerras. Um exame profundo – o que tem sido muito difícil para a humanidade, face a sua estreiteza de mentes e corações – mostra com clareza que os grandes líderes religiosos trouxeram uma única mensagem ao mundo: a do bom relacionamento humano através do amor, do entendimento, da cooperação, da solidariedade, da fraternidade.

Se formos comparar os ensinamentos dos grandes mestres religiosos, encontraremos total identidade. Mencionamos, como exemplo, que, enquanto o ensinamento mais alto do cristianismo está no "amai aos vossos inimigos", esse mesmo ensinamento está no budismo, séculos antes, com a expressão "sê como o sândalo que perfuma o machado que o fere".

Mas, contraditoriamente, os seres humanos, em suas limitações, mantêm posturas religiosas nada amorosas. Basta ver que milhões, senão bilhões de seres humanos, acreditam que muitos outros irão para um "inferno eterno", mesmo sendo pessoas extremamente bondosas, pelo simples fato de pertencerem a uma religião diferente da sua. Acreditam que o seu Deus mandaria para esse "inferno eterno", com terríveis sofrimentos, seres humanos amorosos, pela razão de não terem adotado a mesma religião. Ou seja: acreditam em um Deus vaidoso, cruel, insensível e vingativo! Uma sociedade que pensa dessa maneira, que assim sente, só pode achar normal as guerras. A estreiteza de mente e coração se aconchega na insensibilidade, na vingança e no ódio. A verdade é que parte da humanidade ainda se mostra com uma face perversa, desumana, brutal, estabelecendo organizações de Estado com essas características.

Como consequência, vivemos em um mundo desumano, onde o sucesso é ficar rico, famoso, não precisar trabalhar e ter uma vida de prazeres superficiais. Uma sociedade desumana só pode construir uma organização social insensível e competitiva. As relações humanas são o resultado dos valores *éticos* ou *não éticos* adotados pela coletividade. Como prevalece ainda na humanidade uma supremacia dos valores *não éticos*, - fortalecida pela estreita visão de algumas religiões e ideologias - o resultado natural é o de termos uma organização social aética, cruel, e, por isso mesmo, doente.

Existirá cura para essa enfermidade? Poderemos sonhar com um mundo de paz, de amor, de entendimento, de colaboração, de solidariedade? Ou ficará tudo no sonho?

Creio ser essencial uma mudança de mentalidade. Diz a ciência que, quando um corpo está enfermo, o primeiro passo é tentar fazer um correto diagnóstico e o segundo é buscar encontrar a correta cura. Essa é uma realidade científica e por isso deve ser considerada como válida e importante. No corpo humano é altamente perceptível que todos os órgãos e sistemas trabalham em cooperação. Não há luta entre o coração e o pulmão, por exemplo; estão em plena atuação colaborativa. Quando uma célula resolve "não colaborar", ela cria um câncer que mata o organismo e morre junto. Toda a manifestação cósmica está alicerçada na cooperação. A vida se mantém porque tudo está em relação harmoniosa com tudo. A nossa sociedade humana, ao revés, está ancorada na competição. Todos contra todos, o que cria uma sociedade violenta.

Para o profundo observador, é visível que todo o equilíbrio da natureza se faz com extrema inteligência. Em cada semente vemos a capacidade de romper com a casca, com o solo, buscar luz, abrir-se ao sol, crescer, frutificar e reiniciar o ciclo de sua manifestação, interminavelmente. Os cipós, plantas trepadeiras, com suas garras, silenciosamente sobem em outras árvores ou suportes, indicando a existência de uma inteligência que direciona sua energia. Cada animal, pequeno ou grande, possui os dispositivos essenciais para sua existência, sempre com uma simetria absoluta, assim como os seres humanos. Os pássaros, além da grande beleza, têm em cada um deles as dimensões, a potencialidade, a elasticidade, adequadas para suas existências. Até os minúsculos insetos foram constituídos com perfeição absoluta dentro de seus propósitos. Na vida microbiana é perceptível a existência de inteligência. Nos seres humanos o milagre do nascimento é estonteante. Como é possível a partir de uma única célula germinada surgir um ser perfeito em seus órgãos, sistemas, além de sua sensibilidade e inteligência? A beleza de uma criança, com seus inocentes olhinhos, com seu sorriso de pureza, com sua alegria, faz a vida mais bela, mais bonita.

Importante percebermos que não existimos isoladamente. A vida isolada não existe por si só. Para o nascimento precisamos de um pai e uma mãe. Para vivermos não só precisamos do contato humano, do relacionamento, como também dependemos materialmente do ar que respiramos, da água que bebemos, do alimento com que nos nutrimos e, para a existência desses nutrientes, são essenciais os insetos e pássaros que polinizam as flores. Não existiríamos sem os insetos! Necessitamos do sol e da sua luz, que, por sua vez, integra a nossa galáxia, o cosmo. Integramos a natureza e o cosmo. Somos mais do que seres planetários, somos seres cósmicos.

Pode ser que alguns, ao lerem este texto, perguntem: o que essa análise tem a ver com a paz mundial? Tudo. Enquanto não percebermos

a unidade da vida, a sua complementaridade, a cooperação existente em toda a manifestação cósmica, ficaremos, de forma iludida, pensando que somos seres separados e que a vida deve ser de disputa de uns contra os outros, com vitória dos mais fortes. Ou ainda, sem uma percepção da grandiosidade da vida, viveremos acreditando que sucesso é ficar rico, não precisar trabalhar, ter fama, e considerar que o prazer é a finalidade da vida. Como consequência, a vida humana passa a ser uma vida de disputa, de violência, que produz o ódio, o desentendimento, as guerras. Sem uma visão humanista e compassiva, sem uma visão da percepção da grandiosidade da manifestação cósmica, a vida torna-se materializada, insensível, belicosa, desumana.

Muitos acreditam que poderão fazer um mundo melhor utilizando-se apenas de recursos materiais. É uma meia-verdade. Em realidade, os bens materiais são importantes, mas a superação da injustiça, em relação à falta de bens essenciais para todos, reside na falta dos valores éticos. É preciso ampliar a consciência ética da mente coletiva, da consciência planetária, dos valores e virtudes essenciais nas relações humanas, da bio e noosfera. As relações humanas se estabelecem na conformidade com os valores éticos ou não éticos adotados.

À primeira vista, a educação é fundamental, com certeza. Mas não basta o conhecimento. O conhecimento sem humanismo pode ser mais prejudicial do que útil para a evolução da humanidade. Na 2ª Guerra Mundial, os fornos crematórios, utilizados para o assassinato de inocentes judeus, foram construídos por engenheiros. Naquele período, experiências científicas foram feitas em seres humanos, por médicos e enfermeiros, graduados em altas Universidades.

É preciso um planejamento, uma pedagogia, para enfrentar a crise espiritual e moral existente na humanidade. Visivelmente os problemas têm suas raízes nos valores imateriais adotados como válidos pela sociedade, alicerçados no individualismo, no salve-se quem puder, no egoísmo, na ganância, na insensibilidade, que são ausências de qualidades e de virtudes. Assim, é fundamental desenvolver uma *Pedagogia de Virtudes* para que seja possível alterar os paradigmas vigentes. As ideias governam o mundo. Mais forte do que a espada são as ideias. Diante dessa realidade, percebe-se que o invisível governa o visível. Os valores imateriais, etéreos, intangíveis definem a organização social.

Entendo que para se criar um mundo melhor, para se alcançar a paz mundial, é preciso perceber e assumir, como postura de vida, que:

a. é de suma importância estudar com profundidade as causas da violência, da miséria e sua superação, e tomar medidas efetivas para superá-las, o que requer uma abordagem aberta e inclusiva;
b. compreender que não há ideologia superior à solidariedade;
c. pertencemos ao mesmo espaço cósmico, somos um único organismo interconectado;

d. é preciso despertar uma nova consciência planetária, com um novo modelo civilizatório virtuoso, novo indivíduo, novo paradigma;
e. estamos em um tempo em que é necessário mudar urgentemente, para que o Planeta possa continuar existindo com qualidade de vida para todos seus habitantes;
f. os bens materiais são importantes para a sobrevivência, mas o fundamental é a adoção de valores éticos, permitindo que todas as injustiças sejam corrigidas em suas raízes. Sucesso não é ficar rico, nem famoso. O verdadeiro sucesso é o do domínio da personalidade, a conquista da integridade ética e moral;
g. devemos vivenciar a humanidade como nossa família; os seres humanos como nossos irmãos;
h. é necessário agir decisivamente pelo desarmamento mundial e da paz em todo o mundo;
i. é importante agir em defesa da justiça social, estabelecendo igualdade de oportunidades para todos, independentemente de raça, etnia, religião, ideologias;
j. é inadequada a democracia da competitividade, da luta em que vencem os mais fortes; importante implantar a democracia ética, da partilha, da solidariedade, onde todos vencem, onde se privilegie o "um por todos e todos por um", valorizando a liberdade ética;
k. tudo começa com a transformação individual;
l. é importante fortalecer a consciência de cidadania planetária;
m. é importante desenvolver uma Pedagogia das Virtudes;
n. é importante desenvolver a consciência coletiva da responsabilidade individual, em busca da consciência coletiva da amorosidade universal.

É perceptível que, em um mundo constituído por homens altruístas, se construirá uma sociedade saudável, justa, humana, e que assim o trabalho fundamental será de elevar a ética da consciência planetária, aprimorando os valores vigentes. Inequivocamente, somos seres imperfeitos, todos nós, e assim o nosso primeiro trabalho deve começar pelo nosso autoaperfeiçoamento e trabalhar com o nosso exemplo, com a nossa atuação, criar uma mentalidade altruísta, amorosa, solidária, verdadeiramente humana. O cerne para a construção de um mundo de paz, de fraternidade, de entendimento está na atuação para a elevação ética da consciência planetária, buscando a criação e prevalência de uma mentalidade virtuosa, compassiva, cooperativa.

No Brasil existe a União Planetária (UP)[57], uma organização da sociedade civil centrada na "elevação ética da consciência planetária",

57 https://uniaoplanetaria.org.br/index.html

em que uma de suas principais atividades é o Movimento Pedagogia das Virtudes, que elaborou um documento sobre "Práticas Virtuosas", essenciais para a Paz Mundial, de onde transcrevemos alguns valores do movimento pedagogia das virtudes:

> AS IDEIAS MUDAM O MUNDO
> A mentalidade vigente, os costumes, aquilo que é aceito pela coletividade como normal definem a sociedade humana. O mundo é o que é a sua cultura, seus paradigmas e valores. Por isso, para atuar de forma efetiva na transformação social, é necessário atuar primariamente na transformação das consciências.
>
> SEM A VIRTUDE, O MUNDO NÃO MUDA
> Todos os problemas enfrentados pela humanidade, em maior ou menor escala, possuem nas suas raízes a ausência de virtudes. Sendo assim, acreditamos que é no desenvolvimento de virtudes que se encontra sua solução. A única forma de relacionamento saudável está nos valores imateriais como a solidariedade, a cooperação, o amor, a fraternidade, a justiça e a paz.
>
> AS VIRTUDES PODEM SER DESENVOLVIDAS
> Nelson Mandela disse: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar". Em conformidade com este pensamento, acreditamos que todas as virtudes podem ser desenvolvidas nos indivíduos, desde que tenhamos uma sociedade que possibilite e favoreça o florescer dos aspectos positivos das pessoas e das relações.
>
> A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO PRECISA VIR DE VÁRIAS FONTES
> Sendo a sociedade uma estrutura complexa, organizada por diversos segmentos, é impossível que a sua transformação ocorra sem a ação combinada dos seus distintos setores. Dessa forma, acreditamos que a verdadeira transformação social deverá ser fomentada em todos os setores e camadas da sociedade, por meio de ações científicas, culturais, espirituais, educacionais, dentre outras.
>
> A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES POLÍTICAS SUPRAPARTIDÁRIAS
> Consideramos a política como importante instrumento da transformação social. No entanto, o Movimento atua de forma

suprapartidária. Dessa maneira, atuamos de forma independente, defendendo ideais universais como a justiça, a fraternidade e o amor universal.

A IMPORTÂNCIA DA ESPIRITUALIDADE SUPRA RELIGIOSA

Consideramos as religiões importantes à sociedade, pois são portadoras de códigos de ética e reflexões sobre o sentido da vida. No entanto, consideramos que é essencial uma atuação espiritual supra religiosa, com a participação de todos os segmentos religiosos, sem quaisquer discriminações, com a percepção de que a espiritualidade é base indispensável para a regeneração humana.

A TRANSFORMAÇÃO COMO PROCESSO

O Movimento tem consciência de que, após séculos de adoção de valores individualistas e indiferença às mazelas humanas e de abandono social, é necessária a concentração de esforços para as transformações desejadas. Eis que longo será o caminho de reencontro com as virtudes, mas com a consciência também de que a semeadura produzirá, a seu tempo, bons frutos."

Como compreender o papel do Brasil na cultura da paz?

O Brasil, sem ufanismos, tem uma condição especial para participar da construção de um mundo sem conflitos ou guerras. A grande colaboração que o povo brasileiro pode dar - na verdade já está dando -, não está no plano da matéria, mas no plano subjetivo. A placidez, a resiliência, a tranquilidade do povo brasileiro, permite que, apesar da exploração e da miséria, o povo esteja voltado para o bem viver harmonioso. Na verdade, o povo brasileiro é extremamente acolhedor. Além dos portugueses, dos africanos e dos índios - nossos povos ancestrais-, acolheu também espanhóis, italianos, alemães, japoneses, coreanos e povos de muitas outras nacionalidades.

Talvez o clima tropical, os milhares de quilômetros de praias, a soma das diversas etnias, em especial dos africanos, constituiu uma sociedade sem um modelo de exclusão racial existente em países chamados de civilizados. O comportamento acolhedor é a postura necessária para a construção de uma nova mentalidade, de paz, de amor, de entendimento, de relação saudável. O Brasil sempre teve uma boa relação com seus países vizinhos e, há mais de 140 anos, não está envolvido em nenhuma guerra de fronteira. No Brasil judeus e palestinos convivem em paz, em harmonia, em perfeito entendimento. O brasileiro é por natureza alegre, feliz, amável, aberto, acolhedor e solidário. Isso se constitui em características essenciais para a construção da paz mundial.

Outro exemplo de paz para o mundo: o Cazaquistão

Outro país que, na nossa visão, tem uma postura clara, definida, expressa, verdadeira, única, pela paz mundial é o Cazaquistão. O país herdou dezenas de ogivas nucleares na separação com a União Soviética, e seu Presidente Nursultan Nazarbayev mandou desativá-las. Mandou construir um palácio belíssimo, que denominou de Palácio da Paz e da Reconciliação e a cada três anos promove um grande fórum de Líderes Mundiais e de Tradições, com a participação de milhares de pessoas das mais diversas religiões, com propósito de aproximação dos povos. Trata-se de um país de maioria muçulmana, cerca de 70%. Um exemplo para o mundo.

É preciso que nós acordemos para a importância fundamental de encontrarmos soluções saudáveis de entendimento entre os seres humanos e os países. Ou, corremos o risco de destruir a humanidade. E, nesse mundo ideal, qual seria o modelo de organização social possível, desejável, dentro dos princípios apontados?

Certamente, qualquer tipo de regime totalitário, autoritário, sem o respeito da individualidade de cada cidadão, seria deplorável. Assim, inevitavelmente o modelo ideal deve ser eticamente democrático, o que significa um respeito absoluto à liberdade individual e uma igualdade de oportunidades para todos, uma postura ética igualitária. As chamadas democracias em que vivemos não têm nada de democrático. São, na verdade, uma roupa nova para as antigas aristocracias. Houve apenas uma mudança de nomes, hoje chamados de elite econômica. Atualmente as riquezas estão concentradas nas mãos de poucas famílias, o que se repete no mundo todo.

Um ponto que merece ser examinado com profundidade é o de encontrar uma visão clara, correta, do que é democracia. Percebemos que essa ideologia - a democracia - tem sido apresentada e usada com sentidos diferentes, que se chocam e até antagônicos, mas que, em seu nome, são feitas revoluções, praticados golpes de Estado e guerras são justificadas.

Se a democracia for alicerçada em uma visão da livre competição, sem limites, sem sentimentos, sem compaixão, com parlamentares que são representantes de interesses de grupos, teremos um tipo de democracia em que não serão atendidas as necessidades do povo e da nação, mas dos interesses em jogo dos grupos econômicos. A visão "democrática", fundada na mera percepção materialista de "economia de mercado", de "salve-se-quem-puder", não é uma correta visão de uma verdadeira democracia. Democracia não deve ser vista meramente como uma organização social de disputa, de competitividade, de vitória dos mais fortes, eis que é uma visão desumana e irracional.

Se a democracia estiver alicerçada em princípios éticos, fundada em valores altruístas, *supren*[58], da cooperação, do humanismo, da espirituali-

58 A União Planetária, que criou o conceito "Supren", busca disseminar a conscientização sobre sustentabilidade, valorização da diversidade e cidadania,

dade – da ética igualitária, como um valor social eticamente conquistado -, poderemos ter um mundo de paz, de fraternidade universal. A verdadeira democracia deve estar lastreada em uma organização social onde sejam oferecidas reais condições de desenvolvimento, de oportunidade, de retos meios de vida, de afirmação profissional a todos os seus integrantes, onde todos tenham oportunidades reais. A correta visão de democracia deve se confundir com a visão republicana (res-publica, coisa do povo). A verdadeira democracia deve ir além, alicerçada em uma visão humanista. A democracia real é a da sociedade onde os seus cidadãos se sintam e atuem como em uma irmandade: é a realização democrática de seres verdadeiramente humanos, de seres sensíveis, comprometidos com o bem-estar de todos. É a democracia da partilha e não da competição.

No plano material organizaram-se sistemas de governo, partidos políticos e fundamentos teóricos e práticos para a organização da vida em sociedade. Mas, na verdade, a real política está em outra dimensão, está nos valores imateriais adotados pelos seres humanos e pela sociedade. Esses valores imateriais é que definem a organização social, que definem o tipo de organização social estabelecido.

A questão da paz mundial tem uma complexidade muito grande, demandando estudo profundo, mente aberta, visão humanista. Um mundo em que a significativa parte de recursos estão destinados à fabricação de armas, onde essas indústrias da morte demandam a existência de guerras, onde essas guerras são de poder, de comércio, de religião, prevalece uma situação em que é impossível a conquista de uma humanidade sem guerras.

Daí se conclui que o trabalho mais importante de um país, de um povo, de uma civilização, é o de ter o aprimoramento de seus valores éticos, morais, espirituais, humanistas. É preciso alcançar uma organização social democrática, livre, com liberdade ética, e não a democracia do salve-se-quem-puder com a vitória dos mais fortes. Alcançar uma democracia da cooperação, da solidariedade, da irmandade, reconhecendo que a nossa família é a humanidade e que não há ideologia superior à solidariedade.

Parece impossível? Pode parecer, mas não existe uma alternativa. Só existe uma única maneira de saudável relacionamento humano, que é através do entendimento, da parceria e da cooperação. Sem essa postura, a vida no Planeta se tornará insustentável, com a prevalência de um relacionamento de submissão do mais fraco ao mais forte, extremamente negativa e deplorável. Ou, pior ainda, a postura insensível, desumana, autofágica, que nos levará à autodestruição.

O emérito professor da Universidade de Brasília, Isaac Roitman (2018), em artigo destacou:

utilizando a metodologia SEE Learning (Aprendizado Social-Emocional-Ético).

> O caminho para conquistarmos uma humanidade realmente humana e civilizada é incorporar o conceito que somos de uma única família humana onde o amor prevaleça sobre o ódio e o altruísmo sobre o egoísmo. Introduzir e consolidar valores como a solidariedade, a ética, a bondade, o respeito à natureza e outros, na construção da personalidade a partir da primeira infância, é o caminho para termos um país e um mundo melhor no futuro.

O ideal será criar uma entidade mundial que governe todos os povos da terra, inspirada em um modelo humanista, atuando para que todos os habitantes do planeta sejam considerados e tratados como irmãos, dentro do preceito "um por todos e todos por um". Essa transformação não será conquistada através de armas, de guerras, de lutas políticas ou sistemas econômicos, nem através de uma religião hegemônica, mas com a mudança da mentalidade, substituindo a vigente, materialista, individualista, egoísta, gananciosa, patrimonialista, hedonista, competitiva, por uma nova mentalidade ética, virtuosa, cooperativa, solidária, espiritual, de amorosidade, irmandade e fraternidade universal.

REFERÊNCIAS

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Porto Alegre: Editora L&PM. 2006.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret. 2000.

ROITMAN, Isaac. **Trabalho árduo de resgate de valores**. Academia Brasileira de Ciências, 12 dez. 2018. Disponível em: https://www.abc.org.br/2018/12/12/trabalho-arduo-de-resgate-de-valores/. Acesso em: 18 ago. 2025.

DOS PRIMEIROS CONFLITOS ATÉ A CIVILIZAÇÃO DA PAZ

Hoeck Miranda[59]

Introdução

A história da civilização esclarece-nos que as grandes civilizações do passado, que permaneceram vivas até os dias atuais, mesmo sem o esplendor de suas idades áureas, foram aquelas que tiveram um Livro Sagrado ou valores elevados como o elemento mantenedor da dinâmica social que as caracterizaram.

Neste aspecto, podemos citar as civilizações judaica, zoroastrista, hindu, budista, cristã e islâmica. Outras grandes civilizações do passado como as egípcia, asteca, maia, inca, etrusca, babilônica, elamita e romana deixaram-nos registros arqueológicos com diferentes características na tradição oral e no emprego de recursos tecnológicos de engenharia e arquitetura, ou no desenvolvimento das artes como pinturas, mosaicos, joias, utensílios para o armazenamento e preparo de alimentos, sarcófagos, instrumentos para a caça, manuscritos, meios de transporte, roupas e armas, mas não se mantiveram vivas, não obstante o seu esplendor passado.

Quando pensamos e agimos em busca da paz, no presente estágio da dinâmica civilizatória, estamos pensando na construção de uma nova civilização, que necessariamente será planetária, onde todas as nações, povos e etnias deverão viver em harmonia para que a paz seja estabelecida.

Essa nova civilização precisa ser permanente e, portanto, devemos recorrer aos textos sagrados e princípios de grandes culturas em busca de orientações, pois eles mantiveram vivas civilizações milenares.

Reflexões sobre os primeiros conflitos

O Livro de Gênesis relata o conflito entre os irmãos Caim e Abel, surgido depois que a oferenda do primeiro não recebeu a atenção do Ser Supremo, enquanto a do segundo, que era o irmão mais novo, recebeu essa atenção. Tal fato deixou Caim furioso e deprimido, conforme o relato da Torá.

Fica evidente no relato do Gênesis que a ira de Caim se origina do descontrole sobre o seu ego, quando testemunhou que a sua oferenda não recebeu a atenção do Ser Supremo. Quantos conflitos familiares não têm a mesma causa, quando irmãos julgam que o pai concede mais atenção a um filho do que a outro? Não foi isso que aconteceu com José,

59 Professor, escritor e palestrante, com atuação destacada em temas como espiritualidade, ética e meio ambiente. É praticante da Fé Bahá'í há mais de cinco décadas. É autor de O Alcorão e a Unidade das Religiões, em terceira edição, e Ser Humano, onde a Religião e a Ciência se Encontram (e-book). Busca integrar saberes científicos e valores espirituais. É graduado em Química pela UnB e Especialista em Tecnologia de Alimentos pela FEA-UNICAMP.

filho de Jacó, que foi separado do pai, idoso e cego, abandonado em um poço, onde foi encontrado por uma caravana e vendido como escravo no Egito? Mesmo testemunhando o sofrimento do pai, os irmãos optaram por dar ao pai uma explicação mentirosa sobre o desaparecimento de José. Tal relato demonstra como podem ser problemáticos e sofridos os conflitos familiares.

Esses relatos são extraordinários no seu caráter educativo, pois nos ensinam que o ambiente familiar deve ser de tal natureza que evite os conflitos entre os seus membros, pois famílias em conflito interno geram sociedades em conflito, que, por sua vez, geram nações em conflito. Caim esperava ser reconhecido e, como a sua esperança se frustrou, desenvolveu uma atitude egoísta, descontrolada. Esse conflito interno do ser humano gerou um grave conflito familiar. Então, é necessário se entender quem é o ser humano para podermos prosseguir.

O ser humano como cidadão do mundo

Os inúmeros conflitos que vêm assolando a humanidade até os dias atuais demonstram que ainda não foi possível desenvolver um processo educacional que permita ao ser humano desenvolver o controle sobre o seu ego, desde a sua formação no ambiente familiar, até a sua fase adulta e durante a fase senil.

De acordo com Sigmund Freud (2011), o médico vienense que concebeu o conceito do ego, este representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões. Ademais, ainda de acordo com o Freud (2011), o ego seria a principal estrutura psíquica que estrutura a personalidade, uma voz interna que indica o que é bom e o que é ruim, e é responsável por preconceitos e aceitações.

Esse texto nos indica que o ego faz parte da natureza espiritual do ser humano. Este ser é considerado pelos Ensinamentos Bahá´is[60] como um sistema complexo e perfeito de materialidade e de espiritualidade, as quais representam as duas "asas" pelas quais o ser humano pode "voar" em direção a alturas mais elevadas do conhecimento sobre si mesmo e sobre a realidade que o cerca.

No âmbito da materialidade, o ser humano necessita dos melhores conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais para desempenhar o seu papel social de forma produtiva e cooperativa.

No âmbito da espiritualidade, o ser humano necessita fortalecer a sua relação ser humano – Ser Supremo, pois, por meio dela, as suas qualidades, fortalezas e virtudes são desenvolvidas como o amor, a paciência, a perseverança, a compreensão, a cooperação, o altruísmo, a alteridade, a

60 Conjunto de textos revelados de 1844 até 1921 por Bab, o Arauto, por Bahá´u´lláh, o Manifestante de Deus e por 'Abdu'l-Bahá, o homem sábio e santo da Revelação Bahá´i, cujo eixo central é a união de todos os povos, etnias e religiões.

amizade, a sinceridade, a lealdade, o desprendimento, a generosidade, a caridade, a sabedoria, a justiça, o perdão, a compaixão, a equidade, entre tantas outras já estudadas e descritas pela Psicologia Positiva.

Para construirmos a paz, precisamos de seres humanos livres dos preconceitos sociais, étnicos, políticos e religiosos, e que alcancem tal controle de seu ego que lhes permita pensar e agir como cidadãos do mundo. Sobre este ponto assim se expressou Bahá´u´lláh (2012)[61]:

> Diz o Grande Ser: Bem-aventurado e feliz é aquele que se levanta para promover os melhores interesses dos povos e raças da terra. Em outra passagem, Ele proclamou: Que não se vanglorie quem ama seu próprio país, mas sim, quem ama o mundo inteiro. A terra é apenas um país, e o gênero humano, seus cidadãos.

Esse texto nos dá uma indicação segura para orientar os sistemas educacionais, visando formar cidadãos do mundo, pois tal formação é necessária e urgente em um mundo que caminha, a passos largos, para uma globalização crescente de suas atividades e necessita enfrentar problemas de alcance mundial como o aquecimento global, a produção de alimentos para uma população crescente, o controle das pandemias, a gestão sobre o mercado de *commodities*, a repressão ao crime organizado internacional e a gestão de atividades como os acordos comerciais, culturais, científicos, tecnológicos, políticos, militares, de transporte aéreo, terrestre e marítimo e o tratamento para os deslocados, os migrantes, os apátridas e os exilados e a poluição ambiental.

Reflexões sobre a governança global

Na arena política internacional, testemunhamos o enfraquecimento contínuo da ONU e o fortalecimento crescente dos membros do Conselho de Segurança com direito a veto, barrando as decisões aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Ironicamente, todos os cinco países com direito a veto têm passado imperialista. Por conseguinte, toda a humanidade está sujeita às ideologias e aos interesses geopolíticos de apenas cinco países, que são os que mais investem em suas indústrias bélicas. Portanto, a arena internacional é terra sem lei, onde prevalecem os mais fortes econômica e militarmente. Esse modelo é inadequado para gerir as necessidades de um mundo em processo crescente de globalização.

As decisões da Assembleia Geral deveriam ser consideradas definitivas, e ser implementadas para que a humanidade possa alcançar a paz e a prosperidade, como muito bem se expressou Bahá´u´lláh (1983) no

61 Bahá´u´lláh, o Manifestante de Deus que revelou o arcabouço e os Ensinamentos Centrais da Revelação Bahá´í.

seguinte texto, revelado na segunda metade do século XIX:

> O Grande Ser, desejando revelar os requisitos da paz e tranquilidade do mundo e do progresso de seus povos, escreveu: "Há de vir o tempo em que se compreenda universalmente a necessidade imperiosa de se convocar uma vasta assembleia de homens - assembleia essa que a todos abranja. Os governantes e reis da terra devem forçosamente assistir a ela e, participando de suas deliberações, considerar aqueles meios e modos que possam lançar entre os homens os alicerces da Grande Paz do mundo. Tal paz exige que as Grandes Potências resolvam, para a tranquilidade dos povos da terra, reconciliar-se plenamente entre si.

Este texto deixa bem claro que a Assembleia de todos os reis e governantes do mundo é o caminho para a construção da paz entre as nações. Portanto, as suas decisões são soberanas e deveriam ser colocadas em ação e não bloqueadas pelo interesse egoísta de qualquer nação econômica e militarmente forte.

Tal estado ideal somente será alcançado por pessoas que sejam realmente cidadãos do mundo, e isto demanda uma profunda mudança paradigmática nos sistemas educacionais, para que as crianças sejam educadas, desde os primeiros anos, no sentido de considerar todo o planeta Terra como o seu lar.

Para implementar as decisões da Assembleia Mundial, os Ensinamentos Bahá´ís esclarecem que outras instituições de alcance planetário serão necessárias como, por exemplo, um Executivo Mundial, a ser eleito democraticamente pelos reis e governantes, uma Corte Mundial de Justiça, um Sistema Mundial de Pesos, Moedas e Medidas, uma Força Internacional de Paz, um Idioma Mundial Auxiliar à Língua Materna para ser ensinado em todas as escolas do mundo, um Parlamento Mundial com representantes eleitos democraticamente por todos os povos e etnias do mundo, um Sistema Educacional Mundial e um Sistema Mundial de Saúde.

Atualmente, o fenômeno da globalização também reflete a lei do mais forte, onde prevalecem os interesses econômicos de países mais fortes economicamente e poderosas organizações privadas internacionais, que detêm a capacidade para manipular mercados. Assim, o estabelecimento de uma Governança Global dará um rumo mais justo e equitativo ao fenômeno irreversível da globalização das atividades humanas.

Uma nova civilização: a civilização da Paz Mundial

Diz o Grande Ser: "Ó bem-amados! Ergueu-se o tabernáculo da unidade; não considereis uns aos outros como estranhos. Sois os frutos de uma só árvore e as folhas de um mesmo ramo" (Bahá´u´lláh, 1983).

O tabernáculo era uma estrutura sagrada móvel, que os judeus utili-

zavam para adoração ao Ser Supremo, durante a sua jornada pelo deserto, desde o Egito até a terra prometida. O tabernáculo continha a Arca da Aliança na parte mais sagrada desta estrutura.

Portanto, Bahá´u´lláh, ao afirmar que o *tabernáculo da unidade* foi erguido, demonstra que a unidade da humanidade é um dever sagrado, a ser observado por toda a humanidade, e o alicerce espiritual para a construção da Paz.

A afirmação de Bahá´u´lláh, aponta em direção a um aspecto essencial da nova civilização: ela será construída sobre uma base espiritual inabalável, a qual dependerá do fortalecimento da relação ser humano – Ser Supremo, para que as qualidades, fortalezas e virtudes humanas permeiem todas as atividades, sobretudo no ambiente familiar, onde começa a nossa vida neste mundo.

A construção da Paz Mundial: um dever sagrado

A sociedade materialista perdeu o sentido de sacralidade da vida e mergulhou no pântano do egoísmo e da lei do mais forte, valorizando os mecanismos de competição sobre a cooperação e o desejo descontrolado do ter sobre o ser. Essa sociedade vem demonstrando o esgotamento de suas forças, através do enfraquecimento do tecido social, que leva a consequências desastrosas, como a guerra, o terrorismo, o crime organizado, a corrupção, a prostituição, as novas formas de escravidão, a enorme concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas e a gigantesca miséria do outro lado, a destruição da natureza e todas as formas de trapaças que tornam a vida insuportável, nas quais se incluem o crime organizado nacional e internacional e o contrabando de armas, riquezas, drogas, pessoas, órgãos humanos, animais exóticos e materiais estratégicos.

Para superar essa situação, é necessária a conjugação de esforços de seres humanos imbuídos de uma nova espiritualidade, que transcenda preconceitos, rituais e dogmas que vem separando as diversas comunidades e etnias, levando, em alguns casos reais, a perseguições religiosas, com todo o elenco de maldade que as caracterizam, principalmente quando um grupo religioso extremista ascende ao poder.

Essa nova espiritualidade já foi revelada há cerca de 5000 anos passados, quando Krishna, inspirado por Deus, revelou os versículos 4:7 e 4:8 do Bhagavad-Gita, com as seguintes palavras:

> Sempre que houver o declínio da retidão e a injustiça triunfar, ó Bharata, então, Eu envio a Mim mesmo, para a proteção do bom, a destruição do perverso e o estabelecimento da justiça. Eu Me manifesto de tempo em tempo.

Para que surja a nova civilização, é necessário que as diversas comunidades religiosas e espiritualistas se tornem unidas e abandonem os

preconceitos que as separam. Sobre este ponto, Deus revelou no Alcorão Sagrado, versículo 2:136, as seguintes palavras:

> Dizei: Cremos em Allah, no que nos tem sido revelado, no que foi revelado a Abraão, a Ismael, a Isaac, a Jacó e às tribos; no que foi concedido a Moisés e a Jesus e no que foi dado aos profetas por seu Senhor; não fazemos distinção alguma entre eles e a Ele nos submetemos (ALCORÃO SAGRADO, 1974)

Não fazer distinção entre os Manifestantes de Deus é um dos princípios muito fortes da Revelação Bahá´i, como pode ser testemunhado no seguinte texto:

> Acautelai-vos, ó vós que credes na Unidade de Deus, para que não sejais induzidos a fazer distinção alguma entre os Manifestantes de Sua Causa ou a discriminar contra os sinais que têm acompanhado e proclamado sua Revelação. É este, realmente, o verdadeiro sentido da Unidade Divina - se sois dos que percebem e aceitam esta verdade. Tende certeza, além disso, de que as obras e ações de cada um desses Manifestantes de Deus - ainda mais, qualquer coisa que Lhes pertença ou que Eles, no futuro, possam manifestar - são todas ordenadas por Deus e refletem Sua Vontade e Seu Desígnio. Quem fizer a mínima diferença entre as pessoas, as palavras, as mensagens, as ações e maneiras deles, se terá tornado, em verdade, descrente de Deus, terá repudiado Seus sinais e traído a Causa de Seus Mensageiros (BAHÁ'U'LLÁH, s.d.).

Esses textos demonstram o caminho para se alcançar o estágio de unidade. Esse estágio caracterizará a nova civilização, pois ela será um fator essencial para eliminar a luta religiosa e as perseguições que ainda ferem e separam os membros da poderosa família humana. Sobre este ponto, Deus revelou a Bahá´u´lláh as seguintes palavras:

> O bem-estar da humanidade, sua paz e segurança, são irrealizáveis, a não ser que, primeiro, se estabeleça firmemente sua unidade. E essa unidade jamais será atingida enquanto se deixar de atender aos conselhos que a Pena do Altíssimo revelou ((BAHÁ'U'LLÁH, 2012).

Essa citação orienta que a humanidade recorra aos textos sagrados que contêm os *conselhos que a Pena do Altíssimo revelou*. Mas a sociedade, fortemente materialista, vem rejeitando o estudo mais apropriado dos textos sagrados e recorre às suas próprias ideias. Com isso, ela acaba escolhendo e trilhando caminhos tortuosos, com as suas armadi-

lhas e precipícios, que geram as mazelas e sofrimentos que se manifestam na sociedade atual.

Precisamos, então, implantar urgentemente, um sistema educacional que seja capaz de desenvolver a natureza material e espiritual do ser humano de forma equilibrada, para que ele manifeste as suas qualidades, fortalezas e virtudes e os conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, agindo com ética em benefício do bem comum.

Esse novo ser humano construirá a paz mundial como um dever sagrado, o famoso *sacro oficio*, expressão da qual se originou a palavra sacrifício. Logo, construir a Paz Mundial é o nosso sacrifício em benefício de todos, para o seu bem-estar e segurança.

Um idioma e uma escrita mundial auxiliar

É impossível alcançar a meta suprema da Paz Mundial enquanto os seres humanos tiverem dificuldades e barreiras na comunicação interpessoal e na realização das atividades de âmbito mundial.

Torna-se imperativo, que a humanidade escolha, ou desenvolva, um idioma que seja de fácil aprendizagem por todos os povos e etnias e que ajude a conservar as suas culturas e os seus valores éticos e morais. Esse novo idioma deve facilitar o desenvolvimento de uma literatura mundial e a tradução dos textos históricos, filosóficos, religiosos, técnicos e científicos de todas as culturas, seja na forma de poesia, seja na de prosa, para que todos possam conhecer e tirar o melhor proveito de todo o conhecimento humano já desenvolvido.

Esse idioma mundial deve ser um auxiliar da língua materna e deve permitir a expressão verbal e escrita de conceitos elevados e abstratos como os textos místicos e religiosos e outros complexos, sejam científicos, tecnológicos e profissionais, de forma inequívoca. Este é um excelente desafio para os linguistas com visão mundial.

Um sistema mundial de saúde pública e de vigilância sanitária

A recente pandemia do Covid-19 demonstrou as fragilidades de uma humanidade dividida em países, com diferentes estruturas de serviços de saúde e de pesquisa, onde foi imposta a lei do mais forte, quando testemunhamos, pelo noticiário internacional, que cargas aéreas de vacinas foram desviadas em aeroportos importantes para favorecerem os países mais ricos e com melhor estrutura de saúde, não obstante a demonstração de total falta de ética e solidariedade nessa operação de pirataria.

A implantação de um sistema mundial de saúde pública requer uma enorme mobilização de todas as nações para integrar os seus sistemas nacionais, regionais e locais de saúde, e investimentos de grande monta para implantar as estruturas necessárias para o atendimento público, nos países e nas regiões desfavorecidas economicamente. Esse sistema mundial de saúde pública deverá manter vigilância constante sobre o

trânsito internacional de pessoas, cargas e meios de transporte, para identificar agentes biológicos nocivos em circulação, que poderão provocar pandemias e enormes perdas de vida e de meios materiais.

Para se alcançar esse grau de desenvolvimento é necessária uma nova Organização Mundial de Saúde, que tenha a sua importância reconhecida pelos governos, que possua os meios necessários para prevenir e combater as pandemias e que as suas decisões e alertas sejam respeitadas e as medidas necessárias sejam postas em ação.

Isso requer um favorecimento das pesquisas em Saúde Pública em todos os países do mundo e que recursos sejam alocados para que as tecnologias em saúde sejam mantidas atualizadas e os seus corpos técnicos treinados com os recursos mais avançados no mundo, buscando a eficiência de suas ações e o alcance de padrões elevados de saúde física e mental em todos os assentamentos humanos, incluindo aqueles dos povos originários.

Um Sistema Econômico Mundial Justo

É imperativo a escolha de uma moeda única de circulação mundial. Atualmente, a atividade econômica gera enormes distorções comerciais, pois as transações internacionais ocorrem com a utilização da moeda que favorece apenas uma nação. Os índices de conversão de moedas nacionais para a moeda de maior uso cooperam também para o agravamento da situação dos países menos favorecidos, dificultando as suas importações de bens necessários para o desenvolvimento e desvalorizando as suas exportações.

Uma moeda única precisa ser adotada por todos os países, após os estudos necessários para não criar ou agravar as discrepâncias existentes e que possa favorecer uma melhor distribuição da riqueza mundial entre todas as nações. Para tanto, é necessário que os fluxos comerciais entre os países ocorram de forma equilibrada. Essa moeda única favorecerá o comércio e o turismo internacional, pois as transações bancárias serão mais simples, e os bancos privados poderão ter agências em todos os países do mundo ou formarem uma rede eficiente de bancos para favorecer as transações comerciais.

O intercâmbio científico e tecnológico também será favorecido com a existência da moeda única, pois ela permitirá que se avaliem adequadamente os custos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico em diferentes países, favorecendo aqueles que possam trabalhar com custos menores e distribuindo essas atividades em diferentes locais do mundo, tornando os sistemas de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos acessíveis a todas as nações e favorecendo o esforço internacional em busca do bem comum.

Um Sistema Educacional Mundial, a pedra angular da nova civilização mundial

Tudo o que foi descrito continuará a ser um sonho distante e evanescente, como uma frágil e solitária pombinha branca que construiu o seu ninho na boca de um canhão, se não for implementada uma nova educação que transforme as crianças, os pré-adolescentes, os jovens e os adultos em cidadãos comprometidos com o progresso e o bem-estar de todos os povos, etnias, nações e religiões.

Esse novo sistema educacional deve levar em consideração as seguintes palavras reveladas por Deus a Bahá´u´lláh (2012): "A terra é apenas um país, e o gênero humano, seus cidadãos".

Essas palavras não podem ser apenas um *slogan* político, mas a base para uma nova consciência de âmbito universal, onde a enorme variedade cultural e étnica encontrada na família humana, seja motivo de alegria, pois a força da humanidade reside em sua extraordinária variedade que se manifesta nos campos cultural, científico, tecnológico, religioso e político. Com absoluta certeza nós deveríamos ser considerados como as flores de um mesmo jardim!

Esse sistema educacional mundial deve dar a oportunidade a todos os estudantes do mundo para utilizarem os melhores recursos didáticos, em escolas com instalações dignas e apropriadas, para que as atividades educacionais tenham êxito, e os professores estejam comprometidos com o progresso da humanidade.

Esses professores devem ser educadores de mentes e de almas, para que a educação seja integral e considere o desenvolvimento da natureza material e espiritual do ser humano. Somente cidadãos, educados de forma equilibrada, poderão tomar decisões equilibradas e construir uma sociedade próspera e feliz, dando oportunidades a todos os membros da poderosa família humana.

Considerações Finais

Construir a Paz Mundial é uma atividade desafiadora, cuja realização depende de pessoas com mentes equilibradas, imbuídas da sacralidade desse processo, que se considerem cidadãos do mundo e vejam a humanidade como uma só família, onde o bem-estar de cada um e de todos deve ser buscado com devoção, como o santo ofício que o Ser Supremo destinou a cada um de nós.

REFERÊNCIAS

ALCORÃO. **O Alcorão Sagrado**. Tradução de Samir El Hayek, 1974, São Paulo, Federação das Associações Islâmicas do Brasil, publicação de distribuição gratuita.

BAHÁ'U'LLÁH. **O Livro da Certeza (Kitáb-i-Íqán)**. Tradução da Comunidade Bahá'í do Brasil. Brasília: Editora Bahá'í, 2ª ed. 1977.

BAHÁ'U'LLÁH. **Epístolas de Bahá'u'lláh**. Brasília: Editora Bahá'í do Brasil, 1983. Disponível em: https://bahai.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Epistolas-de-Baha_u_llah.pdf.

BAHÁ'U'LLÁH. **Seleção dos Escritos de Bahá'u'lláh**. 3. ed. Brasília: Editora Bahá'í do Brasil, 2012. Disponível em: https://bahai.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Selecao-dos-Escritos-de-Baha_u_llah.pdf.

FREUD, Sigmund. **O Eu e o Id**. Tradução de Paulo César de Souza. In: FREUD, Sigmund. Obras Completas, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MÚSICA E MUSICOTERAPIA: CAMINHOS SONOROS PARA A PAZ

Maria Clotilde Henriques Tavares[62]

Introdução

Vivemos atualmente em um mundo complexo, com inúmeras demandas, tensões sociais, guerras, conflitos interpessoais, contrastes gritantes, e adoecimentos silenciosos, onde a paz é frequentemente concebida como um horizonte distante – uma ideia abstrata, uma meta inalcançável diante da complexidade de nosso mundo contemporâneo. No entanto, a paz pode ser compreendida como uma experiência sensível, cotidiana e relacional que tem início nos afetos, no modo como nos comportamos, escutamos, nos relacionamos e nos permitimos afetar pelo outro.

É nesse contexto da construção da paz que a música emerge como um potente recurso. Para além da arte, da estética e do entretenimento, a música como linguagem universal é capaz de atravessar fronteiras, construir e restaurar vínculos, criar ressonâncias profundas entre indivíduos e comunidades. Sem precisar de tradução, a música alcança corações, atravessa fronteiras e toca aquilo que há de mais humano em cada um de nós, agindo como um idioma da alma. Em seu caráter sonoro, rítmico e expressivo, com raízes biológicas profundas, a música alcança os nossos centros emocionais cerebrais, modula estados de humor, evoca memórias, reduz a agitação, atua no nosso sistema imunitário, cria espaços de escuta e reconexão com os outros e conosco mesmos. Desse modo, a música, mais do que entretenimento, pode constituir um poderoso recurso para a paz. Ela chega aonde as palavras não alcançam e requer a nossa escuta. E onde há escuta, há possibilidade de paz.

A musicoterapia, por sua vez, transforma esse poder em cuidado. Com base científica e sensibilidade clínica, ela utiliza os elementos da música para alcançar objetivos funcionais, promoção de bem-estar, qualidade de vida, escuta empática e transformação. Ela reconhece e sistematiza esse poder da música em contextos clínicos e sociais. Como prática que alia ciência, arte e cuidado, a musicoterapia oferece às pessoas ferramentas para expressão emocional, regulação interna e reconstrução subjetiva. Em atendimentos individuais ou em grupo, o uso terapêutico da música pode facilitar a iniciação dos movimentos, sincronizar compor-

62 Maria Clotilde H. Tavares é professora titular aposentada do Laboratório de Neurociência e Comportamento da Universidade de Brasília. Desde 2015, tem se dedicado ao estudo da neurociência cognitiva da música. Atualmente, atua como Musicoterapeuta clínica no Espaço Acorde – Musicoterapia Neurológica e é filiada à Associação de Musicoterapia do Distrito Federal – AMTDF. Seu público é constituído por idosos acometidos por doenças neurodegenerativas. E-mail: acordemusicoterapia@gmail.com

tamentos, ativar redes neurais cognitivas, motoras e sensoriais complexas, modular as emoções e promover a reconciliação interna de quem vive dores ou traumas, exercendo um papel importante na ressignificação de conteúdos e experiências. Ela permite ainda que sejam trabalhados, por meio do uso terapêutico da música, aspectos da fala e da linguagem, e aspectos cognitivos complexos no contexto da neurorreabilitação. A musicoterapia pode, ainda, estimular a escuta do outro, a cooperação e o respeito às diferenças - valores essenciais para a convivência pacífica. Nessa perspectiva, a música e a musicoterapia podem ser compreendidas como caminhos possíveis para a promoção da paz — entendida aqui não apenas como ausência de conflito, mas como presença de vínculo, de cuidado e de abertura para si mesmo e para o outro.

A paz como experiência sensível, relacional e interna

Estamos em paz com os outros quando estamos em paz intimamente conosco. A paz começa dentro de nós. E a música tem a capacidade de nos conduzir a esse centro. Uma melodia particular nos remete ao íntimo, nos transporta, nos acolhe, nos abraça, faz brotar sentimentos e emoções muitas vezes caladas e oprimidas dentro de nós. Um canto coletivo pode dissolver barreiras. Quando cantamos juntos, respiramos juntos, sincronizamos os nossos movimentos, partilhamos identidades, compartilhamos sentimentos. Quando improvisamos juntos, nos escutamos. E, nesse espaço compartilhado, cultivamos aquilo que a violência tenta romper: a confiança, o afeto, a plenitude.

Por isso, em tempos de crise — pessoais, sociais ou planetárias — a música e a musicoterapia oferecem não apenas alívio, mas também caminhos. Caminhos de reconexão, de cura, de construção de uma cultura de paz que não seja apenas ausência de guerra, mas presença viva de cuidado, de diálogo e partilha.

Música: uma linguagem que une

Como uma das formas mais antigas de expressão humana, a música está em nós. É parte de nossa história ancestral, e suas raízes intrínsecas encontram-se em estruturas do nosso sistema nervoso que possui todos os mecanismos necessários para o seu processamento, assim como para o processamento da linguagem. Temos dentro de nós uma musicalidade que foi moldada ao longo da nossa evolução e nos tornou biologicamente musicais. Ao longo da história, povos de todas as culturas recorreram à música para marcar ritos de passagem, celebrar a vida, atravessar o luto, fortalecer a coletividade, lutar nas batalhas, trabalhar coletivamente e resistir à opressão.

O potencial unificador da música não reside apenas em sua beleza estética, mas em sua capacidade de gerar empatia e de provocar estados emocionais compartilhados. Ouvir uma melodia pode fazer com que dois

desconhecidos se sintam próximos. Cantar juntos é, em si, um exercício de afinação coletiva — dos corpos, das vozes e dos afetos.

Em contextos de guerra e repressão, a música frequentemente se faz presente como símbolo de resistência e esperança. Concertos realizados em zonas de conflito, corais formados por ex-inimigos, canções compostas por sobreviventes de tragédias — são exemplos reais de como a música pode tornar-se um instrumento de reconstrução simbólica e afetiva.

Musicoterapia: uma expressão de cuidado

A musicoterapia é uma prática profissional que une ciência, arte e cuidado. Como prática profissional baseada em evidências, utiliza elementos musicais — como ritmo, melodia, harmonia, timbre — para promover saúde, bem-estar e transformação subjetiva. A musicoterapia convida o indivíduo à escuta ativa, à criação, ao diálogo sonoro. Ela oferece um espaço seguro no qual é possível expressar emoções difíceis, reorganizar experiências traumáticas e resgatar potenciais esquecidos.

Em contextos de sofrimento psíquico, doença crônica, luto ou exclusão social, a musicoterapia pode representar uma forma de reconexão: consigo mesmo, com o outro e com o mundo (VOGUE, 2020). Em instituições diversas como hospitais, instituições psiquiátricas, unidades de reabilitação, casas de repouso, dentre outras, o fazer musical torna-se canal de expressão e ferramenta de construção de sentido.

A paz, nesse contexto, é cultivada nas pequenas transformações: quando um paciente com afasia canta sua primeira palavra, quando uma pessoa em sofrimento se emociona com a música de sua infância, quando um grupo improvisa em conjunto e encontra harmonia (LAI et al., 2023), quando um paciente com Doença de Parkinson consegue sincronizar a sua marcha a um ritmo externo, quando uma pessoa com Alzheimer resgata memórias autobiográficas antigas, quando uma pessoa com sequela de acidente vascular cerebral consegue reabilitar o movimento de um membro afetado por meio do estímulo sonoro, dentre tantos outros que poderíamos citar. A prática musicoterapêutica, ao favorecer a escuta, o cuidado e a expressão, torna-se um verdadeiro gesto de pacificação interna e relacional.

A construção da paz como prática cotidiana: o papel da escuta e da expressão musical

A construção da paz não se dá apenas em tratados ou grandes discursos. Ela começa no cotidiano, no modo como escutamos, acolhemos e colaboramos. Nesse sentido, a escuta musical pode ser vista como metáfora — e prática — da escuta do outro. Quando nos abrimos a um som desconhecido, exercitamos a tolerância. Quando esperamos a nossa vez de cantar ou tocar em uma atividade guiada, praticamos o aprender a esperar, tão importante em um mundo de satisfações imediatas. Quando improvisamos em uma atividade realizada em grupo, aprendemos a esperar,

a ceder, a dialogar sem palavras. A improvisação musical pode representar um campo especialmente fértil para a construção simbólica da paz. Diferentemente de uma partitura rígida, ela exige presença, sensibilidade e negociação constante. Nela, cada gesto sonoro influencia o coletivo, e cada silêncio tem o seu valor. Assim como na vida em sociedade, a improvisação bem-sucedida depende da escuta mútua e da coautoria.

Além disso, a criação musical pode ajudar pessoas a reescreverem suas próprias histórias. Compor, cantar ou tocar um instrumento não é apenas um ato artístico, mas também um gesto de afirmação identitária e de reconfiguração emocional. É possível, com a música, construir narrativas mais gentis, integrar fragmentos dispersos e cultivar esperança.

Considerações finais: cultivar a paz em cada som, em cada silêncio

Música e paz compartilham uma essência comum: ambas requerem escuta, sensibilidade e abertura. Ambas florescem nos encontros, nos gestos sutis, nos espaços de cuidado. A música e a musicoterapia não têm o poder de apagar conflitos ou resolver todas as dores do mundo. Mas podem oferecer algo profundamente necessário: a possibilidade de sentir-se ouvido, de expressar o que não se diz, de estar em sintonia com o outro.

Promover a paz por meio da música não é tarefa exclusiva de artistas ou terapeutas. É um convite ético e sensível a todos nós. Seja ao cantar uma canção de ninar, ao tocar um instrumento com alguém adoecido, ou ao criar espaços de convivência musical em comunidades, estamos semeando vínculos, restaurando escutas e construindo pontes.

Em tempos de tanto ruído, cultivar a paz pode começar por um gesto simples: escutar. E, quem sabe, cantar juntos. Que possamos seguir afinando nossas escutas e nossas canções, para que a paz, como a música, se torne uma presença concreta no nosso cotidiano. E que cada nota, cada pausa, cada gesto musical, seja um passo nesse caminho.

REFERÊNCIAS

CHURBA, C. V. (2017). **Can Music Heal Trauma?** Exploring the Therapeutic Powers of Sound. Pitchfork. Disponível em: https://pitchfork.com/features/overtones/can-music-heal-trauma-exploring-the-therapeutic-powers-of-sound.

CROSS, I. **Music, cognition, culture, and evolution**. Annals of the New York Academy of Sciences, v. 930, n. 1, p. 28–42, 2001.

EL HAJ, M.; FASOTTI, L.; ALLAIN, P. **The involuntary nature of music-evoked autobiographical memories in Alzheimer's disease**. Consciousness and Cognition, v. 35, p. 104–112, 2015.

GHAI, S.; GHAI, I.; SCHMITZ, G.; EFFENBERG, A. O. **Effect**

of rhythmic auditory cueing on gait in patients with Parkinson's disease: A systematic review and meta-analysis. Scientific Reports, v. 8, n. 1, p. 506, 2018.

HANSER, S. B. **Music for Wellness**: Feel the Music, See the Light. Boston: Berklee Press, 2024.

KOELSCH, S. **Towards a neural basis of music-evoked emotions**. Trends in Cognitive Sciences, v. 14, n. 3, p. 131–137, 2010.

LAI, H. L.; LI, Y. H.; LEE, L. H.; CHANG, H. K. **Effects of music therapy on anxiety and depression in patients with neurological disorders**: A meta-analysis. Clinical Nursing Research, v. 32, n. 1, p. 75–90, 2023.

PATEL, A. D. **Music, Language, and the Brain**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ROLVSJORD, R. **Resource-oriented music therapy in mental health care**. Gilsum: Barcelona Publishers, 2010.

SIHVONEN, A. J.; SÄRKÄMÖ, T.; LEO, V.; TERVANIEMI, M.; ALTENMÜLLER, E.; SOINILA, S. **Music-based interventions in neurological rehabilitation**: Theoretical frameworks and potential clinical applications. Frontiers in Psychology, v. 8, p. 1340, 2017.

THAUT, M. H.; MCINTOSH, G. C.; RICE, R. R. **Rhythmic facilitation of gait training in hemiparetic stroke rehabilitation**. Journal of the Neurological Sciences, v. 151, n. 2, p. 207–212, 1996.

VOGUE. **Music therapy and trauma**: Why sound heals when words fail. Vogue, 2020. Disponível em: https://www.vogue.com/article/music-therapy-trauma-sound-healing. Acesso em: 16 maio 2025.

REFLORESTANDO CAMINHOS PARA A PAZ: POR UMA CRIATIVIDADE SIMBÓLICA INTEGRATIVA

Raquel Mendes [63]

Havia uma amoreira. Conheci-a num quintal de casa, mas ela já habitava o lugar muito antes dos muros serem construídos ao seu redor e junto deles a casa onde fui morar. Talvez naquela época não fosse tão grande e majestosa, mas hoje ela alcança as nuvens. Seus galhos são acessados só pelos bichos que habitam as alturas, que se esbaldam ostentosamente de suas amoras no alto verão. Na terra logo abaixo, os seres ctônicos devoram sem demora os frutos que ela entrega maduros. Uma mistura de cheiros – doce, avinagrado e podre – paira no ar. Percebe-se que a grama onde se encontram salpicados os pontos roxos é a mais feliz e verde: a morte da matéria nutrindo a sua própria vida.

E nós, humanos, que por mera circunstância habitamos ao seu redor, o que fazemos? Como participamos de tal evento? Embora a amoreira ofereça a todos os sentidos da experiência uma oportunidade, surpreendi-me ao perceber esse presente rejeitado pela indiferença dos que poderiam recebê-lo. Mais atônita ainda fiquei a o descobrir que um dos meus vizinhos desejava que se cortassem os galhos, o tronco, a fim de encerrar a esbórnia roxa que manchava seu piso de concreto. Quão inconveniente a experiência escancarada de vida e morte com a qual não se conecta!

Mas, naquele momento, eu já havia aceitado que sou artista... E artista é um ser peculiar: não se contenta em passar reto e simplesmente seguir por fluxos predeterminados. Numa quarta-feira qualquer do verão em que fiz o primeiro contato com aquela árvore, quem passasse por aquele quintal teria encontrado meu corpo agachado, os pés manchados de suco roxo, fotografando o passear de uma mosca de olhos brilhando furta-cor pelos gomos murchos e repletos de um fungo profundamente preto sobre a grama. Na semana seguinte, eu estaria de pele exposta apertando os frutos contra as minhas costas, pra sentir escorrer o roxo como fosse sangue extracorpóreo. Com as amoras, ao longo de mais de dois anos de pesquisa artística, fiz nanquim natural, elaborei performances cerimoniais e instalações expositivas, conectando-as com minha iden-

63 Raquel Mendes é uma artista interdisciplinar brasileira radicada em Toronto. Seu trabalho explora temas como feminismo, espiritualidade, comunidade e natureza, com uma abordagem material variada e processual que frequentemente destaca elementos naturais. Trabalha em diversas mídias para expressar sua relação com o mundo, incluindo pintura, desenho, gravura, fotografia, vídeo, performance, instalação e poesia. É bacharel em artes visuais pela Universidade de Brasília, mestra em artes interdisciplinares pela OCAD University, e doutoranda em ciências ambientais pela York University, no Canadá.

tidade e ancestralidade. Mas por quê? O que há de tão comovente e inspirador numa simples árvore frutífera?

Se nos apoiarmos numa lógica puramente material, uma árvore é apenas uma árvore. E eu, só um ser humano. Existimos cada um a partir de nosso DNA e condicionados pelo meio em que habitamos. A amoreira ocupa-se em perpetuar-se fisicamente, e a estratégia que deu certo para ela ao longo de milhares de anos de evolução foi crescer alta e gerar frutos que atraíssem os seres que dispersariam suas sementes. Faz-se, então, a amora – roxa, doce, cheia de sementes. Assim, de forma particular, ela expressa sua existência. Muitas teorias foram formuladas para definir o sentido e o objetivo da existência humana, esta criatura que, apesar de biológica como as demais, não se contenta com a sua perpetuação somente física. Fosse verdade, alimentar-se suficientemente bem e reproduzir-se, em um contrato harmônico com a natureza, seria o bastante. No entanto, a história humana nos conta algo diferente. A começar pelo próprio fato de que existe uma história a ser contada. Pois, a quem basta perpetuar-se fisicamente, não há passado. Há aprendizado que se integra a partir de riscos e sucessos - as experiências em si – mas não há motivo para sua elaboração histórica. Também não haveria excessivo foco no futuro ou em ideais, posto que o único ponto importante seria o que está ao seu alcance em cada momento para projetar-se materialmente além. Para o corpo, o presente é tudo o que há (WILBER, 1981). Todavia, ao ser humano, no estado de consciência em que se encontra, o puro existir no presente é custoso, e este é um sintoma de sua natureza mental simbólica. Natureza esta que me faz, além de cultivar o que considero uma saudável obsessão por amoreiras, escrever um capítulo refletindo sobre o fato.

Ernest Becker (1973) qualifica o caráter simbólico do ser humano como resultado do paradoxo ontológico da autoconsciência: a individualidade na finitude. Percebemo-nos, cada um de nós, como únicos e distintos de tudo o que nos cerca – especiais – e, ao mesmo tempo, somos orgânicos e vulneráveis como as outras criaturas – mundanos. Esta ambiguidade nos acomete de uma profunda angústia: como conciliar tanta potência com tanta vulnerabilidade? No sentido de amenizar o tormento psicológico deste paradoxo, apoiamo-nos em justificações simbólicas – criamos mitos, histórias, crenças, teorias, ideologias e práticas que possam, de alguma forma, dar sentido às nossas vidas. Ken Wilber (1981) argumenta que a elaboração simbólica é uma ferramenta de evolução do campo da consciência humana, a qual, eventualmente, nos permitirá transcender o ego pessoal, reconectando-nos com uma esfera superior. Enquanto Becker se aterra no existencialismo, Wilber confia num destino transcendente. Quaisquer que sejam suas conclusões finais, ambos concordam que o campo simbólico é o território próprio dos seres humanos.

Ver sentido na existência – esse é o campo simbólico. "Para que existo?" "Por quê?" "Como continuar?" Estas são perguntas que nos perturbam constantemente. E quando não nos perturbam é porque pro-

vavelmente nos encontramos sustentados por um campo muito sólido e consistente (algo que pode ser perigoso, como veremos).

Não quero aqui me alongar em teorias, apesar de dever tanto do meu entendimento a elas; portanto me adianto em revelar o primeiro ponto que me leva a escrever este breve capítulo: necessitamos constantemente de renovar nosso território simbólico. Tal proposta poderia ser sintetizada em um único termo: criatividade. Mas esta é uma palavra com a qual já raramente nos comovemos, tão gasta está. Sendo assim, elaboro-a em seguida, na tentativa de imbuí-la novamente de um necessário frescor.

Porém, antes de tratar de qualquer criação, há que se falar de destruição, pois nada nasce a não ser que haja primeiro um espaço negativo. A vida só pode existir numa troca simbólica com a morte (Han, 2020). Não se cria nada sem que antes haja uma necessidade profunda, um vazio potencial. E o que se mata como oferenda à criação? Conceitos estáticos, o sono tranquilo, a estabilidade da segurança, a conveniência de não prestar atenção ao redor? Cada um sabe o que precisa sacrificar no momento que a criatividade chama, mas quem já respondeu ao chamado consistentemente sabe que ele sempre vale a pena. E mesmo quando não se escolhe ativamente o sacrifício, a morte vem de qualquer jeito, porque a vida nova urge surgir. Quem nunca se confrontou com o incômodo espontâneo de uma rotina vazia de sentido, uma crença que já não oferece mais conforto, uma situação que de repente se supera? Como descreveu lindamente Mircea Eliade (1985), não se pode eternamente consertar o mundo: só por continuar existindo ele perece, e deve ser recriado.

Não à toa a criança constantemente rasga, quebra, desconstrói o mundo adulto que confronta ao seu redor. Tudo é passível de reconstrução a partir da exploração criativa do desfazer. A parede branca é desfeita para tornar-se morada do giz colorido de uma criança demiurga, até que ela apreenda que a parede branca é do adulto parte do que se pretende perpetuar. Mas o que de fato a brancura perpetua como projeto simbólico? Não pretendo aqui erradicar a parede branca como veículo do plano simbólico do leitor, e sim provocá-lo a armar-se de um simbólico giz colorido diante de um mundo repleto de modelos cuja brancura é opcional, ainda que não aparente ser.

Já equipados com a coragem de desfazer, que criaremos? A resposta poderia ser: tudo, em todos os lugares, a todos os momentos. Mas não sejamos tão ambiciosos, ou o projeto se aborta diante de nossa pequenez criativa. Resignemo-nos com outra, então: qualquer coisa. Novamente me recordo da criança demiurga, pois a ela o resultado pouco importa, e criar não demanda esforço algum. Ela passeia fantasiada de leão e, sem pudor, ruge para quem quer que passe ao lado. Gasta quantas superfícies estiverem disponíveis para abrigar seus traços de qualquer cor. O xampu é desculpa para que se moldem penteados exóticos em seu cabelo. Com a areia da praia, constrói universos. A brincadeira infantil não é prazer

somente do corpo, embora também o seja. É um prazer mental de elaboração simbólica, que nós, como adultos, também devemos cultivar.

Pequenos atos do cotidiano podem tornar-se criativos: um novo tempero na comida, um caminho diferente até o trabalho, um elogio inédito ao afeto. A vida inteira é matéria prima moldável, e disso os artistas entendem bem. Artistas transformam o ar que respiram em música, a dor que sentem em poesia, o ideal que vislumbram em signo. E por isso a arte tende a nos conectar a nós mesmos: ela é criada a partir da mesma vida a que todos temos acesso. Mas uma vida simbolicamente criativa não é missão só de quem tem a arte como vocação. O simbólico se faz presente em todos os aspectos da vida humana. Talvez por isso Beuys se inspirou a dizer que tudo é escultura, e todos são artistas (Taylor, 2012). A ciência simboliza a realidade a partir do que se percebe. O tradicional simboliza-se a partir da ancestralidade. A economia é simbolizada a partir de valores, a medicina a partir da saúde, e assim por diante, em todas as áreas de atuação humana. Percebe-se claramente que quando alguém gera uma elaboração simbólica, ou se conecta com uma particularmente agradável à sua psique, sente motivação de perpetuá-la tal qual a amoreira perpetua seus frutos.

No entanto, a mim não basta que minhas criações perpetuem uma vida simbólica já estabelecida. Assim como a amoreira se transforma ao largo de sua evolução, tornando seus frutos cada vez mais valiosos aos seres que a circundam – cada vez mais adaptados ao meio, cada vez mais doces – assim também pretendo constantemente atualizar minha vida simbólica para que inclua mais, para que participe cada vez melhor do todo, e convido o leitor a buscar o mesmo.

Como já vimos, o ato simbólico manifesta o impulso humano. Isso se faz evidente tanto em uma dança ritual da cultura guarani, quanto em um conto de Machado de Assis. Os políticos fazem seus discursos e as crianças os seus "faz-de-conta". A cozinheira e a bruxa criam receitas, secretas ou não. Todo ato humano é inerentemente simbólico e pleiteia uma existência específica. Quando alguém ignora completamente a amoreira, fica claro que esta não se inclui ativamente em suas elaborações simbólicas, por mais eficazes que sejam em perpetuar-se ao futuro. E quando há quem deseje matar a amoreira, fica evidente que é porque suas elaborações simbólicas se corrompem com a influência dela. Em suas formulações, o chão de concreto ideal é imaculado. Varre-se, lava-se, corta-se a fonte de manchas roxas que o atinjam. Mas quão benéfico é perpetuar-se um plano simbólico que nega e denigre os presentes particulares de quem nos cerca?

Quando Ailton Krenak (2020) se pergunta por que insistimos em querer pertencer a um "clube" moderno que exclui a maior parte da humanidade e subjuga o restante da natureza para seu benefício material, ele se refere a um território simbólico hegemônico que insiste em se perpetuar embora nos esteja envenenando a todos – terra, mato, bicho,

gente – e, extensivamente, a nossos descendentes. Este território, cada vez mais árido pela falta de diversidade subjetiva, deu a muitos uma base sólida de sustentação contra as angústias de sentido. Percebe-se, entretanto, a partir das várias crises que hoje nos confrontam, sejam elas ecológicas, políticas, ou sociológicas, que este plano simbólico se esgota, e precisa urgentemente ser penetrado por outras formas de vida. Em outras palavras, esta monocultura do pensamento tem gerado um alimento pobre, já que germinado a partir de um solo desnutrido.

Assim chego mais claramente ao segundo ponto que pretendo promover: é necessário que os processos humanos de elaboração simbólica sejam integrativos. Não é suficiente que se amparem em conteúdos simbólicos estáticos, sejam eles criados ou adotados, como também não basta criar somente para si, ou para os poucos que já conhecemos. Há que se reformular a vida simbólica para integrar mais, participar mais, estar mais atento, mais presente no aqui e agora. E para que o nosso solo simbólico seja, como sugere Krenak, reflorestado por uma diversidade maior de subjetividades, é necessário arar, abrir espaços dentro de nossa percepção do mundo.

Estes espaços se abrem através do sistema sensorial, que nos fornece as pontes de mediação entre o nosso mundo interno e externo. É importante perceber que muitas vezes usamos nossos cinco sentidos de forma a projetar nosso interior para fora. Ao olhar uma pessoa, julgamos sua aparência a partir de padrões pré-estabelecidos. Ao provar uma comida, decidimos se é saborosa a partir do que já nos é familiar. Ao ouvir música, conectamo-nos com aquelas que reproduzem experiências com as quais já nos identificamos. Em todos os nossos sentidos, percebemos refletido nosso passado, de forma que tudo que deixamos crescer dentro de nós é o que já esteve plantado há muito tempo. E assim cultivamos um campo simbólico estático, que apesar de confortável e aparentemente seguro, não se permite evoluir.

Para abrir espaços a outras formas de vida dentro de nosso campo simbólico, lembremos de contemplar mais o caminho inverso. Podemos receber, deixar-nos penetrar através dos sentidos, e permitir combinarmos o que já existe dentro de nós com aquilo a que concedemos entrada, numa perpétua integração simbólica. O que muda em nós quando participamos de uma experiência completamente nova? O que aprendemos quando de fato ouvimos o que o outro tem a dizer, e buscamos entender o que o leva a dizê-lo? Qual é o impacto de nos deixarmos invadir pelos cheiros, sons, texturas, e cores de uma paisagem ao invés de permanecermos imersos em nossos pensamentos e sentimentos? Eu os convido a descobrir estas respostas e muitas mais trazidas pela receptividade. Também ofereço o voto de que sejam os frutos dessas integrações a nossa oferta ao mundo que nos cerca, no lugar da simples projeção de nossas realidades internas.

Conectar com a amoreira foi uma escolha. Ela era um ser distante de mim, algo que faltava no meu esquema interno de sentido. Ela não queria me ensinar nada. Não desejava ser musa de ninguém. Não se alegrou com minhas homenagens (de fato, suspeito que nem as percebeu). Mas em seu impulso de perpetuar-se, ela se ofereceu para mim, convidando-me a participar de sua vida. Escolhi devolver o convite para que ela participasse da minha, e ao deixar-me penetrar por seus presentes, fui fecundada. Meus frutos simbólicos foram tão prolíferos quanto os dela, físicos. E as sementes em contato com o solo fértil de uma vida simbólica integrativa germinam até hoje.

Quais os resultados de uma criatividade integrativa? O ser humano tende a apaziguar suas angústias existenciais à medida em que conquista tanto sua potência simbólica (seu valor individual) quanto sua integração em um meio (seu valor coletivo). A amoreira me potencializa através de inspiração artística e filosófica, e eu a potencializo espalhando suas sementes e mudas, e o nosso entorno recebe os inúmeros presentes gerados a partir deste encontro, em forma de arte, alegria, fruta, sombra e mais. Quando me conecto com a amoreira, percebo os sistemas que a fortalecem e que são fortalecidos por ela – os bichos, o solo, os fungos, a grama – e escolho me tornar mais um participante desse sistema, cultivando uma reciprocidade antes inexistente. A atividade simbólica descrita aqui gera um imenso vigor interno individual, assim como sistemas de reciprocidade e harmonia coletivos. Os resultados são igualmente uma maior e mais profunda satisfação interior, e uma maior e mais estável harmonia entre os diferentes seres ao nosso redor, que se integram em uma unidade. A princípio, essa constante reformulação e integração simbólica em colaboração com o nosso entorno pode gerar um certo desconforto, pois necessita abandonarmos a inércia de percorrer fluxos já existentes. Mas o conforto do conhecido é uma ilusão passageira e degradante, que faz ruir relações e sufoca o potencial humano. Corramos o risco de reflorestar novos caminhos, e enfim colher a doce paz de um equilíbrio dinâmico ao invés do desgosto de uma segurança estática e efetivamente ilusória.

REFERÊNCIAS

BECKER, Ernest. **The Denial of Death**. New York: Free Press, 1973.

ELIADE, Mircea. **Symbolism, the Sacred, and the Arts**. Edited by Diane Apostolos-Cappadona. New York: Crossroad Publishing Company, 1985.

HAN, Byung-Chul. **The Disappearance of Rituals**: A Topology of the Present. Translated by Daniel Steuer. Cambridge: Polity Press, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideas to Postpone the End of the World**. Translated by Anthony Doyle. Toronto: House of Anansi Press, 2020.

TAYLOR, Mark C. ***Refiguring*** **the Spiritual: Beuys, Barney, Turrell, Goldsworthy**. New York: Columbia University Press, 2012.

WILBER, Ken. **Up From Eden: A Transpersonal View of Human Evolution**. Garden City, NY: Anchor Press/Doubleday, 1981.

PEDAGOGIA PARA A PAZ DE DULCE MARÍA BORRERO PIERRA (1883-1945)

Elizabeth Ruano-Ibarra [64]

Introdução

Este artigo prioriza a contribuição precursora de Dulce María Borrero Pierra (1883-1945) para o debate sobre a paz no contexto educativo cubano. Sua inserção docente foi influenciada pela ocupação militar norte-americana de 1899 e pela instauração da República Neocolonial em 1902 (NETO; CRUZ, 2023). Em 1902 iniciou o trabalho docente e, posteriormente, transformou-se em educadora e defensora da identidade nacionalista cubana, em conformidade com o ideário de José Martí. Juntamente com docentes mambisas[65] promoveu a escola pública de caráter estatal, laica e gratuita. Teorizou sobre a prática pedagógica enraizada nas contribuições da intelectualidade latino-americana (RICARDO, 1983; RICARDO, 2013) e sobre a pedagogia para a paz.

Este artigo investiga: quem foi Dulce María Borrero Pierra? Quais marcos de sua trajetória vital iluminam sua inserção no campo intelectual cubano? Quais foram suas contribuições para o campo educacional? O que diz seu conceito de pedagogia para a paz? Quais são as complementaridades entre esse conceito e o de "educação para a paz"? A reflexão é composta por duas seções, além da introdução. Na primeira parte, abordo seu perfil biográfico e, na segunda, o pensamento pedagógico de Dulce María Borrero Pierra.

Perfil biográfico de Dulce María Borrero Pierra: escritora e pedagoga feminista

Nasceu em Havana (Cuba), filha da poetisa Consuelo Pierra y Agüero (1852-1906) e de Esteban Borrero Echeverría (1849-1906), "um homem de ciências, educador, poeta e ensaísta" (RICARDO, 2013, p. 22), também médico e coronel do exército mambí durante a Guerra dos Dez Anos (WIKIPEDIA, s/f; DÍAZ CANALS, 2020), irmã da jornalista Ana María (1884-1947) e da poetisa Berta Juana (1877-1896). Aos 13 anos, nesse contexto familiar propício à atividade intelectual, com destaque para as tertulias[66], Dulce María criou pinturas que lhe valeram os qualifi-

64 Doutora em Ciências Sociais. Professora visitante do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM - UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGECsA - UnB). E-mail: elizabeth@unb.br

65 Participantes ou apoiadoras da insurreição independentista contra a Espanha no século XIX.

66 Instituição cultural da América Latina inspirada na sociabilidade europeia foi propícia à conspiração independentista (RUANO-IBARRA; RESENDE, 2022a) e po-

cativos de "menina gênio" e "prodígio", atribuídos pelo pensador cubano José Martí (1853-1895) (DÍAZ CANALS, 2020, p. 111).

Em 1897, publicou seus primeiros versos com ilustrações próprias nas revistas "Cayo Hueso" (1897, Costa Rica) e "América" (Cuba). Escreveu sobre o exílio em Cayo Hueso (Estados Unidos), entre 1896 e 1899, após o saque e a destruição de suas obras de arte e livros, e a instalação de um canhão em frente à residência familiar (DÍAZ CANALS, 2020). A morte por tuberculose e febre tifóide de Berta Juana, sua irmã mais velha, também se refletiu em sua poesia (RICARDO, 1983; CULTURA CUBANA, s/f). De 1899 a 1905, ilustrou os livros "Lectura de pascuas" (1899) e "El amigo del niño" (1905), de autoria de seu pai. Em 1899, ao finalizar a guerra de independência de Cuba contra a Espanha, retornou a Cuba, que se encontrava sob intervenção dos Estados Unidos. Uma emenda constitucional cubana permitia essa intervenção, e um tratado comercial subordinava a economia (DÍAZ CANALS, 2020).

Entre 1902 e 1906, inseriu-se no movimento político-social cubano por meio da amizade com Lola Rodríguez de Tió (1843-1924), escritora porto-riquenha exilada em Cuba (1888-1924), com Aurelia Castillo de González (1842-1920), escritora cubana, e com Carlos de la Torre y Huerta, político, naturalista e presidente da Câmara dos Representantes de Cuba entre novembro de 1903 e abril de 1904, entre outros (DÍAZ CANALS, 2020), com os quais participava de tertúlias realizadas em sua casa.

Ela foi a única mulher integrante da equipe de redação da revista *Cuba Contemporánea* (1913-1927), reconhecida nacional e internacionalmente, abordando temas econômicos, políticos, sociais, de direito internacional, literatura, história e cultura (DÍAZ CANALS, 2020). Cofundou a Academia Nacional de Artes e Letras de Cuba (1910-1960) junto com Dolores Rodríguez de Astudillo Ponce de León (1843-1924) (ECURED, s/d). Em 1912, recebeu o Prêmio da Academia Nacional de Artes e Letras pelo livro de poemas *Horas de mi vida* (1912), no qual o amor e a pátria foram os temas centrais (Elcopoylarueca, s/d, s/p). Este prêmio contribuiu para seus vínculos internacionais com a escritora chilena e Prêmio Nobel de Literatura (1945), Gabriela Mistral[67] (1889-1957), o escritor uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), o poeta nicaraguense Rubén Darío (1867-1916), o poeta peruano José Santos Chocano (1875-

---

tencializou a atuação e a transição das mulheres do espaço doméstico para o espaço cultural público. Como um limiar entre o público e o privado, permitiu às mulheres das elites do século XIX acumular certo capital social e intelectual por meio de redes de relações com artistas e políticos nacionais e estrangeiros (DUARTE; PAIVA, 2009; VILLALOBOS; TIZNADO, 2014).

67 Em 1945, a Associação Bibliográfica Cultural de Cuba, fundada por Dulce María Borrero em 1937 (RICARDO, 2013), concedeu-lhe a medalha Enrique José Varona (1848-1933) (Biblioteca Nacional Digital, s/f).

1934), o escritor mexicano Luis Gonzaga Urbina (1864-1934), os escritores dominicanos Federico Henríquez y Carvajal (1848-1952), Fabio Fiallo (1866-1942) e Américo Lugo (1870-1952) e o escritor espanhol Francisco Villaespesa (1877-1936) (RICARDO, 1983; RICARDO, 2013).

Entre 1914 e 1918, publicou sobre o hegemonismo patriarcal, o casamento e os preconceitos em torno do divórcio. Participou ativamente dos congressos nacionais de mulheres de 1923 a 1925, sendo o de 1923 o primeiro do tipo na América Latina. Integrava o Club Femenino de Cuba[68] , fundado em 1918 por, entre outras sufragistas, Pilar Jorge de Tella (1884-1967), Ofelia Domínguez Navarro (1894-1976), Hortensia Lamar y Delmonte (1888-1967) e Mariblanca Sabas Alomá (1901-1983) (DÍAZ CANALS, 2020). Suas publicações sobre o acesso das mulheres à educação e a proteção estatal da maternidade marcaram o final do século XIX e a segunda década do século XX. Por volta de 1920, essas ideias do feminismo latino-americano já faziam parte do vocabulário socialista, de mulheres liberais de classe média, de reformadores sociais, de deputados e até de escritores conservadores e da Igreja Católica (DEVÉS VALDÉS, 2000).

Em 1925, alertou: "Ensine-se à mulher a conhecer e compreender o papel que lhe foi atribuído por Deus no cenário humano; inculque-se à mulher o seu direito de mostrar com orgulho ao mundo o filho que um poder inflexível a obrigou a conceber, mesmo quando causas alheias a privem de toda proteção legal; mas, instrua-se também sobre a enorme responsabilidade que ela assume perante a sociedade. Daí surgiriam as vantagens derivadas de uma educação racional da mulher." (DEVÉS VALDÉS, 2000, p. 245, destaque meu). Essas exigências ganham relevância ao se lembrar que "Cuba entrou no século XX com 63,91% de analfabetismo" (RICARDO, 2013, p. 24). Em suas publicações intituladas "A festa intelectual da mulher: seu significado atual; sua missão ulterior" (1935) e "A mulher como fator de paz" (1938), defendeu o direito das mulheres à educação e à cultura (FERNÁNDEZ; TAMARO, 2004, destaque meu).

A vitalidade intelectual de María Dulce Borrero se correlaciona com o dinamismo social de Cuba na década de 1920. Tratou-se de um período que possibilitou o fortalecimento da consciência nacional e antiimperialista, questionadora do poder político dominante. Dessa forma, "numerosos acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais, […] protagonizados por lutas operárias, camponesas, estudantis, intelectuais e femininas", se levantaram contra a politicagem, a corrupção e a submissão aos capitais estrangeiros, principalmente estadunidenses

68 Foi responsável pela primeira escola de babás de Cuba, atual Escola de Educadoras de Círculos Infantis. Fundou a Escola Noturna de Comércio, primeira escola noturna para trabalhadoras, onde organizou cursos de inglês, higiene, puericultura, aritmética, gramática e mecanografia (DÍAZ CANALS, 2020).

(RICARDO, 1983; RICARDO, 2013, p. 27).

Seu perfil intelectual polifacético e a ênfase humanista para o sistema socioeducativo de Cuba[69] da primeira metade do século XX permitiram que sua voz fosse ouvida em cenários acadêmicos e culturais. Contribuiu com um acervo significativo de diversas expressões do fazer cultural e socioeducativo (RICARDO, 2013). Sua trajetória de vida conecta o compromisso político de construção da nação cubana com o trabalho científico, pedagógico e o ativismo social, principalmente feminista (RICARDO, 1983; DÍAZ CANALS, 2020; MUÑOZ FERNÁNDEZ, 2023).

Pensamento pedagógico de Dulce María Borrero

A disciplina de Moral e Cívica do Governo de Ocupação e as liberdades ratificadas na Constituição (1901) foram propícias à participação da intelectualidade cubana participou dos debates sobre os problemas teóricos do ensino. Em 1916, a Sociedade Cubana de Estudos Pedagógicos, com a participação de Dulce María Borrero Pierra, adaptou as correntes pedagógicas internacionais à realidade cubana (RICARDO, 2013; CASTELLANOS, 2023). As críticas e reformas ao sistema de ensino cubano foram abordadas nas publicações de Dulce María Borrero na *Revista de Instrucción Pública*, da qual foi diretora e redatora (1926 a 1928).

Nessa revista, destacou-se como "prolífica, funcional e comprometida", abordando problemas de teorização pedagógica da educação cubana. Em 1925, publicou "Misión suprema y supremo deber del maestro" e "Instrucción complementaria del maestro. Las Escuelas Normales de verano". Em 1926, publicou cinco artigos adicionais: "La vida del niño campesino de Cuba", "Viajes de instrucción a los maestros", "La ornamentación de la escuela, La cooperación de los maestros y los padres de familia e La vocación y la escuela" (RICARDO, 2013, p. 28; CASTELLANOS, 2023). Em uma conferência de 1938, intitulada "Nuevo sentido de la misión del maestro en la escuela renovada", considerou a Escola Nova como uma reação positiva contra o "rotinarismo" da metodologia pedagógica tradicional (CASTELLANOS, 2023).

O pensamento pedagógico de Dulce María Borrero Pierra destaca os seguintes pilares: a) Vínculo "escola-vida", baseado nas premissas de trabalho, esporte e arte. Trata-se de promover o caráter da escola como instituição estreitamente ligada às exigências socioculturais do contexto histórico e geográfico em que está inserida; b) O trabalho docente entendido como força hegemônica das transformações sociais, ou seja, a missão do professor extrapola o campo da educação e se volta para a sociedade. Segundo escreveu: "[...] se o mestre, em vez de unir o homem

69 A cubana Carolina Poncet (1879-1966) denunciou que o orçamento estava diminuindo e que a má gestão de recursos públicos para a educação cubana era frequente.

à sua terra como um só bloco, o infiltra com ideias depreciativas do que é seu, o mistura com desejos alheios [...] fará jus ao anatema daqueles que queremos salvar, acima de tudo, Cuba com seu povo" (BORRERO, 1935, p. 10, grifo meu). Essa missão orientadora do corpo docente exige espírito de superação e "horas pós-escolares" para a instrução complementar e a renovação intelectual mediante o "impulso do estudo, da curiosidade, do conhecimento crescente" (RICARDO, 2013, p. 35). E, c) Promoção da escola rural para resgatar a infância no campo "da anulação imposta pelo trabalho precoce". Sua proposta de "educação no campo" baseia-se em três fontes: a natureza, fornecedora de motivações; o trabalho, fonte de experiências estimulantes que despertam a segurança e os poderes criativos; e a experiência adquirida durante as atividades escolares" (RICARDO, 1983, p. 37). Para Borrero, aqueles que residiam no meio rural cubano de sua época só podiam ter acesso à cultura por meio das escolas rurais. De fato, criou-se o movimento "pró-escolas rurais" (1935) e, posteriormente, o decreto nº 620 de 1936 autorizou a designação de militares para o ensino, configurando assim o primeiro esforço de alfabetização rural em Cuba. Em 1941, com a incorporação de métodos pedagógicos atualizados, inaugurou-se a Escola Normal Rural "José Martí", voltada ao aperfeiçoamento do corpo docente rural (CASTELLANOS, 2023).

Dulce María Borrero Pierra defendia o aproveitamento da música para a formação da infância cubana em seu ingresso na vida escolar. Por exemplo, em seu livro intitulado "Cantos escolares" (BORRERO; GÓMEZ, 1925), composto por 45 canções escolares escritas por Dulce María Borrero, com música de Fidelma Gómez de Torroella (s/d), dedica três delas que exploram as correlações entre a escola e a ruralidade: "À escola", "Às salas de aula, os pássaros e a semeadura" e "A colheita da cana" (SANZ MARCO, 2011; DÍAZ CANALS, 2020).

Importantes poemas de sua autoria foram incorporados ao currículo de formação da infância cubana e permaneceram nele por décadas durante a segunda metade do século XX. No processo de transformação educacional contemporânea de Cuba, no século XXI, seus poemas também passaram a constar nos livros escolares de educação básica primária. Recentemente, o *Dicionário de Autores da Literatura Infantil Cubana* (HERRERA ROJAS; ESTUPIÑÁN GONZÁLEZ, 2013), editado pela Universidade de Ciências Pedagógicas da província cubana de Sancti Spíritus, também reconheceu e incluiu suas contribuições (RICARDO, 1983).

A pedagogia para a paz defende como indispensável destruir as razões da guerra: "ignorância, miséria, empobrecimento mental e fisiológico, injustiças, desproporção de deveres, negação de direitos, abusos de poder" (BORRERO, 1939, p. 37). Em seu argumento, a marginalidade e a pobreza são caminhos inevitáveis para que a infância desamparada chegue ao abandono escolar e à delinquência.

Além disso, entende que outros fatores também contribuem para

a violência cubana daquela época: i) "centralidade das façanhas militaristas dos próceres no ensino de história"; ii) proliferação de brinquedos bélicos; iii) imagens guerreiras do cinema (Hollywood) nos filmes e cartazes divulgativos (RICARDO, 2013, p. 40).

Dulce María Borrero (1926, p. 239) questiona: "Saída das escolas de hoje [primeiras décadas do século XX] esse poderoso exército de trabalhadores e artistas, que é o único exército capaz de salvar as nações da morte?" Sua premissa é que somente a formação de uma infância amante da paz permitirá alcançar o "homem antibélico do porvir" (BORRERO, 1936, p. 39). Propõe que a história dos próceres ensinada na escola "despoje as auréolas dos próceres de suas façanhas militaristas" e priorize as "virtudes de civilidade" e os valores vitais de liberdade e cultura que inspiraram suas ações revolucionárias (BORRERO, 1939, p. 43).

Sua perspectiva pedagógica inclui os conceitos centrais de "trabalho, ciência, arte e paz", argumentando que o corpo docente, as mulheres, o Estado e a sociedade cubana "devem ser uma única força no enfrentamento à ignorância e à miséria". Para tanto, torna-se necessária a criação de espaços de recreação infantil, o incentivo ao esporte, a intensificação do estudo das ciências e das belas-artes, e a legislação para abolir os jogos de azar e a venda de brinquedos bélicos[70] e conter o uso de armas de fogo (RICARDO, 2013, p. 40).

Por outro lado, o debate iniciado durante o último quarto do século XX sob a expressão "educação para a paz" reconhece a Escola Nova como origem, que também inspirou Dulce María Borrero no início do século. Apoiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), faz parte do desafio educativo em um contexto mundialmente assimétrico, com disparidades em expansão. Adota os valores de democracia, justiça, solidariedade, respeito à diversidade cultural (interculturalidade), tolerância, convivência, cooperação, autonomia, racionalidade e amor à verdade (ZARAGOZA, 2003; DÍEZ, 2007; CERDAS-AGÜERO, 2015). Assume o conflito como consubstancial à existência humana e defende que educar para a paz implica ação no microcosmo escolar e no macro nível das estruturas sociais (DÍEZ, 2007), mediante a prevenção de conflitos, a reconciliação, a não-violência, a dignidade humana e a cultura de paz (ZARAGOZA, 2003).

Nessa perspectiva, cabe ensinar tanto sobre os benefícios da concórdia quanto desaprender a violência e a predominância da intolerância (ZARAGOZA, 2003). Em outras palavras, trata-se de politizar os conflitos, pois preocupam tanto os horrores da guerra quanto as visões restritas aos encantos da paz (GALTUNG, 2014). Participativo e

70 A cubana Belinda Otilia de Ayala y Quintana (1862-1917), esposa do docente porto-riquenho Eugenio María de Hostos (1839-1903), apresentou uma proposta de proibição dos brinquedos bélicos à Liga das Nações (RICARDO, 2013).

orientado ao pensamento crítico, esse enfoque propõe o ensino-aprendizagem sobre soluções para conflitos relacionados à guerra, à violência e ao terrorismo, à desigualdade de gênero e aos danos ambientais, problemáticas sociais de longa duração e expressões diversas.

Este artigo constata o caráter precursor da contribuição de Dulce María Borrero Pierra para o debate sobre a educação para a paz. Seu ideário ultrapassou a compreensão tradicional sobre a instituição escolar para a infância e a pedagogia, ao atribuir centralidade à dimensão sociocultural e ao compromisso docente como eixos de transformação social. Embora o debate atual inclua valores como democracia e interculturalidade, não explícitos na pedagogia para a paz, esta última se mostra simultaneamente mais densa, em suas considerações sócio-históricas e territoriais, e pragmática, no sentido da influência alcançada nas políticas educacionais cubanas.

REFERÊNCIAS

BORRERO, Dulce María; GÓMEZ, Fidelma. **Cantos escolares**. Havana: Ministério da Educação do Governo Revolucionário, p. 182.

BORRERO, Dulce María. **A ornamentação da escola**. Revista de Instrução Pública, n. 3, 1926, p. 238-244.

BORRERO, Dulce María. **Do discursos**. O magistério e o futuro de Cuba. A Festa Intelectual da Mulher: seu significado atual; sua missão ulterior. Havana: Cultural S.A., 1935, pp. 10, 15-16.

BORRERO, Dulce María. **Educação pacifista da criança**. Revista América, ano 1, n. 2, 1939, p. 36-45.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. 13 abr. 1945, Havana, Cuba [a] Gabriela Mistral [manuscrito]. **O comitê executivo da Associação**. [s.d.]. Disponível em: https://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/623/w3-article-148459.html. Consultado em: 02.07.2025.

CASTELLANOS, Dimas. **A pedagogia de Dulce María Borrero**: "o único remédio para nossos males". 8 de nov. 2023. Disponível em: https://diariodecuba.com/cuba/1699463113_50879.html

CERDAS-AGÜERO, Evelyn. **Desafios da educação para a paz rumo à construção de uma cultura de paz**. Revista Electrónica Educare, v. 19, n. 2, p. 135-154, 2015.

CULTURACUBANA. Dulce María Borrero (1883-1945), pedagoga cubana. [S/D]. Disponível em: http://culturacubana.net/4-1-1-4-la-obra-poetica-de-dulce-maria--borrero-1883-1 945. Consultado em 02.07.2025.

DÍAZ CANALS, Teresa. **Futuro de sonho**: Dulce María Borrero. Espacio Laical, n. 1-2, 2020, p. 105-111. Disponível em: https://espaciolaical.net/wp-content/uploads/105-111-Futuro-de-ensue-nook-1.pdf

DÍEZ, Julio. **A educação para a paz e a não violência**. Revista Iberoamericana de Educación, v. 42, n. 2, p. 8, 2007.

DUARTE, C.; PAIVA, K. **A mulher de letras: nos rastros de uma história**. IPOTESI – Revista de Estudos Literários, v. 13, n. 2, p. 11–19, jul./dez. 2009.

ECURED. **Lola Rodríguez de Tió**. [S/D]. Disponível em: https://www.ecured.cu/Lola_Rodr%C3%ADguez_de_Ti%C3%B3. Consultado em 04.07.2025.

ELCOPOYLARUECA. **Dulce María Borrero**. "Horas de mi vida". [S/D].
Disponível em: https://www.elcopoylarueca.com/dulce-maria-borrero-horas-de-mi-vida-poemas. Consultado em: 02.07.2025.

FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. **Biografia de Dulce María Borrero de Luján** [Internet]. Barcelona, Espanha: Editorial Biografías y Vidas, 2004. Disponível em: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/borrero_de_lujan.htm. Consultado em: 02.07.2025.

GALTUNG, Johan. **A geopolítica da Educação para a paz**. Aprender a odiar a guerra, a amar a paz e a fazer algo a respeito. Revista de paz y conflictos, v. 7, p. 9-18, 2014.

HERRERA ROJAS, Luis Ramón; ESTUPIÑÁN GONZÁLEZ, Mirta. **Dicionário de autores da literatura infantil cubana**. Havana: Ediciones Unión, 2013.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ivón. **Dulce María Borrero**: Poetisa, educadora e feminista. Disponível em: https://blogcrai.upr.edu.cu/2021/01/15/dulce-maria-borrero-poetisa-educadora -y-feminista/. Consultado en: 02.07.2025.

NETO, Luiz; CRUZ, Juan. **Apontamentos sobre o ensino médio desde a colônia até 1959**. Um estudo comparado Cuba-Brasil. Revista HISTEDBR On-line, v. 23, p. 1-14, 2023.

RICARDO, Yolanda. **Nova visão de Dulce María Borrero**. Havana: Editorial Letras Cubanas, 1983, 316 p.

RICARDO, Yolanda. **Dulce María Borrero**: Uma intelectual plural. Revista História da Educação Latino-Americana, 15(20), 2013, pp. 19-44.

RODRÍGUEZ, Aurea Verónica. **Esboço histórico do ensino primário na ilha de Cuba: 1790-1868**. Arbor, v. 144, n. 567, p. 55, 1993.

RUANO-IBARRA, E.; RESENDE, V. **Agências de mulheres nas independências: das lutas bolivarianas aos levantes brasileiros.** Sociologias, Porto Alegre, v. 24, n. 60, p. 416-441, mai-ago 2022a.

RUANO-IBARRA, Elizabeth; RESENDE, Viviane. **A sub-representação da autoria de mulheres na bibliografia de disciplinas do ensino superior.** Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 18, n. especial, p. 1-31, 2022b.

RUANO-IBARRA, Elizabeth; RESENDE, Viviane. **Autoria de mulheres e desigualdade de gênero no ensino superior.** Linguagem em (Dis)curso, n. 23, p. 1-20, 2023.

SANZ MARCO, Manuel Carlos et al. **O que cantavam as meninas cubanas** (1925). Uma aproximação retrospectiva sem intenção crítica. Edetania, n. 40, p. 189-204, 2011.
VALDÉS, Eduardo. **Os temas das mulheres**: inferioridade e expressão. In: VALDÉS, Eduardo. O pensamento latino-americano no século XX entre a modernização e a identidade: do Ariel de Rodó à Cepal 1900-1950. Buenos Aires: Biblos, 2000. pp. 243-252.

VILLALOBOS, J. C.; TIZNADO, D. L. **Mercedes Marín**: as múltiplas facetas de uma mulher moderna (salonnière, educadora, poeta). Sua participação na configuração do ideário nacional. In: GUARDIA, S. B. (org.). Primeiro Congresso Internacional: As mulheres nos processos de independência da América Latina, Lima, Centro de Estudos da Mulher na História da América Latina, 2014, pp. 269-278.

WIKIPEDIA. **Dulce María Borrero.** [S/D]. Disponível em: https://en-m-wikipedia-org.translate.goog/wiki/Dulce_Mar%-C3%ADa_Borrero?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Consultado en 04.07.2025.ZARAGOZA, Federico Mayor. **Educação para a paz**. Educação XXI, n. 6, p.17-24, 2003.

PARTE II:
PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA APLICADA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ

Melissa Andrade Costa[71], Raquel de Carvalho Brostel[72]

Introdução

Este artigo apresenta o resultado de um exercício de avaliação realizado na Escola de Filosofia à Maneira Clássica - Nova Acrópole Asa Sul, no Distrito Federal, com a finalidade de identificar a sua contribuição para a formação humana com base na Filosofia Aplicada e o seu aporte para uma Cultura da Paz.

A avaliação buscou identificar em que medida Nova Acrópole, por meio de suas atividades cotidianas de aulas teóricas e práticas, pelas inúmeras ações de voluntariado (administrativas, pedagógicas, manutenção de instalações e docentes, dentre outras), e ainda pelas atividades culturais, influencia e promove resultados no que tange ao desenvolvimento de um indivíduo mais feliz e consciente, capaz de contribuir para a formação de um mundo em que predomine a busca pelo bem e os ideais de fraternidade, ecletismo e desenvolvimento integral do ser humano, conforme preconizado pela instituição. A racionalidade subjacente é a de que a formação de um indivíduo mais pleno e a promoção de ideais universais possa gerar uma Cultura da Paz na instituição e no seu entorno.

O exercício foi realizado a partir da construção de uma Matriz de Avaliação, onde foram estabelecidos indicadores para cada pergunta de avaliação. As dimensões de análise escolhidas foram adaptadas a partir dos parâmetros definidos pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), optando-se pelas seguintes dimensões: Relevância, Coerência, Eficiência, Efetividade, Impacto, Sustentabilidade (OECD, 2021) e Implementação da Cultura de Paz e Justiça.

A avaliação foi realizada a partir de métodos mistos – tanto dados quantitativos quanto qualitativos – a partir das seguintes técnicas: i) revisão documental; ii) questionário (survey); iii) entrevistas semi-estruturadas; e iv) grupos focais. A pesquisa realizada envolveu os membros, os professores e dirigentes da instituição, sendo realizada por uma equipe de voluntários que são membros de Nova Acrópole e que não fazem parte do corpo diretivo daquela unidade e possuem experiência nesta atividade

71 Melissa Andrade Costa tem experiência direta com o estudo e ensino da Filosofia Aplicada e atua como avaliadora de programas das Nações Unidas, mas não tem envolvimento direto na execução das ações no nível em que estas foram avaliadas. Ela pode ser contactada em melissa.andrade@nikeconsultoria.com.br.

72 Raquel de Carvalho Brostel é engenheira civil com atuação em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, aposentada da CAESB e voluntária de Nova Acrópole, mas não na unidade discutida neste artigo.

de pesquisa aplicada. O período de desenvolvimento do trabalho foi do mês de abril a outubro de 2024.

O conceito de Filosofia Aplicada

A Filosofia trata da busca por compreender questões relativas ao sentido da vida humana (RUSSEL, 2008) e a natureza íntima das leis da natureza. Neste contexto, a Filosofia Aplicada trata de fazer com que este conhecimento seja aplicado de modo a ajudar o indivíduo a viver em harmonia com as leis da natureza, ajudando-o a entender melhor a vida com base nos grandes filósofos de todos os tempos do Oriente e do Ocidente.

A Filosofia Aplicada tem a proposta de responder a uma necessidade humana de busca por ideais como liberdade, felicidade, amor e significado, em oposição ao status social e às projeções externas dos papéis sociais exigidos pelo meio. Trata-se de uma proposta que direcione o indivíduo a dominar a si mesmo, de forma a ser um agente ativo de mudança na sociedade.

O que é Nova Acrópole

A Organização Internacional Nova Acrópole (OINA) é uma Escola de Filosofia à Maneira Clássica que tem por objetivo desenvolver no ser humano aquilo que tem de melhor, promovendo a cultura e praticando o voluntariado. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que atua há 68 anos e possui mais de 500 unidades em mais de 50 países, contando atualmente com cerca de 54.000 voluntários (OINA, 2024).

Como princípios, a Nova Acrópole trabalha fundamentada em três pilares, que são: a) ideal de Fraternidade Internacional baseado no respeito à dignidade humana, mais além das diferenças raciais, de sexo, culturais, religiosas e sociais; b) Fomenta o amor à sabedoria e também o ecletismo por meio do estudo comparado de filosofias, religiões, ciências e artes, para promover o conhecimento do ser humano, das leis da natureza e do universo e c) Desenvolvimento do melhor do potencial humano, promovendo a realização do ser humano como indivíduo e sua integração na sociedade e na natureza, como elemento ativo e consciente para melhorar o mundo (OINA, 2024).

A partir desses pilares e de seus instrumentos de atuação - aulas de filosofia, diálogos, atividades culturais, voluntárias e de convivência -, a Nova Acrópole estimula que seus membros busquem, pratiquem e disseminem uma experiência permanente de conhecimentos filosóficos e culturais de todas as épocas e dos mais variados lugares, buscando uma convivência respeitosa, solidária e compreensiva, por meio do desenvolvimento de virtudes, valores éticos e morais permanentes.

As atividades de voluntariado, que representam uma das bases do funcionamento da Nova Acrópole, auxiliam no desenvolvimento e vivência do idealismo, da generosidade e o serviço à sociedade, com

responsabilidade e proatividade, visando o bem comum e a formação de seres humanos conscientes de seu papel na vida e no mundo.

A relação entre Filosofia Aplicada e a promoção da Paz

Nas últimas décadas, as ações voltadas à formação de uma "Cultura de Paz" se intensificaram no mundo. A ONU proclamou o ano 2000 como "Ano Internacional da Cultura da Paz" e o período de 2001 a 2010 como "Década Internacional para uma Cultura de Paz e não violência para as crianças do mundo".

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) apresentou o "Manifesto 2000 - por uma Cultura de Paz e Não Violência", escrito por um grupo de ganhadores de Prêmios Nobel da Paz, visando criar um senso de responsabilidade, em nível pessoal, para colocar em prática os valores, as atitudes e formas de conduta que inspirem uma cultura de paz, de modo que todos possam contribuir em sua família, seu bairro, sua cidade, sua região e no seu país. O Manifesto 2000 está fundamentado em 6 (seis) pilares: *respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta e redescobrir a solidariedade*. (UNESCO, 2010).

A Unesco tem um importante papel na promoção de uma cultura de paz no mundo e tem como âncora deste trabalho a promoção da educação como um direito intimamente relacionado com a conquista da paz, uma vez que atua como um instrumento capaz de formar mentalidades mais inclusivas. O preâmbulo de sua Constituição estabelece: "Como as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas". Percebe-se, portanto, a importância da atuação no nível individual para buscar a paz no nível coletivo (UNESCO, 2010).

Ainda de acordo com a Unesco (2010), a cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos, utilizando-se do diálogo, da negociação e da mediação, e fundamentando-se na tolerância e na solidariedade. Trata-se de um processo contínuo onde se deve aprender, desenvolver e praticar essa cultura no âmbito familiar, regional e nacional. Esclarece ainda que a paz para ser duradoura deve estar fundamentada na solidariedade moral e intelectual da humanidade.

Considerando os seis pilares estabelecidos pelo Manifesto 2000, os conceitos estabelecidos pela Unesco, em especial o direito à educação, resolução não violenta de conflitos, tolerância e solidariedade, e os três fundamentos do trabalho de Nova Acrópole acima mencionados, a avaliação, objeto desse artigo, identificou os seguintes pontos de convergência:

- O processo de implantação de uma Cultura de Paz parte do nível individual para o coletivo, por meio de um processo

educativo voltado à transformação e ao desenvolvimento pessoal, iniciando-se na mente do indivíduo. De forma similar, na Nova Acrópole estimula-se a busca pelo autoconhecimento e o desenvolvimento de si mesmo;

- A Cultura da Paz fundamenta-se na prática de um conjunto de valores, atitudes e condutas que inspirem relações pacíficas e harmônicas, de modo que todos possam contribuir. Tal comportamento também está presente naqueles que buscam o ideal de fraternidade;
- Uso do diálogo, da negociação e da mediação para resolução de conflitos, fundamentando-se na tolerância e na solidariedade, ou seja, um desenvolvimento humano baseado na prática de virtudes associadas às atitudes pacíficas como a bondade, a generosidade e a justiça, que são fortemente exaltadas na Nova Acrópole;
- A paz duradoura deve estar fundamentada na solidariedade moral e intelectual da humanidade, valores que são incorporados nas atividades práticas de Nova Acrópole onde se estimula o ecletismo, a convivência respeitosa, solidária e compreensiva, por meio do desenvolvimento de virtudes e valores éticos e morais permanentes.

Os seis pilares do Manifesto 2000 são fortemente associados aos pilares de Nova Acrópole, em especial ao ideal de fraternidade universal e ao desenvolvimento do melhor do potencial humano para que atue como elemento ativo e consciente na promoção de um mundo de paz, além da prática filosófica e permanente do diálogo.

Resultados da pesquisa

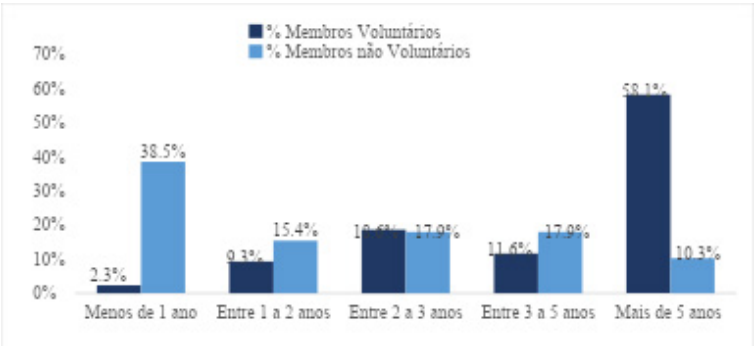
Conforme mencionado, a avaliação da Unidade Nova Acrópole - Asa Sul, no Distrito Federal, utilizou métodos mistos (qualitativos e quantitativos). O número total de pessoas consultadas foi de 115, sendo o público-alvo distribuído em quatro categorias: 1) 82 membros consultados via questionário do Google Forms; 2) 25 membros consultados por meio de grupo focal; 3) 6 pedagogos consultados por grupo focal; 4) 2 integrantes do corpo diretivo consultados por entrevista semiestruturada.

No total de pessoas pesquisadas, a maioria tinha idade acima de 40 anos (41 e 50 anos (28%) e acima de 60 anos (26%). O menor grupo de participantes pertence à faixa entre 21 e 30 anos (7%), 21% entre 31 e 40 anos e 18% entre 51 e 60 anos. Em termos de tempo de Nova Acrópole, a maioria dos pesquisados (35%) possuía mais de cinco anos como membro na instituição, o que sinaliza um maior envolvimento na proposta da Filosofia Aplicada.

A pesquisa identificou que 52% dos participantes atuam como voluntários. Dentre os membros voluntários 58,1% têm mais de 5 anos de

Nova Acrópole. Quanto aos participantes da pesquisa que não atuam como voluntários, observa-se que o maior percentual (38,5%) é dos que possuem menos de 1 ano. Entre 1 e 5 anos de Nova Acrópole, o percentual de membros que não atuam como voluntários se mantém entre 15% e 18%, reduzindo para 10% para os membros com mais de 5 anos. A Figura 1 apresenta esta distribuição dos voluntários e não voluntários.

Figura 1– Distribuição dos voluntários e não voluntários por tempo de Nova Acrópole



Fonte: Pesquisa realizada na Nova Acrópole Asa Sul, Distrito Federal (2024).

A pesquisa no *Google Forms* contemplou 22 perguntas objetivas e cinco perguntas abertas, que estão transcritas a seguir: 1) Avalie a contribuição do voluntariado para o seu processo de crescimento; 2) Comente sobre a contribuição das atividades culturais/artísticas de Nova Acrópole para promover a sua formação; 3) Qual você considera o maior diferencial/contribuição de Nova Acrópole aos seus membros; 4) Em que medida Nova Acrópole contribui para uma cultura de paz e justiça; 5) Você teria alguma sugestão para dar para a melhoria de Nova Acrópole. Para os Grupos Focais dos Membros e dos Professores foram feitas cinco perguntas abertas similares às descritas anteriormente.

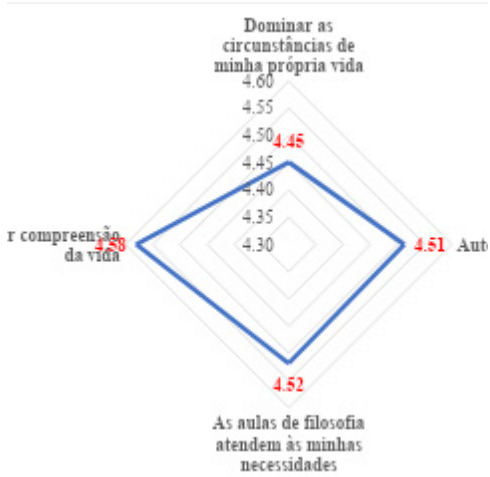
As perguntas objetivas foram avaliadas de 1 a 5, para pontuações mais baixa e mais alta, respectivamente. Os resultados apresentados nas Figuras 2 e 3 consideram a média da pontuação obtida para cada pergunta.

A Figura 2 apresenta os resultados relativos às quatro perguntas que avaliam o "Atendimento às necessidades de desenvolvimento dos membros", onde observamos que há uma pontuação média elevada (entre 4,45 e 4,58) para os aspectos elencados. No entanto, verifica-se que os aspectos "Melhor compreensão da vida", "As aulas de filosofia atendem às minhas necessidades" e "Autoconhecimento" foram mais bem pontuados que "Dominar as circunstâncias da minha própria vida". Embora as diferenças nas pontuações sejam pouco significativas, tal resultado pode sugerir que o último aspecto, que reflete uma condição

prática em que a pessoa consegue identificar com mais clareza os resultados objetivos em sua relação com a vida, é mais dificil de alcançar que os demais aspectos. Por outro lado, a participação em Nova Acrópole amplia a visão possibilitando maior compreensão sobre a vida.

Figura 2 - Atendimento às necessidades de desenvolvimento dos membros considerando os ensinamentos e práticas oferecidas na Nova Acrópole Asa Sul

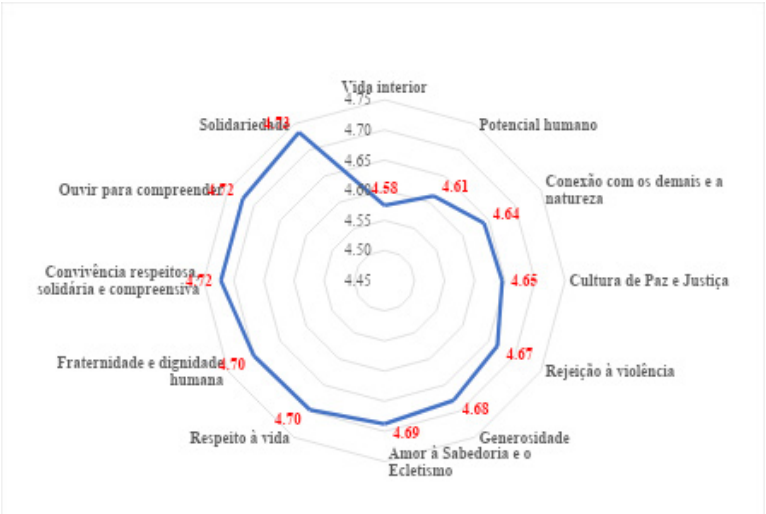
.



Fonte: Pesquisa realizada na Nova Acrópole Asa Sul, Distrito Federal (2024)

Na Figura 3 estão apresentados os resultados relativos às doze perguntas que avaliam a "Contribuição de Nova Acrópole" para o desenvolvimento humano e para a cultura de paz. Constata-se que a contribuição para o desenvolvimento de "solidariedade" e "ouvir para aprender" foram as mais bem pontuadas pelos entrevistados, enquanto a contribuição para a "vida interior" e para o "desenvolvimento do potencial humano" obtiveram as pontuações médias mais baixas. No entanto, assim como na figura anterior a pontuação média também foi bastante elevada em todos os aspectos (entre 4,58 e 4,73). Isso mostra como está havendo um desenvolvimento importante de valores, mas que as dimensões mais íntimas de relação consigo mesmo e uma transformação mais essencial ainda podem ser mais aprofundadas, o que é natural considerando que solidariedade e escuta ativa são atitudes mais fáceis de desenvolver do que a complexa capacidade de ter vida interior. Um dos elementos que se destaca na Figura 3 é a convivência respeitosa, solidária e compreensiva. Este elemento da convivência foi muito mencionado no levantamento de dados qualitativos e é um dos pilares para a promoção da uma Cultura da Paz. Há que aprender a conviver, formar laços para construir uma sociedade em que as diferenças sejam bem integradas e aproveitadas para o crescimento de todos.

Figura 3 – Contribuição de Nova Acrópole Asa Sul para aspectos diversos relacionados ao desenvolvimento humano e às virtudes relacionadas à cultura da paz e justiça.



Fonte: Pesquisa realizada na Nova Acrópole Asa Sul, Distrito Federal (2024).

As respostas abertas obtidas na pesquisa do *Google Forms*, nos grupos focais de membros e professores, e nas entrevistas com os dirigentes permitiram complementar a percepção dos membros para melhor compreensão da influência de Nova Acrópole no desenvolvimento humano e da contribuição para a cultura de paz. O Quadro 1 apresenta uma síntese das ideias expressas pelos membros considerando as dimensões determinadas para a presente avaliação, definidas como: relevância, efetividade, eficiência, impacto/ implementação de uma Cultura da Paz e sustentabilidade. Os aspectos relacionados às dimensões foram identificados a partir das análises das respostas abertas, considerando os pontos relevantes de cada categoria analisada.

De maneira geral, o Quadro 1 apresenta o impacto das ações de Nova Acrópole, tanto pedagógicas quanto voluntárias, e ainda em termos de cenário de convivência para gerar uma nova perspectiva de vida, com mais respostas para a compreensão da vida, melhoria de relacionamentos e a potencialização individual com a prática das virtudes aprendidas dentro e fora da sala de aula. Estes resultados são apresentados como uma síntese dos dados qualitativos coletados. Os resultados foram coletados nas áreas de Relevância, Efetividade, Cultura de Paz e Sustentabilidade. Esse mesmo Quadro destaca que um dos elementos formadores mais importantes se dá na *convivência*, pois ela é extremamente potencializadora do crescimento individual. O grupo se mostra como um alicerce para estimular comportamentos e atitudes valorosas de solidariedade,

amor, respeito e generosidade, entre outras e que transborda para além do grupo com que se convive, pois não se trata de solidariedade apenas com os que tem ideais afins, mas um espírito de unidade que perpassa a convivência com todos os seres humanos.

Quadro 1 – Principais resultados identificados na pesquisa para as dimensões da avaliação[73]

Dimensões da avaliação	Aspectos identificados na pesquisa
Relevância: Avaliar se as atividades de Nova Acrópole respondem às necessidades de seus membros na busca de autoconhecimento, compreensão e domínio das circunstâncias da própria vida	• **Marco na vida:** fazer parte de Nova Acrópole para alguns membros mostrou ser um marco, definindo um novo sentido da vida, um ponto de mudanças objetivas de valores e prioridades, a partir do autoconhecimento e maior compreensão de si mesmo e da vida. O domínio sobre as circunstâncias da própria vida é o aspecto que se mostrou mais difícil de implementar. • **Benefícios:** há um aumento da percepção sobre si mesmo e da capacidade de reflexão, de conciliação, tolerância e ordem na vida e no trabalho. ”

73 Neste quadro foram consideradas as questões de relevância, efetividade, impacto/implementação de uma cultura de paz e sustentabilidade, que eram pertinentes para o escopo deste artigo. Assim, os aspectos relacionados à eficiência (aspectos de gestão interna) não foram apresentados.

Dimensões da avaliação	Aspectos identificados na pesquisa
Efetividade: Avaliar as mudanças comportamentais dos membros, a implementação dos princípios de NA e a transformação em um ser humano melhor por meio das atividades de filosofia, cultura e voluntariado	• **Conhecimento filosófico**: possibilita ampliar a visão e maior compreensão da vida; aprofundar no mistério e sentido da vida. • **Autoconhecimento:** ampliação da percepção, compreensão e avaliação de nós mesmos visando ampliar a consciência e transformação pessoal. • **Desenvolvimento humano:** é baseado na tríade em que se apoia; a filosofia ensina a reflexão, a cultura aperfeiçoa, refina e eleva, e o voluntariado aproxima, une as pessoas. Estes pilares contribuem para o desenvolvimento de virtudes, valores e a formação de cultura de paz. • **Melhoria dos relacionamentos:** há um estímulo a ter mais qualidade e profundidade nas relações, praticando a tolerância e o respeito às diferenças. • **Cultura:** as atividades artísticas não somente ampliam a percepção da riqueza de outras culturas, mas também colaboram para desenvolver sensibilidade, vivenciar a harmonia e a beleza e a conectar com o que temos de mais elevado. • **Voluntariado:** a convivência em Nova Acrópole é especialmente estimulada pelo voluntariado. O contato com pessoas que vivem o mesmo ideal permite experienciar um ambiente cooperativo, harmônico e com senso de pertencimento

Dimensões da avaliação	Aspectos identificados na pesquisa
Impacto/ Implementação de Cultura de Paz: Avaliar como as mudanças comportamentais geradas pela participação em NA reverberam em melhoria de convivência, maior grau de felicidade e realização pessoal e como tem reverberado em seu círculo próximo. Avaliar como a formação de Nova Acrópole contribui para uma Cultura da Paz e Justiça	• **Transformação pessoal e impacto na sociedade:** os ensinamentos estimulam refletir sobre as próprias ações, identificando os pontos a serem trabalhados. A transformação pessoal gera transformações nas relações e nos ambientes de convívio, para além de Nova Acrópole, porém em escala menor. • **Redução da violência:** a prática do domínio de si mesmo, seja no plano mental, emocional ou físico contribui para a paz interna, nos relacionamentos e no mundo. • **Respeito ao ser humano:** orientação para valorização do ser humano, sem distinção de etnia, credo ou visões políticas, ampliando a escuta, a percepção do outro, abrindo as pessoas para aprender com as diferenças. • **Prática de virtudes:** a prática das virtudes (como bondade, generosidade, beleza e justiça) geram condições para promover os pilares da Cultura da Paz e justiça. O trabalho de transformação no nível individual é o mais importante para contribuir com a mudança na sociedade e no mundo. • **Ações de educação, sociais e de preservação ambiental:** As ações desenvolvidas pela Nova Acrópole nessas áreas possibilitam que seus membros reflitam e pratiquem os princípios e os ensinamentos filosóficos contribuindo para a mudança individual e a atuação na sociedade. • **Expansão de Nova Acrópole:** a filosofia aplicada vem sendo divulgada em todo o mundo, possibilitando levar os ensinamentos filosóficos para a sociedade. Foi sugerido que esta expansão deve ser cada vez maior para atingir mais pessoas e contribuir para a Cultura da Paz.

Dimensões da avaliação	Aspectos identificados na pesquisa
Sustentabilidade: Avaliar a gestão organizacional, a atividade-fim e as condições de se manter no longo prazo	• **Voluntariado:** maior componente para a sustentabilidade da estrutura é a formação de voluntários comprometidos e dirigentes dedicados a esta missão, como forma de garantir o trabalho a longo prazo.

Fonte: Pesquisa realizada na Nova Acrópole Asa Sul, Distrito Federal (2024).

Apresentam-se, a seguir, alguns comentários feitos pelos membros durante a pesquisa, os quais destacam a contribuição de Nova Acrópole para a cultura de paz e justiça:

- Não podemos contribuir para uma cultura de paz e justiça se não somos capazes de perceber o centro de paz dentro de nós. Esse é o ensinamento da Nova Acrópole;
- Nova Acrópole ensina a Fraternidade Universal entre a Humanidade e oferece Humanismo ao Ser Humano. Não há maior fomento para a Paz do que oferecer Humanismo ao Ser Humano;
- Aprendendo a conhecer a si mesmo e as leis da natureza, conseguimos entender e respeitar em cada ser humano sua visão de mundo e o que pode ser feito para unir este ser humano comigo.

Lições aprendidas e pontos de melhoria

A pesquisa identificou resultados importantes da Filosofia Aplicada para a promoção de uma Cultura da Paz e também permitiu identificar oportunidades de melhorias nos trabalhos realizados, com base nas sugestões apresentadas pelos membros. Estes pontos podem ser fonte de reflexão para outros trabalhos de natureza semelhante dentro e fora da organização, contribuindo para o aprendizado coletivo. Os principais pontos citados foram:

- *Promover esforços para a formação de professores e ampliar o foco no desenvolvimento de vida interior*: o esforço dos professores voluntários foi enaltecido durante a pesquisa, mas a vida interior, entre os itens avaliados, foi o que recebeu a menor pontuação, apesar de ser uma pontuação alta. O próximo passo para a instituição seria ampliar o foco no desenvolvimento sistemático da vida interior, que é um esforço que já estava em curso quando este artigo foi escrito.

- *Promover esforços no sentido de colaborar com os membros nos aspectos da vida prática*: foi manifestada uma demanda dos membros em receber mais formação em aspectos como administração do tempo, técnicas de estudo, gestão financeira, organização de espaços, como uma forma de conquistar competências necessárias para a vida cotidiana.
- *Ampliar esforços no sentido de promover atividades ecológicas, artísticas e de diálogo e convivência*: já há esforços intensos na instituição para a promoção destas atividades, mas foi manifestada uma demanda para o aumento destas atividades, especialmente no aspecto ligado ao meio ambiente.
- *Ampliar esforços para aumentar impacto e escala das atividades, visando expectativas para além do indivíduo, atingindo formadores de opinião, líderes e instituições externas e diálogo com as políticas públicas*: foi identificado um resultado claro na vida pessoal dos membros entrevistados, mas em menor dimensão nas organizações às quais pertencem influenciando processos sociais mais amplos. Há o potencial para fazer com que a Filosofia Aplicada possa ampliar o impacto sendo levada para instituições públicas e privadas e projetos para além das estruturas de Nova Acrópole.
- *Expandir Nova Acrópole para novas áreas geográficas, visando maior alcance, especialmente em locais mais vulneráveis*: entre os membros consultados foi identificada esta demanda por levar os benefícios da Filosofia Aplicada a mais pessoas, em particular em regiões mais vulneráveis, onde os indivíduos têm menos acesso a este tipo de conhecimento. Hoje existem sedes de Nova Acrópole em muitas regiões periféricas em todo o país. No entanto, diante das muitas vulnerabilidades sociais presentes no nosso cotidiano e do perfil solidário dos membros de Nova Acrópole, há esta demanda para ampliar as atividades, visando alcançar mais pessoas em áreas de vulnerabilidade econômica e social.

Considerações Finais

Em um mundo de crescente fragmentação, a Filosofia Aplicada se mostra como uma alternativa para a promoção da unidade e do diálogo. As sedes de Nova Acrópole normalmente reúnem pessoas de diferentes profissões, níveis de renda, etnias, religiões, idades e opções políticas que têm em comum inquietações sobre o sentido da vida e a busca de seu lugar no mundo. Na Escola de Filosofia Nova Acrópole, estas pessoas encontram um espaço muito diverso de diálogo e convivência, onde aprendem a exercitar a fraternidade independentemente destas diferenças, percebendo que, para além das diferenças externas, todos os seres humanos têm as mesmas necessidades de felicidade, autorrealização, con-

vivência, amor e propósito. Se esta fraternidade é possível de ser vivida, ainda que em pequenos núcleos, isso mostra que esta experiência pode ser ampliada no sentido de se gerar uma Cultura da Paz e do respeito, tão necessária no nosso momento atual.

É oportuno destacar que se trata de uma pesquisa inicial, com uma pequena amostragem, sendo recomendados estudos posteriores para aprofundar esta análise e gerar mais lições aprendidas que possam ser utilizadas por Nova Acrópole e outras instituições de cunho filosófico, cultural e filantrópico.

REFERÊNCIAS

OINA. Organização Internacional Nova Acrópole. **Anuário 2024**. OINA, Espanha, 2024.

OECD. Organization for Economic Cooperation and Development. **Applying Evaluation Criteria Thoughtfully**. OECD Publishing, Paris, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1787/543e84ed-en.

RUSSEL, BERTRAND. **Os problemas da Filosofia**. Editora: Edições 70; 1ª edição (7 julho 2008).

UNESCO. **Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo**. Brasília. São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. 256 p.

TUDO PODE SER PARTILHADO: A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA COMO CAMINHO PARA A PAZ

Regina Melo[74] , Henriqueta Camarotti[75]

Introdução

A Terapia Comunitária Integrativa (TCI) é uma prática terapêutica em grupo através da fala, de escuta e da construção de vínculos solidários, com o objetivo de desenvolver diálogos pacíficos e buscar soluções coletivas no meio das comunidades, nas ações de políticas públicas e nos programas de desenvolvimento humano de instituições não governamentais e de iniciativas da sociedade (CAMAROTTI e cols., 2011).

Como forma de ampliar a compreensão dessa metodologia humanista e pacificadora das relações, apresentaremos as bases teóricas, ao mesmo tempo que exemplificaremos a proposta da TCI através da descrição de uma Roda realizada numa favela em uma grande cidade brasileira, sendo fictícios os nomes dados aos protagonistas.

Como referência teórica, a TCI está baseada em cinco pilares fundamentais: o pensamento sistêmico, a pedagogia de Paulo Freire, a teoria da resiliência, a antropologia cultural e a teoria da comunicação. Esses pilares estruturam uma abordagem que reconhece o ser humano em sua totalidade, inserido em contextos sociais, históricos e afetivos, valorizando os saberes populares, a escuta atenta e o diálogo horizontal, em uma metodologia que promove a partilha de vivências em rodas de diálogo, acolhimento e fortalecimento grupal e comunitário. Cada participante é reconhecido como sujeito da própria história, e é nesse encontro de histórias que podem emergir vínculos solidários e a ressignificação de desafios e dores vividas, tendo como resultado possível, entre outros, a construção de uma Cultura de Paz.

As rodas de TCI facilitam a compreensão do sofrimento não só na perspectiva individual, mas também como ser coletivo, estimulando

74 Socióloga, terapeuta comunitária integrativa e formadora dessa metodologia no Brasil e outros países; fundadora do Movimento TEAR - POLO de Terapia Comunitária Integrativa de Sergipe; formadora das Técnicas do Resgate da Autoestima – Cuidando do Cuidador; atuante em instituições e projetos sociais das causas dos direitos humanos, melhora da autoestima e desenvolvimento de pessoas e comunidades no Brasil e outros países.

75 Neuropsiquiatra; mestre em psicologia; gestalterapeuta; terapeuta comunitária integrativa e formadora dessa metodologia. Professora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UNB (CEAM/UNB). Criadora da Abordagem Terapia Transessencial; autora dos livros: Resiliência: o poder da autotransformação; Consciência Autocurativa; Sete Passos para a Autocura; Superando a Depressão; e Autotransformação e Cura, além de várias publicações e capítulos de livros.

a resiliência dos participantes e a resiliência comunitária (RODRIGUES, CAMAROTTI e BARCELLOS, 2011). Importante ressaltar que a Terapia Comunitária Integrativa, mais do que uma metodologia terapêutica, representa um caminho de vida, que ensina a partilhar, acolher e a transformar dores em aprendizado, sofrimento em competência. Trata-se de uma verdadeira potencialização da resiliência pessoal, familiar e comunitária, assim definida de forma sintética nos princípios que fundamentam essa prática. Atualmente, existem cerca de 45 mil terapeutas comunitários praticantes dessa metodologia, no Brasil e em 25 outros países.

Como funciona uma Roda da Terapia Comunitária

Como forma de exemplificar uma prática da Terapia Comunitária vamos descrever uma Roda realizada, em contexto típico de populações menos favorecidas, em que cotidianamente surgem temas como a violência, conflitos entre seus moradores, falta de perspectiva dos adolescentes e jovens, perdas afetivas e materiais, e muitos outros.

> Estamos em uma favela brasileira. As cadeiras em círculo anunciavam que algo iria acontecer naquele local apertado, com paredes descascando e teto baixo. Pouco a pouco chegavam os seus ocupantes. Mãe carregando um filho no colo e outro na barriga; adolescente, ainda sem saber muito do que se tratava, sentou-se fora do círculo, quase saindo pela porta; algumas mulheres entravam falantes e outras com respiração ofegante como se quisessem expressar sua raiva. Homens? Apenas dois se aproximaram timidamente. Era o prenúncio de uma roda, a Roda de Terapia Comunitária Integrativa (TCI). No ambiente uma expectativa sombria, derivada de que dois adolescentes moradores da comunidade haviam sido recentemente espancados e levados pela polícia. Mesmo antes da chegada dos terapeutas, os presentes começaram uma acalorada discussão sobre a prisão dos rapazes. As opiniões divergiam frontalmente. Entre as mulheres, uma se apresentava como mãe de um dos adolescentes e, com muita raiva, jurava vingança aos denunciadores dos menores. Outras praguejavam contra as injustiças e algumas defendiam a atitude da polícia. Daquela discussão seria possível emergir alguma solução?

Vejamos como a proposta da Terapia Comunitária Integrativa poderia ajudar aquelas pessoas sofridas pelo abandono do Estado, da brutalidade do meio e incompreensão de seus pares.

Adalberto Barreto, psiquiatra, antropólogo e professor da Universidade Federal do Ceará (UFCE), recém-chegado de seu pós-doutorado na França, nos idos de 1989, ao conhecer de perto a violência da Favela do Pirambu em Fortaleza e de tantas outras existentes no Brasil, propôs

desenvolver uma abordagem que respondesse aos anseios de uma vida melhor daqueles moradores e, de quebra, representasse uma ação pacificadora da violência reinante. Através dos pacientes encaminhados ao ambulatório de psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFCE, Barreto percebeu que as questões vivenciadas por aquelas pessoas ultrapassavam a necessidade de uma atitude terapêutica individual sendo sofrimentos provocados pelas condições de vida, da violência, da exclusão e do abandono. Atendê-las exigia, portanto, além de um olhar clínico, um olhar sociocultural, qual seja o de conhecer e compreender o contexto do qual emergia tanto sofrimento. Assim, numa combinação de sensibilidade e conhecimento, a partir de sua atuação na própria comunidade, Barreto propôs as bases de uma *Terapia Comunitária Integrativa*, como método de promoção de saúde, resiliência, cidadania e fortalecimento de vínculos solidários.

> Três terapeutas comunitários, sendo dois em formação, entram naquela sala úmida e improvisada e, de imediato, se surpreendem com o clima tenso. Dalva, a terapeuta mais experiente, abraça seus colegas e, com tranquilidade, cochicha pedindo que confiem na abordagem proposta da TCI que iriam realizar naquele dia. Nesse momento, chegam mais um casal, duas idosas e uma grávida. Como de praxe, os terapeutas oferecem chá e biscoitos, e convidam todos a sentarem-se na Roda. Após as boas-vindas, Dalva canta "Seja Bem-vindo, oh lê, lê", uma forma costumeira de acolhimento nas Rodas, buscando assim uma possível sintonia dentro daquele grupo esfacelado pelo medo e pela raiva. Sergio, um dos terapeutas em formação, conduz o Acolhimento, primeira etapa da Terapia, estabelecendo as regras de convivência da Roda – não julgar, não fazer discurso, cada um fala do "eu", da sua história e do seu sofrimento e, os que desejarem, podem sugerir músicas, ditados populares ou poesias que coadunem com o tema vigente, solicitando que se compartilhem fatos significativos, como aniversários ou algo de sentido positivo para cada um, naquela semana. A dinâmica de aquecimento realizada nessa etapa começa a diluir as tensões inicialmente instaladas, e, com alguma dificuldade, os participantes começam a se soltar e, aos poucos, integram-se ao clima da Roda.

Entre os princípios que regem a TCI, a superação dos desafios e das dificuldades devem surgir do coletivo, verdadeiro espaço de ressignificação dos acontecimentos, de partilha de histórias de vida, além da construção de vínculos. Isso dá aos condutores da Roda maior sustentação na condução, sendo que a experiência de TCI, mesmo em diferentes culturas e contextos, pode desenvolver potencial transformador nas pessoas, nas

famílias e nas comunidades, ao facilitar a superação de desafios sociais, emocionais e econômicos, transformando histórias individuais em aprendizados coletivos. Nas rodas de TCI o que se aprende, enfim, é que a dor, quando partilhada, deixa de ser um fardo solitário para se tornar fonte de conhecimento e transformação. Apreende-se que não estamos sozinhos nos desafios e que a superação em parceria potencializa os recursos de cada um.

> Dalva inicia a segunda etapa da Roda, a Escolha do Tema: "agora vamos falar de nossas dores". E de forma didática, dirige-se ao grupo perguntando: "por que é importante falar daquilo que nos afeta e nos gera estresse?". E, utilizando-se de uma frase presente nos primórdios da TCI na Favela do Pirambu, diz: "quando a boca cala, os órgãos falam e quando a boca fala, os órgãos saram". O corpo fala através das enxaquecas, das gastrites, das dores na coluna, etc. Aberta a palavra, todos que quiserem podem colocar seu problema ou preocupação, enquanto o terapeuta busca a síntese, primeiro para devolver à própria pessoa e, depois no conjunto, repassar as questões trazidas pelos participantes para reflexão do grupo. Rita foi a primeira a falar, estava assustada com a violência na comunidade. Seu primo morreu recentemente num assalto a mão armada. Fala do seu medo de sair nas ruas e perde o sono só de pensar no risco que seus filhos correm ao sair para a escola. Iracilda, tem uma crise de choro e balbucia que não consegue falar naquele momento. Ela é mãe de um dos jovens levados pela polícia. José, um senhor de 68 anos, toma a palavra e diz que seu problema é perceber que os "jovens de hoje" só querem saber de drogas e balada e que a polícia tem que ser mais enérgica. Quando Anita, a outra terapeuta em formação, perguntou qual era seu sentimento, Sr. José falou que era de revolta com a juventude. Tatiane, grávida de 8 meses, falou do arrependimento e medo de colocar mais uma pessoa no mundo de hoje. Das Graças, a irmã de Iracilda, falou de sua dor, pois já tinha perdido um filho para as drogas e agora via seu sobrinho nas mãos de uma polícia agressiva e injusta. Relata sentir-se desprotegida até diante daqueles que deveriam cuidar da população. Como última a falar, Sônia, ainda emocionada, fala que seu filho de 12 anos já está se desviando do bom caminho, por conta das más companhias da Favela e acrescenta que tem sofrido muita violência do companheiro. Então, Dalva, percebendo que o grupo entrou em silêncio, devolveu para a roda, de forma sintética, os sentimentos expostos pelos participantes: medo de sair nas ruas, revolta com a situação vivida na comunidade, indignação com os jovens da comunidade, medo de

> perder o filho para o convívio das drogas, medo de colocar um filho no mundo e sentimento de insegurança e desproteção.

A escuta dos terapeutas formados pela TCI deve ser atenta e acolhedora, promovendo assim confiança para que os participantes se expressem. Cada participante deve falar apenas na primeira pessoa ("eu"), e não receber julgamentos ou outros tipos de discursos. Cabe aos terapeutas cuidarem para que as regras sejam seguidas, respeitando a diversidade e acolhendo os sofrimentos individuais.

> Após apresentar ao grupo a síntese dos temas colocados, Dalva propõe que votem na questão que mais tocou cada um. O grupo escolhe o tema de Iracilda: o sentimento de insegurança e desproteção vividos na Favela. A partir daí a terapeuta pede que Iracilda explique melhor seus sentimentos e avisa que todos, terapeutas e participantes, podem fazer perguntas à pessoa escolhida, buscando compreender melhor a situação vivenciada por ela. Esta etapa é denominada de Contextualização. As perguntas são importantes porque, além de clarear melhor o sofrimento do protagonista escolhido pelo grupo, revelam a necessidade dos demais de conhecer e ressignificar suas próprias histórias.

Na sua prática, o terapeuta comunitário não escolhe quem fala ou os temas colocados ou escolhidos. Sua função é fazer seguir com harmonia a sequência das etapas preconizadas pelo método. A TCI pode ser aplicada em vários contextos e diferentes faixas etárias, tem se expandido e se consolidado, sendo hoje reconhecida como uma ferramenta poderosa de cuidado em saúde, educação, assistência social, justiça, etc. A TCI está hoje inserida no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no campo da saúde mental, na Atenção Psicossocial (CAPS) e na Atenção Básica de Saúde, com amplo potencial em cada um desses campos (GOULART, 2021). Pelos resultados evidenciados no país, essa metodologia foi inserida nas Práticas Integrativas e Complementares (PICs) preconizadas pelo Ministério da Saúde. Também vem sendo utilizada na área da educação, particularmente em escolas públicas, como forma de apoio emocional aos alunos, familiares e professores e prevenção da violência. Na educação existem várias publicações mostrando a prática de Rodas nas escolas como uma estratégia para a construção da Cultura de Paz. Segundo Souza e Matos (2012), a realização das Rodas mostrou que ações baseadas no diálogo, no respeito, na solidariedade, na reflexão, e outros elementos de crescimento e de formação do cidadão, são fundamentais para um projeto pedagógico escolar e pacificação da convivência.

No campo da assistência social, insere-se nos Centros de Referên-

cia de Assistência Social- CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS -, além de programas de enfrentamento à violência contra mulheres e crianças, sofrimentos do cotidiano, relações interinstitucionais, equipes de trabalho, adolescentes em conflito com a Lei etc. A prática da TCI também se desenvolve no sistema prisional, em projetos com refugiados, além de programas voltados para a pacificação das relações e Cultura de Paz. Tal presença institucional vem reforçar seu reconhecimento como estratégia de cuidado fundamentada na escuta, na empatia e no fortalecimento comunitário.

Avancemos então na nossa Roda...

> Uma vez clareada melhor a situação do tema escolhido, Sergio, o terapeuta em formação, cria um "mote", significando a ideia chave gerada pelo depoimento da Iracilda, e assim solicita ao grupo o compartilhamento de suas histórias de vida. Para isso Sergio coloca a seguinte pergunta: "quem já viveu uma situação parecida, o que fez ou está fazendo para superar? (mote Coringa)". Como forma de ampliar mais a pergunta se dirige para o grupo: "quem já viveu o sentimento de desproteção e insegurança na sua comunidade e o que fez ou está fazendo para superar? (mote Simbólico)". Nesse momento muitos dos presentes compartilham suas histórias, vivências de violências sofridas, medos, agressões dos próprios vizinhos, e, como solicitado pelo terapeuta, os depoentes vão acrescentando em sua fala as formas de superação que conseguiram identificar nas suas experiências. Estas são as *pérolas* nascidas das dores e dos sofrimentos através dos mecanismos *resilientes* que cada um descobre dentro de si mesmo. E, aos poucos, o grupo vai se unindo na dimensão humana, no sentimento de fragilidade e da necessidade de juntar as forças para superar um problema que se revelou tão comum entre todos.

Interessante perceber que aquelas pessoas que chegaram na Roda tão isoladas nas suas dores, tão descrentes uns dos outros, vão se libertando do individualismo aterrorizante, a ponto de perceber aos poucos a força da sintonia reinante no grupo. Antes do encerramento da Roda, os terapeutas identificaram e apresentaram ao grupo as estratégias de superação – as "pérolas" – compartilhadas. Elas são como sementes que germinam e frutificam entre os participantes, ampliando o campo de possibilidades de enfrentamento pessoal e coletivo. Essas estratégias vão sendo introjetadas pelos participantes, alargando o campo de possibilidades de resolução pessoal e coletiva dos problemas.

Caberia, então, indagar: como a resiliência, faculdade tão fundamental para superação das dores pelo aprendizado, pode derivar da realização das Rodas de TCI? Para elucidar isso, cabe acompanhar a última etapa da Roda.

Durante a etapa do Compartilhamento, emerge a troca de experiências e estratégias, suscitando a passagem do problema que foi trazido, inicialmente, individualizado para um *modus operandi* realmente grupal. Após apresentar as 'pérolas' surgidas no grupo, Dalva inicia a etapa do Fechamento da Roda, assim, pede para todos se levantarem, e, em círculo, de mãos ou braços dados, agradece a todos que participaram de alguma forma, trazendo suas questões, escolhendo o tema, explicitando seu sofrimento, elaborando perguntas, compartilhando suas histórias e oferecendo suas *pérolas*, estratégias de superação colocadas à disposição de todos. Em seguida ela, de forma carinhosa e inclusiva, pergunta a todos "o que estou levando desta Roda?"; "o que aprendi e vou levar comigo"; "o que tocou meu coração?". Nesse momento, entre músicas, poemas ou pequenas histórias, sugestões incluídas nos combinados iniciais da Roda, os participantes declararam, entre muitos depoimentos, alguns exemplos: "eu estou levando que somos mais fortes juntos" "eu levo comigo a necessidade de identificarmos formas de cuidar do espaço público"; "eu entendi que devemos constituir uma associação para nos oferecer mais segurança e proteção aqui nesta comunidade", e assim sucessivamente. Sr. José, que inicialmente criticava os jovens, falou que "estava levando o quão difícil é para os jovens viverem num lugar de tanta violência e sem recursos para eles se desenvolverem adequadamente". De fato, todos os que falaram estavam falando em nome do "ser grupal", aprendido, introjetado pela partilha e acolhida sincera do sentimento do outro. Finalmente, Anita, propõe uma dinâmica que culmina num abraço coletivo e fraterno.

No final de cada Roda realizada, os terapeutas se reúnem para preencher os formulários de acompanhamento da atividade, focando sobretudo nos temas trazidos pelos participantes e aquele escolhido pelo grupo, além de anotar as estratégias de superação das dificuldades partilhadas. Após a dispersão do grupo, oportunidade em que se forma a rede natural de troca entre os participantes, os animadores da Roda refletem sobre o trabalho realizado, como se desenvolveu a metodologia, o que fariam diferente e o que levariam para suas futuras práticas. De fato, esta é a sexta etapa do processo entre as já apresentadas no exemplo trazido aqui neste artigo: Acolhimento, Escolha do tema, Contextualização, Compartilhamento, Fechamento da Roda e Reflexão dos terapeutas. Esta última etapa é realizada apenas pelos terapeutas animadores da Roda.

A Terapia Comunitária Integrativa e a Cultura de Paz

Com o exemplo de uma prática da TCI seguem algumas reflexões

sobre o porquê de a Terapia Comunitária Integrativa promover a Cultura de Paz? Vamos lá!

Partilhar sentimentos de forma fraterna e acolhedora não é apenas um ato, mas um modo de estar no mundo. A TCI amplia a consciência individual e coletiva, promove cidadania, resiliência, vínculos solidários e contribui para uma sociedade mais harmônica. Seu próprio criador, Adalberto Barreto, afirma ser este um fortalecimento que advém do grupo, da comunidade, da partilha, representando um princípio de atuação da TCI, em sua disseminação ampla, que ecoa entre os milhares de terapeutas formados e nas vidas dos participantes assim sensibilizados e transformados.

Percebe-se claramente que os terapeutas comunitários aprendem junto com os participantes das Rodas que, no compartilhamento de suas dores, desencadeiam uma reverberação entre os terapeutas animadores do encontro. A dor partilhada se transforma em força coletiva e empoderamento. Os terapeutas comunitários sentem-se privilegiados por mergulharem nesse espaço de encontro, onde a paz se faz no coração, nas ações e nas relações. A TCI é um espaço onde as pessoas se reconhecem como sujeitos de suas próprias histórias, agindo onde as famílias e as políticas públicas falham (CAMAROTTI, FREIRE e BARRETO, 2011) sendo os terapeutas comunitários parte dessa construção. "Ambos se beneficiam: a comunidade gerando autonomia e inserção social e os profissionais se curando de seu autismo institucional e profissional, bem como de sua alienação universitária" (BARRETO, 2010).

Fundamental lembrar, ainda, que a formação e a prática dos terapeutas comunitários geram transformações pessoais expressivas, levando-os a compreender a realidade da vida dos menos aquinhoados e o sofrimento coletivo na sua expressão mais profunda. Todos nós terapeutas comunitários somos convocados para um olhar mais amoroso e pacífico

das relações sociais e nas nossas vidas pessoais e familiares.

A Cultura de Paz se constrói nos grandes e pequenos gestos – nos protestos, na militância pela paz, no acolhimento, escuta atenta e oportunidade de comungar as dores vivenciadas. A TCI mostra que a paz começa ao ouvir e ser ouvido. Em um mundo marcado por conflitos, ela é um espaço de conexão e esperança. Paulo Freire (2019, 2021), uma das referências dessa abordagem, dizia: "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: as pessoas se libertam em comunhão". Essa ideia pulsa no coração da TCI. Em cada Roda percebemos a força que vem do coletivo, a capacidade de encontrar soluções verdadeiras porque emerge no seio onde os problemas são gerados. Os princípios da TCI apresentam vários pontos de convergência com a filosofia pedagógica de Paulo Freire, como por exemplo, identificar-se a circularidade e a horizontalidade da comunicação, a problematização como princípio pedagógico, a valorização dos recursos pessoais, das raízes culturais e o "inédito viável" (REIS e MARTINI, 2022).

A Terapia Comunitária Integrativa nos lembra que somos seres em relação; é no coletivo que nos fortalecemos. Ao partilhar, tornamo-nos mais humanos. Assim a TCI se agrega aos princípios da Cultura de Paz, pois ela está intrinsecamente relacionada à resolução não violenta dos conflitos, respeitando os direitos individuais e coletivos, assegurando a liberdade de opinião, sem confronto ou julgamentos e respeitando o limite entre o individual e o coletivo como enriquecimento da capacidade de superação.

Convidamos você a refletir: como o diálogo e a partilha de suas histórias e dores podem se transformar em pontes para a paz?

Como o simples gesto de partilhar — escutar, acolher, falar — pode tornar o mundo mais leve e pacífico?

REFERÊNCIAS

ASSIS, N.M. et al. **Grupo de empoderamento e terapia comunitária para mulheres em situação de violência doméstica:** relato de experiência. Revista Sanare. v.16 (2017): SUPLEMENTO - Congresso Internacional Saúde e Sociedade. Disponível em: https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1145

BARRETO, A. **Terapia Comunitária Integrativa passo a passo**. Fortaleza: Editora LCR. 2010.

BARRETO, A. **A Terapia Comunitária Integrativa constrói uma cultura de paz**. Disponível em: https://revistaconsciencia.com/terapia-comunitaria-integrativa-constroi-uma-cultura-de-paz/

CAMAROTTI, M.H. **A doença como fonte de transformação:**

um estímulo à resiliência comunitária. In GRANDESSO, M. e BARRETO, M. R. (Orgs.) Terapia Comunitária- tecendo redes para a transformação social, saúde, educação e políticas públicas. 2007.

CAMAROTTI, M.H; FREIRE, T.C.G.P. e BARRETO, A. **Terapia Comunitária Sem Fronteiras**: compreendendo suas interfaces e aplicações. Brasília: Charbel Gráfica e Editora. 2011.

CAMAROTTI, M.H. **Terapia Comunitária**: trabajando la salud en espacios públicos. The Oaxaca Book, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. 2021.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra. 2019.

GOULART, F. **Terapia Comunitária Integrativa**: uma luz sobre um mundo de desigualdade e conflitos. Blog: https://saudenodf.com.br/2021/09/10/terapia-comunitaria-integrativa-uma-luz-sobre-um-mundo-de-desigualdade-e-conflitos/ Publicado em 2021.

REIS, M.L.A.; MARTINI, M.G. P. A **Terapia Comunitária Integrativa (TCI) e o inédito viável do pensamento freiriano**. Revista Café Paulo Freire. v. 2, n. 2, jul-set https://revistas.icesp.br/index.php/CPF/article/viewFile/3000/1731 2022

RODRIGUES, J.C.; CAMAROTTI, M.H.; BARCELLOS, P.P. **Filosofia e a Terapia Comunitária Integrativa**. In: CAMAROTTI, M.H.; FREIRE, T.C.G.P. e BARRETO, A. Terapia Comunitária sem Fronteira. Brasília: Charbel Gráfica e Editora. 2011.

SOUZA, C. P.; MATOS, K. S. A. L. **Terapia Comunitária Integrativa como estratégia na construção da cultura de paz na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Joaquim Francisco de Souza Filho**. IN: MATOS, K. S. A. L. (org.). Cultura de paz, ética e espiritualidade III. Fortaleza, CE: Edições UFC, p. 68-82. 2012.

PROGRAMA NAMORAL COMO UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Suliane Beatriz Rauber[76], Aimeê Eduarda Vieira Borges[77], Luciana Asper y Valdes[78] e Marcos Paulo Teixeira de Almeida[79]

Introdução

A violência, em suas diversas formas de manifestação, tem sido um problema recorrente nas escolas. Dados da Polícia Civil do DF revelam um aumento de 24% nos casos de lesão corporal dolosa em escolas públicas do DF, passando de 276 registros em 2023 para 343 em 2024 (PCDF, 2024). Entre janeiro e abril de 2023, o Distrito Federal registrou 862 ocorrências de violência em escolas públicas. Esses números refletem a insegurança e a violação da dignidade enfrentada no ambiente escolar.

A litigiosidade crescente é verificada não só no número de ocorrências policiais, mas também nos processos judiciais. Em 2024 foram 35 milhões de processos novos, de todas as naturezas, o maior número da série histórica de quase 20 anos, com aumento de 9,4% em relação ao ano anterior (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 2024). Em 2023, o Disque 100, canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), registrou 9.530 denúncias de violência escolar entre janeiro e setembro, um aumento de aproximadamente 50% em relação ao mesmo período de 2022. Essas denúncias resultaram na identificação de 50.186 violações, abrangendo agressões físicas, *bullying*, discriminação e outras formas de violência (Agência Brasil, 2023).

Atualmente, a construção de sociedades mais justas, pacíficas e inclusivas depende diretamente da capacidade de formar cidadãos conscientes, éticos e engajados. Apesar da presença de leis e tratados voltados ao combate da violência, da corrupção e das violações de direitos humanos, esses problemas continuam a se manifestar de maneira complexa e interconectada em todo o mundo. A educação tem sido reconhecida como um instrumento de mudança social e um caminho para a promoção da cultura da integridade e da paz (UNESCO, 2021).

A cultura de paz vai além da simples ausência de conflitos; ela se manifesta por meio de valores, atitudes e comportamentos que

76 Diretora Pedagógica do Programa NaMoral no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

77 Estudante do 10º semestre de Psicologia no Centro Universitário - UDF.

78 Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e idealizadora do Programa NaMoral.

79 Mestre em História - Docente da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.

promovem o respeito à vida, à dignidade, à justiça social e à solidariedade. O Caderno de Convivência Escolar e Cultura de Paz (SEEDF, 2020) menciona a paz como um "fenômeno amplo e complexo que abrange a construção de uma estrutura social e de relações sociais caracterizadas pela presença da justiça, igualdade, respeito, liberdade, e pela ausência de todo o tipo de violência (GALTUNG, 1976)."

A educação se destaca como uma ferramenta poderosa de transformação social, pois permite que crianças e jovens desenvolvam habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais fundamentais para a convivência democrática e o exercício da cidadania. Além de transmitir valores e normas culturais, a escola também promove a reflexão crítica, capacitando os estudantes a questionarem padrões estabelecidos e a propor mudanças que respondam aos desafios contemporâneos, contribuindo para a evolução contínua das sociedades (UNESCO, 2019). É mencionada como um meio eficaz para reverter essa realidade, formando cidadãos críticos, valorosos, virtuosos, comprometidos com a integridade e a cultura da paz. Alinhado a esse propósito, surge o Programa NaMoral como ferramenta pedagógica para promoção da ética, integridade e cidadania que será discutido como uma experiência prática ao longo deste artigo.

Educação e Cultura de Paz

Uma sociedade mais pacífica está intrinsecamente ligada à formação de cidadãos íntegros. O NaMoral defende que para solucionar os conflitos em ascensão é preciso direcionar o tempo e energia das instituições para a educação. Mais ainda: uma educação para a paz e a integridade.

O artigo 8º da Declaração Universal de Direitos Humanos estabelece que "todo ser humano tem direito de receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os seus direitos fundamentais" (ONU, 1948). No entanto, o Sistema de Justiça, ao lidar apenas com violações já cometidas, oferece soluções paliativas. Para garantir um "remédio efetivo", é fundamental atuar na prevenção, promovendo a assimilação dos direitos antes que sejam desrespeitados. Caso contrário, os conflitos continuarão a crescer, aumentando a demanda por instituições policiais e jurídicas sem, contudo, resolver as causas subjacentes. A verdadeira efetividade depende de uma educação voltada para a paz e a integridade.

Esta educação para a paz se desenvolve em um ambiente que proporcione o florescimento de virtudes relacionadas à dignidade humana, das quais a integridade ganha destaque. Segundo a Prof.ª Lúcia Helena Galvão, em sua contribuição para a *Newsletter NaMoral* (2023):

> A integridade do latim *in* + *tangere* significa algo fiel à sua pureza original ou que não tenha sido profanado, tocado. Isto é, algo ou alguém que não se deixou corroer pelas forças externas,

> conservando sua consciência, firmeza e a fidelidade a si mesmo. O ser íntegro é caracterizado por preservar a identidade individual, não negociando sua própria natureza. Portanto, conclui-se que qualquer ser humano que cultive o amor e respeito a si experimenta o sentimento de dignidade a qual não o deixa corromper. Este não entrega parte de si como pagamento por algo, ao passo que aqueles que se deixam corromper, tornam-se mutilados que, na tentativa de esconder suas deformidades, cobrem-se com um manto bordado de ouro. Dessa forma, um ser humano corrompido já não é o que se pode chamar devidamente de um ser humano.

Tendo em vista o desenvolvimento deste ser humano íntegro, faz-se necessário oferecer ao estudante a construção de uma consciência que reflita sobre o dever e o querer, a partir de suas experiências práticas no ambiente educativo. A experiência prática virtuosa leva o ser humano a romper a crença de que não sabe, de que não vale a pena ou de que é penoso demais ser virtuoso, de modo que ele vai ter a recompensa do bem-estar que a virtude gera, vai desejar repetir essas práticas até que elas se tornem um hábito e isso começa a influenciar a sua volta, fazendo nascer uma nova cultura naquele ambiente. E a conquista disso no ambiente escolar acaba por estimular comportamentos pró-sociais, com uma postura ética, altruística, compassiva e pacífica em todas as relações. Para isso, o resgate dos valores e virtudes que envolve a consideração do outro na busca pelo bem comum é essencial (KOLLING; KOLLING, 2011, p. 89).

Essa prerrogativa faz parte da construção de uma educação digna, que se empenha pela qualidade da saúde mental, do bem-estar psicológico e da eficácia interpessoal dos estudantes, elementos adquiridos pelo cultivo das forças de caráter, dentro das virtudes (PETERSON; SELIGMAN, 2004), que têm por objetivo a formação de um sujeito que seja íntegro, socialmente honesto, confiável e que baseie suas relações no conceito da mutualidade (SCHLENKER, 2008), a fim de que, no desenvolvimento de seu potencial e de suas habilidades, ele se posicione coerentemente na sociedade, preservando os valores universais que proporcionam o bem comum.

No contexto educativo, a incorporação desses princípios ao Programa NaMoral amplia sua proposta pedagógica, incentivando os jovens a assumirem o papel de agentes transformadores dentro e fora da escola. Por meio de metodologias que envolvem a mediação de conflitos, o diálogo respeitoso e práticas colaborativas, o programa contribui para a consolidação de uma cultura de paz.

Alicerces do Programa NaMoral

O Programa NaMoral, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em parceria com a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF), foi criado para difundir o

conceito de cidadania plena e o valor da integridade nas comunidades escolares. Em 2024, o NaMoral esteve em mais de 70 escolas do DF, envolvendo diretamente cerca de 20 mil estudantes da educação básica pública. Seu projeto piloto aconteceu em 2019, em 9 escolas públicas, impactando diretamente mais de 250 estudantes. Os resultados alcançados em 2019 receberam reconhecimento pelo Conselho Nacional do Ministério Público no prêmio CNMP 2020, no qual o NaMoral obteve o segundo lugar na categoria Redução da Corrupção.

Com o objetivo de promover a paz, a integridade e a cidadania, o NaMoral está alinhado à legislação educacional brasileira. A Constituição Federal, em seu art. 205, define a educação como um meio para o pleno desenvolvimento da pessoa, a capacitação para o trabalho e a participação ativa na sociedade. Além disso, os objetivos fundamentais da República, expressos no artigo 3º, incluem a promoção de uma sociedade justa, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 2º) reforça essa perspectiva ao destacar a importância da cidadania fundamentada na solidariedade. No mesmo sentido, as Resoluções 4/2010 e 2/2012 do Conselho Nacional de Educação estabelecem que o currículo deve promover valores como o respeito ao bem comum, à ordem democrática e à formação ética dos estudantes, associando a educação à prática social. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) também contribui para essa construção, enfatizando o respeito à diversidade, à promoção da não violência e à participação social. Por fim, a Base Nacional Comum Curricular reafirma esse compromisso ao integrar temas voltados ao desenvolvimento da cidadania, da empatia e da resolução pacífica de conflitos.

O NaMoral é desenvolvido em etapas, apresentando rodas de conversa e missões aos estudantes, de modo que haja uma apropriação cognitiva e experiencial que construa uma narrativa existencial na qual as virtudes são vivenciadas pelos participantes e pela comunidade escolar. Essas experiências operam uma transformação integrada deste ambiente. Quanto mais escolas estiverem engajadas na promoção da paz e da integridade, mais conectado o conjunto se torna e sua sustentação e permanência ocorrem com maior facilidade. Isso é o estabelecimento de um ecossistema de integridade.

Em resumo, o Programa NaMoral se propõe a oferecer um ecossistema de integridade às comunidades escolares por meio de ações educativas e práticas que promovam o engajamento dos estudantes na missão de transformar eles próprios e sua escola em um ambiente de vivências de integridade, responsabilidade, respeito, cidadania, justiça, empatia e honestidade. O Programa trabalha em três eixos da integridade, que são:

INTEGRIDADE INDIVIDUAL – Visa manter a integridade pessoal com base no autoconhecimento sobre valores, princípios, forças de

caráter e virtudes. É essencial refletir sobre o quanto as escolhas diárias estão alinhadas a essa identidade virtuosa, compreendendo a verdadeira liberdade e exercitando a criatividade para preservar a própria essência. Os alunos são levados a fazer as seguintes reflexões: O que valorizo? Sou livre para manter coerência com esses princípios e valores em minha vida cotidiana? Como priorizo a fraternidade nas relações humanas? De que maneira posso ser criativo para não comprometer minha essência diante de pressões internas, hábitos arraigados e influências externas? Sou a mudança que desejo ver no mundo?

INTEGRIDADE COLETIVA – Neste eixo, vê-se a integridade não apenas como uma construção individual, mas relacional. Ela se fortalece na interação com os outros e na capacidade de influenciar positivamente os ambientes em que se está inserido. Quanto mais incentivamos a integridade e a virtude ao nosso redor, mais fácil se torna nosso próprio aperfeiçoamento. Os alunos são levados a se fazer as seguintes perguntas: Como me coloco no lugar do outro? O que posso fazer para transformar ciclos negativos em ciclos virtuosos? Nos meus relacionamentos, busco um equilíbrio justo ou coloco meus interesses acima dos demais? Como posso incentivar a vivência das virtudes no ambiente escolar e comunitário? Sou um pacificador e um impulsionador das excelências humanas?

INTEGRIDADE ALTRUÍSTA – Ter integridade também significa reconhecer a responsabilidade de agir além do círculo imediato, influenciando positivamente tanto o presente quanto o futuro. Isso envolve usar dons, talentos, virtudes e habilidades para restaurar danos e aliviar dores, mesmo quando não se é diretamente responsável por elas. O compromisso com o bem deve ultrapassar interesses pessoais, impactando vidas que talvez nunca possam retribuir. O que posso fazer para minimizar ou reparar problemas à minha volta? Além de transformar a realidade atual, que ações posso adotar para que essa mudança seja constante, incremental e duradoura?

Abordagens Pedagógicas

Nas abordagens pedagógicas, são utilizadas metodologias ativas para envolver os estudantes em atividades que desenvolvam habilidades socioemocionais e valores éticos. Entre as abordagens aplicadas, destacam-se:

- Gamificação: O programa cria desafios e missões que valem pontos, estimulando o aprendizado por meio de jogos educativos. A estrutura lúdica permite um envolvimento maior dos estudantes, tornando o processo de ensino mais dinâmico e eficaz.
- Aprendizagem baseada em problemas: Os estudantes são incentivados a identificar e solucionar problemas relacionados

à ética e cidadania. Essa abordagem promove o pensamento crítico e a capacidade de resolução de conflitos.

- Rodas de conversa: Diálogos estruturados promovem reflexões sobre integridade, responsabilidade e respeito. Essas atividades incentivam o desenvolvimento da escuta ativa e do diálogo construtivo.
- Projetos práticos: Ações como "Pegue e Pague", auditoria cívica e restauração de espaços incentivam o protagonismo juvenil. Os alunos têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, gerando impacto real na comunidade escolar.

APLICAÇÕES PRÁTICAS

NaMoral como Unidade Didática para o Ensino Fundamental: Anos Finais

A disciplina NaMoral para os Anos Finais é aplicada como componente curricular na Parte Diversificada (PD) da grade curricular da SEEDF. As escolas participantes atuam como times para cumprir missões e tarefas propostas. É por meio delas que os estudantes vivenciam os conceitos discutidos nas rodas, que experimentam o protagonismo nas ações e que constroem, coletivamente, soluções para a escola. As rodas de conversa são outra característica marcante, cujo objetivo maior é promover reflexões num sistema horizontal, isto é, "uma proposta de construção e reconstrução da realidade, por meio do ato educativo reflexivo, que acontece tanto por meio da fala e da escuta, quanto pela discussão participação" (MPDFT, 2022).

Seguem abaixo informações sobre a disciplina:

EMENTA: Integridade individual, coletiva e altruísta. Talentos e Virtudes. Coleta de dados relacionados à integridade junto aos colegas. Ambientação da escola para promoção de um ambiente que inspire integridade. Conhecimento acerca da relevância do zelo pelos espaços públicos. Ação de Responsabilidade Social fora da escola.

OBJETIVOS: Conhecer e compreender os conceitos de integridade. Desenvolver estratégias para agir com integridade diante dos dilemas do cotidiano. Desenvolver o raciocínio sócio moral pelo fortalecimento de valores e virtudes. Agir com mais integridade, ética e cidadania nas relações humanas e interações com o meio. Restaurar um espaço da escola.

MISSÕES

No decorrer das aulas os estudantes são convidados a cumprirem missões, que estão alinhadas aos conteúdos que estão sendo abordados em sala de aula. Na aplicação de 2024, as missões foram as seguintes:

Missão 1 - *Dando Vida ao Herói*. Consiste na criação de um herói,

ou na criação de uma liga de múltiplos heróis. Esta missão estimula a criatividade e o senso de identidade moral, incentivando os jovens a projetarem seus valores nos personagens, além de trabalhar a solidariedade, empatia e a união.

Missão 2 - *Dia "D" / Somos todos Embaixadores da Integridade*. Consiste na apresentação coletiva para a comunidade escolar de como funciona o jogo, por meio de atividades culturais, artísticas e lúdicas. Ela propicia o desenvolvimento de uma comunicação ética e criativa, transmitindo de forma estimulante a integridade para toda comunidade escolar.

Missão 3 - *O Herói Busca os Perrengues*. A escola produz um ou mais relatórios a partir da coleta de dados feita pelos alunos nas turmas sobre os conflitos que vivenciam. Tal empreendimento instiga o pensamento crítico acerca da responsabilidade social, trabalha a solubilidade dos problemas e o posicionamento do indivíduo enquanto agente de transformação.

Missão 4 - *Pegue e Pague*. Consiste na criação de um ponto de vendas coletivo, cujos compradores adquirem, pagam e retiram o produto sem intermediários ou vigilantes. Após alguns dias, é calculada a taxa de integridade da escola (razão entre os produtos vendidos e o valor arrecadado). Essa iniciativa lida diretamente com a honestidade e a confiança coletiva, visando o estabelecimento do ecossistema de integridade, por meio de um ambiente que zela pela transparência e a ética.

Missão 5 - *Restauração*. Os estudantes restauram, revitalizam ou criam um espaço comum na escola. Esta missão trabalha com a premissa do zelo pelo ambiente público, desenvolvendo nos estudantes a ideia de cidadania, responsabilidade, cooperação e sustentabilidade.

Missão 6 - *Um por Todos e Todos pelo Bem Comum*. Consiste em fazer uma ação social fora da escola, seja na comunidade ou em alguma instituição da cidade. Esta missão tem como premissa disseminar virtudes valorosas relacionadas à generosidade, gratidão, solidariedade e bondade, para benefício da comunidade.

Missão 7 - *Sarau NaMoral*. Consiste na apresentação para a comunidade escolar e para a família dos estudantes de como foram as experiências nas missões e sobre os temas trabalhados no NaMoral. Esta missão recorda cada uma das demais, gerando nos estudantes um senso de pertencimento, compartilhamento das suas vivências e a reafirmação de todo o aprendizado. Além disso, todos podem expressar-se artisticamente, contribuindo com reflexões acerca das experiências vividas.

As pontuações acontecem por meio das missões, pois com elas há a identificação das potencialidades individuais, os problemas locais e a capacidade de resolução destes pela própria comunidade. O herói e sua jornada, a identificação das forças de caráter dos integrantes, a mobilização da comunidade escolar, os feedbacks e a transformação social expressam toda a amplitude que essa estratégia de ensino-aprendizagem possui.

Disciplina NaMoral no Ensino Médio: ***Soft Skills*** e Integridade

A disciplina aprimora habilidades comportamentais relacionadas à interação social, ao trabalho em grupo e ao gerenciamento emocional em 20 aulas semestrais, cada uma com duração de 1h40 minutos. As aulas são estruturadas para promover uma aprendizagem significativa, conectando conhecimentos prévios aos novos, e colocando o estudante como protagonista do processo. Os temas envolvidos incluem autoconhecimento, forças de caráter e virtudes humanas, cultura da integridade, valores, moral e ética, altruísmo, empatia, comunicação não violenta, controle social, auditoria cívica e restauração de danos. Os estudantes exploraram conceitos como ecossistema da integridade, teoria das janelas quebradas, cultura da confiança e fazem práticas de restauração da integridade. A disciplina culmina com uma exposição sobre integridade e uma aula reflexiva sobre o percurso realizado.

Alguns Resultados

Entre 2016 e 2017, o programa chegou a 196 escolas e envolveu 31.560 estudantes, levando palestras, vídeos e intervenções educativas realizadas por voluntários internos do MPDFT a diversas regiões administrativas do Distrito Federal. Em 2018, o programa Cidadão Contra a Corrupção alcançou diretamente 109 escolas e mais de 17 mil alunos nessas regiões. Em 2019, o projeto foi renomeado para NaMoral, tornando-se uma atividade extracurricular composta por sete encontros, missões e rodas de conversa sobre dilemas éticos, envolvendo 9 escolas, 136 professores e 5.700 estudantes. O índice de aprovação entre os estudantes foi de 98%, e o projeto ganhou visibilidade na mídia, com 13 reportagens, incluindo Globo e Record. Nos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia, a aplicação presencial foi suspensa, mas o MPDFT e a SEEDF transformaram o NaMoral em matérias eletivas e trilhas de aprendizagem para o Novo Ensino Médio. Em 2022, o projeto foi retomado como atividade extracurricular em 12 escolas de Ensino Fundamental, impactando mais de 270 estudantes, 56 professores e formadores, e 71 facilitadores capacitados, com apoio da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE). No ano seguinte, 24 escolas do Ensino Fundamental, anos finais, participaram do projeto como conteúdo da disciplina Parte Diversificada, envolvendo 89 professores e 4.000 estudantes, além da expansão para os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. Em 2024, o NaMoral atendeu os Anos Finais do Ensino Fundamental como conteúdo de Projeto Diversificado e ao Ensino Médio como disciplina eletiva, alcançando 78 unidades escolares e aproximadamente 20 mil estudantes. Já em 2025, são 74 unidades curriculares envolvidas, e o projeto está em expansão para outras faixas etárias da educação básica.

Adesão a Valores Sócio morais como resultados Significativos

O artigo "NaMoral Game como experiência para o desenvolvi-

mento de valores sócio morais em adolescentes" (BORGES et al., 2023) apresenta evidências dos impactos positivos do programa. Trata-se de um estudo que envolveu estudantes da 1ª série do Ensino Médio do CED 308 do Recanto das Emas, que participaram do programa NaMoral *Game* em 2022. Os resultados obtidos pela coleta de dados, envolveram perguntas de ordem qualitativa, como por exemplo, uma pergunta aberta: "O que é integridade para você?", que tiveram as seguintes respostas: "Na minha opinião, integridade é agir de acordo com princípios morais e éticos, sendo honesto, íntegro e consistente em todas as áreas da vida"; "fazer o certo mesmo sem ter ninguém olhando ou julgando."

Houve também um questionário de caráter quantitativo, que apresentou dados relevantes. Por exemplo, os participantes observaram mudanças comportamentais, 64,7% deles afirmaram melhora na capacidade de ouvir os colegas e dar apoio a eles diante de dificuldades. Já do ponto de vista moral, os dilemas que envolviam características sociais, obtiveram grande assimilação; 94,1% dos estudantes rejeitaram a ideia de que furar a fila do lanche não causaria danos reais. Os itens que envolviam infrações contra o patrimônio público também alcançaram altos índices de aceitação (98%). Por fim, foi possível observar que itens que não atingiam diretamente o outro e que tinham dilemas morais mais complexos receberam respostas marcantemente ambíguas, prevalecendo as respostas "não concordo, nem discordo", como: "Plagiar um trabalho da internet não faz mal a ninguém" (41,2%).

Portanto, foi possível compreender por meio deste estudo transversal, que parte da amostra pôde ser colocada no nível pós-convencional e no quinto estágio de desenvolvimento sócio moral, que se refere a cumprir parte de um acordo entre as pessoas, com preceitos escolhidos anteriormente entre elas. Visto que houve predominância de aspectos relacionados ao meio social somado à perpetuação dos princípios e valores éticos universais. Isto se deu devido à incidência de respostas relacionadas ao contrato social dentro do ambiente escolar, reafirmando a característica principal desta etapa, "o melhor para o maior número de pessoas" (REGO, 2003, p. 87).

Já os demais estudantes puderam ser alocados no nível convencional, no quarto estágio de desenvolvimento, devido à presença de respostas que, mesmo apresentando consciência moral, as convenções sociais obtiveram maior força diante da sua tomada de atitude. O bem-estar e harmonia do grupo são considerados como os elementos mais importantes nas decisões morais, fato marcante deste estágio de desenvolvimento sócio moral (Ibid., p. 87).

Diante disso, é possível compreender o papel singular que o NaMoral ocupou na vivência dos adolescentes envolvidos, oferecendo a todos a oportunidade de aperfeiçoamento de seu raciocínio sócio moral, a ampliação de seu repertório moral, a fim de que no final do processo eles alcançassem maior autonomia e uma tomada de decisão mais consciente, alicerçada na busca pelo bem comum e em comportamentos virtuosos.

E, a partir disso, serem agentes ativos na perpetuação da Cultura da Paz.

Logo, pode-se afirmar, que a implementação do NaMoral vai ao encontro da necessidade de um sistema educacional que forme cidadãos íntegros e conscientes de seu papel na sociedade. O programa não apenas educa sobre valores, mas também propõe a prática desses princípios no cotidiano escolar e comunitário, contribui significativamente para redução de comportamentos antissociais e fortalece a coesão social. A experiência do NaMoral demonstra que a formação de valores é um processo contínuo, que deve ser incentivado em todas as etapas do desenvolvimento educacional.

Considerações Finais

O Programa NaMoral demonstra que a educação para ética, integridade e cidadania pode ser uma ferramenta importante na construção de uma sociedade mais justa e pacífica. Ao incentivar a participação ativa dos jovens e promover valores como respeito, responsabilidade e empatia, o programa contribui significativamente para a cultura de paz. Sua expansão e adaptação para diferentes contextos podem fortalecer ainda mais essa transformação social. A cultura da integridade promovida pelo NaMoral pode ser um fator determinante para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Violência nas escolas tem aumento de 50% em 2023**. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/violencia-nas-escolas-tem-aumento-de-50-em-2023/. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Fundamental 1. ed.2. Brasília: MEC. 2021. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

BORGES, A. E. V.; FREITAS, I. M.; SILVA, S.; MIRANDA, M.; RAUBER, S. NaMoral Game como experiência pedagógica para o desenvolvimento de valores sociomorais em adolescentes. **Revista Com Censo Jovem**: Iniciação Científica de Estudantes da

Educação Básica, Brasília, v. 2, n. 2, 2023. Disponível em: https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/rccj/article/view/1760. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

CASEY BJ; HELLER AS; GEE DG; COHEN AO. Development of the emotional brain. **Neurosci Lett**. 2019 Feb 6;693:29-34. doi: 10.1016/j.neulet.2017.11.055. Epub 2017 Dec 5. PMID: 29197573; PMCID: PMC5984129.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Justiça em Números 2024**. Brasília: CNJ, 2024. (Ano-base 2023). Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/02/justica-em-numeros-2024.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

D´AUREA-TARDELO, Denise. A manifestação da solidariedade em adolescentes: um estudo sobre a personalidade moral. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2008, v. 28, n. 2 [Acessado: 30 Setembro 2021] , pp. 288-303. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200006>. Epub 25 Jun 2012. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200006.

DISTRITO FEDERAL. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Programa NaMoral**: integridade, ética, cidadania. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2021. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/namoral/. Acesso em: 02 nov. 2024.

_____ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Programa NaMoral**: Apostila do professor para o Ensino Fundamental: Anos Finais. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2024, 53 p. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1QxOStpfIRHOF2YLJJA6JEWQIKNwVRAQJ/view >, acessado em 20 de outubro de 2024.

_____ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Programa NaMoral**: Manual do professor: Soft Skills e Integridade. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2024, 53 p. Disponível em <2024 - Ensino Médio - Manual do Professor - Soft Skills e Integridade FEV24.pdf>, acessado em 20 de outubro de 2024.

_____ Na Moral: **Boletim Informativo do MPDFT**. 2. ed. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://

www.mpdft.mp.br/namoral/images/pdf/newsletter/newsletter_namoral_2_edicao_2023.pdf. Acesso em: 14 de fevereiro de 2025.

GUIMARÃES, M.; SOBRAL, F.; MENEZES, I. Adolescência na escola: o desafio do desenvolvimento integral. Um estudo sobre as opções pedagógicas e organizacionais de uma escola kentenichiana. **Revista Interacções**, p. 82p.-109p., 2007.

KOLLING, J.; KOLLING, J. I. Ética da solicitude na prática docente. **Diálogo**, v. 1, n. 19, p. 81-95, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos . Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. Nova York: ONU, 1999.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. – Porto Alegre: Artmed, 2013.

PCDF. **Informativo Criminal** nº 77/2024: Violência nas escolas públicas, DF (2022-2023). Protocolo nº 1013220/2024 - DGI. Processo SEI nº 00052-00014633/2024-48. Brasília: Polícia Civil do Distrito Federal, 2024.

PETERSON, C.; SELIGMAN, M. E. P. **Character strengths and virtues**: a handbook and classification. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

REGO, S. **Teoria do Desenvolvimento Moral de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg**. In: A formação ética dos médicos: saindo da adolescência com a vida (dos outros) nas mãos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 75-102. ISBN 978-85-7541-324-1. https://doi.org/10.7476/9788575413241.0005.

SCHLENKER, Barry R. Integrity and character: Implications of principled and expedient ethical ideologies. **Journal of social and clinical psychology**, v. 27, n. 10, p. 1078-1125, 2008.

SEEDF. **Caderno de Convivência Escolar e Cultura de Paz**. Brasília, DF: SEEDF, 2020.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das teorias

do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 101–108, jan. 2012.

UNESCO. **Fortalecimento do Estado de direito por meio da educação**. Um guia para formuladores de políticas. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), 2019. Disponível em: http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en. Acesso em 30 de jan. 2024.

UNESCO. **Capacitar estudantes para sociedades justas**: um guia para professores da educação primária. Brasília: UNESCO, 2021. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378550

VALDES, L. A. Y. et al. **Projeto NaMoral**: Formação para integridade na educação. In: Fabíola Orlando; Leonardo Gomes de Aquino. (Org.). Convenção Mundial de Excelência Jurídica: por um país fundado na integridade, bem-estar e cidadania. 1ªed. Belo Horizonte: Editora Expert, 2023, v. Único, p. 107-119.

ZAPPE, J.; ALVES, C.; DELL'AGLIO; Débora D. Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 1, p. 79-100, 2018.

EDUCAÇÃO PARA COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO MUNDO DOS *SMARTPHONES*: A EXPERIÊNCIA DA CRIANÇA PARA O BEM NA PROMOÇÃO DE VALORES PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

Paulo Passos[80] e Raquel Brostel [81]

Introdução

De acordo com o eminente psicólogo Jonathan Haidt (2024), autor da obra "A Geração Ansiosa", o mundo desejável e mesmo ideal para crianças e adolescentes é aquele que lhes oferece a possibilidade de brincar livremente, de conectar-se com outras crianças, de expor-se ao risco e de realizar um aprendizado social. O brincar é uma das atividades básicas da infância. Por meio de brincadeiras frequentes e repetitivas, o cérebro é preparado para assimilar habilidades necessárias à formação de adultos bem-sucedidos. É brincando que as crianças aprendem a superar danos físicos, a lidar com suas emoções, a compreender as emoções de outras crianças, a revezar, a resolver conflitos e a jogar limpo. No exercício dessa atividade, elas aprendem a lidar com riscos e a avaliar a sensação de perigo. Crianças privadas disso sofrem perdas sociais, cognitivas e emocionais.

É próprio das crianças se conectarem com as outras por meio daquilo que os psicólogos denominam sintonização e sincronização de seus movimentos e emoções com as demais. A sintonização se manifesta desde a mais tenra infância, quando a criança responde a estímulos externos, sobretudo os provocados por adultos, como também, quando a criança, numa faixa etária mais avançada, aprende e é capaz de ler as expressões faciais e as emoções das outras. Tem-se como certo que a sintonização é tão importante para o desenvolvimento social quanto o movimento e o exercício são para o desenvolvimento físico. Ela é fundamental para a autorregulação emocional posterior, pois se faz via experiência social interativa, envolvendo confiança mútua. Crianças que não vivem essa experiência podem apresentar dificuldades de formar vínculos saudáveis na adolescência e na idade adulta, menor capacidade de lidar com desafios inesperados, de autocontrole emocional e até de tomar decisões sensatas.

A aprendizagem está associada ao desejo humano inato de aprender, copiando e fazendo as escolhas certas do que copiar, daí de-

80 Paulo Sérgio Passos é economista graduado pela Universidade Federal da Bahia. Foi Secretário de Administração Geral do Ministério do Bem-Estar Social; Secretário de Orçamento Federal Adjunto; Secretário de Gestão e Secretário Executivo do Ministério dos Transportes. Foi ainda Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística e Ministro de Estado dos Transportes.

81 Raquel de Carvalho Brostel é engenheira civil com atuação em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, aposentada da CAESB e voluntária de Nova Acrópole.

correndo dois valores básicos, a saber: a conformidade e o prestígio. Por conformidade devemos entender a capacidade de a criança observar e fazer o que a maioria está fazendo como estratégia mais segura, em vários contextos e ambientes. Já o prestígio tem a ver com hierarquias sociais, com a capacidade humana de conferir valor, voluntariamente, àqueles que são percebidos como tendo atingido a excelência em uma área de atuação valorizada. Tudo isso com o propósito de maximizar nosso aprendizado e também com o de aumentar nosso próprio prestígio. Cada pessoa pode perceber excelência por si mesma, porém é mais eficiente confiar no julgamento e validação dos outros. Lições aprendidas na infância, projetam-se definitivamente na puberdade, bem como na idade adulta.

O meio de aprendizagem, sem dúvida, confere os valores para o saudável desenvolvimento das crianças. Este artigo vai mostrar como o Programa Criança para o Bem, que prioriza a formação de valores, dialoga com a necessidade de gerar um ambiente de aprendizado, onde as crianças possam brincar, desenvolver empatia e valores que permitam a elas serem realmente cidadãs.

A crise de saúde mental em crianças e adolescentes

Mais recentemente, entretanto, novos e perturbadores fatos devem ser agregados como influenciadores na formação das crianças e dos adolescentes. Progressos científicos e tecnológicos contemporâneos que deveriam concorrer para o aumento da eficiência e conforto da sociedade, a par dos benefícios de fato trazidos, carregam consigo a introdução de novos hábitos, motivadores de justificáveis preocupações. Estamos falando da revolução ocorrida na esfera das comunicações e que trouxe no seu bojo o uso massivo dos *smartphones*, dos computadores pessoais e da *internet* com suas redes sociais.

De acordo com Haidt (2024), não havia sinais de uma crise iminente de saúde mental nos adolescentes da sociedade americana nos anos 2000. Então, de repente, no início da década de 2010, as coisas mudaram. Observou-se o aumento de transtornos relacionados à ansiedade e depressão – *transtornos internalizantes* – durantes os quais a pessoa sente uma forte angústia e emoções, como ansiedade, medo, tristeza, retraimento social, sentimento de culpa e desesperança. Rumina as coisas e, muitas vezes, evita o envolvimento social.

Ao lado desses, foram anotados os *transtornos externalizantes*, aqueles em que a pessoa sente uma forte angústia e direciona os sintomas e as reações a outras pessoas, ou seja, ao exterior. Entre eles estão os desvios de conduta, dificuldade em lidar com a raiva, tendências violentas e necessidade de correr riscos.

O advento dos *smartphones*, em 2007 fez-se acompanhar de sua disseminação em grau sem precedente e mudou a vida das pessoas. Com os *smartphones*, os usuários passaram a estar conectados à *internet* 24 horas por dia, todos os dias da semana, utilizando-se de incontáveis apli-

cativos e das redes sociais instaladas em seus aparelhos. O que no passado consumia cerca de duas horas diárias na rede cedeu lugar a passar quase o tempo todo *on-line*. Com grande número de atividades virtuais novas e atraentes, muitos adolescentes, e até mesmo adultos, perderam a capacidade de estar totalmente presentes em companhia de pessoas a sua volta. Em pouco tempo, padrões sociais, modelos de comportamento, emoções e padrões de atividade física e até mesmo de sono das crianças e adolescentes foram alterados.

Essa mudança de padrão, assustadora, de acordo com Haidt (2024) talvez seja a chave para explicar o colapso repentino da saúde mental dos adolescentes. Ela, sem dúvida, tem grande responsabilidade no que toca ao crescimento exponencial dos índices de transtornos de ansiedade e depressão entre pré-adolescentes e adolescentes, opondo pais e filhos numa relação tensa, marcada por conflitos constantes. De um lado, é possível observar pais empenhados em estabelecer, com grande dificuldade, regras e limites para a exposição dos seus filhos às telas digitais, procurando manter rituais familiares e conexões humanas básicas. Do outro lado, em contraposição, é possível ver jovens reativos a qualquer controle de acesso às redes sociais e aos games eletrônicos.

Enquanto isso, disseminam-se entre eles sintomas frequentes e desproporcionais de medo, angústia e preocupação; estados de humor depressivo (sensação de tristeza, vazio, desesperança) e perda de interesse ou prazer na maioria das atividades; confusão mental; dificuldade de concentração; tendência ao isolamento e diminuição ou aumento significativo do número de horas dormidas.

Os autores Thiagarajan (2025), Silva (2025), Haddad Filho (2025) e Santos (2023) convergem ao alertar para os efeitos prejudiciais do uso precoce e excessivo de redes sociais na saúde psíquica de crianças e adolescentes. Destacam ainda o impacto no sono — com episódios de insônia ou sonolência excessiva — além de dificuldades de concentração e tendência ao isolamento social, que comprometem o desenvolvimento emocional e cognitivo. Esses autores defendem que o uso não supervisionado de tecnologias pode desestabilizar a construção saudável da identidade e das relações interpessoais, exigindo políticas educativas, familiares e escolares mais eficazes e conscientes.

Educação socioemocional e o Programa Criança para o Bem

Tais requerimentos, fundamentais para uma infância mais saudável na era digital, chamam atenção para o Brasil, país onde apenas 11,4% dos alunos do Ensino Fundamental e 20,4% dos alunos do Ensino Médio estavam matriculados em tempo integral em 2022 (INEP, 2022, Censo Escolar). Aqui, a dimensão dos desafios para as famílias e educadores, no que concerne ao uso proveitoso e saudável do tempo disponível, torna-se ainda maior, face à evidente preponderância do turno único nos nossos

estabelecimentos de ensino tanto públicos quanto privados.

Essa deficiência vem sendo contrabalançada, de algum modo, por grande número de iniciativas patrocinadas por entidades da sociedade civil – o chamado Terceiro Setor - empenhadas em oferecer supletivamente aos jovens, no contraturno escolar, oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades e vocações, nos campos dos esportes, das artes e mesmo na esfera profissional.

Entre essas iniciativas, tem papel de destaque aquela levada a cabo pela Organização Nova Acrópole – na Capital Federal, denominada "Programa Criança para o Bem – PCPB. O Programa, criado em 2007, tem como foco a formação de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, no contraturno escolar, com forte componente nas esferas cultural e de formação em valores éticos, como eixo transversal. Beneficia as comunidades das Regiões Administrativas de Varjão, Paranoá e Itapoã, caracterizadas por baixo poder aquisitivo, escassos investimentos públicos e considerável índice de violência entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. A maioria do público assistido vive em condições de vulnerabilidade social.

Sua implementação envolve mais de sessenta colaboradores, sendo em média quarenta voluntários, com financiamento público e privado, beneficiando cerca de 190 crianças e suas famílias a cada ano. Ademais, o foco do Programa o faz particularmente alinhado com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU: ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS - 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

O PCPB possui quatro grandes eixos de atuação:

1. Formação complementar, no contraturno escolar, por meio de oficinas nas áreas de acompanhamento escolar, música, balé, capoeira, filosofia, informática, inglês e recreação;
2. Bem-estar, por meio de consultas nas áreas de pediatria, clínica geral, odontologia, psicologia, nutricionista, psicopedagoga e fonoaudiologia;
3. Oficinas para pais nas áreas de formação parental e apoios eventuais, por meio de cestas básicas e oportunidades de emprego.
4. Transporte e lanche, para garantir a assiduidade e pontualidade.

O PCPB se propõe a desenvolver competências práticas, socioafetivas, racionais e espirituais, ou seja, a tratar do desenvolvimento das crianças de maneira integral. Algumas das competências cobertas pelo programa e que foram objeto de avaliação da iniciativa são as seguintes:

- Competências práticas, cujo desenvolvimento se relaciona à saúde e hábitos de higiene das crianças e adolescentes; cuidado

e respeito para com os objetos, para com o meio ambiente e evitar desperdícios;
- Competências socioafetivas, cujo propósito é o de ajudá-los a desenvolver o respeito e a boa vontade, assim como a melhorar o convívio com os colegas e outras pessoas;
- Competências racionais, cuja finalidade é o desenvolvimento no uso das faculdades cognitivas, da linguagem oral e escrita, da capacidade lógica e da matemática;
- Competências espirituais, cujo intuito é o de fazer cada um refletir sobre a sua vida e o mundo, saber viver e valorizar o momento presente e unir-se consigo, com as outras pessoas e com a natureza, tendo em vista sua realização humana e sua contribuição para a sociedade.

Em 2023, a Nova Acrópole realizou abrangente avaliação desse Programa, identificando lições aprendidas na sua implementação, resultados obtidos no desenvolvimento integral das crianças, famílias e colaboradores, assim como contribuições para o aperfeiçoamento da metodologia desenvolvida pelo Programa (Método Aprender para o Bem – MAB) e para o desenvolvimento de seu sistema de Monitoramento e Avaliação (COSTA, 2023).

O resultado das investigações levadas a efeito, ouvindo as famílias, as crianças e jovens assistidos e os colaboradores e voluntários foi definitivamente animador, conforme apontam as seguintes conclusões: a) o Programa Criança para o Bem é uma intervenção relevante para o atendimento das necessidades das crianças, adolescentes, jovens e de suas famílias e cumpre um papel subsidiário valioso à atuação do setor público. As consultas médicas gratuitas, por exemplo, possuem um papel importante no atendimento integral às famílias; b) O Programa fez diferença na vida de 100% dos alunos e ex-alunos entrevistados. Constatou-se ainda que contribui para o desenvolvimento de competências, especialmente na esfera prática e socioemocional; c) o Programa ajudou os colaboradores a desenvolverem competências espirituais e racionais, suscitando neles sentimentos de gratidão e satisfação por poderem contribuir com essa iniciativa. As crianças e as famílias sentem-se valorizadas e respeitadas pelo ambiente que frequentam, pelo tratamento que recebem e pelas apresentações públicas e outras atividades.

A avaliação positiva dos impactos do "Programa Criança para o Bem" ficou ainda mais evidente, quando, entre as sugestões de melhoria apresentadas pelos responsáveis pelas crianças, incluiu-se o desejo de aumento da oferta de vagas, dos dias de aula e dos atendimentos médicos

e psicológicos, e, ainda, uma oferta maior de atividades e oficinas.

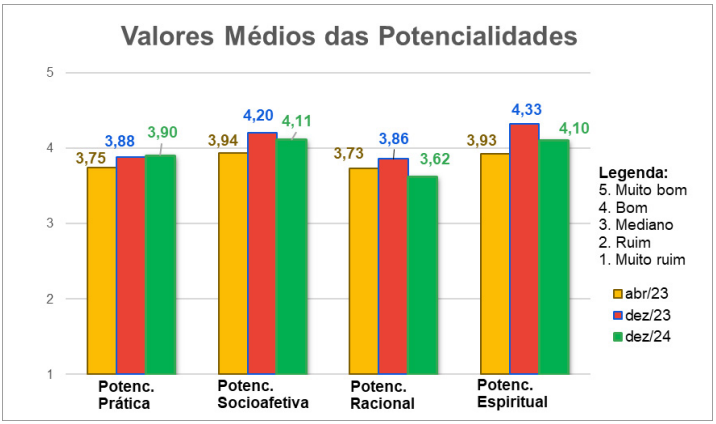
Resultados dos níveis de competências práticas, socioafetivas, racionais e espirituais

Desde 2023, o Programa vem sendo objeto de pesquisa junto aos pais e responsáveis pelos alunos. Em dezembro de 2024, foi concluída a 2ª rodada das Entrevistas Sociais. Os principais resultados das pesquisas relacionados ao desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens são delineados a seguir.

Constatou-se, em termos médios, um nível de desenvolvimento bastante satisfatório das potencialidades prática, socioafetiva, racional e espiritual dos assistidos pelo PCPB. Segundo a visão dos pais/responsáveis, no entanto, as pesquisas permitem identificar algumas habilidades que são classificadas como nível de desenvolvimento a melhorar, as quais são trabalhadas prioritariamente com os assistidos pela equipe do PCPB.

A Figura 1 apresenta gráfico construído a partir dos valores médios para cada uma das potencialidades, obtidos nas pesquisas de maio/2023, dezembro/2023 e dezembro/2024.

Figura 1. Valores médios dos Níveis de Desenvolvimento das Potencialidades, segundo pais/responsáveis. Fonte: Entrevistas sociais – (Mai/23, Dez/23 e Dez/24).



Fonte: Entrevista social, 1ª, 2ª e 3ª Rodadas (abril/23, dez/23, dez/2024).

No quesito Potencialidade Prática, as habilidades "higiene pessoal", "cuidados e respeito com as coisas dos outros" e "cuidado com o meio ambiente" mantiveram-se com valores percentuais acima de 75%, representando níveis de desenvolvimento importantes. As habilidades "cuidados com suas coisas pessoais" e "saúde e alimentação" foram classificadas como nível de desenvolvimento a melhorar (menor que 75% nas categorias "muito bom" e "bom") e mantiveram-se como as mais críticas dentre as potencialidades práticas, porém apresentando uma tendência de

melhora, considerando as pontuações obtidas nas três últimas pesquisas.

No que se refere à potencialidade socioafetiva, as habilidades "respeitar as pessoas", "ajudar os outros" e "saber conviver com colegas e outras pessoas" atingiram percentuais muito elevados de desempenho, o que mostra que um programa como este pode ajudar a desenvolver habilidades críticas num mundo de *smartphones*. A única que não atingiu o percentual do 75% nas avaliações das categorias "muito bom" e "bom" foi "saber controlar as emoções" que trata de uma competência mais exigente a ser desenvolvida, não apenas em crianças e jovens, mas também em adultos.

No caso da Potencialidade Espiritual, os resultados obtidos atingindo as categorias "bom" e "muito bom", foram predominantes. A Nova Acrópole, como uma escola de filosofia, tem como objetivo o desenvolvimento da vida interior e motiva os assistidos do PCPB com o ensino de virtudes, como por exemplo respeito, coragem e disciplina. Vida espiritual aqui se refere a um senso de propósito, presença no que faz e conexão com a vida, elementos essenciais muitas vezes embotados pelos *smartphones* que levam à dispersão e desconexão com o momento presente.

No Programa os desafios maiores a serem alcançados estão nas potencialidades da ordem racional, a maioria das habilidades como "ser organizado"; "resolver problemas de matemática"; "ter atenção", "expressar bem as ideias de forma oral e escrita"; "gostar de estudar"; "cumprir acordos feitos na escola e em casa" e "tirar boas notas". Estas devem ser consideradas em nível de desenvolvimento a melhorar.

Próximos passos: principais virtudes a desenvolver

As entrevistas realizadas também identificaram as virtudes que os pais/responsáveis entendem que seriam importantes que seus filhos desenvolvessem. Nesse sentido, as virtudes mencionadas foram sintetizadas e subsidiaram os planos de trabalho do PCPB. A Figura 2 apresenta o resultado das entrevistas, onde se buscou identificar as que foram mais citadas, que podem ser consideradas como prioritárias. Os pais mencionaram: paciência/calma, organização, ser estudioso, disciplina/organização, coragem/fortaleza, iniciativa/proatividade, comunicação, aceitação/compreensão, obediência. Isso corrobora o trabalho de Haidt (2024) sobre a questão da ansiedade que está muito presente nas crianças. Em sua maioria os pais aspiram ao desenvolvimento da paciência e calma em seus filhos, assim como a organização, que é uma competência comum a ser desenvolvida nesta fase da vida de cada indivíduo. De toda forma, o programa busca desenvolver este centramento nas crianças por meio de práticas de concentração e interiorização realizadas em sala de aula.

Figura 2. Virtudes a serem desenvolvidas pelos alunos, segundo pais/responsáveis.



Fonte: Entrevista social – 2ª Rodada (Dez/2024).

Nas entrevistas, foi solicitado aos pais/responsáveis dos alunos que participam do PCPB que identificassem as virtudes que mais se destacavam nos filhos. As virtudes que foram mais mencionadas foram: carinhoso/amoroso, generosidade, alegria, prestativo/atencioso, bondade/doçura, verdade/honestidade, respeito, amizade, esforçado/guerreiro, dedicação, inteligência.

A Figura 3 apresenta as virtudes mencionadas e o número de vezes que foi citada, destacando que alguns pais/responsáveis citaram mais de uma virtude. Estes resultados mostram como as crianças assistidas pelo programa exibem um grau de competência emocional, em especial o comportamento amoroso/carinhoso, a generosidade, a alegria e ser prestativo/atencioso. Eles se destacam pela afetuosidade que demonstram.

Figura 3. Virtudes identificadas nos alunos, segundo pais/responsáveis.



Fonte: Entrevista social – 2ª Rodada (Dez/2024).

Nível de satisfação dos pais/responsáveis com o PCPB

Nas entrevistas realizadas em dezembro/2024, os pais/responsáveis foram questionados quanto ao nível de satisfação com os serviços prestados no âmbito do PCPB, o que resultou em um índice de 99%, considerando as avaliações obtidas nas classes "Muito bom" e "Bom". A Figura 4 apresenta os resultados dessas entrevistas. De maneira geral, as famílias são muito gratas pelo fato de suas crianças estarem bem cuidadas quando estão fora da escola. E, de fato, esta é uma demanda social urgente no país – que é a ampliação da educação integral de modo a tirar as crianças em situação de vulnerabilidade da rua, e lhes dar oportunidade de uma formação humana por meio de artes, esportes e convivência com outras crianças.

Figura 4. Avaliação do nível de satisfação com os serviços prestados pela PCPB. Dez/24).



Fonte: Entrevista social – 2ª Rodada (Dez/2024).

Maior Bem que o Programa levou às famílias

Na pesquisa os pais e responsáveis também foram instados a responder qual o maior BEM que o Programa levou para as famílias, resultando que 81% dos pesquisados indicaram um ou mais benefícios. Os benefícios identificados pelos pais/responsáveis foram agrupados por similaridade e estão apresentados na Tabela 1.

Considerando o elevado nível de vulnerabilidade das famílias era de se esperar a preponderância dos benefícios diretos proporcionados pelo Programa como a participação nas oficinas e o atendimento médico, porém os benefícios mais destacados pelos pais/responsáveis (55%) estão relacionados ao desenvolvimento das crianças e jovens nas esferas prática, socioafetiva, racional e espiritual, que são trabalhadas no âmbito do Programa, bem como a valorização das artes, local de aprendizado, segurança e acolhimento, e crianças mais calmas , educadas e felizes[82].

82 Há que destacar que estas respostas foram codificadas a partir de uma pergunta aberta, ou seja, as respostas dos pais foram espontâneas, não foram sugeridas pelo voluntário que realizou a pesquisa sobre o programa.

Estes resultados mostram que as famílias valorizam o trabalho com as virtudes e ter um espaço seguro para seus filhos, ou seja, necessidades mais profundas de desenvolvimento. Em muitos casos, os programas consideram apenas necessidades mais básicas de abrigo e alimentação. Estes dados reforçam a importância de oferecer para famílias em situação de vulnerabilidade serviços mais profundos associados à sua dimensão mais interna que lhes dê um senso maior de dignidade e verdadeiro florescer humano.

Tabela 1. Maior BEM que o PCPB levou para as famílias, segundo os pais/responsáveis

Maior BEM levado pelo PCPB	Quantidade citada	Percentual
Desenvolvimento da criança, fundamentado nas virtudes	45	25%
Lugar de aprendizado, em especial as artes. Seguro para os filhos.	27	15%
Desenvolvimento emocional das crianças. Mais educadas e calmas.	27	15%
As crianças gostam muito. Chegam em casa felizes.	24	13%
Acolhimento das crianças e famílias	17	9%
Atendimento médico	16	9%
Mais socialização da criança	16	9%
União da família, inclusive nas ocasiões das apresentações	8	4%

Fonte: Entrevista social – 2ª Rodada (Dez/2024).

Considerações Finais

Diante do que foi até aqui exposto e tendo em mente as condições ideais que deveriam estar presentes na vida de crianças e adolescentes, para seu adequado crescimento e amadurecimento, até atingirem a idade adulta, seria pertinente a seguinte indagação: "Se tomássemos dois jovens, ao primeiro, conferindo plena liberdade para mergulhar e vivenciar sem controle o repertório de conteúdo das redes sociais e "games" do mundo digital, diariamente, nos horários de contraturno, e ao segundo, concedendo a oportunidade de frequentar uma escola ou programa, nos moldes do "Criança para o Bem", que resultados esperar?"

O primeiro deles provavelmente seguiria um caminho atraído por jogos eletrônicos e por redes digitais não controladas, responsáveis com frequência por informações não confiáveis e por comparações e validações inidôneas. Esse caminho poderá desaguar em diversas patologias, hoje identificadas por educadores, psicólogos e psiquiatras, causadoras de desconforto e sofrimento à juventude capturada pelas telas (SANTOS et al., 2023, VASCONCELOS et al., 2023; MAGALHÃES et al., 2025; VIEIRA CRUZ et al., 2024; RECIEN, 2023).

Já o segundo jovem trilharia caminho alternativo, frequentando um estabelecimento físico com propósitos e programação definida, lastreada em relações interpessoais presenciais, onde seria estimulado o melhor em termos de desenvolvimento da criatividade, da capacidade cognitiva, da maturidade emocional e das virtudes espirituais, em cada assistido. (ASSIS & ZANELLA, 2012; HERZ et al., 2023). Os levantamentos do programa apontam que há um claro desenvolvimento de competências socioafetivas das crianças assistidas que falam sobre o desenvolvimento da empatia, do carinho e de uma convivência mais harmoniosa conforme expresso pelos pais.

Frente a esses dois mundos, de características, motivações e expectativas tão distintas, devemos almejar, por um lado, a redução do risco do ambiente virtual na formação dos jovens, como consequência da ação diligente de governos, educadores e famílias, para que nele possam transitar com inteligência e moderação, mantendo sua condição de higidez psicológica (SILVA et al., 2021; SILVA, 2024). Por outro lado, devemos hipotecar decidido apoio ao fortalecimento do papel relevante de instituições como Nova Acrópole, no que corresponde ao seu empenho para a prestação de serviço social dedicado à juventude.

O PCPB tem demonstrado ser um agente de mudanças no nível de desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens assistidos, considerando a sua integralidade humana sintetizada nas esferas trabalhadas e em particular na esfera socioemocional. Entende-se que o conjunto de ensinamentos, valores e virtudes ensinado e praticado propicia uma experiência importante para a formação humana (COSTA, 2023).

Isso é motivo suficiente para que um programa como o "Criança para o Bem" seja mais atentamente observado e mesmo amplamente replicado, inspirando outras iniciativas no trabalho em benefício de maior

número de crianças e adolescentes em nosso país.

Pela sua natureza especial e desenho único, o PCPB pretende, no que lhe cabe, contribuir para a formação de verdadeiros cidadãos e de seres humanos mais bondosos, fraternos, educados, virtuosos e com potencial de maior desenvolvimento emocional, mental e espiritual, aspectos fundamentais para a formação de uma Cultura de Paz no mundo.

Este artigo caracteriza-se como uma avaliação preliminar fundamentada na experiência prática do PCPB e dos processos de avaliação e monitoramento que vem sendo realizado de forma sistemática desde 2023, acompanhado de uma revisão bibliográfica pertinente. É importante que estudos posteriores qualitativos e quantitativos sejam desenvolvidos para maior aprofundamento dos resultados do Programa a curto, médio e longo prazos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Neiva de; ZANELLA, Andréa Vieira. **Jovens e programas de contraturno escolar**: (des)encontros possíveis. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 7, n. 1, p. 76–82, 2012. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7_n1/Assis_e_Zanella.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica** 2022. Brasília-DF, 2023.

COSTA, M. A. **Relatório de Avaliação do Programa Criança para o Bem**. Brasília-DF, 2023.

HADDAD FILHO, Marcelo et al. **Impacto do uso de dispositivos eletrônicos na saúde mental infantil**: uma perspectiva pediátrica. Revista Rease, v. 10, n. 4, p. 1–20, 2025. DOI: 10.51891/rease.v10i4.13557.

HAIDT, Jonathan (2024). **A geração ansiosa**: Como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais / tradução Lígia Azevedo. — 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HERZ, G.; TOMIO, D.; BIHRINGER, K. **Contraturno escolar**: que tempo é esse de educar? Reflexões a partir de uma revisão sistemática da produção científica brasileira. Humanidades & Inovação, v. 10, n. 21, 2023. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9006. Acesso em: 28 jul. 2025.

MAGALHÃES, V. et al. **Efeitos do uso excessivo de telas no neurodesenvolvimento de crianças e adolescentes**: o que diz a literatura. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [s. l.], v. 7, n. 3, 2025. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/5526. Acesso em: 28 jul. 2025.

RECIEN – Revista Científica de Enfermagem. **Uso de telas e os perigos à saúde mental de crianças e adolescentes**: revisão integrativa. Recien, [s. l.], 2023. Disponível em: https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/831. Acesso em: 28 jul. 2025.

SANTOS, Renata Maria Silva et al. **The associations between screen time and mental health in adolescents**: a systematic review. BMC Psychology, v. 11, n. 1, p. 1–15, 2023. DOI: 10.1186/s40359-023-01166-7.

SILVA, A.; SAMPAIO, G.; MACHADO, G.; TRANCOSO, I.; NASCIMENTO, M. **Impactos negativos da tecnologia no sono e na concentração infantil**: consequências para o bem-estar. Revista FT, v. 29, n. 144, p. 1–15, mar. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/ch10202503251956.

SILVA, M.; COSTA, L.; ISAYAMA, H. **Uma análise da implementação do contraturno nas escolas municipais de Belo Horizonte**. Educação, v. 46, p. e106/1–29, 2021. DOI: https://doi.org/10.5902/1984644443534. Acesso em: 28 jul. 2025.

SILVA, Mirely Ribeiro Lopes. **Para além do tempo**: avaliação em profundidade do programa no contraturno escolar das escolas municipais do distrito da Pajuçara no Município de Maracanaú (Ceará). 2024. 181 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77260. Acesso em: 28 jul. 2025.

THIAGARAJAN, T.; NEWSON, J.; SWAMINATHAN, S. **Protecting the Developing Mind in a Digital Age**: A Global Policy Imperative. Journal of Human Development and Capabilities, v. 1, p. 1–12, 2025. DOI: 10.1080/19452829.2025.2518313.

VASCONCELOS, Y. L. C. et al. **O impacto do uso excessivo de telas no desenvolvimento neuropsicomotor de crianças**: uma revisão sistemática. Revista Foco, [s. l.], v. 16, n. 11, 2023.

Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3308. Acesso em: 28 jul. 2025.

VIEIRA CRUZ, L. L. et al. **Saúde mental**: os riscos em crianças e adolescentes pelo uso excessivo de telas: uma revisão integrativa. Revista Sociedade Científica, [s. l.], v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: https://journal.scientificsociety.net/index.php/sobre/article/view/81. Acesso em: 28 jul. 2025.

EDUCAÇÃO ESPIRITUAL COMO CAMINHO PARA A PAZ: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DAS NAÇÕES

Anis Sami Silva [83]

Introdução

Em um mundo de avanços tecnológicos acelerados e desafios sociais cada vez mais complexos, a busca pela paz continua sendo uma das maiores aspirações da humanidade. No entanto, a paz vai além da ausência de conflitos; ela exige uma construção ativa, baseada em valores como justiça, empatia e cooperação. Mas como cultivar esses valores de forma duradoura? A educação espiritual apresenta-se como um caminho possível, pois não se limita à transmissão de conhecimentos religiosos ou acadêmicos, mas propõe formar indivíduos capazes de reconhecer sua responsabilidade e compromisso na construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Este artigo explora como o ensino de princípios morais e espirituais pode contribuir para a paz, tendo como base a experiência da Escola das Nações, escola internacional de inspiração Bahá'í[84] em Brasília, Brasil.

Para assegurar que valores éticos e morais fossem parte fundamental da formação dos alunos, a referida escola estruturou departamentos e disciplinas específicas dentro do currículo, buscando fazer com que a educação espiritual não fosse apenas um complemento, mas um dos cinco pilares essenciais da aprendizagem formal e do desenvolvimento do caráter.

---

83 Anis Sami Silva é ex-aluno da Escola das Nações, graduado em Administração de Empresas com pós-graduação em Gestão de Pessoas pela FGV. Dedicou dez anos ao avanço do Programa de Empoderamento Espiritual de Pré-jovens na América do Sul e concluiu recentemente o Master of Science pela State University of New York (Buffalo State). Concluiu também os quatro cursos oferecidos pelo Institute for Studies in Global Prosperity (ISGP) voltados para jovens universitários e o curso avançado para graduados. É voluntário capacitado pelo Instituto Ruhi, oferecendo educação moral e espiritual para adolescentes e jovens em sua comunidade. Atualmente, é Coordenador de Educação Moral e Cidadania Global na Escola das Nações.

84 A Fé Bahá'í é uma religião monoteísta independente fundada por Bahá'u'lláh no século XIX. Os ensinamentos bahá'ís enfatizam a unidade essencial das religiões e da humanidade, promovendo princípios como a igualdade de direitos entre mulheres e homens, a eliminação de preconceitos, a harmonia entre ciência e religião, e a importância da educação para o progresso humano. A Fé Bahá'í está atualmente estabelecida em praticamente todos os países e territórios ao redor do mundo. (Comunidade Bahá'í do Brasil, 2025. Disponível em: https://bahai.org.br/. Acesso em: abr. 2025.)

Fonte de Inspiração

A proposta da Escola das Nações está inspirada nos ensinamentos Bahá'ís que enfatizam que os seres humanos possuem tanto uma natureza física quanto uma essência espiritual. Essa dupla natureza demanda uma educação que não apenas capacite os indivíduos com conhecimentos e habilidades para lidar com o mundo externo, mas que também cultive qualidades como amor, justiça, generosidade e veracidade. Longe de serem conceitos abstratos, essas qualidades espirituais moldam as interações humanas e são os alicerces de uma sociedade pacífica. Como escreveu Bahá'u'lláh (1984, sec. CXXII): "Considerai o homem como uma mina rica em joias de inestimável valor. A educação, tão somente, pode fazê-la revelar seus tesouros e habilitar a humanidade a tirar dela algum benefício".

A educação espiritual desempenha um papel essencial na revelação do potencial inerente a cada indivíduo, capacitando-o não apenas a crescer pessoalmente, mas também a contribuir significativamente para o progresso da sociedade. O desenvolvimento intelectual, quando desvinculado do cultivo das qualidades espirituais, pode gerar um profundo desequilíbrio.

A verdadeira educação transcende a simples aquisição de conhecimento técnico e acadêmico; ela busca desenvolver indivíduos que compreendam sua responsabilidade para com o bem-estar coletivo. 'Abdu'l-Bahá (1982, p. 121-122) afirma que o aprendizado da moral e da boa conduta é muito mais importante do que o conhecimento dos livros. Ele também enfatiza que "uma criança bem comportada, ainda que ignorante, é de benefício aos demais, enquanto uma criança de má índole e má conduta está corrompida e é prejudicial aos outros, muito embora seja letrada" ('ABDU'L-BAHÁ, 1982, p. 121-122). Assim, a verdadeira educação não se limitaria à aquisição de informações, mas visaria desenvolver o caráter e as potencialidades da alma humana. Sem educação ética e moral, o conhecimento, por si só, não garante o progresso da sociedade e pode, em vez disso, contribuir para a injustiça e o conflito.

O Dr. Farzam Arbab[85] , em *The Lab, the Temple and the Market*, argumenta que a educação deve ir além da mera formação técnica, integrando diversas áreas do conhecimento, tanto material como espiritual. Ele

85 Dr. Farzam Arbab (1941–2020) foi físico de formação e destacado educador internacional, conhecido especialmente por sua contribuição pioneira no desenvolvimento do Instituto Ruhi, uma iniciativa educacional que visa capacitar comunidades por meio da integração entre conhecimento acadêmico, princípios espirituais e desenvolvimento social. Sua atuação incluiu papéis importantes como professor universitário na Universidad del Valle (Colômbia), fundador e presidente da Fundação para Aplicação e Ensino das Ciências (FUNDAEC), membro do Centro Internacional de Ensino da Fé Bahá'í e integrante da Casa Universal de Justiça, instituição suprema da Fé Bahá'í, refletindo seu compromisso profundo com a educação transformadora e o serviço à humanidade.

defende um currículo holístico que respeite a totalidade da aprendizagem e, ao mesmo tempo, prepare os alunos para futuras especializações. Neste texto ele menciona como o foco de cada conjunto de atividades educacionais deveria ser o desenvolvimento de uma ou mais capacidades — científicas, artísticas, técnicas, sociais, morais e espirituais. Para ele, estas capacidades proporcionariam ao indivíduo a compreensão de conceitos. Seria o conhecimento de fatos e o domínio de métodos agregados às habilidades, atitudes e qualidades necessárias para levar uma vida frutífera.

A desconexão entre o desenvolvimento material e a formação espiritual gera uma visão limitada do verdadeiro progresso. 'Abdu'l-Bahá (2002, p. 361) ilustra essa relação com esta metáfora:

> O desenvolvimento material pode ser comparado ao vidro da lâmpada, enquanto as virtudes divinas e as suscetibilidades espirituais são como a luz que nela brilha. Sem luz, a manga do candeeiro não tem valor; do mesmo modo, o homem, na sua condição material, precisa do esplendor e da vivificação das graças divinas e dos atributos misericordiosos.

Os paradigmas educacionais modernos frequentemente priorizam o sucesso material, associando progresso ao crescimento econômico e aos avanços tecnológicos. Embora esses fatores tenham seu valor, por si só, não garantem uma sociedade equilibrada e harmoniosa. A educação espiritual amplia essa visão ao incorporar as dimensões morais e espirituais essenciais para o florescimento humano. Conforme afirmado por 'Abdu'l-Bahá (1994, p. 27), há três tipos de educação: a material, que se relaciona ao desenvolvimento do corpo e às necessidades físicas; a humana, que envolve a civilização, as artes, as ciências, entre outras; e a espiritual, que leva o ser humano a desenvolver suas virtudes divinas e alcançar sua verdadeira nobreza. Ele enfatiza que essa última é a forma mais elevada de educação, pois "graças a ela, o homem torna-se o centro das virtudes divinas, a manifestação das palavras: 'Façamos o homem à Nossa imagem e semelhança'. Eis o supremo objetivo do mundo humano".

No artigo *Advancing in Bahá'í-Inspired Education*, a Dra. Sona Farid-Arbab[86] reforça a necessidade de um modelo educacional que

86 Sona Farid-Arbab é especialista em filosofia da educação, com doutorado pelo Institute of Education da Universidade de Londres. Atuou internacionalmente em projetos de educação infantil, empoderamento de jovens e capacitação feminina em áreas rurais. Exerceu o cargo de Diretora do Escritório de Desenvolvimento Social e Econômico no Centro Mundial da Fé Bahá'í, coordenando iniciativas educacionais em diversas regiões do mundo. Atualmente, colabora como assessora do Centro de Pesquisa em Educação Moral da Academia de Ciências da Educação de Pequim e apoia instituições na elaboração de materiais educativos.

harmonize aprendizado acadêmico com desenvolvimento moral e espiritual. Segundo ela, um dos desafios enfrentados pelos programas educacionais de inspiração bahá'í é promover simultaneamente a formação do caráter e a compreensão de conceitos pertencentes não apenas ao âmbito espiritual, mas também às ciências físicas e sociais, à literatura e às artes, à história e ao pensamento político. Farid-Arbab (2016, p. 67-68) afirma:

> Este é um chamado para derrubar as barreiras que tendem a separar uma educação centrada nos aspectos materiais e sociais da existência humana de uma educação focada na vida moral e espiritual. Trata-se de um apelo a um nível de integração que ainda não foi alcançado.

A verdadeira educação, como enfatizado por Farzam Arbab e Sona Farid-Arbab, não deve fragmentar os aspectos materiais e espirituais da existência. Em vez disso, deve integrá-los de maneira coesa, permitindo que o conhecimento acadêmico caminhe lado a lado com os valores morais. Somente dessa forma a aprendizagem se torna um processo contínuo, capaz de gerar não apenas crescimento pessoal, mas também um impacto significativo e duradouro na sociedade.

A Escola das Nações traduz essa visão em ação por meio do seu Programa de Educação Moral e Cidadania Global, um currículo estruturado que, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, promove a formação de cidadãos mais conscientes, comprometidos e preparados para servir à humanidade. Esse programa visa criar um ambiente no qual os alunos desenvolvem uma compreensão profunda de sua responsabilidade individual e coletiva, participando ativamente de projetos que conectam a teoria com a prática. A seguir, exploramos como essa abordagem é aplicada em cada segmento da Escola, preparando os alunos para contribuir para a transformação da sociedade.

Implementação Prática da Educação Moral e Espiritual na Escola das Nações

Programa de Educação Moral e Cidadania Global em toda a trajetória escolar

A proposta é que a educação vá além da simples transmissão de conceitos e habilidades aplicáveis a diferentes contextos. O ser humano possui tanto uma dimensão material quanto uma essência espiritual, que evoluem em um processo contínuo de aprendizado. A Escola das Nações se compromete a apoiar os alunos nessa jornada, incentivando o desenvolvimento de qualidades acadêmicas, éticas e espirituais, ao mesmo tempo em que cultiva uma compreensão profunda sobre seu papel na construção de um mundo mais justo. Nesse processo, o serviço comunitário não é apenas um componente do currículo, mas um princípio norteador que se entrelaça com todas as áreas de aprendizado. Desde os

primeiros anos escolares, os alunos são incentivados a transformar conhecimento e valores em ação, e, à medida que avançam, sua capacidade de planejar e executar projetos de serviço aumentam com o tempo.

A educação moral é a força motriz que orienta a implementação dos objetivos educacionais. Ela oferece um marco conceitual onde a aprendizagem social e emocional se entrelaça com o conteúdo acadêmico, permitindo aos alunos desenvolverem uma visão mais integrada de si mesmos e do mundo ao seu redor. Essa abordagem os capacita a compreender as diversas formas de gerar um impacto positivo na sociedade. Sobre esse tema Shoghi Effendi (1933 apud CASA UNIVERSAL DE JUSTIÇA, 1995, p. 28) afirma:

> Não podemos separar o coração humano do ambiente ao nosso redor e dizer que, uma vez que um deles esteja reformado, tudo estará melhor. O ser humano é orgânico com o mundo. Sua vida interior molda o ambiente e é profundamente afetada por ele. Um influencia o outro, e toda mudança duradoura na vida humana é o resultado dessas reações mútuas.

Desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, o Departamento de Educação Moral e Cidadania Global busca proporcionar um ambiente no qual os alunos desenvolvem uma compreensão cada vez mais profunda sobre conhecer, amar e servir à humanidade. Cada segmento escolar tem um programa específico que apoia os alunos no desenvolvimento de qualidades espirituais e habilidades de liderança, preparando-os para contribuir para uma sociedade mais integrada e sustentável. Ao longo dessa trajetória, o serviço à comunidade está presente de forma progressiva: os alunos começam com pequenos atos de bondade e gradualmente assumem projetos mais complexos, nos quais exercitam autonomia, consulta e planejamento. Dessa maneira, busca-se dotar os alunos de um duplo propósito moral, de "assumir a responsabilidade por seu próprio crescimento intelectual e espiritual e contribuir de maneira significativa para a transformação da sociedade." (ARBAB, 2000, p. 223).

Educação Moral e Cidadania Global na Educação Infantil

O programa Hábitos do Coração (HH) é o primeiro programa do currículo de Educação Moral e Cidadania Global. Ele orienta os alunos do Maternal ao 1o ano no desenvolvimento de hábitos, atitudes e qualidades espirituais, promovendo a empatia e a conexão com o meio ao seu redor. Os alunos aprendem a expressar suas qualidades espirituais por meio de escuta ativa, linguagem gentil e atos de bondade.

Desde os primeiros anos, os alunos aprendem que suas ações têm impacto na comunidade, desenvolvendo a capacidade de observação e análise da realidade por meio de práticas de descrição e reflexão de acordo com a idade e o nível de entendimento. Pequenos atos de bondade os

ajudam a compreender, desde cedo, sua conexão com os outros, estimulando-os a transformar atitudes e a contribuir para o bem-estar coletivo.

Educação Moral e Cidadania Global no Ensino Fundamental 1

O programa Virtudes para a Vida expande as capacidades desenvolvidas nas etapas anteriores, ajudando os alunos do Ensino Fundamental a aplicarem valores morais em suas vidas pessoais e na comunidade, capacitando-os a utilizar o conhecimento acadêmico e as artes em diversas atividades de serviço. No Ensino Fundamental 1, essas experiências se tornam mais estruturadas, à medida que as crianças passam a vivenciar o serviço de forma mais ativa, participando de projetos que integram o aprendizado individual e coletivo. O currículo de Virtudes para a Vida, baseado em materiais do Instituto Ruhi[87], fortalece tanto as qualidades espirituais quanto habilidades sociais e emocionais, como respeito, responsabilidade, trabalho em equipe e perseverança, incentivando-os a se tornarem agentes de transformação em suas comunidades.

As qualidades espirituais e habilidades sociais são trabalhadas por meio de atividades práticas que integram aprendizagem acadêmica, reflexão pessoal e ações concretas. A veracidade, por exemplo, é incentivada por meio de atividades como a criação do "Livro da Verdade", em que alunos registram situações cotidianas destacando a importância de dizer sempre a verdade. A generosidade é cultivada durante ações solidárias e atividades como "Sopa de Pedra", onde os alunos aprendem a compartilhar recursos e compreender os benefícios da colaboração para o bem comum. A humildade é trabalhada em projetos como a "Árvore da Humildade", em que os alunos reconhecem suas próprias qualidades, mas também aprendem a valorizar e celebrar as qualidades dos colegas, percebendo que todos têm algo importante para ensinar e aprender. O amor é desenvolvido por meio de atividades como o "Mapa do Meu Coração", em que as crianças expressam carinho e afeto por pessoas e ambientes que lhes são queridos. Simultaneamente, habilidades socioemocionais, como o respeito, são estimuladas por meio de rodas de conversa e jogos

87 O Instituto Ruhi é uma instituição educacional bahá'í criada inicialmente na Colômbia, que desenvolve materiais e programas voltados ao fortalecimento das capacidades morais, espirituais, intelectuais e sociais de indivíduos e comunidades. Seu método combina estudo, reflexão e serviço prático à sociedade, enfatizando uma abordagem participativa na qual cada indivíduo contribui ativamente para o progresso coletivo. Entre as habilidades e atitudes que o Instituto Ruhi promove estão a capacidade de liderança colaborativa, o fortalecimento da comunicação eficaz, a empatia, a tomada de decisões por meio da consulta, e o compromisso com o serviço à humanidade. (Instituto Ruhi, 2024. Disponível em: https://ruhi.org. Acesso em: abr. 2025.)

colaborativos, que ensinam a ouvir atentamente e valorizar perspectivas diferentes. O trabalho em equipe é vivenciado por meio de apresentações conjuntas e projetos em grupo relacionados ao serviço comunitário. Essas práticas não apenas ajudam os alunos a internalizarem esses valores, mas também os capacitam como agentes ativos de transformação positiva em suas comunidades.

Educação Moral e Cidadania Global no Ensino Fundamental 2

Os alunos do 6º ao 8º ano estão passando por um período crucial de desenvolvimento, no qual começam a incorporar atitudes e crenças que carregarão para a vida adulta. O Programa de Empoderamento Espiritual de Pré-Jovens tem como objetivo fortalecer sua identidade moral e espiritual, proporcionando ferramentas para que enfrentem os desafios da sociedade e atuem de maneira construtiva.

Ao longo de três anos, o programa trabalha para aguçar sua percepção espiritual, intensificar seus poderes de expressão e reforçar estruturas morais sólidas. Por meio de reflexões, discussões e estudos em grupo, os pré-jovens aprendem a analisar as forças construtivas e destrutivas ao seu redor, desenvolvendo um olhar crítico sobre como essas forças influenciam seus pensamentos e ações.

Além disso, o programa os capacita a articular suas ideias com clareza e confiança, promovendo o diálogo e a consulta como ferramentas essenciais para a tomada de decisão. Nesse período, o serviço comunitário assume um caráter mais estruturado, à medida que os alunos passam a exercer maior autonomia na identificação de desafios locais e na definição de soluções. A crescente complexidade dessas ações se reflete na realização de projetos em pequena escala, nos quais os pré-jovens escolhem áreas de interesse e assumem papéis específicos dentro de um processo colaborativo. Essa vivência não apenas fortalece seu senso de responsabilidade social, mas também os prepara para iniciativas mais abrangentes no Ensino Médio.

Educação Moral e Cidadania Global no Ensino Médio

A partir do 9º ano, e até a formatura, os alunos do Ensino Médio continuam seu caminho de aprendizado e serviço, sendo orientados a se tornarem indivíduos conectados com as necessidades da época e da comunidade onde vivem. Nessa fase, eles participam do programa *Nations in Action* (NiA), a última etapa da Educação Moral e Cidadania Global. O NiA aprofunda o processo iniciado nas fases anteriores, ajudando os jovens a desenvolverem capacidades que lhes permitam promover tanto a transformação pessoal quanto a transformação social, refletindo assim o duplo propósito moral de aperfeiçoar-se intelectualmente e espiritualmente, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e unida.

Além de oferecer ferramentas para analisar com mais precisão a

realidade ao seu redor, o NiA convida os alunos a enxergar sua própria trajetória como parte de um propósito maior, no qual o conhecimento, os valores morais e a espiritualidade caminham juntos. O programa incentiva os estudantes a planejarem e implementarem ativamente projetos de serviço com um nível mais elevado de complexidade, impactando a sociedade de forma mais sistemática, orgânica e sustentável.

Nessa fase, esses jovens compreendem que o impacto de suas ações pode ser medido, ampliado e sustentado ao longo do tempo. Eles aprendem a planejar e executar projetos de forma organizada, aplicando a abordagem do ciclo de aprendizado/estudo, consulta, ação e reflexão em cada etapa do processo. Esse modelo os capacita a desenvolver soluções mais eficazes e de longo prazo, garantindo que o conhecimento adquirido se traduza em benefícios concretos para a comunidade e continue a impactar positivamente aqueles que virão depois. Dessa maneira, o serviço comunitário não é apenas uma prática pontual, mas um compromisso contínuo de transformação pessoal e social, preparando os jovens para atuarem como agentes de mudança dentro e fora da escola.

O Perfil Nations: Cultivando Capacidades para a Construção de um Mundo Melhor

Ao longo deste artigo, foi discutido como a educação moral e espiritual desempenha um papel essencial na formação dos alunos da Escola das Nações. Para fortalecer essa convicção e demonstrar este trabalho, a escola estruturou um perfil de atributos que orienta o desenvolvimento de seus membros, o Perfil *Nations*.

Esse perfil reflete a missão da escola de formar indivíduos que não apenas busquem excelência acadêmica, mas que também se tornem agentes de transformação social. Ele define um conjunto de atributos interconectados que cada aluno, professor e colaborador da comunidade escolar é incentivado a cultivar ao longo da vida.

O Perfil Nations estabelece que seus membros devem ser:

- Benfeitores da Humanidade – Promovem a unicidade e servem ao bem-estar coletivo.
- Líderes Éticos, Inclusivos e Criativos – Atuam com iniciativa, criatividade e consulta na tomada de decisões.
- Defensores de Elevados Padrões Morais – Valorizam a integridade, a retidão e a coerência entre palavras e ações.
- Investigadores da Racionalidade e Espiritualidade – Buscam o conhecimento de forma científica e espiritual.
- Conhecedores de Si – Desenvolvem equilíbrio físico, emocional, intelectual e espiritual.
- Aspirantes à Excelência – Mantêm um ciclo contínuo de aprendizado, reflexão e aperfeiçoamento.
- Agentes Comprometidos com o Progresso Social – Agem com

empatia e serviço para promover mudanças na sociedade.
- Promotores da Justiça – Buscam a equidade e a harmonia em todas as interações e estruturas sociais.
- Nobres de Caráter – Reconhecem a nobreza inerente a todos os seres humanos, transcendendo diferenças externas.

O Perfil *Nations* se tornou um guia prático que orienta as interações dentro da comunidade escolar e a forma como o currículo é estruturado. Ele fortalece a visão de que a educação moral e espiritual não deve ser um elemento isolado, mas sim uma parte integrante do desenvolvimento humano. Com esse perfil como base, os alunos participam de diversas experiências educacionais que promovem o serviço à comunidade, a consulta e a reflexão sobre seu papel na sociedade. Essas vivências são aprofundadas por meio de atividades como as celebrações e eventos anuais da Escola das Nações, que consolidam os valores do perfil na prática.

Celebrações Especiais na Escola das Nações: O Festival das Luzes e o Dia do Serviço

Ao longo de toda a jornada escolar, os alunos da Escola das Nações desenvolvem uma compreensão profunda sobre o impacto de suas ações e sobre sua capacidade de contribuir para o bem-estar coletivo. O serviço comunitário e a formação espiritual não são apenas elementos complementares do currículo, mas princípios orientadores que visam formar o caráter dos alunos e os preparam para uma vida de propósito e ação.

Além da vivência cotidiana desses valores, a escola dedica momentos especiais para reforçar e celebrar essas dimensões essenciais da educação. Dois eventos marcantes no calendário escolar simbolizam essa missão: o Festival das Luzes e o Dia do Serviço. Essas celebrações não apenas consolidam os aprendizados adquiridos ao longo do ano, mas também proporcionam experiências transformadoras, permitindo que alunos, professores e famílias vivenciem, de maneira coletiva e significativa, os ideais que fundamentam a Escola das Nações.

O Festival das Luzes é um momento de profunda reflexão e celebração da diversidade espiritual, reunindo alunos, professores e famílias para homenagear diferentes tradições religiosas por meio da arte e momentos de devoção. Além de incentivar a expressão artística e a reflexão sobre a importância da espiritualidade, o festival reforça o compromisso da escola em cultivar um ambiente onde todas as tradições sejam valorizadas e onde a diversidade se torne um pilar para a construção da paz.

Já o Dia do Serviço materializa o compromisso da escola com o aprendizado por meio da ação. Esse evento mobiliza toda a comunidade escolar para se engajar em projetos de voluntariado, desde atividades com crianças e idosos até iniciativas ambientais e sociais. Por meio de experiências concretas, eles aprendem que servir à humanidade é um princípio essencial para o progresso individual e coletivo.

Essas duas celebrações não são apenas momentos pontuais no

calendário escolar, mas reflexos vivos da missão da Escola das Nações: educar alunos para se tornarem cidadãos do mundo com base em padrões de excelência acadêmica e ética, com o objetivo de desenvolver sua capacidade de conhecer, amar e servir à humanidade.

Rumo a um Futuro Pacífico: O Papel Transformador da Educação Espiritual

A educação espiritual não é um conceito abstrato; é uma força transformadora capaz de moldar consciências, orientar ações e redefinir sociedades. Quando integrada aos sistemas educacionais, ela libera o potencial humano para construir um mundo baseado na justiça, na unidade e na paz duradoura. Mais do que uma transmissão de conhecimento, essa abordagem busca desenvolver indivíduos moralmente íntegros e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Na Escola das Nações esse compromisso se traduz na formação de crianças e jovens que não apenas absorvem informações, mas que também desenvolvem um senso de propósito e responsabilidade. A aprendizagem, aqui, não é vista apenas como um meio para alcançar realizações individuais, mas como um processo contínuo de crescimento moral e intelectual, que capacita os estudantes a impactarem positivamente suas comunidades desde cedo.

A paz não é um destino inatingível e nem uma utopia, mas o resultado das escolhas morais que fazemos diariamente e do compromisso de cada indivíduo com o serviço ao bem comum. Ao integrar conhecimento acadêmico, valores espirituais e ação concreta, a educação deixa de ser um instrumento apenas de crescimento pessoal e passa a ser um catalisador da transformação social. Mais do que preparar cidadãos globais para os desafios do século XXI, esse modelo educacional fortalece a convicção de que cada ser humano tem um papel fundamental na construção de um mundo melhor.

Agradecimentos

Este artigo fundamenta-se nos princípios e ensinamentos da Fé Bahá'í, incluindo os escritos de Bahá'u'lláh, 'Abdu'l-Bahá e Shoghi Effendi, bem como em conceitos educacionais inspirados nessa visão, como o Instituto Ruhi e o Programa de Empoderamento Espiritual de Pré-Jovens. Além disso, reflete as ideias discutidas por Sona Farid-Arbab, em Advancing in *Bahá'í-Inspired Education*, e por Dr. Farzam Arbab, em *The Lab, the Temple and the Market*, que destacam a integração entre propósito moral e aprendizagem acadêmica.

Esses princípios não apenas orientam esta reflexão, mas formam a base dos programas de educação moral da Escola das Nações, guiando o compromisso da escola com uma abordagem pedagógica que une conhecimento, valores espirituais e serviço à sociedade. A Escola acredita que essa integração é essencial para capacitar os alunos a construírem um

mundo mais justo e harmonioso, onde a educação transcende o intelecto e se torna uma força transformadora para a humanidade.

REFERÊNCIAS

ARBAB, Farzam. **The Lab, the Temple and the Market**: Reflections at the Intersection of Science, Religion, and Development. Cali: FUNDAEC, 2000.

BAHÁ'U'LLÁH. **Seleção dos escritos de Bahá'u'lláh**. São Paulo: Editora Bahá'í do Brasil, 1984.

FARID-ARBAB, Sona. **Advancing in Bahá'í-Inspired Education**. West Palm Beach, FL: Palabra Publications, 2016.

'ABDU'L-BAHÁ. **A promulgação da paz universal**. São Paulo: Editora Bahá'í do Brasil, 2002.

'ABDU'L-BAHÁ. **Respostas a algumas perguntas**. São Paulo: Editora Bahá'í do Brasil, 1994.

'ABDU'L-BAHÁ. **Seleção dos escritos de 'Abdu'l-Bahá**. São Paulo: Editora Bahá'í do Brasil, 1982.

SHOGHI EFFENDI. Carta datada de 17 de fevereiro de 1933, escrita em seu nome. In: CASA UNIVERSAL DE JUSTIÇA (org.). **Conservação dos recursos da terra**: uma compilação preparada pelo Departamento de Pesquisa da Casa Universal de Justiça. São Paulo: Editora Bahá'í do Brasil, 1995.

MÚSICA PARA O BEM E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O SENTIMENTO DE PAZ NAS CRIANÇAS E JOVENS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA

Mário Lima Brasil [88]

Introdução

A música e a filosofia são duas forças transformadoras, duas chaves do Universo que, combinadas, podem promover a paz e harmonia em diversas dimensões: física, energética, emocional, mental, espiritual, social e cultural. Talvez seja por isso que desde a antiguidade, filósofos e pensadores como Platão e Pitágoras exploraram a relação entre música e harmonia destacando seu impacto na formação humana. Platão, por exemplo, afirmava que "ritmo e harmonia dependem de estilo, e este é a expressão da alma" (PLATÃO, 2014, p. 118). Essa perspectiva evidencia a capacidade da música de influenciar a saúde física, as energias que circulam pelo corpo, as emoções e os sentimentos, bússolas da saúde mental, a relação com o divino, seus comportamentos - com você mesmo e com os outros - tornando-se uma ferramenta essencial na construção de ambientes harmoniosos, pacíficos e na educação de crianças e jovens, principalmente os advindos de situações de vulnerabilidade social.

O projeto Música para o Bem, fundamentado na Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, e apoiado pelo Movimento Sinfônico de Orquestras e Corais do Brasil (MovSinfo), coordenado pelo maestro Ricardo Souza-Castro, é um exemplo concreto de como a música e a filosofia podem contribuir para a promoção de um mundo de paz. Paz essa tão necessária,

88 Mário Lima Brasil: Graduou-se em música pela Universidade de Brasília/UnB. Mestrado em música pela Universidade de Música e Artes de Toquio (Tokio Geijutsu Daigaku). Doutor em Comunicação e Artes (Música) pela Universidade de São Paulo/ECA (USP), Mário Lima Brasil é professor associado do Departamento de Música, (MUS/IDA/UnB). Foi fundador e coordenador do Núcleo de Estudos Cultura, Diversidade e Minorias Políticas (CDIMP/CEAM/UnB). Fundador e coordenador do Núcleo de Estudos de Ciência, Arte, Filosofia e Espiritualidade (CAFE/CEAM/UnB). É membro honorário da Academia Acreana de Letras. Coordenador dos quatro Seminários Internacionais de Música Quântica. Compositor da Ópera Aquiry, a Luta de um Povo, apresentada em vários Estados, como Acre, Distrito Federal e Pará. Compositor do Balé 'O Sonho de Chico Mendes', apresentado em 2014 na SBPC e 2022 no 3º. Fórum Internacional da Amazônia (FIA). Compositor de Cantos em Cantos do Japão, publicado em CD. Foi coordenador de vários projetos de extensão: Coro da Diversidade, Coro Italiano, Música e Saúde para o Bem, Bandas de Pife, Cultura Viva, Percussão Corporal, Música para o Bem/NA, etc. Tutor do PET Conexão de Saberes Música do Oprimido - MEC/SESU/CEAM/UnB. Tem artigos em diversos periódicos, e livros publicados na área de políticas públicas com ênfase no projeto Cultura Viva.

principalmente no momento crítico em que a humanidade está vivendo, quando o planeta se envolve em tantas guerras, inclusive a mais perigosa delas, nossa guerra interior, nossas bombas construídas num coração humano angustiado e fora de sintonia.

O projeto Música para o Bem apoia-se no ombro de dois programas que estão mudando, por meio da música, a vida de crianças e jovens em Brasília e na Venezuela: O El Sistema de Orquestra da Venezuela (El Sistema), criado pelo músico e educador José Antônio Abreu, e o MovSinfo, criado pelo maestro Ricardo Souza – Castro. Ambos propõem a inclusão social por meio do ensino musical coletivo, baseado na ideia de que "a música tem o poder de unir e transformar a sociedade" (ABREU, 2008).

Essa metodologia permite que crianças e jovens desenvolvam disciplina, cooperação e senso de comunidade, elementos fundamentais para um ambiente de paz. No entanto, não é somente em programas de música coletiva que se apoia o Música para o Bem. Ele está dentro do programa Criança para o Bem da Nova Acrópole.

> O programa atende crianças e jovens das Regiões Administrativas do Varjão, Itapuã e Paranoá do Distrito Federal. Nessas regiões, que se caracterizam pelo baixo poder aquisitivo, escassos investimentos públicos e considerável índice de violência entre crianças e adultos, está a maioria do seu público-alvo, que são os assistidos em situação de vulnerabilidade social (RELATÓRIO PCPB 2024, 2024, p. 4).

Ele fornece, com a ajuda de voluntários abnegados, rede de apoio que vai desde reforço escolar, alimentação balanceada e de qualidade, oficinas de música, balé, poesia, capoeira, esportes, entre outras; atendimento à saúde das crianças e das famílias, criando um ambiente de harmonia e paz para as crianças, jovens e familiares que pertencem ao programa.

O farol guia de toda essa estrutura é a Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, que propõe uma educação baseada na prática dos valores universais da *fraternidade, conhecimento e desenvolvimento interior*. Segundo o diretor internacional da Nova Acrópole, Carlos Adelantado, "a filosofia da Nova Acrópole está baseada na sabedoria clássica do Oriente e Ocidente, que tem como finalidade desenvolver a consciência, aprender a agir com o coração e despertar as forças humanas." (PUCHAL, 2024, p. 7).

A filosofia, quando aplicada ao cotidiano, ajuda os jovens a desenvolverem consciência crítica, respeito e empatia, promovendo um ambiente de aprendizado voltado para a paz e o crescimento humano. São exatamente essas ferramentas que, junto com a música, fazem o milagre acontecer na vida dessas crianças e jovens que participam do projeto Música para o Bem.

Neste artigo, exploraremos como esses três pilares — música,

filosofia e educação coletiva de coros e orquestras — se complementam na formação de crianças e adolescentes, contribuindo para um sentimento genuíno de harmonia e paz. Serão analisados os impactos do ensino musical e filosófico, bem como relatos de participantes e educadores que vivenciam o dia a dia do projeto.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica deste estudo está organizada em três eixos: o papel da música no desenvolvimento humano, a filosofia como base para a educação da paz e a análise de três programas de educação musical coletiva — El Sistema, MovSinfo e Música para o Bem e como este último, diferente dos demais, se funde com a Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, construindo um mundo mais harmonioso e pacífico para as crianças e jovens.

A música é reconhecida por sua capacidade de atuar sobre múltiplas dimensões do ser humano, contribuindo para o desenvolvimento físico, energético, emocional, cognitivo, espiritual e social. Estudos indicam que a prática musical em grupo favorece o autocontrole, a concentração, a empatia, a cooperação, a sensibilidade, a harmonia, a paz e o senso de responsabilidade (GUERRERO; TORCHE, 2017). Esses efeitos são ainda mais significativos em contextos vulneráveis, onde a música se torna não apenas uma atividade extracurricular, mas um verdadeiro instrumento de transformação social. Segundo Guerrero e Torche (2017), crianças que participaram do El Sistema apresentaram melhorias no comportamento social, nas habilidades de cooperação e na redução de comportamentos antissociais. Essas observações reforçam a tese de que a música coletiva oferece mais do que entretenimento: ela estrutura emocionalmente, orienta comportamentos e fortalece vínculos.

A relação entre música e filosofia remonta à antiguidade clássica, especialmente à tradição pitagórica, que via na harmonia musical uma expressão da ordem cósmica. "Para Pitágoras, a harmonia que regula o movimento dos astros não pode achar-se distante, dizia-se, da ordem que rege as relações dos simples intervalos fundamentais da música" (TOMÁS, 2002, p. 24). Pitágoras via uma profunda relação da matemática com a música. Acreditava que as leis cósmicas ditadas por um *Demiurgo* e executadas por um *Arquiteto* eram todas baseadas em números, relações e proporções, a verdadeira essência da realidade. A relação da música com a matemática é conhecida: as notas musicais são proporções matemáticas de vibração extraídas de uma única corda. Essas proporções geram harmonia, que estão presentes na música e no movimento dos astros. Dizia-se que Pitágoras era capaz de ouvir a *música das esferas*, a música dos astros vibrando no firmamento no céu escuro e silencioso das noites acropolitanas[89].

Na contemporaneidade, essa abordagem ressurge em iniciativas

89 Havia uma Acrópole na cidade de Crotona, onde Pitágoras estabeleceu sua escola de filosofia.

que utilizam a música como meio de educação para valores humanos. O projeto Música para o Bem, da Nova Acrópole, adota explicitamente uma proposta filosófica de formação moral, ensinando conceitos como beleza, bondade, gentileza, cooperação, disciplina e respeito, por meio da prática coral e instrumental (NOVA ACRÓPOLE, 2024). Essa conexão entre filosofia e música transforma o fazer musical em uma experiência formativa integral, em que o estudante é estimulado a refletir sobre si mesmo e sobre o mundo à sua volta. Como destaca Mário Brasil (2019), "a música bem orientada é uma via para o desenvolvimento do caráter".

Os três programas analisados neste artigo partilham de um princípio comum: utilizar a música como ferramenta de transformação social e desenvolvimento humano.

O El Sistema, criado na Venezuela em 1975, tornou-se uma referência internacional por seu impacto em populações periféricas e vulneráveis. Conforme relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (GUERRERO; TORCHE, 2017), o programa foi capaz de melhorar significativamente o autocontrole e a autoestima de seus participantes, funcionando como uma "vacina cultural" contra a violência.

> Em Brasília, o MovSinfo desenvolve um trabalho semelhante ao oferecer formação musical gratuita a jovens do Distrito Federal. Desde 2012, o projeto proporciona aos estudantes de rede pública, o acesso à técnica orquestral e coral, bem como à experiência coletiva da música como expressão artística e ética. Seus concertos públicos, como o Requiem de Mozart em 2025, revelam o alto nível artístico e o compromisso social do grupo (MOVSINFO, 2025).

O Música para o Bem, por sua vez, destaca-se por integrar a prática musical à filosofia clássica. Utilizando a Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, a metodologia do MovSinfo e El Sistema, o Método Suzuki e CLASP (Composição, Literatura, Apreciação, Técnica e Performance). A iniciativa promove o desenvolvimento técnico, ético e filosófico dos alunos, com ênfase em valores como cortesia, bondade, beleza e disciplina (NOVA ACRÓPOLE, 2024). Essas experiências apontam para a música coletiva do Música para o Bem como um espaço privilegiado para o cultivo da paz — não como ausência de conflito, mas como um estado ativo de harmonia interior, integração social e respeito mútuo.

Metodologia

Esse artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, com o objetivo de compreender de que maneira a educação musical coletiva do Música para o Bem, aliada a valores filosóficos, contribui para o desenvolvimento do sentimento de paz nas crianças e jovens. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza

subjetiva e complexa do objeto de estudo, que envolve aspectos emocionais, culturais e éticos.

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, baseada na análise de materiais institucionais, boletins informativos, relatórios de impacto, artigos acadêmicos, material bibliográfico, e reportagens sobre os programas El Sistema, MovSinfo e Música para o Bem. Também foram utilizadas publicações oficiais e fontes da mídia especializada, todas devidamente referenciadas conforme as normas da ABNT.

A coleta de dados foi realizada por meio da busca sistemática em sites institucionais, bases de dados acadêmicas, relatórios de organizações sociais e portais de notícias. Os critérios de seleção incluíram:

- Relevância temática (foco em educação musical coletiva e impacto social);
- Atualidade (publicações entre 2000 e 2025);
- Confiabilidade da fonte (instituições reconhecidas, projetos oficiais, livros e periódicos científicos).

Embora a pesquisa documental permita um panorama abrangente, ela não substitui a análise empírica por meio de entrevistas ou observações em campo. Assim, esta investigação apresenta-se como um estudo exploratório que poderá servir de base para futuras pesquisas com métodos mais aprofundados, como estudos de caso e análise etnográfica.

Resultados e Discussão

Quando a Coordenadora da Nova Acrópole nos pediu indicação sobre como formar a orquestra da Nova Acrópole, pensei imediatamente no El Sistema e de como essa metodologia poderia servir de modelo para a construção da futura orquestra. A orquestra da Nova Acrópole é formada por crianças e jovens em nível de vulnerabilidade social, das Regiões Administrativas do Varjão, Paranoá e Itapuã. Lá se vão quase 10 anos dessa conversa com a Coordenadora do Programa. As crianças hoje são jovens e adolescentes - outras crianças entraram no programa - o projeto cresceu, amadureceu, a orquestra não é só uma orquestra, mas duas: a Juvenil e a Camerata. Além das orquestras há o Coral das crianças e jovens, e esses conjuntos já encantam com sua sonoridade e afinação, sob a batuta do Maestro Ricardo Souza – Castro, auxiliado pelo Maestro Mário Lima Brasil.

A metodologia utilizada pelo maestro, *aprender fazendo*, é a mais empregada no decurso da história humana. Essa expressão remonta à filosofia educacional de John Dewey, final do século XIX, para quem o conhecimento surge da experiência prática e da reflexão sobre ela.

Dewey (1959) nos Estados Unidos e Freire (1984) no Brasil foram importantes para o desenvolvimento dessa metodologia. Dewey defende uma pedagogia centrada na ação, na qual o aluno participa ativamente do processo de aprendizagem, sendo sujeito e não apenas objeto da trans-

missão de saberes. Essa concepção influencia metodologias ativas como as usadas em projetos musicais coletivos. "A educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida" (DEWEY, 1938, p. 17). Como afirma Freire: "É na práxis — na ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo — que se dá a sua humanização" (FREIRE, 1987, p. 40). E esta humanização traz a paz.

Assim que as crianças emitem os primeiros sons nos instrumentos já são colocadas na orquestra, auxiliadas por monitores que normalmente são jovens da própria orquestra, que já passaram por todo esse processo, aprendem na medida que o ensaio acontece - *aprendem fazendo*. O maestro e os monitores corrigem pacientemente os que estão iniciando.

O diferencial dessa metodologia é que as crianças, cedo, são colocadas nesse rio de sons que é a orquestra: primeiro aprendem a seguir o curso do rio sem se afogar, sem se perder, auxiliados por monitores diligentes; depois aprendem a nadar e a seguir suavemente a correnteza dos sons e a se amalgamar com a sonoridade que agora elas fazem parte. Isso estimula as crianças, que em vez de estudos solitários e desestimulantes das metodologias usuais, são mergulhados no caos do estudo coletivo da orquestra, onde ajudam a construir o cosmo, a sinfonia, a harmonia, *a sonoridade do todo*.

O projeto Música para o Bem usa essa metodologia; no entanto é uma iniciativa que vai além do ensino musical: por meio da Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, ele promove valores humanos, transformação social e o desenvolvimento do sentimento de paz entre crianças e jovens. Utilizando-se da prática musical coletiva e da reflexão filosófica, o programa cria ambiente de aprendizado, onde os participantes não apenas desenvolvem habilidades artísticas, mas também cultivam empatia, disciplina e cooperação.

O Música para o Bem tem como principais objetivos:

- Democratizar o acesso à educação musical, permitindo que crianças e jovens, preferencialmente os mais vulneráveis, participem ativamente.
- Utilizar a música como ferramenta de inclusão e desenvolvimento emocional.
- Integrar princípios filosóficos que incentivam o autoconhecimento e a convivência harmoniosa.
- Criar uma rede de apoio para os participantes, promovendo valores como fraternidade e cooperação.

A metodologia do programa se baseia na *aprendizagem coletiva* e no *aprender fazendo* seguindo os fundamentos do MovSinfo e do El Sistema. Segundo José Antonio Abreu, criador do programa venezuelano, "uma orquestra é a expressão máxima de solidariedade, pois exige que todos escutem uns aos outros" (ABREU, 2008). Esse princípio é aplicado no Música para o Bem, onde os jovens aprendem a trabalhar juntos,

respeitar a diversidade e valorizar o esforço coletivo.

Mas o que diferencia o Música para o Bem de outros programas de práticas educacionais coletivas, de coral e orquestra, é que, além da prática musical, o programa incorpora ensinamentos da Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, proporcionando espaços de diálogo e reflexão sobre valores fundamentais para a paz, como respeito, responsabilidade e empatia.

Para entendermos melhor como a filosofia cria o diferencial no programa de música da Nova Acrópole em relação a outros programas, precisamos compreender melhor o que é a Filosofia Aplicada da Nova Acrópole.

A educação vai além do ensino técnico e acadêmico; ela molda valores, princípios e a visão de mundo dos indivíduos. Neste contexto, a Filosofia Aplicada da Nova Acrópole tem um papel essencial, pois oferece ferramentas para o desenvolvimento humano integral, promovendo a paz por meio da reflexão e da prática de valores universais. A filosofia, quando ensinada de maneira aplicada, não se restringe a debates abstratos, mas se torna um guia prático para a vida cotidiana.

A Nova Acrópole baseia seu ensino filosófico em três pilares: Fraternidade, Conhecimento e Desenvolvimento Pessoal (PUCHAL, 2024, p. 7). Pierre Hadot (1995) em *O Que É a Filosofia Antiga?* dizia: "a filosofia não deve ser apenas um discurso, mas uma forma de vida, em que o conhecimento seja aplicado para gerar mudanças concretas". Esse princípio está presente na metodologia da Nova Acrópole, que incentiva seus estudantes a praticarem valores filosóficos no cotidiano, inclusive as crianças e jovens do Música para o Bem.

Nesse contexto, o conceito de fraternidade, por exemplo, é essencial para a construção da paz. Aristóteles, ao discorrer sobre a amizade, afirmava que "a amizade é extremamente necessária à vida" (ARISTÓTELES, 2001, p.163), reforçando a ideia de que relações harmoniosas entre indivíduos são fundamentais para a vida. No contexto do Música para o Bem, essa filosofia se manifesta na maneira como os jovens são incentivados a colaborar, respeitar e ouvir uns aos outros, criando um ambiente de aprendizado baseado na empatia.

Pensando em um ambiente de orquestras, a colaboração como virtude é fundamental para o bom andamento do ensaio. São os jovens que arrumam as cadeiras, as estantes de partituras, distribuem as partituras, afinam os instrumentos dos que estão iniciando, cada um tem uma função para além do musical. Da mesma maneira que, ao colaborarem uns com os outros, aprendem e ensinam ao mesmo tempo, quem sabe mais colabora com quem sabe menos. Esse espírito é fundamental para o bom funcionamento da orquestra.

Respeitar e ouvir uns aos outros, virtudes que se desenvolvem na própria dinâmica da orquestra, cuja prática é incentivada em outros ambientes. A orquestra não afina se os músicos não estiverem se ouvindo. Por outro lado, a orquestra não adquire o equilíbrio dinâmico se não houver o respeito pela hierarquia dinâmica que ela impõe. Esse equilíbrio

se dá pela dinâmica das partes que se está tocando: o tema, a ideia central, deve sobressair; ele traz o germe da criação do compositor; mais abaixo está o contraponto que se contrapõe ao tema sem descaracterizá-lo, mais abaixo ainda vem o acompanhamento e que serve como base para que brilhem o tema e o contraponto; por último a base, onde repousa toda a estrutura. Mais uma vez a orquestra, no seu próprio *metier*, nos coloca a importância da virtude do respeito a essa dinâmica. As crianças e jovens aprendem isso tanto na orquestra como na *Virtude do Trimestre*, ação do programa Criança para o Bem, que incentiva a prática de uma determinada virtude por trimestre. (GUIA PEDAGÓGICO, 2020)

Os três pilares da Nova Acrópole possuem uma conexão direta com o ensino musical e sua capacidade de promover paz:

- Fraternidade: ao tocar em conjunto, os jovens aprendem a trabalhar em equipe, respeitar as diferenças e construir harmonia coletiva.
- Conhecimento: o estudo da música, aliado à filosofia, expande o pensamento crítico, a sensibilidade estética e a capacidade de enxergar o mundo de maneira mais ampla.
- Desenvolvimento Pessoal: a prática musical fortalece a disciplina, a autoconfiança e a capacidade de superação, proporcionando crescimento interior.

Além da aplicação dos princípios na educação musical, a filosofia permite uma profunda reflexão sobre o próprio papel dos jovens na sociedade. Ao integrar pensamento filosófico e prática musical, programas como Música para o Bem incentivam crianças e adolescentes a se questionarem sobre suas ações, comportamentos e impacto na comunidade. Essa abordagem também promove a resiliência emocional. Muitas crianças e jovens enfrentam dificuldades pessoais e sociais que podem gerar ansiedade e insegurança. A Filosofia Aplicada oferece ferramentas para lidar com esses desafios, ensinando que a paz verdadeira começa dentro de cada indivíduo.

A integração entre Filosofia Aplicada e música no projeto Música para o Bem, representa um modelo inovador de *educação para a paz*. Ao aprender música em um ambiente que valoriza fraternidade, conhecimento e desenvolvimento pessoal, os jovens não apenas se tornam músicos mais talentosos, mas também seres humanos mais conscientes, resilientes e pacíficos. A Filosofia Aplicada, longe de ser um conceito abstrato, se traduz em ações concretas que contribuem para uma sociedade mais harmônica.

O método *aprender para o bem* é a ferramenta que conecta música à filosofia no Música para o Bem, ou seja, faz o amálgama da Filosofia Aplicada da Nova Acrópole com o projeto. Esse Programa é estruturado em cinco princípios: formação filosófica, educação de virtudes, intencionalidade pedagógica, contextos de aprendizagem e preparação do

educador (GUIA PEDAGÓGICO, 2020). Esses princípios trazem ensinamentos importantes para a música, alguns deles fundamentais.

No primeiro princípio, é fundamental a superação de limites e o trabalho em equipe para se tocar bem em uma orquestra. Não há como tocar um instrumento sem tentar superar seus limites toda vez que estuda o instrumento. Fazer música é uma superação de limites diário. As crianças sentem isso quando estão estudando seu instrumento, quando vão, pacientemente, aumentando o tempo do metrônomo, até conseguirem tocar aquele trecho musical no andamento pedido. Sentem essa superação de limites com o coração; quando são levadas a pensar como virtude na vivência do primeiro princípio, passam a praticar essa virtude com mais consciência, tanto no instrumento, como no seu dia a dia. Para essas crianças traz um profundo sentimento de realização e isso traz felicidade, paz e harmonia.

No segundo princípio, destaca-se a composição com temática das virtudes para as crianças da musicalização. Estimular a composição ou criação nas crianças é de fundamental importância para seu desenvolvimento, principalmente quando a temática dessa composição são as virtudes. Isso gera um debate entre as crianças, que não só praticam a virtude, como se utilizam das suas práticas para compor.

No terceiro princípio, transmitir o aprendizado e promover conexões, as crianças se espelham nos mestres, veem como os mestres ensinam e como promovem as conexões entre eles, tudo isso com dedicação. Como já foi dito, os mais experientes aprendem com os professores e ensinam para os inexperientes. Ter o exemplo de professoras dedicadas inspira as crianças e jovens a se comportarem do mesmo jeito, criando uma corrente do bem que facilita o ensino, aprendizado e conexão da música às virtudes.

No quarto princípio, a ênfase na beleza, carinho e paz é fundamental para um ensaio harmonioso. Esse ambiente tem sido importante para que as crianças continuem frequentando a orquestra. Segundo o Relatório Social do Criança para Bem de 2024 da Nova Acrópole, "94% das crianças e jovens renovaram a matrícula para o ano seguinte". (RELATÓRIO PCPB 2024, 2024, p.7). E, nesses anos todos tem sido sempre assim; a rematrícula é sempre alta, trazendo um desafio importante para o programa: aumentar paulatinamente o número de vagas.

No quinto princípio, está o exemplo do educador, e cada jovem é aprendiz e educador, dando a eles um senso de responsabilidade importante. Quando você chega na orquestra do Música para o Bem, vai perceber que aqueles que estão entrando são mais tímidos, inseguros, mas nunca estão sozinhos; há sempre alguém ao seu lado incentivando e ensinando as passagens mais difíceis da música, seja um monitor ou um colega mais experiente. Esse senso de responsabilidade está em todos, e aqueles que agora são aprendizes, no futuro serão mestres, e assim segue girando a roda da aprendizagem coletiva de orquestra.

Os ensinamentos contidos no método aprender para o Bem são transmitidos para as crianças nos Seminários das Virtudes e nas Virtudes do Trimestre. Nos seminários os maestros, instrutores e os monitores (estudantes do programa, que estão mais adiantados recebem bolsa de monitoria, uma forma de mantê-los no programa e evitar que muito cedo caiam em subempregos para ajudar os pais), a cada trimestre aprendem uma virtude que é praticada nas oficinas de música e nos ensaios do coral e da orquestra.

Diversos relatos de participantes comprovam a influência positiva do Música para o Bem na vida dos jovens. Crianças que antes enfrentavam dificuldades emocionais, falta de perspectiva ou ambientes desfavoráveis encontraram na música e na filosofia um caminho para o crescimento pessoal. Segundo o depoimento de Luiz Otávio, 10 anos, flautista da orquestra, "participar da orquestra é legal, ajuda a pensar mais e a ter mais raciocínio" (CRIANÇA PARA O BEM, 2024). Realmente a música desenvolve a parte cognitiva das crianças, eles sentem isso principalmente na escola. Estudos realizados em programas semelhantes apontam que o envolvimento em atividades musicais pode reduzir a ansiedade e aumentar a autoestima em até 40% (LIMB, 2010).

Um caso emblemático ocorreu com um grupo de jovens que, ao ingressarem no programa, passaram a desenvolver um senso de pertencimento e propósito. Segundo depoimentos de educadores, muitos desses jovens passaram a enxergar novas possibilidades de futuro, melhorando seu desempenho escolar e fortalecendo sua conexão com a comunidade.

No último relatório do Criança para o Bem de 2024, que mediu a potencialidade das crianças e jovens em quatro áreas: prática, socioafetiva, racional e espiritual, constatou-se - numa escala de 1 a 5, onde 1 é muito ruim e 5 muito bom - que a maioria teve uma melhora significativa nas quatro potencialidades: todas ficaram com médias de 3 para cima sendo que a espiritual chegou à média 4. Nessa potencialidade é onde se manifesta mais o mundo harmonioso e pacífico que estão envoltas as crianças do programa (RELATÓRIO PCPB, 2024).

O impacto do Música para o Bem vai além da música: ele forma cidadãos mais conscientes e participativos. O ensino baseado na Filosofia Aplicada e na prática musical coletiva permite que os jovens compreendam melhor seu papel na sociedade, tornando-se agentes de transformação e multiplicadores da paz. Encontramos a paz quando encontramos nosso sentido de vida. Esse princípio está presente no programa, onde a música e a filosofia servem como ferramentas para que os participantes construam um propósito sólido de vida.

Considerações Finais

A ampliação de programas como o Música para o Bem exige um compromisso contínuo da sociedade, das instituições educacionais e dos órgãos governamentais. Entre os principais desafios enfrentados estão:

- Falta de financiamento e infraestrutura: muitos projetos musicais enfrentam dificuldades financeiras para a compra de instrumentos, manutenção de espaços de ensino e contratação de professores especializados.
- Acesso limitado à educação musical em comunidades de baixa renda: apesar do modelo de inclusão do Música para o Bem, ainda há muitas regiões onde crianças e jovens não têm acesso à formação musical gratuita.
- Necessidade de formação de educadores: é essencial garantir que professores e regentes tenham não apenas conhecimento técnico-musical, mas também formação em valores filosóficos e sociais para trabalhar com o desenvolvimento humano dos participantes.
- Reconhecimento institucional: para que iniciativas como Música para o Bem sejam amplamente implementadas, é necessário maior reconhecimento das autoridades educacionais e culturais sobre o papel transformador da música e da filosofia na educação.

Apesar dos desafios, existem diversas possibilidades para expandir e fortalecer o impacto do programa, permitindo que mais crianças e jovens se beneficiem da educação musical e filosófica. Algumas estratégias viáveis incluem:

- Parcerias com instituições públicas e privadas: o apoio de universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas pode garantir financiamento, estrutura e apoio logístico para manter o projeto funcionando e alcançar novos públicos.
- Uso da tecnologia e educação híbrida: plataformas digitais podem ser utilizadas para oferecer aulas de música e filosofia online, ampliando o alcance do programa para regiões onde a infraestrutura presencial é limitada.
- Capacitação de educadores: investir na formação contínua de professores e regentes, integrando música e filosofia, para que possam aplicar metodologias inovadoras e tornar o ensino mais acessível e eficaz.
- Campanhas de sensibilização: movimentos sociais e campanhas de conscientização podem fortalecer a visibilidade do projeto e incentivar o apoio governamental e comunitário.
- Expansão internacional do modelo: Assim como o **El Sistema**

inspirou programas ao redor do mundo, o Música para o Bem pode ser adaptado a diferentes contextos culturais, promovendo paz através da música e da filosofia em outras unidades de Nova Acrópole que se espalham nas regiões do Brasil e nos cinco continentes.

Ao longo deste artigo, exploramos como o projeto Música para o Bem, apoiado pelo Movimento Sinfônico (MovSinfo) e fundamentado na Filosofia Aplicada da Nova Acrópole, contribui para a construção da paz entre crianças e jovens. A música, ao atuar como ferramenta de transformação social e emocional, promove o desenvolvimento da paz interior, inclusão e cooperação, formando cidadãos mais conscientes e resilientes.

A Filosofia Aplicada da Nova Acrópole e o Programa Criança para o Bem oferecem uma base para a reflexão e prática de valores universais, criando um ambiente que favorece o equilíbrio emocional e o crescimento humano. Ao integrar esses elementos, o Música para o Bem torna-se um espaço onde a música não apenas educa, mas transforma vidas.

Apesar dos desafios de financiamento, infraestrutura e expansão, há caminhos promissores para a ampliação do programa. Parcerias institucionais, o uso da tecnologia e a formação contínua de educadores e regentes são estratégias essenciais para garantir que mais crianças e jovens tenham acesso a essas iniciativas. Em um mundo marcado por desafios sociais, violências e guerras, iniciativas como o Música para o Bem provam que a música e a filosofia são ferramentas poderosas para a construção da paz.

O impacto desses projetos não se limita à formação artística, mas se reflete na sociedade, gerando uma cultura de cooperação, respeito e harmonia. A paz, antes vista como um conceito abstrato, torna-se uma experiência real e é vivida através da educação musical e filosófica, deixando um legado duradouro na vida dos participantes e na comunidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Antonio. **Discurso no prêmio Príncipe das Astúrias**. Oviedo: Fundação Príncipe das Astúrias, 2008.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DEWEY, John. **Democracia e educação: uma introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Nacional, 1959.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1987.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Loyola, 1995.

LIMB, Charles J. **Neuroscience and music**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010.

LIMA BRASIL, Mário. **A música como escola de virtudes**. Boletim Nova Acrópole, abr. 2019. Disponível em: https://nova-acropole.org.br/boletim-musica. Acesso em: 19 jun. 2025.

LEVITIN, Daniel J. **This is your brain on music: the science of a human obsession**. New York: Dutton, 2006.

NOVA ACRÓPOLE. **Criança para o Bem – Música para o Bem**. Brasília: Nova Acrópole, 2024. Disponível em: https://nova-acropole.org.br/voluntariado/crianca-para-o-bem. Acesso em: 19 jun. 2025.

MOVSINFO. **Movimento Sinfônico e Coral**. MovSinfo, 2025. Disponível em: https://movsinfo.com.br. Acesso em: 19 jun. 2025.

PLATÃO. **A República**. Tradução e notas de Leonel Vallandro. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. E-book Kindle.

PUCHAL, C. A. **As Esferas da Consciência**: eu, os outros e o mundo. Santos: Edições Nova Acrópole, 2024.

RELATÓRIO PCPB 2024. **Relatório entrevista social**: Programa Criança para o Bem 2024. Criança para o Bem, 2024. Disponível em: https://criancaparaobem.org.br/. Acesso em: 19 jun. 2025.

TOMÁS, Lia. **Ouvir o Lógos**: música e filosofia. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

TUNSTALL, T. **Changing lives**: Gustavo Dudamel, El Sistema, and the transformative power of music. New York: W. W. Norton & Company, 2012.

PROGRAMA GENTE QUE FAZ A PAZ: HUMANIZANDO A HUMANIDADE

Maria Virginia de Salles Garcez [90]

Introdução

Neste artigo apresentaremos uma sinopse do Programa Gente que Faz a Paz. Trata-se de considerar seus objetivos principais e os resultados alcançados na perspectiva do que pode efetivamente significar sua inclusão em processos de políticas públicas que foquem em Educação, Saúde e Segurança.

Os principais fundamentos do Programa Gente Que Faz a Paz são seis "D's": Democracia, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Desarmamento, Diálogos e Diversidade. A atual situação do país e do mundo pede uma mobilização efetiva para o resgate de valores, atitudes e comportamentos, muitas vezes esquecidos ou deixados de lado.

Objetivos do Programa

Os principais objetivos práticos deste programa são:

a) Construção de uma Rede de Educação e Cultura de Paz, conectando instituições e projetos dessa área e pessoas interessadas em se tornar um Agente da Paz.
b) Produção do Kit da Paz, que congrega algumas das melhores práticas e metodologias em Educação para Paz em um kit multimídia que contém livros, cartilhas, manuais, CDs, vídeo e site. Esses kits são distribuídos para os Agentes da Paz.
c) Capacitação em 60 horas de Agentes da Paz, tendo como público-alvo: professores, lideranças comunitárias, religiosos, gestores de projetos, estudantes, voluntários, policiais, jovens líderes, participantes dos programas das instituições parceiras. No primeiro ano o programa foi aplicado nos grandes centros - São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Brasília - em decorrência de seus elevados índices de violência, estendendo-se posteriormente para todo o Brasil.
d) Acompanhamento do processo e avaliação dos resultados (Avaliação Processual de Resultados e de Impacto), como forma de constante aperfeiçoamento e divulgação como referência para

90 Diretora-Presidente da UNIPAZ-Bahia. Autora da obra Paz em Ação: humanizando a humanidade. Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Salvador – UNIFACS, pós-graduada em Administração Financeira, Comércio Exterior, Planejamento e Gestão Cultural, Holística e Transdisciplinar e Especialista em Ética. Gestão de Redes de Programa/projetos de Educação e Cultura de Paz, de Tecnologia Social, Responsabilidade Social, Cultural e Ambiental, Voluntariado Empresarial em Corporações. Especialista em Captação de Recursos para o Terceiro Setor, com foco na Cultura de Paz.

outros projetos nacionais e/ou internacionais.

e) Desenvolvimento de uma tecnologia social formatada em parceria e conectada em rede, com possibilidades também de estabelecer outras parcerias internacionais, contribuindo para a construção de um mundo melhor e mais pacífico.

O Programa Gente que faz a Paz reúne, pela primeira vez, seis Organizações Não Governamentais (ONGs): Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Viva Rio, UNIPAZ, Associação Palas Athena, Afroreggae, União das Religiões Integradas (URI) e Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF (MISMEC-DF), as quais uniram a experiência de suas melhores práticas num único projeto que aposta na vocação humana para a convivência e a solidariedade, numa rede de tecnologia social dedicada, exclusivamente, à multiplicação da Cultura da Paz.

Essas organizações já vêm trabalhando com a função de difundir a Cultura da Paz, sendo referência nas áreas de educação, ações pacificadoras, mobilização social e promoção da cidadania. Por isso, o Gente que Faz a Paz tem como princípio considerar a paz nos aspectos individuais, sociais e ambientais e, como estratégia, capacitar professores, advogados, artistas, religiosos, líderes comunitários e voluntários - inicialmente, nas áreas metropolitanas da Bahia, Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo - como Agentes da Paz para multiplicarem a Cultura de Paz em suas comunidades.

O Kit da Paz

Um foco importante do treinamento do Programa é preparar o indivíduo para identificar os tipos de situações e contextos que normalmente surgem no dia a dia e, então, definir qual método ou atividade contida no Kit da Paz é a mais adequada para sua resolução.

Todo o conteúdo do Kit visa disponibilizar o histórico de intervenções sociais, culturais e ambientais, além de demonstrar resultados práticos obtidos a partir do trabalho desenvolvido pelas instituições ao longo de anos de trabalho no campo social, cultural e ambiental. O Programa disponibiliza esse Kit, que pode ser utilizado como uma referência para várias instituições, em diversos locais no Brasil, que desejarem desenvolver iniciativas no mesmo sentido.

O Kit Paz também funciona como método de Ensino à Distância, uma vez que é autoexplicativo e conta com o suporte da Rede UNIPAZ. Os sites das instituições parceiras (Unesco, Viva Rio, Palas Athenas, Unipaz, Afroreggae e URI) são vitrines do programa, com o objetivo de universalizar o conhecimento sobre a construção da paz e promover a articulação da Rede de Pacificadores.

Nas capacitações, o público-alvo é formado por educadores que trabalham em projetos sociais e líderes comunitários, além de jovens, todos

juntos, interagindo e trocando suas experiências no intuito de formar verdadeiros multiplicadores do conhecimento transmitido na capacitação.

Para a capacitação dos agentes, o programa produziu um Kit Multimídia (10.000 kits) que reuniu as experiências acumuladas pelas instituições parceiras do Programa. O Kit da Paz é um conjunto de ferramentas concebidas para disseminar conhecimentos para a prática da paz, composto pelos seguintes itens:

- vídeo por uma Cultura de Paz;
- CD de música;
- livro "A Arte de Viver em Paz" de Pierre Weil (1990);
- cartilha "Paz, como se faz?" (DISKIN; ROIZMAN, 2021);
- manual de "Comunicação não-violenta" (ROSENBERG, 2006);
- manual sobre "Resolução de conflitos" (VIVA RIO, 2014);
- livreto "Cultura de Paz – princípios, exemplos e instrumentos";
- guia de utilização do Kit;
- cartaz que procura sintetizar os diversos aspectos de uma Cultura de Paz em construção.

O conteúdo do Kit da Paz é muito diversificado exatamente para contemplar diferentes roteiros e uma grande variedade de público. Todos os materiais - vídeos, CDs, livros, cartilhas, manuais e informativos - apresentam, além de uma base teórica, muitas atividades direcionadas para diferentes contextos socioculturais.

Resultados do programa

O Programa Gente que Faz a Paz foi realizado em sete cidades brasileiras tendo durado sete anos no total, capacitando inúmeros agentes. Como exemplo, foram realizadas várias turmas de Agentes da Paz nas cidades participantes: Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Salvador, com uma média de 60 a 80 líderes comunitários e participantes das ONGs envolvidas que já trabalhavam no objetivo de pacificação das comunidades. Cada curso de capacitação teve duração de um mês, com um total de 52 horas de carga-horária, divididas em dois dias da semana, geralmente finais de semana.

Como resultado principal do Programa foi constituída a *Rede de Agente da Paz* composta por um conjunto de ações coletivas mútuas sustentadas pela responsabilidade de cada participante. Essa Rede dos Agentes da Paz foi alimentada por encontros mensais e pela internet, visando o apoio mútuo e a troca de experiências pessoais. Dessa maneira, o Programa tem contribuído para a construção de uma sociedade pacífica onde as ações éticas inclusivas deem frutos.

Nossa pesquisa ainda revelou, na parte empírica, que os entrevistados (os Agentes da Paz) tornaram-se mais conscientes da própria cidadania, que melhorou a autoestima, que o nível de consciência se

tornou mais inclusivo em face de uma nova compreensão da responsabilidade pessoal, social e ambiental deles, assim como, o kit da paz criou ânimo, orgulho e empoderamento para estes Agentes da Paz. Com base na análise dos depoimentos julga-se que o programa "Gente que Faz a Paz" pode sim ser uma ferramenta inovadora no sentido *Stricto* de criar caminhos ou estratégias diferentes para atingir o objetivo de Paz Social.

A seguir recortes de depoimentos de Agentes da Paz *in verbis* (GARCEZ, 2016, p.145):

> Atuei dando palestras sobre Cultura de Paz no Clube de Cidadania. Leio livros sobre o assunto, recebi as ferramentas e metodologias nas capacitações e, um amigo da Cândido Mendes, que dirigia o Clube de Cidadania, ao tomar conhecimento do Programa Gente que Faz a Paz, pediu para que eu fizesse intervenções como agente da paz com foco em valores humanos.
> [...]. Quando conversei com uma criança de 8 anos, ela me perguntou o que eu não esperava: "Como posso viver em paz com inimigos?".
> Senti que caiu a ficha. Então me dei conta de eu ser um agente da paz, com metodologias, ferramentas, mediação de conflitos, para fazer um diálogo pacífico. É tudo mágico. Vivenciei em quinze minutos tudo o que é estar em paz e sentir a paz no outro, quando ouvi essa criança contar sua experiência [...].
> Dois amigos brigaram por causa de uma menina. E aí um diálogo aconteceu com aplicação da "mediação de conflitos". Houve então mudança de consciência quando ocorreu o diálogo para sair da cultura de guerra e entrar na Cultura de Paz[91].

A depoente expressa como foi importante para ela tomar contato com o conteúdo do Programa Gente que Faz a Paz, e percebemos que o alinhamento de conhecimentos lhe trouxe confiança para trazer uma nova prática quando ela foi convidada a fazer uma palestra sobre o Programa no Rotary e outras entidades. Declara que se sentiu pronta para deixar fluir o conhecimento adquirido, e utilizando-o nas atividades seguintes. Ela teve a percepção de que no fluxo da vida tudo acontece como deve ser e como se pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas através de simples ações como saber escutar as pessoas e entender o momento de cada acontecimento, ao mesmo tempo que apresenta possibilidade de soluções simples e efetivas.

A questão colocada pela criança de 8 anos: "Como eu posso ter paz

91 Depoimento – Agente da Paz - Perfil da depoente: Mulher, acima de 40 anos, trabalha com a construção de valores e recursos humanos, possui curso superior completo.

se eu tenho inimigos?", serviu como base para o conteúdo da palestra, onde a Agente da Paz incluiu as questões de valores, principalmente o respeito à criança e às suas dúvidas, propondo o uso de resolução do conflito através do diálogo. Essa Agente exemplificou a empatia como resposta à criança e, aproveitando, para mostrar ao público como se aplica a Cultura de Paz na vida e no dia a dia.

Em outro trecho, registra-se o depoimento de uma Agente da Paz, uma mulher, acima de 45 anos, educadora com mestrado e doutorado, classe média alta, moradora da cidade do Rio de Janeiro:

> Fui fazer a capacitação de agente da paz porque, em minha vida cotidiana, eu era uma "barraqueira". Por coisas insignificantes eu brigava, fazia escândalo. Um dia me dei conta de que viver assim era péssimo. Eu só cultivava estresse, me sentia infeliz. A experiência que tive no Gente que Faz a Paz me mudou completamente. E, com essa mudança, passei a conviver muito melhor com as pessoas de minhas relações diárias, principalmente os idosos, em todos os lugares onde frequentava. O processo que aconteceu em mim, e que continua reverberando, foi perceber quão doente e destrutiva é a cultura de guerra introjetada em nós mesmos (GARCEZ, 2016, p.150).

No meu entendimento terapêutico, a transformação vivida por esta agente de paz, cuja condição social é privilegiada, - mas não tinha consciência do seu estado interior de tensão e estresse -, deveu-se a sua decisão de procurar o programa por não suportar mais conviver consigo mesma e com suas próprias dificuldades, e o pior, segundo ela, era conviver com os outros, por causa de seu temperamento "explosivo". Internalizou durante a sua participação no Programa uma nova visão de si mesma, ao mesmo tempo que escutou as experiências dos demais participantes do grupo. Note-se como destaca, no depoimento, sua exasperação gratuita ao se relacionar com pessoas idosas. O que ela deixa entrever é que se tornou uma agente multiplicadora de gestos e atitudes favoráveis ao melhor convívio possível com os outros.

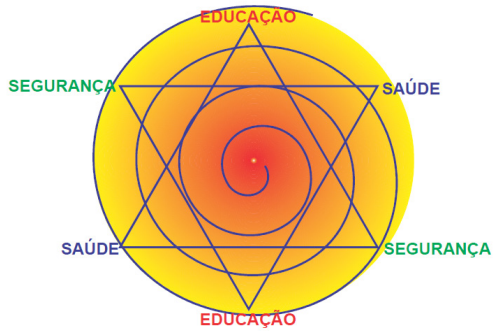
O curso despertou na depoente a capacidade de ficar mais atenta e ser mais proativa para que a justiça social seja feita. Ela se sentiu empoderada e capaz de agir em prol de um ideal. Reconhece que ainda precisa praticar para não virar briga quando ela pretende fazer justiça, mas tomou consciência de que paz não é falta de ação, e sim, plena atenção e disponibilidade para fazer pacificamente o que considera ser o bem.

Ela pôde compreender que a indiferença, o fazer de conta que não viu, não deveriam mais fazer parte do seu cotidiano, levando-a a criar uma prática diferenciada, passível de ressoar nas pessoas a sua volta.

A partir dos inúmeros exemplos percebidos ao longo das capacitações, passamos a acreditar que um dia visualizaremos de fato a possibili-

dade de ser implantada uma cultura da paz como mudança de consciência do ser consigo mesmo, com a sociedade e com o meio ambiente, produzindo ou cooperando na melhoria das políticas públicas de Educação, Saúde e Segurança como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Cultura de Paz e Políticas Públicas



Fonte: Elaboração da autora (2015).

Esses depoimentos, dentre outros, apresentados no livro *Paz em Ação* (GARCEZ, 2017), comprovam a eficácia ao longo do tempo dos aprendizados do Programa Gente que Faz a Paz e como provocou ações efetivas em todos os participantes, que passaram a se sentir comprometidos com a propagação da Cultura de Paz.

Podemos observar o quanto o kit da Paz é importante como instrumento de estudo e pesquisa das transformações e desenvolvimento de projetos nas comunidades, e quão importante é a simplicidade da linguagem usada em todos os módulos que buscam um aprendizado interno de cada agente da paz para que possa se refletir no externo.

Já criamos metodologias eficazes e que precisam ser colocadas em prática; mais e mais pessoas precisam ser incluídas, efetivamente, nas políticas públicas voltadas para a Educação, Saúde e Segurança. Hoje ainda é um movimento silencioso e um trabalho de "formiguinha", que não é divulgado na mídia e não há investimento porque a paz não visa o lucro, mas a possibilidade do "ganha-ganha" por todos.

A prática constante da paz, do diálogo e da resolução coletiva de problemas desenvolve o espírito comunitário e solidário do cidadão e a este cabe a missão de propagar a semente que permita o desenvolvimento conjunto e equilibrado do individual, social e ambiental.

A participação do cidadão na construção da Cultura da Paz tem sido promovida nos últimos anos por vários setores da sociedade brasileira. Entretanto, ainda é difícil responder ao desafio de engajar pessoas interessadas em construir a paz usando uma metodologia integrada visto que cada instituição se concentra em sua própria agenda e ações.

A busca pela criação de novos caminhos de participação na solução de conflitos e do descaso do sistema público contribui para maior autonomia da população na transformação de sua realidade e redução da violência.

Esta proposta pioneira já alcançou o objetivo de unir algumas das principais instituições envolvidas na disseminação da Cultura da Paz no Brasil através da concepção e realização do Kit da Paz aqui mencionado.

O desenho estrutural do projeto visa garantir a sua sustentabilidade por meio da formação de uma rede de multiplicadores que deverão atuar nas comunidades, utilizando-se do material disponibilizado no Kit, garantindo, assim, sua continuidade.

A sustentabilidade do Programa Gente que faz a Paz ocorre também com captação de recursos junto a investidores da Paz, segundo setor (iniciativa privada) e por contratos e convênios com o primeiro setor (Governo).

Programa gente que faz a Paz e as políticas públicas

Num país como o Brasil, cujo processo de formação histórica tem em sua origem um sistema de colonização, mostram-se acentuados os níveis de desigualdade socioeconômica (foi o último país a abolir a escravidão); o fenômeno da violência é cada vez mais trágico em sua produção e reprodução. A adoção de Políticas Públicas voltadas para a segurança pública deveria se traduzir em efetiva e eficaz articulação das ações de desenvolvimento humano, a fim de fazer valer o sentido civilizatório desses serviços.

Este é um dos pontos críticos focalizados neste trabalho. A articulação dessas políticas é uma das dimensões essenciais da Cultura da Paz, sem o que a palavra "cidadania" não tem nenhum significado simbólico, prático e imediato no viver cotidiano.

Na constituição desse Programa, a junção de melhores práticas com recursos e profissionais dedicados à construção de uma Cultura da Paz de forma transdisciplinar tornou-o relevante e estratégico como uma contribuição e exemplo a ser aplicado nas Políticas Públicas, principalmente educação, saúde, segurança e justiça.

Numa perspectiva política, o desenvolvimento de uma Cultura da Paz passa necessariamente por um processo de mudança de postura e percepções individuais e coletivas, e como procedimento positivo para este alcance inclui-se uma legislação apropriada ao tratamento deste tema.

O arcabouço teórico-prático denominado Cultura de Paz pode ser empregado no Brasil de forma prática, operacional e organizada como uma ferramenta de inovação das Políticas Públicas voltadas para a Educação, Saúde e Segurança Pública nos moldes do Programa Gente que Faz a Paz.

Fundamentos conceituais e metodológicos

Diante da complexidade do objeto e da necessidade de aferir a percepção, a cultura, a mudança de comportamento ou de postura foi impositivo o uso do método Fenomenológico.

Desta forma conclui-se que o termo "Paz", com o qual, para o qual e através do qual tem-se a razão de ser deste trabalho, é pensado e vivenciado à luz da compreensão holística de sua abordagem, isto é, o sentimento, sensação ou percepção do que, em grego, se denomina *holos*, que significa "todo" ou "inteiro".

Daí o sentido das três ecologias compartilhadas pela Rede da Cultura da Paz, composta de organizações, movimentos, iniciativas e projetos: *a da paz pessoal ou interior, a da paz social e a da paz ambiental*. Esses três níveis ou instâncias, que se implicam, são alternativas possíveis ao modo de ser doentio das sociedades contemporâneas, nas quais têm-se mostrado muito preocupantes os sinais e sintomas de depressão, ansiedades, angústias, pânicos, fobias e terrores de todo o tipo, estresses, psicopatias etc., aos quais se somam as múltiplas formas, onipresentes e cada vez mais assustadoras de violência.

Neste trabalho, a abordagem holística transdisciplinar dialoga com o método fenomenológico, a "ciência do vivido", da filosofia de Husserl (1989), que se caracteriza pela disposição de ir às causas mesmas, em que a consciência, por ser sempre intencional, não é uma substância (alma), mas uma *atividade* constituída de atos (percepção, imaginação, volição, afetos etc.), com os quais visa algo, pois toda "consciência é consciência de algo". Colocar o "mundo" – no caso deste estudo, a violência – "entre parênteses", que é visar à sua redução eidética (do grego *eidos*, essências ou significações), de acordo com a fenomenologia, não significa negá-lo ou limitá-lo, mas possibilitar o desvelamento de seu objeto, pois, como procedimento de investigação, essa redução é o que permite compreender o mundo (violência) da experiência vivida. Em consequência, mediante sucessivas reduções, manifesta-se a intencionalidade holística com seus objetos, que possibilita vivenciar a não violência e a resolução de conflitos de forma pacífica.

A articulação das diferentes políticas é uma das dimensões essenciais da Cultura de Paz, sem o que a palavra "cidadania" não tem nenhum significado simbólico, prático e imediato no viver cotidiano.

Ademais, entre as reflexões que o presente estudo suscitou, como a da interface dos seis D's (Diálogo, Democracia participativa, Desenvolvimento sustentável, Desarmamento, Diversidade, Direitos humanos), que têm concretude na interligação dos Seis Princípios do Manifesto 2000 da UNESCO:

1. Respeitar toda forma de vida;
2. Rejeitar a violência;
3. Liberar a generosidade;
4. Escutar para compreender;
5. Preservar o planeta;
6. Reinventar a solidariedade.

Nessa medida, o empenho pela Cultura da Paz resulta de uma escolha pessoal, de grupos, associações, instituições e governos cujos comportamentos, atitudes e valores, de modo sinérgico, poderiam nutrir um programa assim.

Esse *tout effort* para construir essa cultura, em que se inscrevem iniciativas como a do Programa Gente que Faz a Paz, representa hoje uma necessidade premente tanto para o futuro da humanidade como para cada uma das sociedades existentes no mundo.

Apesar das dificuldades, aqueles que entendem que a Paz sem ação é estagnação, é ausência de movimento devem buscar ter uma ação efetiva na construção de uma Cultura de Paz.

A Cultura da Paz hoje

Nesse mundo contemporâneo faz-se necessária uma nova consciência holística/transdisciplinar - é preciso que cada pessoa ponha fim à alienação e à ignorância. É preciso eliminar fatores que contribuem para a existência da servidão humana, para que ocorra o progresso da humanidade rumo a um caminho de um novo século pacífico e mais harmonioso, cultivando o amor, a compaixão e o altruísmo em ação – todos a serviço de todos, como se fosse um alimento permanente para o bem-estar.

A pesquisa nos mostra que Viver na Cultura de Paz é sempre um Sonho possível! ... reinventada, reconstruída, cuidando de todas as dimensões – individual, familiar, profissional e em sociedade, integrada com o meio ambiente.

Cuidar da Vida exige uma revolução humana na consciência da Cultura de Paz! Urge investir na educação para a Paz! Ignorar essa necessidade tem levado à perpetuação de uma sociedade violenta. Já quando de sua criação, a Unesco, em seu preâmbulo, declarava: "As Guerras nascem no espírito dos homens, logo é no seu espírito que devem ser erguidos os baluartes da Paz".

Cremos que a Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo. É necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia a dia familiar, social e dos Povos. É um processo sem fim.

Nossa pesquisa revelou que a história da violência é multimilenária. Esta violência se divide em: estrutural, de resistência e de delinquência. Vale salientar que a violência inserida no processo de escravidão perpetua-se até hoje, com uma nova roupagem, haja vista a violência reinante na Europa Ocidental mercantilista. A história revela que o ser humano não se tornou mais violento no século XX; ele já tem sido violento e violentado desde os primórdios da humanidade.

Como essência, as ações de paz têm uma potencialidade maior que as da destruição. São necessárias, portanto, ações mais efetivas, sobretudo a implementação de políticas públicas, pois estas têm sido ineficazes nessa direção. Conclamamos assim a necessidade urgente da intervenção do poder público nessa questão.

Em nossa pesquisa, o paradigma holístico, sua integração e sua

transdisciplinaridade se sobrepõem ao limitado paradigma cartesiano.

Revelou, ainda, na parte empírica, que os entrevistados (os Agentes da Paz) se tornaram mais conscientes da própria cidadania e da autoestima. Evidenciou mais: que o nível de consciência se tornou mais inclusivo em face de uma nova compreensão da responsabilidade pessoal, social e ambiental deles, assim como, o Kit da paz criou ânimo, orgulho e empoderamento para estes Agentes da Paz. Citamos abaixo um depoimento de um gestor público:

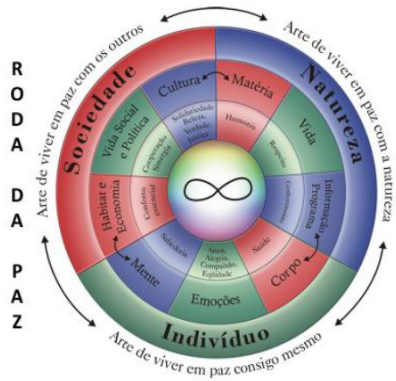
> Acredito que é um programa que está pronto, testado e tem seus resultados comprovados para ser incluído como política pública nas áreas de educação, saúde e segurança, e que pode contribuir para a construção de uma sociedade democrática, não violenta, segura, trazendo paz e tranquilidade para que os problemas de saúde sejam minimizados pela diminuição do estresse, por uma sociedade mais justa e equilibrada com a participação efetiva de todos independente de classe social, entendendo que estamos todos interligados por meio de uma educação inclusiva onde a separatividade, os preconceitos deixam de existir e tenha início uma educação voltada para resoluções das questões diárias que vivemos, principalmente a educação emocional, que ainda não faz parte dos currículos escolares.
>
> Grandes transformações podem ser realizadas na sociedade quando conseguimos mudar o olhar das pessoas sobre si mesma e mostrar que elas são parte integrante de tudo que acontece no âmbito social e ambiental.

Comprovou-se que o Programa "Gente que Faz a Paz" pode sim ser uma ferramenta inovadora no sentido *Stricto* de criar caminhos ou estratégias diferentes para atingir o objetivo de Paz Social. A implantação deste Programa mostrou seu importante papel na eficácia das diferentes políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas para a segurança educacional, social e cultural.

Considerações finais

Acreditamos que um dia possamos visualizar de fato a luz no fim do túnel, na medida que universalize o investimento numa cultura da paz como mudança de consciência, quer seja do ser consigo mesmo, com a sociedade e com o meio ambiente, produzindo ou cooperando na melhoria das políticas públicas de Educação, Saúde e Segurança Pública. A Figura 2 ilustra estes vários níveis da paz de maneira integrada.

Figura 2 – Roda da Paz



Fonte: Elaboração da autora (2015)

E mais, nossa recomendação aponta na direção de contribuir sempre no sentido de transformar a consciência do ser humano no Planeta, por intermédio da ação humanitária, das abordagens holística/ transdisciplinar, *transcultural, transpolítica, transnacional*.

Assim, formar Agente da Paz pode ser uma estratégia recomendável para a capitalização da não violência, do diálogo, da resolução de conflitos e problemas humanos, a médio e longo prazo. Uma educação includente e consciente naturalmente reduz o poder autocrático e dissemina a solidariedade, implantando uma mente profundamente cooperativa. Uma vez consciente da ignorância e da fragmentação da sociedade, investe-se no diálogo com todas as pessoas e setores, de modo a criar uma convivência pacífica e fraternal. A Cultura de Paz significa um nobre exercício de humanizar a humanidade, possibilitando o surgimento de uma nova consciência planetária de harmonia, fraternidade e solidariedade.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARENDT, Hannah. . **Pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BALESTRERI, Ricardo. **Segurança pública no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2010.

DELORS, Jacques. UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2010.

DISKIN, Lia. Cultura de paz: uma política inadiável. **Jornal ConPAZ da Assembleia Legislativa de São Paulo**, São Paulo, 2010.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura Gorresio. **Paz, como se faz?** semeando a cultura de paz nas escolas. 4. ed. São Paulo: Palas Athena; Brasília: UNESCO, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCEZ, Maria Virgínia de Salles. **Cultura de paz**: programa gente que faz a paz um sonho possível? 2016. 198 f. Tese (Doutorado) - Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2016.

GARCEZ, Maria Virgínia de Salles. **Paz em ação**: humanizando a humanidade. Salvador: UNIFACS, 2017.

GOMES, Carlos Alberto da Costa. (org.). et al. **Segurança e Educação.** Uma abordagem para a construção de um sistema de medidas proativas, preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude. 1. ed. Salvador, Bahia: Bureau, 2008. v. 1. 170p

GOMES, Carlos Alberto da Costa; GARCEZ, Maria Virgínia S. **Segurança pública no Brasil**: pequenas e grandes verdades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE, 4., 2012. Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas**: introdução à

fenomenologia. São Paulo: Madras, 2001.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <ibge.gov.br> Acesso em: 10 out. 2025.

SEN, Amartya. **Identidade e violência**: a ilusão do destino. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza e das nações**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1976. (Os Pensadores).

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Cultura de paz**: da reflexão à ação. Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e não violência em benefício das crianças do mundo. Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: www.unesco.org.br. Acesso em: 15 jan. 2025.

UNICEF. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Escritório das Nações Unidas do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH). **Relatório sobre segurança cidadã e direitos**. 2009. Disponível em: https://cidh.oas.org/pdf%20files/SEGURIDAD%20CIUDADANA%202009%20PORT.pdf Acesso em: 12 dez. 2024.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: www.unicef.org.br Acesso em: 15 jan. 2016.

VIVA RIO. **Resolução de conflitos**. 2014. Disponível em: http://vivario.org.br Acesso em: 12 dez. 2024.

WEIL, Pierre. **A arte de viver em paz**. São Paulo: Gente, 1990.

WEIL, Pierre. **A nova ética**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

WEIL, Pierre. **Organização e tecnologia para o terceiro milênio**: a nova cultura da organização holística. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

WEIL, Pierre. **A mudança do sentido e o sentido da mudança**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

WEIL, Pierre. **A arte de viver a vida**. Brasília: Letrativa, 2004.

WEIL, Pierre; D'AMBROSIO, Ubiratan; CREMA, Roberto. **Rumo à nova transdisciplinaridade**. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

WHITE, Patrícia. Frente a los críticos. In: HICKS, David (Comp.). **Educación para la paz**: cuestiones, princípios y practica em el aula. Madrid: Ediciones Morata, 1993.

WILBER, Ken (Org). **O paradigma holográfico**. São Paulo: Cultrix, 1996.
WILLIAMSON-FIEN, Jane. Poder. In: HICKS, David (Comp.). **Educación para la paz**: cuestiones, princípios y practica em el aula. Madrid: Ediciones Morata, 1993.

ZAVALETA, Esther de. **Educação para a convivência**. São Paulo: Ave Maria, 1999.

ZDARZIL, Herbert. **Educación para la paz**. Tubingen: Instituto de Colaboración, 1978.

LABORATÓRIO PERIFÉRICO, ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA: COMPROMISSO SOLIDÁRIO COM AS COMUNIDADES, DIREITOS HUMANOS, BEM VIVER E PRÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA PAZ.

Liza Maria Souza de Andrade[92], Angélica Azevedo e Silva[93], Danusa Benedita Lisboa[94], Vânia Raquel Teles Loureiro[95] e Valmor Cerqueira Pazos[96]

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar o compromisso solidário do Laboratório Periférico (Grupo de Pesquisa no CNPq e Extensão) na assessoria sociotécnica expresso nas práticas de promoção de paz junto às comunidades, sistematizadas em vários projetos de extensão e pesquisa-ação no âmbito dos direitos humanos e do bem viver, reconhecidos nacionalmente e localmente, na área de arquitetura e urbanismo nos territórios populares em conflito (comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, ocupações urbanas e culturais). São projetos no nível do microplanejamento contra a injustiça socioambiental e remoções das populações vulnerabilizadas, na luta pelo direito ao território, o direito à cidade, à moradia, ao saneamento, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem como à adaptação climática e prevenção de riscos e desastres. Abrangem territórios com comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), ocupações urbanas e rurais, assentamentos da reforma agrária e ocupações culturais no território do Distrito Federal e Entorno, em trabalhos com desdobramentos da Extensão na Pós-graduação no formato de Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS – Habitat – Agroecologia – Economia Solidária e Saúde vinculada à FAU/UnB e ao NPCTS/CEAM/UnB.

O Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, tem atuado em vários territórios do DF e entorno com o desenvolvimento de pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de "pesquisa-ação" por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão "transdisciplinar" e "transescalar", abrangendo movimentos populares, comunidades da periferia, entidades ambientalistas bem como comunidades

92 Coordenadora do Laboratório Periférico e da Residência Ciência Tecnologia Sociedade (CTS), líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico do Programa de Pós-graduação da FAU/UnB. lizamsa@gmail.com; liza@unb.br

93 Pesquisadora do Periférico e estudante da Residência CTS, formada em Arquitetura e Urbanismo. angelicazv21@gmail.com

94 Doutoranda do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária; dnslisboa10@gmail.com

95 Vice-coordenadora do Laboratório Periférico; vanialoureiro@unb.br

96 Pesquisador e apoio técnico do Laboratório Periférico; pazos@unb.br

camponesas e tradicionais. Trabalhamos na assistência/assessoria técnica com a noção de cidadania sociotécnica do NPCTS (Núcleo de Política em Ciência, Tecnologia e Sociedade - CEAM/UnB), assumindo que existe uma questão político cognitiva, e ideológico existencial vivida pelos mais diversos grupos sociais, movimentos sociais, movimentos operários e sindicais, entre outros, diante da questão da democratização dos processos de mudança tecnológica para que os sujeitos possam incidir sobre a política científica e tecnológica.

Este pensamento parte do princípio de que as práticas do interacionismo proposto originalmente pela Pedagogia Freireana, também fazem parte da abordagem latino-americana da adequação sociotécnica - AST, como se os sujeitos do conhecimento científico pudessem compartilhar seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de "interacionismo pedagógico e sociotécnico". Parte também do compromisso profissional baseado em Paulo Freire em "Educação e Mudança", a responsabilidade do profissional com solidariedade em relação à sociedade e à humanidade.

Na visão de Freire (1979, p.16), "a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir. É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele". Neste sentido, o verdadeiro compromisso do profissional, "que é sempre solidário", deve estar consciente da relação com a realidade e agir com ética, buscando sempre a transformação social e do mundo ao seu redor, "abraçando a todos num único gesto amoroso". Antes de ser profissional, é homem, comprometido por si mesmo.

As práticas profissionais solidárias do Grupo Periférico estão interligadas aos Direitos Humanos e à Cultura de Paz no sentido que buscam combater as desigualdades sociais, as violações de direitos, as remoções bem como o racismo ambiental.

Devido a uma crescente demanda por parte dos estudantes para trabalhar com a realidade concreta e complexa, tendo em vista a grande distância do profissional de arquitetura e urbanismo, percebeu-se uma possibilidade de avançar com a extensão nos Trabalhos de Conclusão de Curso, que em grande parte ainda são elaborados como simulações, distanciados da realidade concreta e não chegam às localidades dos projetos sociais voltados às camadas mais pobres da população. Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 82% das pessoas que constroem ou reformam no Brasil não utilizam os serviços técnicos de arquitetos urbanistas e engenheiros.

Neste sentido, as dezenas de trabalhos desenvolvidos nos territórios no âmbito do Grupo Periférico, muitos deles premiados, procuraram trazer para dentro da universidade a discussão sobre outros saberes, o bem viver das comunidades tradicionais, a adequação sociotécnica, a mediação e diálogo para resolver conflitos, um outro modo de fazer arquitetura e urbanismo com respeito à vida, solidariedade, inclusão, tolerância e preservação do planeta. Envolve a prática da Cultura de Paz,

reconhecer a diversidade, praticar a escuta, ser solidário com gestos amorosos e promover a justiça social.

2. Aspectos Teóricos e Metodológicos do Laboratório Periférico, assessoria sociotécnica

O "Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes" (Laboratório Periférico, Assessoria Sociotécnica) teve início em 2013 com Trabalhos de Conclusão de Curso, questionando a prática profissional do arquiteto urbanista no último ano do curso de arquitetura e urbanismo em parceria com o EMAU/CASAS (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo/Centro de Ação Social em Arquitetura), cujo objetivo principal era formar estudantes arquitetos mais conscientes do papel social e atuante em vários territórios populares do DF e entorno. O grupo foi institucionalizado primeiro como PEAC – Projeto de Extensão de Ação Contínua - em 2016 e se tornou Grupo de Pesquisa com registro no CNPq em 2017, a convite do Decanato de Pesquisa e Inovação – DPI, devido à extensa produção acadêmica advinda dos projetos de extensão integrados às pesquisas-ação. Assim, consolidou-se a Pesquisa e Extensão no âmbito do curso Stricto Sensu do PPG-FAU/UnB, fazendo uma integração dos estudantes bolsistas da graduação (PIBEX e PIBICs) com estudantes da pós-graduação, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos nos territórios.

O Laboratório Periférico atua com assistência/assessoria técnica (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social-ATHIS mais abrangente e sistêmica) envolvendo as comunidades, articulando ou agenciando associações e coletivos existentes, no processo de elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo de: habitação social no campo e na cidade, urbanismo participativo (planejamento do território, planos de bairro, planos de vila) em ocupações urbanas para c ontribuir no processo de regularização fundiária, pedagogia urbana em escolas públicas para jovens e crianças, espaços socioprodutivos no campo, construção de cenários mais sustentáveis agroecológicos em assentamentos rurais, planejamento afrorrural para territórios quilombolas, equipamentos comunitários e culturais, espaços públicos e parques urbanos, circuitos culturais, praças abandonadas, vias deterioradas e becos.

A atuação do Laboratório Periférico fundamenta-se em uma abordagem teórica e metodológica que articula os campos da arquitetura e urbanismo, dos direitos humanos, da ciência, tecnologia e sociedade (CTS), e consequentemente, os valores presentes no bem viver e na cultura de paz, conforme o Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência. Este manifesto tem como foco conscientizar sobre a responsabilidade pessoal na construção de um futuro mais justo, solidário e pacífico, idealizado para o início do novo milênio. Este manifesto adotou seis princípios fundamentais no cotidiano: respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade. Essa articulação se materializa no Laboratório

rio Periférico por meio da pesquisa-ação, de metodologias participativas e da adequação sociotécnica, compreendendo o território como espaço de conflito, resistência e produção de saberes.

2.1. Compromisso Solidário do Periférico e adequação sociotécnica

O compromisso solidário do Periférico com a assessoria sociotécnica parte do entendimento de que a atuação profissional em Arquitetura e Urbanismo envolve responsabilidades éticas e políticas diante das comunidades envolvidas e das desigualdades sociais e territoriais presentes. Nesse sentido, a assessoria sociotécnica não significa apenas o apoio técnico e acadêmico às pessoas, mas sim, uma prática de troca de saberes comprometida com a transformação da realidade, com a defesa dos direitos humanos e com a promoção de relações mais justas.

As práticas do Periférico e da Residência CTS reconhecem as pessoas da comunidade como agentes territoriais ativos e participativos nos planejamentos e processos de projeto. Aprofundando no processo metodológico seguido pelo Periférico, considera-se o conceito de adequação sociotécnica – AST, no qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de "interacionismo pedagógico e sociotécnico", o processo de projeto do Periférico é dividido em 5 etapas que são inter-relacionadas: (1) análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade; (2) elaboração e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas; (3) oficinas de participação, mapas mentais, mapas afetivos e jogo dos padrões (4) construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão (5) entrega do caderno técnico ilustrado. No contexto do NPTCS em parceria com a Incubadora de Cooperativa Populares, foi criada a Residência Multiprofissional CTS/UnB – Habitat, Agroecologia, Trabalho e Renda que tem atuação em alguns Territórios do DF e Entorno onde o grupo já atua.

2.2. Valorização dos modos de vida das comunidades (padrões espaciais e de acontecimentos)

As comunidades tradicionais, quilombolas e originárias possuem modos de vida, práticas culturais e saberes ancestrais intrinsecamente conectados à natureza. A valorização destes modos alcança os princípios do bem viver e da cultura de paz ao reconhecer a diversidade cultural, respeitar a vida e a preservação do planeta e promover a justiça social.

Analisar as formas próprias de organização social e espacial destes povos permite que se possa atingir essas metas de respeito mútuo e convivência harmoniosa. No Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico (FAU-UnB), essa análise é feita a partir dos padrões espaciais e de acontecimentos das comunidades e de atividades participativas nos territórios

de estudo. Os padrões demonstram por meio de ilustrações simples, a forma como as comunidades tradicionais vivem e o que elas apresentam de potencialidade, desta forma, eles não padronizam, mas evidenciam a identidade e os saberes desses povos. Durante as práticas de pesquisa e extensão, as soluções espaciais são igualmente apresentadas por meio dos padrões para melhor entendimento dos envolvidos.

Considerando a grande quantidade de trabalhos realizados pelo grupo, o Periférico consequentemente reúne um acervo de artigos e publicações sobre as práticas, apresentando os padrões espaciais do modo de vida de várias comunidades do DF e entorno, como o Quilombo Kalunga, o Quilombo Mesquita, a Aldeia Urbana Ahain Aam e a Vila Ecocultural Cobra Coral. A título de exemplo, o Quilombo Kalunga representa um povo com uma vivência baseada na integração com a natureza e com os ancestrais, a partir das tradições, das rezas, dos costumes e das crenças, das festividades, das práticas de plantio no tempo correto, do uso de tecidos e tintas naturais, das construções com materiais locais, do uso da medicina natural e da composição de grandes quintais para a convivência familiar (Silva et al, 2024), indicando um modo de vida mais sustentável e identitário.

Portanto, o fortalecimento do reconhecimento dos padrões espaciais e de acontecimentos do modo de vida destes povos contribui com a construção da cultura de paz e dos direitos humanos, consolidando uma convivência baseada no diálogo, no respeito coletivo e na justiça social e equitativa.

3. Práticas para a promoção da paz, direitos humanos e valorização dos modos de vida

As ações desenvolvidas pelo Periférico (Figura 1) enaltecem os múltiplos modos de vida, produção e organização espacial presentes nas comunidades periféricas, tradicionais, indígenas e quilombolas, compreendendo-os como expressões do conhecimento e do pertencimento ao território. Essa forma de atuação, com atividades participativas, aproximação cuidadosa e dinâmicas que respeitam a coletividade, favorece um ambiente que contribui com a difusão dos valores referentes à cultura de paz e com a autonomia comunitária. Ao mesmo tempo, essas práticas fortalecem a preservação do território, de suas ancestralidades e de seus saberes tradicionais, levando-os a um passo mais próximo de garantir os direitos humanos, principalmente relacionados à liberdade cultural, direito à terra e direito à moradia.

Nesse sentido, o Periférico compreende que as soluções de projeto e planejamento devem basear-se nas relações que cada comunidade tem com o ambiente, com as outras pessoas e com suas histórias, considerando portanto as especificidades e integrando os saberes locais aos conhecimentos acadêmicos. Dito isso, nos seguintes tópicos apresentam-se práticas trabalhadas com uma diversidade de temáticas sociais e de comunidades presentes no DF e entorno.

Figura 1 – Práticas desenvolvidas pelo Laboratório Periférico no DF e Entorno
Fonte: Acervo do Periférico (2023-26)



3.1 Comunidades Tradicionais, indígenas e quilombolas

O Periférico possui uma forte relação com estes povos, apresentando práticas especialmente nos quilombos Kalunga e Mesquita e na Aldeia Urbana Ahain Aam. O Quilombo Kalunga está localizado na microrregião Chapada dos Veadeiros e se constitui no maior território quilombola do Brasil em extensão (262.000 hectares), abrangendo aproximadamente 39 povoados que ajudam na preservação da biodiversidade do Cerrado por seu modo de conexão com a terra (Arantes e Almeida, 2013).

Neste território, uma grande quantidade de práticas compõem os caminhos para a paz. Desenvolveram-se trabalhos que elevam a identidade e o saber ancestral com um Centrinho Cultural (Sentido Kalunga), outros que envolvem a questão da visibilidade dos Kalungas e de seus aspectos culturais e históricos também na área da cidade (Urbanismo Kalunga e Corredor Cultural do Cerrado), outros que preconizam o direito à terra com um planejamento territorial sensível à realidade para uma área retomada, bem como pesquisas que difundem seus saberes construtivos como a publicação do Guia da Arquitetura Vernacular Kalunga. Este Guia, do Projeto Arquitetura Vernacular Kalunga, recebeu o 1º lugar no **Prêmio Inovação Darcy Ribeiro**, Edição Isaías Raw 2024, na categoria Tecnologia de Impacto Social e Ambiental.

O trabalho "Diagnóstico das dimensões da sustentabilidade urbana no município de Cavalcante-GO e Urbanismo Kalunga: sustentabilida-

de, ancestralidade e identidade" foi agraciado em 2025 com o **6º Prêmio Carolina Bori Ciência e Mulher da SBPC** na categoria da graduação "Meninas na Ciência" da área de humanidades.

Já o Quilombo Mesquita, está situado na Cidade Ocidental do Goiás, com uma pequena porcentagem de seu território estendendo-se para dentro do Distrito Federal. Tem sua história marcada por três ex--escravas que o fundaram a partir de uma fazenda doada. Esta localidade enfrenta muitos desafios, recentemente teve seu processo de titulação aprovado, sendo necessário passar por uma desintrusão da maior parte de sua área. As principais práticas, por consequência, têm envolvido o planejamento territorial, o endereçamento afrorrural e afetivo e o enaltecimento dos costumes produtivos e alimentícios ancestrais, sempre em defesa da preservação do território e especialmente contra o racismo ambiental.

O artigo "Social technology and conventional technology for the community preservation of hydric resources in the planning of Mesquita Quilombo Territory - GO against environmental racism" foi selecionado para publicação como um dos 14 melhores artigos entre 778 artigos publicados no ENANPUR de 2023 em Belém do Pará para compor o livro **ANPUR 40 years: new times, new challenges in a diverse Brazil new times, new challenges in a diverse Brazil**. Além disso, o projeto "PEAC PERIFÉRICO, trabalhos emergentes no Território do Quilombo Mesquita" recebeu o 1º Lugar no **Prêmio de Inovação Darcy Ribeiro**, Edição Marco Antônio Raupp 2022, na categoria de Tecnologia Social.

Ademais, os trabalhos "Tecnologia para o desenvolvimento sustentável no território do Quilombo Mesquita" e "Injustiça ambiental: análise temporal do índice de vegetação (NDVI)" foram indicados ao Prêmio **Destaque PIBIC 2021**, na área de artes e humanidades. E o "Comunidades Afrorrurais e Bem Viver" recebeu o Prêmio Destaque PIBITI 2021 como melhor trabalho na área de artes e humanidades com a pesquisa desenvolvida pelo estudante quilombola Walisson Braga.

A Aldeia Urbana Ahain Aam também enfrenta grandes dificuldades na garantia de seus direitos humanos. Localiza-se no Paranoá próxima ao lago (DF) e caracteriza-se numa área em que indígenas multiétnicos defendem sua retomada baseada na história de existência anterior à construção de Brasília. O processo de assessoria sociotécnica do Periférico neste caso visa salvaguardar a presença indígena na região e busca promover a inclusão destes povos nas políticas urbanas e habitacionais do DF (Andrade et al., 2024).

3.2. Ocupações Culturais

Em relação às ocupações culturais, a Vila Ecocultural Cobra Coral, localizada na 813 Sul do Plano Piloto de Brasília (DF), tem enfrentado uma injustiça socioambiental, com frequentes riscos de remoção pelo GDF. A área em questão, se constitui num importante ponto artístico e cultural

de Brasília, os órgãos do Governo afirmam erroneamente que a Vila tem influenciado negativamente no Parque Ecológico da Asa Sul por estar ocupando sua poligonal, enquanto ela na verdade tem auxiliado em sua preservação ao longo dos anos e precede sua existência (Arraes et al., 2025).

Diante da ausência de um processo participativo e transparente na elaboração do Plano de Manejo do Parque, os moradores, com a assessoria do Periférico, vêm desenvolvendo estratégias de resistência com propostas de planejamento comunitário urbano-ambiental, propostas de aplicação do Termo Territorial Coletivo promovendo a preservação do patrimônio histórico e cultural da Vila e os espaços ambientais referentes ao Parque.

3.3 Ocupações Periféricas e Informais

A assessoria às ocupações periféricas e informais do DF tem gerado trabalhos muito importantes às comunidades frente aos debates sobre políticas públicas com os órgãos governamentais e enfrentamento das remoções. O território do Sol Nascente, localizado na Ceilândia-DF, se constitui na segunda maior favela do Brasil, e tem confrontado as consequências de uma urbanização incompleta com falha na gestão das águas pluviais, gerando riscos à comunidade (Andrade et. al, 2025).

O Periférico tem realizado uma grande quantidade de ações neste território, sendo escolhido como área de estudo na disciplina Projeto de Urbanismo 1 Diurno (FAU/UnB) e na Residência CTS, buscando também atender ao Programa Periferia Sem Risco da Secretaria Nacional de Periferias, Ministério das Cidades (SNP-MCID). As ações promovem a construção coletiva do conhecimento e se consolidam num instrumento de justiça climática e territorial ao focar em cursos de formação popular sobre a gestão das águas, formas de redução e prevenção de riscos, construção coletiva de jardins de chuva e Soluções Comunitárias baseadas na Natureza.

A ocupação informal Santa Luzia, está situada nas proximidades do Parque Nacional de Brasília e do antigo aterro sanitário da Estrutural, e é marcada por uma precariedade na infraestrutura urbana, por conflitos socioambientais, por uma insegurança derivada do risco permanente de remoção, pela privação dos direitos básicos de cidadania e pelo racismo ambiental (Lenoir, 2025). As pesquisas evidenciam a negação de direitos humanos e urbanos fundamentais e que Santa Luzia se identifica como um espaço de resistência e de produção econômica e criativa como estratégia de subsistência.

Desde 2018, os trabalhos do Periférico vem trazendo propostas "alternativas transescalares e transdisciplinares e contra-argumentos aos projetos do Governo", alinhando-se principalmente ao direito à moradia digna e à regularização fundiária. Em 2024, a proposta "Santa Luzia Resiste: a campanha continua na luta pelos direitos à cidade, à água e ao saneamento" recebeu o **Prêmio Anual de Direitos Humanos da UnB**, Edição Anísio Teixeira, na categoria de Saúde, meio ambiente e bem-estar.

3.4 Assentamentos da Reforma Agrária

O Periférico também realiza assessoria sociotécnica junto às comunidades camponesas. Uma delas é o assentamento rural Pequeno William do MST localizado em Planaltina-DF, onde as pessoas têm uma relação forte com a luta pela vida saudável e pelo direito à terra principalmente devido à criança homenageada no nome, que faleceu intoxicado por ingestão de água contaminada por agrotóxicos (Dias et al., 2023). Esses moradores sofrem com a falta de apoio governamental na necessidade de água para a produção e para o uso doméstico e de melhorias habitacionais, entre outros acessos a créditos de auxílio rural.

Assim como as outras comunidades informadas acima, a temática da produção no campo junto ao habitat rural é escassamente debatida no escopo do curso de arquitetura e urbanismo. Por isso, além da inserção em projetos de pesquisa e extensão, tem se realizado eventos neste tema como o "IV Colóquio Habitat, Cidadania e Agroecologia no Campo, nas Águas e Florestas: Ocupar, conquistar e habitar os territórios rurais em disputa, no Brasil e na América Latina" que ocorreu na UnB em dezembro (2025).

Considerações Finais

As experiências apresentadas ao longo deste artigo evidenciam que a assessoria sociotécnica, quando orientada pelos princípios dos direitos humanos e da cultura de paz, constitui um caminho para o enfrentamento de conflitos territoriais e injustiças socioambientais. As práticas do Periférico (e da Residência CTS) demonstram que a atuação participativa e transdisciplinar contribui para a valorização dos modos de vida, das especificidades territoriais e para a construção de territórios mais justos e solidários.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. M. S.; SILVA, A. M.; OLIVEIRA, L. F. C.; LOUREIRO, V. R. T. Aldeia Urbana Ahain Aam e o movimento de retomada territorial indígena na ARIE Paranoá Sul - DF. In. 5º Congresso Internacional sobre Ambiências. **Caderno de Atas**: Sensory Explorations Ambiances in a changing world. Rio de Janeiro/Lisboa: International Ambiances Network, v. 2 (RJ), pp. 2599-2612, 2024. Acesso em: 23 jan. 2026.

ANDRADE, Liza Maria Souza de; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; MORETTI, Ricardo de Sousa; GONÇALVES, Beatriz Vicentin (org.). **Plano comunitário de redução de riscos e adaptação climática**: Sol Nascente – trechos II e III. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo [Universidade de Brasília], 2025. 187 p.

ARANTES, M. M.; ALMEIDA, M. G. O saber fazer do povo Kalunga na conservação da biodiversidade do Cerrado em Goiás (Brasil). **Élisée. Revista de Geografia da UEG**, [S. l.], v. 1, n. 02, pp.51–70, 2013. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/ article/view/1291. Acesso em: 16 out. 2025.

ARRAES, A. E. M.; ANDRADE, L. M. S.; GOMES, J. B. ; BASÍLIO, C. M. L. Resistência cultural patrimonial: a luta pela regularização da Vila Ecocultural Cobra Coral. In. **XII Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico** | Justiça Socioterritorial: redistribuição, reparação e reconhecimento, 2025, UnB. No prelo. Brasília, 2025.

DIAS, C. M.; ANDRADE, L. M. S.; LEMOS, N. S.; SILVA, G. A.; ALVES, A. M.; SANTOS, G. S.; SANTOS, A. A. Comunidade solidária: espaços socioprodutivos para uma nova ruralidade no assentamento Pequeno William em Planaltina - DF. In: **EUROELECS**, 3., 2019. [S. l.], 2019. p. 659–671. Acesso em: 27 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, 12ª Edição, São Paulo, 1979.

LENOIR, Juliette Anna Fanny. **Mapeamento online participativo para subsidiar o Plano Comunitário de Regularização Fundiária**: o caso de Santa Luzia no Distrito Federal. 2025. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

SILVA, A. A.; ANDRADE, L. M. S.; DAMASCENO, C. M.; CLEMENTE, S. Urbanismo Kalunga: sustentabilidade, ancestralidade e identidade. In. **5º Congresso Internacional sobre Ambiências**. Caderno de Atas: Sensory Explorations Ambiances in a changing world. Rio de Janeiro/Lisboa: International Ambiances Network, v. 2 (RJ), pp. 3256-3269, 2024. Acesso em: 30 set. 2025.